



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 861

Terça-feira - 08 de Novembro de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	4
Biguaçu	5
Braço do Trombudo	6
Caçador	6
Camboriú	13
Campo Alegre	25
Campos Novos	26
Canoinhas	27
Capinzal	31
Catanduvas	33
Chapadão do Lageado	35
Concórdia	36
Cordilheira Alta	37
Coronel Martins	38
Corupá	38
Curitibanos	41
Forquilha	42
Fraiburgo	45
Garopaba	53
Gaspar	54
Governador Celso Ramos	66
Herval do Oeste	66
Imbituba	68
Iomerê	70
Irineópolis	70
Itapoá	71
Joaçaba	79
Lages	80
Leoberto Leal	81
Luzerna	85
Macieira	87
Maracajá	87
Massaranduba	91
Meleiro	91
Morro da Fumaça	91
Navegantes	92
Nova Trento	92
Novo Horizonte	96
Palhoça	123
Passo de Torres	126
Pinheiro Preto	132
Porto Belo	133
Porto União	152
Rio do Sul	152
Salto Veloso	154
Santa Terezinha do Progresso	155
São Lourenço do Oeste	156
Schroeder	156
Timbó	196

Videira	205
Vitor Meireles	205

### Associações

AMURES	206
--------	-----

### Consórcios

AGIR	207
CIGA	208
CIS/AMMVI	208
CIS/AMREC	209

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Lei Complementar N° 075/2011

LEI COMPLEMENTAR N.075/2011 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011  
DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO POR TRANSFORMAÇÃO  
DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara  
Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os servidores municipais ocupantes dos cargos de:

I - Auxiliar de Serviços Gerais, do Anexo I - Grupo I - Serviços  
Operacionais, da Lei Complementar nº 058, de 09 de junho de  
2009, passa a ser reenquadrado, por transformação, para os car-  
gos de Agente Operacional e Agente Operacional de Manutenção  
e Limpeza;

II - Digitador, Tesoureiro e Escriturário, do Anexo I - Grupo III -  
Serviços Técnicos Profissionais, da Lei Complementar nº 058, de  
09 de junho de 2009, passam a ser reenquadrados, por transfor-  
mação, para o cargo de Assistente Administrativo;

III - Assistente Administrativo em Serviços de Saúde, do Anexo  
I - Grupo II - Serviços Administrativos, da Lei Complementar nº  
058, de 09 de junho de 2009, passam a ser reenquadrados, por  
transformação, para o cargo de Assistente Administrativo;

IV - Auxiliar de Biblioteca, Telefonista/Recepcionista, Auxiliar em  
Serviços de Saúde e Auxiliar de Consultório Dentário, de que trata  
o Anexo I - Grupo II - Serviços Administrativos, da Lei Complemen-  
tar nº 058, de 09 de junho de 2009, passam a ser reenquadrados,  
por transformação, para o cargo de Auxiliar Administrativo;

V - Operador de Trator Agrícola, de que tratava o Anexo V - Grupo  
II - Serviços Operacionais, da Lei Complementar nº 021, de 28 de  
dezembro de 2001, passa a ser reenquadrado, por transformação,  
para o cargo de Motorista.

Parágrafo único. Integra este artigo o Anexo Único, especifican-  
do o nome do cargo de provimento efetivo, código e número de  
vagas em aberto, vagas providas, total de vagas e carga horária  
percentual.

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 2º. Os servidores, ora reenquadrados por transformação de seus cargos não sofrerão qualquer forma de decesso funcional e financeiro ou prejuízo dos direitos adquiridos.

Art. 3º. As atribuições dos cargos reenquadrados por transformação, nas condições desta Lei Complementar, permanecem as constantes para:

I - Agente Operacional - no item 1.1, do Anexo X da Lei Complementar 058, de 09 de junho de 2009;

II - Agente Operacional de Manutenção e Limpeza - no item 1.2, do Anexo X da Lei Complementar 058, de 09 de junho de 2009;

III - Assistente Administrativo - no item 3.9, do Anexo X, da Lei Complementar 058, de 09 de junho de 2009;

IV - Auxiliar Administrativo - no item 2.6, do Anexo X, da Lei Complementar 058, de 09 de junho de 2009;

V - Motorista - no item 1.7, do Anexo X, da Lei Complementar 058, de 09 de junho de 2009.

Art. 4º. O Departamento de Pessoal, no que couber, fará os respectivos atos e registros necessários para aplicação do objeto desta Lei Complementar.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Água Doce/SC, em 07 de novembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

#### ANEXO ÚNICO

#### QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

##### GRUPO I - SERVIÇOS OPERACIONAIS

Cargo /CE	Código Nível	Vagas em aberto	Vagas providas	Total de vagas	Carga horária Semanal
Agente Operacional	CE - 02	09	16	25	40 horas
Agente Operacional Manutenção e Limpeza	CE - 02	02	23	25	40 horas

##### GRUPO II - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Cargo /CE	Código Nível	Vagas em aberto	Vagas providas	Total de vagas	Carga horária Semanal
Auxiliar Administrativo	CE-07	03	13	16	40 horas

##### GRUPO III - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Cargo /CE	Código Nível	Vagas em aberto	Vagas providas	Total de vagas	Carga horária Semanal
Assistente Administrativo	CE - 16	02	18	20	40 horas

#### Decreto Nº 117/2011

DECRETO N. 117/2011 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011

"DECLARA IMÓVEIS DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 72, XIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 5º, alínea I, e 6º, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.1941, com a nova redação que lhe deu a Lei nº 6.602, de 07.12.1978, mais

o previsto no § 3º do artigo 1228, combinado com o inciso V do artigo 1275, estes da Lei nº 10.406, de 10.01.2002; ainda o disciplinado no inciso I, item 34, do artigo 167 da Lei 6.015, de 31.12.1973; e da Lei nº 943, de 19.03.1996, DECRETA:

Art. 1º. Ficam declarados de utilidade pública, como declarados estão, para fins de desapropriação, amigável ou judicial os imóveis de propriedade de CAVALET MÓVEIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.100.543/0001-33, com as seguintes características:

I - Um terreno urbano com área registrada de 1.817,81 m<sup>2</sup> (um mil, oitocentos e dezessete metros e oitenta e um centímetros quadrados), situado na Rua Basílio Cavalet, com as seguintes confrontações: Inicia-se no marco denominado □6', deste segue por rua, dividindo-o com a Rua Basílio Cavalet; Daí segue por rua confrontando com Rua Basílio Cavalet com o azimute de 176º26'58" e a distância de 25,00metros até o marco 7 (E=96,000m e N=17,742m); Daí segue por linha seca confrontando com Giovani Brandalise e Elenice Aparecida Lara Ribas Brandalise com o azimute de 251º10'52" e a distância de 55,00m até o marco 8 (E=43,941m e N=0,000m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 359º57'28" e a distância de 26,87m até o marco 9 (E=43,921m e N= 26,869m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 359º12'06" e a distância de 18,74m até o marco 10 (E=43,660 e N=45,609); Daí segue por linha seca confrontando com área a desmembrar 02 com o azimute de 93º17'07" e a distância de 50,88m até o marco 6 (E=94,452m e N=42,694m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono, com área superficial de 1.817,92m<sup>2</sup>, devidamente registrado no Registro de Imóveis - 2º Ofício da Comarca de Joaçaba-SC sob o nº 13.531.

II - Um terreno urbano, constante da Área 02, com a área de 4.941,81m<sup>2</sup> (quatro mil, novecentos e quarenta e um metros e oitenta e um centímetros quadrados), situado na Rua Basílio Cavalet, cidade de Água Doce-SC, com as seguintes confrontações: Inicia-se no marco denominado 5, deste segue por rua, dividindo-o com a Rua Basílio Cavalet; Daí segue por rua confrontando com Rua Basílio Cavalet com o azimute de 176º26'58" e a distância de 107,31m até o marco 6 (E=94,452m e N=42,694); Daí segue por linha seca confrontando com Área a desmembrar 03, com o azimute de 273º17'07" e a distância de 50,88m até o marco 10 (E=43,660m e N=45,609m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 3º56'10" e a distância de 16,96m até o marco 11 (E=44,825 e N=62,552); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 10º57'05" e a distância de 25,61m até o marco 12 (E=49,692m e N=87,700m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 359º09'04" e a distância de 9,14m até o marco 13 (E=49,556m e N=96,836m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 359º09'04" e a distância de 12,94m até o marco 14 (E=49,365m e N=109,778m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 344º39'31" e a distância de 17,78m até o marco 15 (E=44,660m e N=126,926m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 333º23'27" e a distância de 14,42m até o marco 16 (E=38,200m e N=139,822m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 304º04'29" e a distância de 12,31m até o marco 17 (E=28,251m e N=146,551m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 311º10'00" e a distância de 10,41m até o marco 18 (E=20,417m e N=153,402m); Daí segue por linha seca confrontando com Área remanescente de Cavalet Móveis Ltda ME,

com o azimute de 93°18'40" e a distância de 67,52m até o marco 5 (E=87,825m e N=149,502m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono, com área superficial de 4.981,81m<sup>2</sup>, devidamente registrado no Registro de Imóveis - 2º Ofício da Comarca de Joaçaba-SC sob o nº 13.530.

Parágrafo único - Os imóveis, objeto da aquisição de que trata o "caput" deste artigo destina-se à política de incentivos econômicos, na forma de doação onerosa, com encargos e cláusula de reversão, seguindo-se o rito próprio definido na Lei nº. 943, de 19 de março de 1996 e seu regulamento.

Art. 2º. Fica, igualmente, declarada de caráter urgente a desapropriação, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, com nova redação dada pela Lei nº 2.786/56.

Art. 3º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal, nas seguintes dotações:

07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO  
02 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0110.0 - Aplicações Diretas

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce-SC, em 01 de novembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

## Decreto Nº 119/2011

DECRETO Nº 119/2011 - DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011

"DECLARA IMÓVEIS DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II e XIII, do artigo 72, mais o Parágrafo único, do artigo 170, ambos da Lei Orgânica Municipal; combinado com o artigo 2º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21.06.1941; tendo presentes os termos do Decreto Municipal nº 117, de 31.10.2011,

### DECRETA

Art. 1º. Ficam desapropriados, como desapropriados estão, os imóveis de propriedade de CAVALET MÓVEIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.100.543/0001-33, com as seguintes características:

I - Um terreno urbano com área registrada de 1.817,81 m<sup>2</sup> (um mil, oitocentos e dezessete metros e oitenta e um centímetros quadrados), situado na Rua Basílio Cavalet, com as seguintes confrontações: Inicia-se no marco denominado □6', deste segue por rua, dividindo-o com a Rua Basílio Cavalet; Daí segue por rua confrontando com Rua Basílio Cavalet com o azimute de 176°26'58" e a distância de 25,00metros até o marco 7 (E=96,000m e N=17,742m); Daí segue por linha seca confrontando com Giovani Brandalise e Elenice Aparecida Lara Ribas Brandalise com o azimute de 251°10'52" e a distância de 55,00m até o marco 8 (E=43,941m e N=0,000m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 359°57'28" e a distância de 26,87m até o marco 9 (E=43,921m e N= 26,869m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 359°12'06" e a distância de 18,74m até o marco 10 (E=43,660 e N=45,609); Daí segue por linha seca confrontando com área a desmembrar 02 com o azimute de 93°17'07" e a distância de 50,88m até o marco 6 (E=94,452m e N=42,694m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono, com área superficial de 1.817,92m<sup>2</sup>, devidamente registrado no Registro de Imóveis - 2º Ofício da Comarca de Joaçaba-SC sob o nº

13.531.

II - Um terreno urbano, constante da Área 02, com a área de 4.941,81m<sup>2</sup> (quatro mil, novecentos e quarenta e um metros e oitenta e um centímetros quadrados), situado na Rua Basílio Cavalet, cidade de Água Doce-SC, com as seguintes confrontações: Inicia-se no marco denominado 5, deste segue por rua, dividindo-o com a Rua Basílio Cavalet; Daí segue por rua confrontando com Rua Basílio Cavalet com o azimute de 176°26'58" e a distância de 107,31m até o marco 6 (E=94,452m e N=42,694); Daí segue por linha seca confrontando com Área a desmembrar 03, com o azimute de 273°17'07" e a distância de 50,88m até o marco 10 (E=43,660m e N=45,609m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 3°56'10" e a distância de 16,96m até o marco 11 (E=44,825 e N=62,552); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 10°57'05" e a distância de 25,61m até o marco 12 (E=49,692m e N=87,700m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 359°09'04" e a distância de 9,14m até o marco 13 (E=49,556m e N=96,836m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 359°09'04" e a distância de 12,94m até o marco 14 (E=49,365m e N=109,778m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 344°39'31" e a distância de 17,78m até o marco 15 (E=44,660m e N=126,926m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 333°23'27" e a distância de 14,42m até o marco 16 (E=38,200m e N=139,822m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 304°04'29" e a distância de 12,31m até o marco 17 (E=28,251m e N=146,551m); Daí segue por linha seca confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Água Doce com o azimute de 311°10'00" e a distância de 10,41m até o marco 18 (E=20,417m e N=153,402m); Daí segue por linha seca confrontando com Área remanescente de Cavalet Móveis Ltda ME, com o azimute de 93°18'40" e a distância de 67,52m até o marco 5 (E=87,825m e N=149,502m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono, com área superficial de 4.981,81m<sup>2</sup>, devidamente registrado no Registro de Imóveis - 2º Ofício da Comarca de Joaçaba-SC sob o nº 13.530.

Parágrafo único. Os imóveis, objeto da aquisição de que trata o "caput" deste artigo destina-se à política de incentivos econômicos, na forma de doação onerosa, com encargos e cláusula de reversão, seguindo-se o rito próprio definido na Lei nº. 943, de 19 de março de 1996 e seu regulamento.

Art. 2º. Fica, igualmente, declarada de caráter urgente a desapropriação, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, com nova redação dada pela Lei nº 2.786/56.

Art. 3º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal, nas seguintes dotações, respeitadas as respectivas avaliações realizadas pela Comissão designada pelo Decreto nº 050, de 16.05.2008:

07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO  
02 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0110.0 - Aplicações Diretas

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce-SC, em 03 de novembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Decreto N° 123/2011

DECRETO N° 123/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei n°. 1359/11 de 01 de Janeiro de 2011.

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 22.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.364.0002.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 22.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.362.0002.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 22.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 04 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 04 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto N° 124/2011

DECRETO N° 124/2011

Abre crédito especial superávit financeiro no Orçamento programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei n°. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.400,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0006.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 4.400,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro 4.400,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 07 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de Novembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto N°. 122/2011

DECRETO N°. 122/2011

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias para o Fundo Municipal de Saúde de Antônio Carlos e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei n°. 1358 de 01 de Novembro de 2011.

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica Suplementada na importância de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - 3.3.90.00.00.00.0.1.002 - Manutenção Setor da Saúde

2 - Aplicações Diretas

R\$ 129.000,00

Art. 2º - A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.007- 4.4.50.00.00.00.0.1.000 - Implantação e Manutenção Centro de Educ. Especial

63 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 10.000,00

1.010 - 3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Preserv. Desenvolvimento Patrimônio Cultural

75 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

1.010 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Preserv. Desenvolvimento Patrimônio Cultural

76 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

2.017 - 3.3.50.00.00.00.0.1.000 - Manutenção da Escola e Banda de Música

73 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 10.000,00

05.03 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.020 - 3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Auxílio Material de Construção

100 - Aplicações Diretas

R\$ 14.700,00

06.01 - SECRETARIA DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1.017.4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Implantação do Sistema de Tratamento de Esgoto

87 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00



1.021.4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Construção e Remodelação de Praças

108 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

2.034.3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública

123 - Aplicações Diretas

R\$ 17.000,00

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.036 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Construção de Centro de Reciclagem de Lixo

161 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

1.011 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Reforma e Adaptação de Equipamentos Esportivos

80 - Aplicações Diretas

R\$ 10.200,00

08.02 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

1.027 - 3.3.90.00.00.00.0.1.000 - Sinalização Turística

127 - Aplicações Diretas

R\$ 12.100,00

1.027 - 4.4.90.00.00.00.0.1.000 - Sinalização Turística

128 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 04 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação - PL Nº 149/2011**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 149/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 087/2011; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas do Caminhão Basculante Volkswagen 23-210, Placa MCX-9762, da frota de veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme previsto no edital e seus anexos; abertura: dia 23/11/2011 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 07 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **Aviso de Concurso Nº 001/2011**

**AVISO DE CONCURSO PARA ESCOLHA DA COMPOSIÇÃO DE LETRA E MÚSICA DO HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Processo Administrativo: nº 148/2011; Concurso nº: 001/2011; Objeto: A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, através da Secretaria de Educação e Cultura, realizará o concurso para escolha do Hino Oficial do Município, conforme previsto no edital

001/2011; Período de inscrição: 08 de Novembro de 2011 a 03 de Janeiro de 2012. Inscrições: Biblioteca Pública Municipal Professor Lauro Junkes, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Antônio Carlos, 07 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal.

## **Biguaçu**

### **PREFEITURA**

### **Aviso de Pregão Eletrônico Nº 135/2011- FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2011- FMS

OBJETO: Aquisição de material permanente e material gráfico destinado a vigilância epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, através de recursos cedidos pelo programa VIGISUS.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14:30h do dia 22/11/2011, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 09/11/2011 às 14:29 do dia 22/11/2011.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico do provedor do pregão eletrônico- Cidade Compras- [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3243-1040.

Biguaçu, 04 de novembro de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

### **Aviso de Pregão Presencial Nº 129/2011- FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2011- FMS

OBJETO: Aquisição e confecção de uniformes para uso da Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária e Estratégia de Saúde da Família (ESF) da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

DATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: 22/11/2011 às 10:00 horas, horário de Brasília- DF.

LOCAL PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a apresentação de um CD ou Pen-drive, ou no endereço eletrônico: [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48-3243-1040.

Biguaçu, 07 de novembro de 2011.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Decreto 053/2011

DECRETO 053/2011 31.10.2011  
SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Shovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

10.01 - Secretaria de Educação  
12.361.0120.2.024 - Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb  
3190.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00  
12.365.0120.2.030 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3190.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00  
- Total R\$ 410.000,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 31 de outubro de 2011.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### Decreto 054/2011

DECRETO Nº 054/2011 07.11.2011  
Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Avaliação de Servidores Públicos em Estágio Probatório

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 37 da Lei Complementar nº 09/99, de 17.11.99 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e parágrafo 4º do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.98, etc

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos servidores: Rosana Baade Leonhardt, Sylvania Rohling Goede, Tarcisio José Prim, Albanir Martins e Denise Schüssler Werter.

Art. 2º. A Comissão será presidida pela servidora Rosana Baade Leonhardt e Secretariada por Sylvania Rohling Goede e tem como objetivo executar a Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório.

Art. 3º. A Comissão ora constituída seguirá as normas do Decreto nº 067/05, de 26.08.05 que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 07 de novembro de 2011.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### Decreto 055/2011

DECRETO Nº 055/2011 07.11.2011  
PONTO FACULTATIVO

Vilberto Müller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais etc

#### DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 14 de novembro de 2011, ressalvadas as necessidades de serviços de cada órgão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 07 de novembro de 2011.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

## Caçador

### PREFEITURA

#### Decreto 5.054

DECRETO Nº 5.054, de 03 de novembro de 2011.  
Dispõe sobre a homologação do resultado final, após análise de recursos, do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva – Edital nº 04/2011 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### D E C R E T A:

Art.1º Fica homologado o resultado final, após a análise dos recursos interpostos, do Processo de Seleção Simplificado para contratação em caráter temporário e formação de cadastro de reserva, para atuarem nos programas DENGUE, CAPS II, CAPS AD e SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Edital nº 04/2011, de 08 de agosto de 2011, conforme constam nos anexos que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

# ANEXO I RESULTADO ANÁLISE DE RECURSOS

Adriano Luiz Maffessoni	Parcialmente Deferido
Anderson Luiz Ramos	Parcialmente Deferido
André Luís Paes Juliani	Indeferido
Bernadete Teresinha dos Santos	Indeferido
Elvira Kruger	Indeferido
Helio Alan Ferreira	Indeferido
Jonathan Carlos Faier dos Santos	Indeferido
Liliane Cordeiro	Deferido
Luiz Carlos Longo	Indeferido
Mônica Varela Regges	Indeferido
Raquel Aparecida Padilha	Indeferido
Reginaldo Paiva da Silva	Indeferido
Sérgio Luiz Figueroa	Deferido
Suzamara Castanho	Indeferido
Vanessa Cinelli Maceri	Deferido
Vilma Bertotto	Parcialmente Deferido

## ANEXO II

### RESULTADO FINAL PARA OS CARGOS DO PROCESSO SELETIVO

Nome do Cargo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.

#### PROGRAMA DENGUE

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Loriana Lopes	0,0	1	46a	2,0
2º	João Maria Guaripuna Filho	0,0	1	44a	2,0
3º	Maria Elena de Oliveira Eger	0,0	1	42a	2,0
4º	Sinara Salete Ribeiro Coelho	0,0	0	42a	2,0
5º	Iure França	0,0	0	25a	2,0
6º	Andrey Alves da Cruz	0,0	0	23a	2,0
7º	Caroline Correa da Silva	0,0	0	22a	2,0
8º	Vanessa Cinelli Maceri				1,4
9º	Helio Alan Ferreira				1,0
10º	Mariele Lopes				0,8
11º	Keler de Bastiani				0,6
12º	Márcia Sampaio				0,4
13º	Adriana Aparecida Pontes	0,0	0	36a	0,3
14º	Francine de Matias	0,0	0	20a	0,3
15º	Janete Aparecida da Silva Martins	0,0	0	39a	0,2
16º	Mozara Thomazi	0,0	0	22a	0,2
17º	Ingra Castilho da Silva	0,0	0	20a	0,2

18º	Ana Karine dos Santos	0,0	0	19a	0,2
19º	Daniele Bertulino Bernardes	0,0	0	17a	0,2
20º	Rita de Cassia Rincão Idalgo de Moraes	0,0	2		0,1
21º	Eliane Aparecida Nunes	0,0	1		0,1
22º	Tiago Bressan Costa	0,0	0		0,1
23º	Ana Celia Caetano	0,0	3	47a	0,0
24º	Angelita Aparecida Dellai Belenke	0,0	3	34a	0,0
25º	Simara Zeni	0,0	3	33a	0,0
26º	Jucilei UrupuKua	0,0	3	24a, 07m	0,0
27º	Viviane Souza de Andrade	0,0	3	24a, 00m	0,0
28º	Tamira Aparecida Gasparetto	0,0	2	42a	0,0
29º	Neiva de Lurdes Pires	0,0	2	35a	0,0
30º	Eloir Salete de Lima	0,0	1	48a	
31º	Lenir Aparecida Carneiro da Costa	0,0	1	47a	0,0
32º	Maria Julia Wisniewski de La Vega	0,0	1	45a	0,0
33º	Marines Reis	0,0	1	41a	0,0
34º	Angelita Milek	0,0	1	35a	0,0
35º	Adriana Aparecida Góes	0,0	1	34a	0,0
36º	Josias Neares da Luz	0,0	1	31a	0,0
37º	Adriana Aguiar	0,0	1	29a	0,0
38º	Analú Santin	0,0	1	28a, 01m	0,0
39º	Roseclea Maria Laurentino	0,0	1	28a, 00m	0,0
40º	Cristiani Aparecida da Costa	0,0	1	27a, 11m	0,0
41º	Geovana Aparecida Bertulino	0,0	1	27a, 02m	0,0
42º	Caroline Mendes de Oliveira	0,0	1	25a	0,0
43º	Iris Fernandes do Nascimento	0,0	0	53a, 11m	0,0
44º	Eleonira Sita Graeff	0,0	0	53a, 10m	0,0
45º	Remi Alves dos Santos	0,0	0	41a	0,0
46º	Rejane Eger de Lima	0,0	0	38a	0,0
47º	Sandra Regina Kaipers	0,0	0	37a	0,0
48º	Guido José Loch Junior	0,0	0	35a	0,0
49º	André Alves da Cruz	0,0	0	26a	0,0
50º	Jenifer Pires da Silva	0,0	0	24a	0,0
51º	Ana Claudia Tarniowicz	0,0	0	23a	0,0
52º	Anne Cristina das Chagas Gomes	0,0	0	22a, 02m, 11d	0,0
53º	Lucian Casali	0,0	0	22a, 02m, 02d	0,0
54º	Suelen Alves	0,0	0	21a	0,0
55º	Karoliny de Freitas Falcão	0,0	0	20a	0,0

Nome do Cargo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.

#### PROGRAMA DENGUE



## PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Rubens Ribeiro				1,2

Nome do Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

## PROGRAMA DENGUE

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Monalisa Ribeiro Camargo				1,2
2º	Flávia Vezaro				0,9
3º	Gabriela Nava Ramos				0,6
4º	Tássia Moreira Alves				0,2
5º	Reginaldo Paiva da Silva				0,0

Nome do Cargo: TERAPEUTA OCUPACIONAL.

## PROGRAMA CAPS II

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Joseane Ines Coldebella Novaski				3,8
2º	Luciana Hang Correia				1,5

Nome do Cargo: PEDAGOGO

## PROGRAMA CAPS II

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Bibiane Baldassari das Neves				3,5
2º	Elisângela Teodoro	2,0			2,0
3º	Celia Pereira da Silva	0,0			2,0
4º	Claudia Aparecida Soares				1,0
5º	Ivanice Niendicher				0,6
6º	Raquel Aparecida Padilha				0,4
7º	Fábio Alves de Oliveira				0,2
8º	Karina Padilha	0,0	1		0,0
9º	Nagiedi Linka Perego	0,0	0		0,0

Nome do Cargo: TERAPEUTA OCUPACIONAL

## PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Elis Defaveri Borges				2,3
2º	Deise Melissa Paust				0,4

Nome do Cargo: PEDAGOGO

## PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Rodineia Clara Carlim Prigol				2,0
2º	Terezinha da Silva Mello	0,0	0	63a	0,0
3º	Lauda Orlando Bellaver	0,0	0	40a	0,0

Nome do Cargo: TERAPEUTA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA

## PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Jorge Henrique Muller João				3,6
2º	Giuliano Weiler				3,4

Nome do Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL

## PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
Não houve inscrição					

Nome do Cargo: MÉDICO PSIQUIATRA

## PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
Não houve inscrição					

Nome do Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

## PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Elaine Raquel Pasini Bulat				6,5
2º	Andreia Teresinha de Almeida				6,2
3º	Luciana Alves de Lima				3,7
4º	Maria Elisa Caramore				3,2
5º	Fabiana Cristina Vieira				3,0
6º	Rosana de Fátima Somensi Locatelli				2,9
7º	Maria Goreti de Oliveira Lamera				2,4
8º	Gleci do Carmo Nurilles Pila				2,0



9º	Cintia de Ca- margo Barcellos				1,6
10º	Adriane Alves da Cruz				0,4
11º	Ana Maria Ribe- iro dos Santos				0,2
12º	Dayane Cordeiro Morais	0,0	1		0,0
13º	Elvira Kruger	0,0	0		0,0

Nome do Cargo: MÉDICO INFECTOLOGISTA

PROGRAMA DST/HIV/AIDS

		Critérios de Desempate			
Classifi- cação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
Não houve inscrição					

Nome do Cargo: TERAPEUTA OCUPACIONAL

PROGRAMA DST/HIV/AIDS

		Critérios de Desempate			
Classifi- cação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Cintia Caroline Or- landini Cardoso				2,2
2º	Karine Rotta de Vargas				1,0

Nome do Cargo: MÉDICO 40 HORAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classifi- cação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Flavio Scalcon				3,5
2º	Lenise Heinz- mann				2,2
3º	Rudyar Fausto Buba				2,0
4º	Thiago Muniz de Lima				0,8
5º	Sander Murilo Ferreira Cec- catto				0,6

Nome do Cargo: MÉDICO 20 HORAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classifi- cação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Northon André Felipe Knoblauch				2,3
2º	Mario Rizatti	0,2			1,5
3º	Wylar Marinho Robert	0,0			1,5

Nome do Cargo: MÉDICO 10 HORAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classifi- cação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final

Classifi- cação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Ricardo Guzela				5,0
2º	Elizabeth Mary Kinceler				1,2

Nome do Cargo: FISIOTERAPEUTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classifi- cação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Siham Abdel Karim Amer				6,3
2º	Sergio Luiz Figueroa	2,0			4,7
3º	Cibele Urio	1,2	0	30a	4,7
4º	Jaile Torri	1,2	0	28a	4,7
5º	Mariana Colla Hahn				4,1
6º	Raysa Yumi Tonegawa	0,0	0	25a	3,5
7º	Monalisa Scolaro	0,0	0	23a	3,5
8º	Talitta Padilha Ma- chado				3,2
9º	Fernanda Cofferi	0,2	0	23a, 07m	2,2
10º	Ariane Buono	0,2	0	23a, 04m	2,2
11º	Adriano Luiz Maffes- soni	0,0	0	28a	2,0
12º	Fabiula Aparecida Kurtz	0,0	0	25a	2,0
13º	Daiane Menegat	0,0	0	24a, 09m	2,0
14º	Anne Caroline Popa- diuk	0,0	0	24a, 08m	2,0
15º	Rosimeri Mezzari	0,0	0	24a, 04m	2,0
16º	Graziele Aline Toresan	0,0	0	22a	2,0
17º	Lucas Deggerone				1,3
18º	Vanessa Dallazem				
19º	Moresco	0,0	0	24a	1,2
20º	Edilaine Criminacio de Oliveira	0,0	0	23a	1,2
21º	Paula Maleske	0,0	0	22a, 07m	1,2
22º	Ninive Isis Rigo Duarte	0,0	0	22a, 04m	1,2
23º	Nathaly Bernardon Gimenes	0,2			1,1
24º	Kassiane Laís Spautz Prestes	0,0			1,1
25º	Rodrigo Petry Gallois	0,0	1	24a	0,8
	Elisiane Dias	0,0	1	23a	0,8

Nome do Cargo: ENFERMEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classifi- cação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Liliane Cordeiro				6,7
2º	Simone Cristina Vieceli Dresch				6,5
3º	Deyse Apareci- da Heine				6,2

4º	Diana Varela				6,1
5º	Mariane Fruet				5,7
6º	Franciely Martins Fruhauf				
7º	Rosemari Santos de Oliveira	1,0	0		5,5
8º	Vagner Andre-atto da Silva				5,1
9º	Cíntia Regina Back Brasil				4,6
10º	Mara Luiza Veber da Rocha				4,2
11º	Graziela Léa Gallina				4,0
12º	Salette Paris	0,4			3,4
13º	Elizangela de Liz Leite	0,2	1		3,2
14º	Patrícia Ma-ester	0,2	0		3,2
15º	Ingrid Heckel	0,2			3,0
16º	Mariana Figue-roa Maffioletti	0,0			3,0
17º	Aline Mandelli				2,9
18º	Sonia Maria Jenzura de Carvalho	0,4	0	52a	2,4
19º	Viviane Martins	0,4	0	29a	2,4
20º	Janaina Alba-nese Reichert	0,0	2		2,0
21º	Lidiani Apareci-da Fantin	0,0	0	32a	2,0
22º	Flaviana Ribeiro de Deus	0,0	0	24a	2,0
23º	Helen Balzan				1,8
24º	Juliana Mar-ques dos San-tos Frankoski				0,9
25º	Carla Ribeiro				0,3
26º	Vilma Bertotto	0,0	1		0,0
27º	Celio Marcos Moreira Becker	0,0	0		0,0

Nome do Cargo: ODONTÓLOGO 20 HORAS

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

Classifi- cação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Cleusa Maria Werner Ferlin				6,5
2º	Mônica Varela Regges				5,1
3º	Graziella Debarba				5,0
4º	Claudenir Leidens	2,0	3		4,8
5º	Flávia Morona Maffessoni	2,0	0		4,8
6º	Andre Luis Paes Juliani				4,1
7º	Adriana Vanes-sa Chimbida Slongo				3,8
8º	Anderson Luiz Ramos				3,7

9º	Rejane Mara Sorgatto				2,8
10º	Cristiano Homero Bor-dignon				2,6
11º	Rafael Fleck	0,0	0	34a	2,0
12º	Solon Coelho de Souza Filho	0,0	0	28a	2,0
13º	Susileide Daniele Rodri-gues Putti				1,7
14º	Fernanda Schmietke				1,5
15º	Regiane Rocha Liegel da Silva				1,4
16º	Clayton Luiz Gorny Junior				1,0
17º	Grace Kanarek	0,0	1	32a, 06m	0,0
18º	Thais Helena Wingeter	0,0	1	32a, 00m	0,0
19º	Lislânne Thae-lis Trancoso	0,0	0		0,0

Nome do Cargo: ODONTÓLOGO 10 HORAS

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

Classifi- cação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Silvia Terra Fontes				6,2
2º	Graciele Fávero				4,5
3º	Leandro Slongo				4,3
4º	Joice Lilliane Mattos Prestes				3,2
5º	Luciano Fer-nandes Valota				2,8
6º	Leonardo Doro Tagliari				2,5
7º	Diego Pinto Kury	0,0	0	31a	1,5
8º	Angélica Sita Bender	0,0	0	23a	1,5
9º	Mariana Bor-tolon				1,4
10º	Kyria Paloma de Almeida				0,0

Nome do Cargo: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

Classifi- cação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Nely Ramas Nizer Cunha				4,0
2º	Estela Maris Padilha de Souza				3,4
3º	Adair das Graças Martins Cardoso				3,2
4º	Nilda de Lima Fusinato				2,0

5º	Scheila Rosa de Andrade				0,9
6º	Eva Joneci do Nascimento Bittencourt				0,2
7º	Cleusa Cardozo	0,0	0	54a	0,0
8º	Nilda Marinha Scheffmacher da Silva	0,0	0	52a	0,0

Nome do Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Iraci de Fatima Ribeiro Lopes de Oliveira	2,0	1	49a	4,0
2º	Luciano dos Santos	2,0	1	35a	4,0
3º	Ivonei Tomacheuski				3,8
4º	Marcio Donizete dos Santos	1,0	2		3,0
5º	Rosangela de Araújo Godoi	1,0	1		3,0
6º	Neide Teresinha de Oliveira Brochier				2,8
7º	Eliane Melo Ribeiro				2,7
8º	Neide Ribeiro Alves Travisani	1,6			2,4
9º	Eliane Aparecida Alves de Campos	0,4			2,4
10º	Maria da Graça Scaratti Sklar				2,2
11º	Suzana Vieira de Alvarenga Ribeiro França	2,0			2,0
12º	Silvana de Fátima Querino	0,0	2	33a, 05m, 10d	2,0
13º	Erica Maria Franciosi	0,0	2	33a, 05m, 05d	2,0
14º	Neiva da Aparecida de Lima Carlin do Prado	0,0	1	37a	2,0
15º	Maria Rosângela Chagas Faro	0,0	1	32a	2,0
16º	Ivone Weingartner	0,0	0		2,0
17º	Maura Fernandes Neumann	1,8			1,9
18º	Maria de Fátima Fernandes	1,4			1,9
19º	Luciano Coluzzi				1,5
20º	Denise Aparecida dos Santos Farias Raitz				1,4

21º	Iraceni Meireles da Silva	1,2	1		1,2
22º	Doraci de Jesus Soares	1,2	0		1,2
23º	Elizabete Carlesso	0,0			1,2
24º	Eliane Salete Rodrigues				0,9
25º	Rafaela Marchioro	0,6	0	27a	0,6
26º	Maicon Antonio de Castilho	0,6	0	26a	0,6
27º	Franciele Rodrigues da Silva Pereira	0,2			0,5
28º	Adriana Stankevicz Rampinelli	0,0			0,5
29º	Ketelen Cris Chaves Koenig	0,4			0,4
30º	Rosangela da Silva	0,2			0,4
31º	Karine Siqueira Crestani	0,0	1		0,4
32º	Deisiane Simões dos Passos	0,0	0		0,4
33º	Rosangela Aparecida de Oliveira Pazzo				0,2
34º	Andréia Lucy Kraieski	0,0	2		0,1
35º	Juliano Chaves	0,0	0		0,1
36º	Márcia Terezinha de Almeida Moreira Branco	0,0	2	36a	0,0
37º	Tereza Staszkovian	0,0	2	34a	0,0
38º	Ivanir Terezinha Kuntz	0,0	1		0,0
39º	Cleonice de Oliveira da Luz	0,0	0	41a	0,0
40º	Monica Cerigueli	0,0	0	30	0,0
41º	Mayelle Aparecida Cassamalli	0,0	0	25a	0,0
42º	Juliana Cristina Petry	0,0	0	22a	0,0

Nome do Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Paulo Sergio Cordeiro				0,0

Nome do Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Angela Cordeiro de Avila				4,0
2º	Orelia Aparecida Branco				2,0
3º	Aila de Oliveira Campos				1,0

### ANEXO III INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Candidato	Motivo
Adriana Chiamolera	Ausência de autenticação nos documentos apresentados - item 7.3 do Edital.
Aginaldo Mello Guimarães	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Aline Renata Gregório	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.8. diploma do curso de graduação diferente do exigido para o cargo pretendido.
Andre Cesar de Oliveira	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Andre Luiz Salles	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação e ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. curso Técnico em reabilitação em dependência química.
Bernadete Teresinha dos Santos	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Caroline Pioli Luz	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.8. diploma do curso de graduação.
Cleide Eliane Gabardo	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Clodinei Bon	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Deiveli Basso Vidal	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Edithe de Almeida	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Gabriela Nayara Vansuita de Souza Valente	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Gisele Aparecida Frederick	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.10. carteira do órgão regulador da profissão COREN.
João Maria Farias Prestes	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Joice Débora Ribeiro	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.8. diploma do curso de graduação
Jonathan Carlos Faier dos Santos	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Lais Suellen Nascimento dos Santos	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.

Leia Angela Flamant	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Lorecy Siqueira Barzotto	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação e 5.2.10. carteira do órgão regulador da profissão COREN.
Luiz Carlos Longo	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.7. diploma do ensino fundamental.
Mariângela Bandiera	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Mariana Pimenta Scaloppi	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Maristela de Siqueira Mendes	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Monique Karina Cachoeira	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Neivair Salete Arigoni Furlin	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Odair Donizetti Kuss	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. título de eleitor.
Rojane Maria Mezalira	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Rosiane de Fátima Cardozo	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Sandra Aparecida Arantes	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Selma Regina Gomes da Silva	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.10. carteira do órgão regulador da profissão COREN.
Sidineiva Cristina Franceschet de Souza	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Suzamara Castanho	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Thais Costenaro	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.10. carteira do órgão regulador da profissão COREN.
Tiago Stoklosa Caldas	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.10. carteira do órgão regulador da profissão COREN.
Zenilda Aparecida de Matos	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.

### Aviso Licitação PR 41-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br)

EDITAL: Pregão Presencial nº 41/2011 - FMS

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MONITOR DE OFICINAS E INSTRUTORES EM ARTES PLÁSTICAS, TEATRO E EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O CAPS II E CONTRATAÇÃO DE AGENTE REDUTOR DE DANOS PARA O CAPS AD.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 15:00 Horas do Dia 22/11/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 15:05 Horas do Dia 22/11/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na





Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde,  
Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br,  
dás 13:00 às 19:00 horas ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)

Caçador, 04 de novembro de 2011.  
DINAMAR APARECIDA GOMES  
Secretária Municipal de Saúde

#### **Contrato 47-2011 SAÚDE**

Contrato 47/2011 FMS - Aditamento de 25% ao contrato 35/2011 para contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes, sendo mais uma vaga referente ao processo licitatório nº 46/2011, DL 03/2011. Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC. Valor: R\$ 1.366,20.

#### **Contrato 48-2011 SAÚDE**

Contrato 48/2011 FMS - Aditamento de 25% ao contrato 36/2011 para contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes, sendo mais três vagas referente ao processo licitatório nº 46/2011, DL 03/2011. Contratado: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC. Valor: R\$ 4.098,60.

## Camboriú

### PREFEITURA

#### **Lei Nº. 2.371/2011**

LEI Nº 2.371/2011

Dispõe sobre Premio Mérito ao Servidor Público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a distinção honorífica denominada "PRÊMIO MÉRITO AO SERVIDOR PÚBLICO", que será outorgada pela Câmara Municipal de Camboriú, ao reconhecimento dos servidores Públicos efetivos do Município de Camboriú que se destacaram pela eficiência, conduta exemplar e dedicação no exercício de suas atribuições funcionais.

Art. 2º A homenagem de que trata a presente lei será em forma de diploma a ser entregue em Sessão Solene, preferencialmente na semana do dia 28 de outubro, data comemorativa do Dia Nacional do Servidor público, no Plenário da Câmara Municipal de Camboriú.

Art. 3º Cada vereador poderá indicar anualmente 1 (um) Servidor Público a ser homenageado.

Art. 4º Para receber a homenagem, os servidores devem ter 8 (oito) ou mais anos de efetivo exercício de suas funções, devendo estar acompanhada de uma justificativa, que transparea e evidencie o mérito do homenageado.

Art. 5º É vedada a indicação do Servidor Público:

- I - que estiver respondendo processo administrativo disciplinar ou sob sindicância;
- II - que tenham sofrido penalidade administrativa em decorrência

de procedimento disciplinar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses antecedentes a realização da seleção.

Art. 6º Os nomes indicados terão seus currículos avaliados e apreciados pela Comissão de Educação, Cultura, Meio - Ambiente e Saúde da Câmara de Vereadores, que após eventual aprovação, remeterá os mesmos ao duto plenário.

Art. 7º O Servidor Público só poderá ser indicado e homenageado a cada 5 (cinco) anos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 25 de outubro de 2011.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

#### **Lei Nº. 2.372/2011**

LEI Nº 2.372/2011

Dispõe sobre a política municipal de proteção integral a criança e ao adolescente e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a política municipal de proteção integral da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação, seguindo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente e do artigo 227 da Constituição Federal.

Art. 2º A política de proteção dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á por meio de:

- I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;
- II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;
- III - serviços e programas especiais, adequados à política de proteção integral à criança e ao adolescente, nos termos desta Lei.

§ 1º Os serviços e programas já existentes nos diversos órgãos públicos municipais adequar-se-ão de modo a proporcionar o atendimento prioritário e preferencial a crianças e adolescentes, na forma do disposto no artigo 4º, parágrafo único, alínea "b" e no artigo 259, parágrafo único, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como do artigo 227, caput, da Constituição Federal.

§ 2º O Município destinará, em caráter prioritário, recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

§ 3º É vedada a criação, alteração ou extinção de programas de atendimentos a crianças, adolescentes e famílias desenvolvidos por órgãos e entidades públicas municipais sem a prévia deliberação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.



Art. 3º São órgãos de política de proteção dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal delegará ao órgão executivo de sua escolha, com suporte técnico, administrativo e financeiro, que terá a função de cuidar para que as condições básicas indispensáveis ao bom funcionamento dos conselhos sejam garantidas.

Art. 4º As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder a inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, o qual manterá registro de inscrições e de suas alterações, comunicando o Conselho Tutelar, o Ministério Público e a Justiça da Infância e Juventude.

Art. 5º Fica criado no Município o Serviço Especial de Apoio, Orientação e Acompanhamento Familiar, a ser estruturado com recursos materiais e humanos aptos ao desempenho das finalidades previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O programa a que se refere o caput deste artigo importará em abordagem interdisciplinar visando à descoberta e à solução dos problemas sócio-familiares, a ser elaborado e executado pelos órgãos responsáveis pelos setores de educação, saúde e assistência social do Município.

Art. 6º O Município propiciará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de órgãos e entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA

#### SEÇÃO I

##### DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

###### Subseção I

###### Da Natureza

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é um órgão normativo, consultivo, deliberativo da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e controlador das ações do Executivo em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária, por meio de organizações representativas, assim como respeitando o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente e desta Lei.

§ 1º Como órgão normativo deverá expedir resoluções definindo e disciplinando a política de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º Como órgão consultivo emitirá parecer, por meio de comissões especiais, sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas, após a aprovação do plenário.

§ 3º Como órgão deliberativo reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após discussão e por maioria simples de votos, todas as matérias de sua competência.

§ 4º Como órgão controlador visitará e fiscalizará as entidades governamentais e não governamentais, delegacias e unidades de aplicação de medidas sócio educativas, receberá comunicações oficiais, representações ou reclamações de qualquer cidadão sobre a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, deliberando em plenário e dando solução adequada.

###### Subseção II

###### Da Composição

Art. 8º O CMDCA será composto por 16 (dezesesseis) membros, sendo 8 (oito) representantes governamentais indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e 8 (oito) representantes de entidades não governamentais, previamente cadastradas no CMDCA segundo leis federais, estaduais e municipais.

###### Subseção III

###### Do Processo de Escolha

Art. 9º São requisitos para indicação de membro do CMDCA:

I - nacionalidade brasileira;

II - idoneidade moral e boa conduta social;

III - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

IV - domicílio eleitoral na circunscrição do Município de Camboriú há mais de 3 (três) anos;

V - estar no gozo dos direitos políticos;

VI - quitação das obrigações eleitorais e militares;

VII - não registrar antecedentes criminais incompatíveis com o exercício da função, requisito este a ser comprovado por meio de certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Comum, Estadual e Federal, assim como da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar Estadual, expedidas por órgãos com jurisdição nos locais de residência do candidato nos últimos 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Serão indicadas, preferencialmente, as pessoas que tenham experiência ou que atuam na área de atendimento das políticas de proteção à criança e ao adolescente.

Art. 10. Os conselheiros serão escolhidos até o dia 20 do mês de maio de cada ano em que se vencer o mandato.

Art. 11. Os conselheiros representantes das secretarias municipais e seus respectivos suplentes serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva secretaria, no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação para nomeação e posse pelo CMDCA, podendo ser substituídos a qualquer tempo por nova indicação do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Caso o Chefe do Poder Executivo Municipal não indique os representantes, serão empossados, no prazo de 10 dias, os seguintes representantes:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

V - 1 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município;

VI - 1 (um) representante dos coordenadores de programas sociais existentes no Município;

VII - 1 (um) representante das Escolas Federais existentes no Município;

VIII - 1 (um) representante das Escolas Estaduais existente no Município.

§ 2º Os representantes dos coordenadores de programas sociais existentes no Município serão indicados pelo Titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 12. Os representantes de organizações da sociedade civil serão escolhidos pelo voto das entidades não governamentais, associações comunitárias rurais, associações de bairro, clubes de serviço, representantes dos colegiados das escolas públicas e particulares e outras entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município e existência mínima de um ano, reunidas em assembleia convocada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante edital publicado na imprensa e/ou afixado em locais de amplo acesso do público, pelo prazo de 15 (quinze) dias, sendo que a assembleia deverá ocorrer no prazo máximo de 60

(sessenta) dias, a contar da publicação do edital.

§ 1º Caso o Chefe do Executivo não providencie a publicação do edital a que se refere o caput deste artigo dentro do prazo previsto, tal iniciativa poderá ser tomada por qualquer das entidades não governamentais especificadas no mesmo dispositivo ou por qualquer cidadão residente no Município.

§ 2º O voto das entidades civis a que se refere o caput deste artigo será exercido por meio de delegados previamente cadastrados junto ao Órgão Municipal ou Comissão Especial a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para organizar a assembleia.

§ 3º Cada entidade cadastrada deverá indicar 2 (dois) candidatos para a função de conselheiro, um para o provimento do cargo efetivo e um suplente.

Art. 13. Os subseqüentes processos de renovação dos conselheiros não governamentais serão de responsabilidade do próprio CMDCA e deverão ser desencadeados no mínimo 90 (noventa) dias antes do vencimento dos respectivos mandatos.

Art. 14. Os representantes da sociedade civil junto ao CMDCA serão empossados no dia 1º de junho do ano da eleição, após a proclamação do respectivo processo de escolha, com a publicação dos nomes dos conselheiros titulares e suplentes, bem como das entidades às quais pertencem.

Art. 15. Em qualquer caso, será o representante do Ministério Público pessoalmente notificado a acompanhar, querendo, o processo de escolha das entidades não governamentais integrantes do CMDCA, devendo ser informado de todas as etapas do certame, desde sua deflagração até a posse dos conselheiros escolhidos.

Art. 16. De modo a tornar efetivo o caráter paritário do CMDCA, são considerados impedidos de integrar sua ala não governamental todos os servidores do Poder Executivo ocupantes de cargo efetivo ou em comissão no respectivo nível do governo, assim como o cônjuge, os parentes consanguíneos e os afins até o segundo grau destes.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

#### Subseção IV Do Mandato

Art. 17. O mandato dos membros do CMDCA será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, por igual período, no caso dos conselheiros representantes da sociedade civil.

§ 1º A eventual substituição dos representantes das entidades que compõe o CMDCA deverá ser previamente comunicada e justificada, não podendo prejudicar as atividades do Órgão.

§ 2º O mandato dos membros do CMDCA poderá ser cassado, mediante procedimento administrativo a ser instaurado pelo próprio Órgão, na forma e nas hipóteses previstas nesta Lei.

Art. 18. Perderá o mandato o membro do CMDCA quando:

I - o conselheiro que no exercício da titularidade faltar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas no período de 1 (um) ano, salvo justificativa por escrito aprovada por maioria simples dos membros do referido conselho, vedada a sua recondução para o mesmo período;

II - for determinado, em procedimento para apuração de irregularidade em entidade de atendimento, a suspensão cautelar dos dirigentes da entidade, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidos pelo artigo 4º, da Lei Federal nº. 8.429/92.

Art. 19. Sendo cassado o mandato de conselheiro, o CMDCA efetuará, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicação ao Chefe do Poder Executivo Municipal e ao Ministério Público para tomada das providências necessárias no sentido da imediata nomeação de novo membro, bem como apuração da responsabilidade administrativa do cassado.

§ 1º Na perda do mandato de conselheiro representante governamental, assumirá o suplente ou, na inexistência deste, aquele que for indicado pelo Poder Executivo.

§ 2º Na perda do mandato de conselheiro representante das organizações não governamentais, assumirá o suplente ou, na inexistência deste, aquele que for indicado pela organização não governamental respectiva.

§ 3º Na hipótese de dissolução da organização não governamental, seus representantes perderão automaticamente o mandato.

Art. 20. Será excluída do CMDCA a entidade não governamental que:

I - for implicada, em procedimento para apuração de irregularidade em entidade de atendimento, em qualquer das sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - perder, por qualquer outra razão, o registro no CMDCA.

Parágrafo único. Nos casos de exclusão ou renúncia de entidade não governamental integrante do CMDCA, será imediatamente convocada nova assembleia das entidades para que seja suprida a vaga existente.

#### SEÇÃO II

##### DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 21. Os cargos da diretoria do CMDCA serão preenchidos por meio de negociação entre seus membros, sendo que só poderão exercer função em um segmento.

§ 1º A Diretoria do CMDCA será formada por:

I - 1 (um) presidente;

II - 1 (um) vice-presidente;

III - 1 (um) secretário;

IV - 1 (um) tesoureiro;

V - comissões, que serão divididas em:

a) comissão de política de atendimento;

b) comissão de fundo municipal;

c) comissão de apoio ao Conselho Tutelar;

d) comissão de registro e inscrição de entidades e programas;

e) comissão de comunicação e divulgação.

§ 2º O presidente, o vice-presidente e o tesoureiro deverão ser de organizações diferentes e alternadas, ou seja, um de órgão governamental e outro não governamental, devendo haver alternância em cada novo mandato.

§ 3º No caso de o vice-presidente assumir definitivamente as funções de presidente, deverá ser escolhido novo tesoureiro.

§ 4º A organização funcional e o detalhamento de competência do CMDCA serão definidos em regulamento próprio.

Art. 22. O CMDCA deverá dispor de, no mínimo, 1 (uma) sala de reunião, 1 (uma) sala para atendimento reservado e 1 (uma) sala administrativa, instaladas em prédio de fácil acesso, localizado na área de sua competência, preferencialmente em local já conhecido como referência de atendimento à população.



Parágrafo único. O poder público municipal disponibilizará um servidor para executar as atividades administrativas do CMDCA.

### SEÇÃO III

#### DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 23. Compete ao CMDCA:

I - administrar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, realizando campanhas de arrecadação de recursos por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas, alocando-os para os programas das entidades governamentais e repassando verbas para as entidades não governamentais, fazendo publicar, semestralmente no Município, balancete dando conta dos recursos obtidos e suas aplicações;

II - formular e controlar a execução da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, agindo em conjunto com conselhos setoriais, apresentando ao Poder Executivo, até o mês de março de cada ano, plano de ação anual que indique as prioridades e assegure a proteção integral dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no âmbito do Município, para fins de inclusão nas propostas de Leis Orçamentárias e no Orçamento do exercício seguinte, observado o disposto no artigo 4º, parágrafo único, alínea "c" do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - organizar e realizar anualmente, sempre no mês de maio, a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visando a sensibilizar e mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação da comunidade na solução dos problemas da criança e do adolescente, bem como conscientizar a comunidade na obtenção de subsídios para a elaboração do plano anual a que se refere o inciso II deste artigo;

IV - promover o registro das entidades não governamentais e a inscrição de programas sócio-educativos e de proteção desenvolvidos por entidades governamentais e não governamentais de atendimento, procedendo ao seu cadastramento, de tudo dando conhecimento ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, à Justiça da Infância e da Juventude, e às Autoridades Policiais Civil e Militar;

V - fixar critérios de utilização de recursos, por meio de planos de aplicação das doações subsidiárias e demais receitas, aplicando necessariamente o percentual de, no mínimo, 20% (vinte por cento) para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;

VI - difundir amplamente os princípios constitucionais e a política municipal, destinadas à proteção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, objetivando a mobilização, articulação entre as entidades governamentais e não governamentais para um efetivo desenvolvimento integrado entre as partes;

VII - solicitar assessoria às instituições públicas no âmbito federal, estadual, municipal e às entidades não governamentais que desenvolvam ações de proteção à criança e ao adolescente;

VIII - acompanhar o reordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, modificações nas estruturas das secretarias e órgãos da administração pública e privada ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, observado o disposto no artigo 4º, parágrafo único, alínea "b", e artigo 259, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

IX - opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude;

X - promover a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, apoiando a promoção de campanhas educativas, com a indicação de medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos referidos direitos;

XI - regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para o processo de escolha e a posse dos representantes da sociedade civil organizada junto ao CMDCA e membros do Conselho Tutelar;

XII - nomear, dar posse e conceder licenças aos membros do Conselho Tutelar, bem como declarar vago o posto por perda de mandato, nos termos dos respectivos regulamentos e das hipóteses previstas em Lei, comunicando imediatamente ao chefe do Poder

Executivo, ao Ministério Público e à Justiça da Infância e Juventude;

XIII - solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, no caso de vacância;

XIV - elaborar e alterar seu regimento interno.

### SEÇÃO IV

#### DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 24. Na forma do disposto no artigo 90, parágrafo único e artigo 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe ao CMDCA efetuar o registro:

I - das entidades não governamentais sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o artigo 90, caput e correspondentes às medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - dos referidos programas de atendimentos a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução por entidades governamentais ou não governamentais.

Parágrafo único. O CMDCA deverá também, periodicamente, no máximo a cada 2 (dois) anos, realizar o cadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de atendimento traçada.

Art. 25. O CMDCA deverá expedir resolução própria, indicando a relação de documentos a ser fornecida pela entidade para fins de registro ou cadastramento, da qual deverá constar, no mínimo:

I - estatutos e demais documentos comprobatórios de sua regular constituição como pessoa jurídica, com indicação de seu CNPJ;

II - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria;

III - relação nominal e documentos comprobatórios da identidade e idoneidade de seus dirigentes e funcionários;

IV - documentos comprobatórios da habilitação profissional de seus dirigentes e funcionários;

V - atestados, fornecidos pelo Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária ou órgãos públicos equivalentes, relativos às condições de segurança, higiene e salubridade;

VI - descrição detalhada da proposta de atendimento e do programa que se pretende executar, com sua fundamentação técnica, metodologia e forma de articulação com outros programas e serviços já em execução;

VII - relatório das atividades desenvolvidas no período anterior ao cadastramento, com a respectiva documentação comprobatória;

VIII - prestação de contas dos recursos recebidos nos 2 (dois) anos anteriores ou desde o último cadastramento, com a indicação da fonte de receita e forma de despesa.

Art. 26. Quando do registro ou cadastramento, o CMDCA, por intermédio da comissão própria, na forma do disposto em seu regimento interno, e com o auxílio de outros órgãos e serviços públicos, deverá certificar-se da adequação da entidade e/ou do programa às normas e princípios estatutários, bem como a outros requisitos específicos que venha a exigir, via resolução própria.

§ 1º Será negado registro à entidade nas hipóteses relacionadas pelo artigo 91, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente em outras situações definidas pela mencionada resolução do CMDCA.

§ 2º Será negado registro ao programa que não respeite os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou seja incompatível com a política de atendimento traçada pelo CMDCA.

§ 3º Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, poderá ser a qualquer momento cassado o registro originalmente concedido à entidade ou programa, comunicando-se o fato ao Ministério Público.

Art. 27. Em sendo constatado que alguma entidade ou programa



esteja atendendo a crianças e adolescentes sem o devido registro no CMDCA, ou com prazo de validade deste já expirado, deverá o fato ser levado ao conhecimento do Ministério Público, para tomada das medidas cabíveis, na forma do disposto nos artigos 95, 97 e 191 a 193, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 28. O CMDCA expedirá resolução própria dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, conforme previsto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, caput, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 29. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção ou sócio-educativos destinados a criança e adolescente, em regime de:

I - orientação e apoio sóciofamiliar;

II - apoio sócioeducativo em meio aberto;

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - identificação de pais ou responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social;

VI - colocação familiar;

VII - acolhimento institucional;

VIII - liberdade assistida;

IX - prestação de serviços a comunidade;

X - prevenção e tratamento especializado a crianças e adolescentes, pais e responsáveis usuários de substâncias psicoativas.

§ 1º O atendimento a ser prestado a crianças e adolescentes será efetuado em regime de cooperação e articulação entre os diversos setores da administração pública e entidades não governamentais, contemplando, obrigatoriamente, a regularização do registro civil e a realização de um trabalho de orientação, apoio e tratamento à família.

§ 2º Os serviços e programas acima relacionados não excluem outros, que podem vir a ser criados em benefício de crianças e adolescentes e suas respectivas famílias.

Art. 30. A função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não é remunerada.

#### SEÇÃO V

##### DO REGIMENTO INTERNO

Art. 31. O CMDCA elaborará e aprovará o seu regimento interno e o submeterá ao Chefe do Poder Executivo Municipal para homologação por meio de Decreto.

Parágrafo único. Constará do regimento interno do CMDCA, dentre outros:

I - a forma de escolha do presidente e vice-presidente do CMDCA, bem como, na falta ou impedimento de ambos, a condução dos trabalhos pelo decano dos conselheiros presentes;

II - as datas e horários das reuniões ordinárias do CMDCA, de modo que se garanta a presença de todos os membros do órgão e permita a participação da população em geral;

III - a forma de convocação das reuniões extraordinárias do CMDCA e a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberação, com a comunicação aos integrantes do órgão, Juízo, Promotoria da Infância e Juventude, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Tutelar, bem como à população em geral, inclusive via órgãos de imprensa local;

IV - a possibilidade da discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos na pauta, desde que relevantes e/ou urgentes, notadamente mediante provocação do Juízo e Promotoria da Infância e Juventude, representante da Ordem dos Advogados do

Brasil ou do Conselho Tutelar;

V - o quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do CMDCA, que não deverá ser inferior à metade mais um do número total de conselheiros, bem como o procedimento a adotar caso não seja aquele atingido;

VI - a criação de câmaras ou comissões temáticas em caráter permanente ou temporário para análise prévia de temas específicos, como políticas básicas, proteção especial, orçamento e fundo, comunicação, articulação e mobilização, etc., que deverão ser compostas de no mínimo 4 (quatro) conselheiros, observada a paridade entre representantes do governo e da sociedade civil;

VII - a função meramente opinativa da câmara ou comissão mencionada no inciso anterior, com a previsão de que, se a análise da matéria ocorrer num momento anterior à reunião do CMDCA, a câmara ou comissão deverá apresentar um relatório informativo e opinativo à plenária do órgão, ao qual compete a tomada da decisão respectiva;

VIII - a forma como ocorrerá a discussão das matérias colocadas em pauta, com a apresentação do relatório pela câmara ou comissão temática e possibilidade da convocação de representantes da administração pública e/ou especialistas no assunto, para esclarecimento dos conselheiros acerca de detalhes sobre a matéria em discussão;

IX - os impedimentos para participação das entidades e/ou dos conselheiros nas câmaras, comissões e deliberações do órgão;

X - o direito de os representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Tutelar, presentes à reunião, manifestarem-se sobre a matéria em discussão, querendo;

XI - a forma como se dará a manifestação de representantes de entidades não integrantes do CMDCA, bem como as dos cidadãos em geral presentes à reunião;

XII - a forma como será efetuada a tomada de votos, quando os membros do CMDCA estiverem aptos a deliberar sobre matéria colocada em discussão, com previsão da questão no caso de empate, devendo ser assegurada sua publicidade;

XIII - a forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão do CMDCA de entidade ou de seu representante quando da reiteração de faltas injustificadas e/ou prática de ato incompatível com a função, nos moldes da Lei;

XIV - a forma como serão analisados os pedidos de cadastro dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em execução no Município, bem como as entidades não governamentais que pretendam atuar na área, tudo por força dos artigos 90, parágrafo único e 91, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### CAPÍTULO III

##### DO CONSELHO TUTELAR

#### SEÇÃO I

##### DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

##### Subseção I

##### Da Natureza

Art. 32. Esta Lei institui o regime jurídico da função pública de conselheiro tutelar do Município de Camboriú/SC.

Art. 33. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente e outras normas.

§ 1º O Conselho Tutelar está vinculado administrativamente, sem subordinação, ao Município de Camboriú, devendo manter relação ética e responsável com toda a administração municipal e receber cooperação técnica das secretarias, departamentos e programas do Município voltados para a criança e o adolescente.

§ 2º O Conselho Tutelar é fiscalizado pelo CMDCA, pela Justiça da Infância e da Juventude, pelo Ministério Público, pelas entidades civis que trabalham com a população infanto-juvenil e, principalmente, pelos cidadãos, que devem zelar pelo seu bom funcionamento e correta execução de suas atribuições legais.

#### Subseção II Da Composição

Art. 34. Cada Conselho Tutelar deverá ser composto de 5 (cinco) membros e 5 (cinco) suplentes.

Parágrafo único. Sempre que necessária a convocação de suplente e não houver nenhum na lista, cabe ao CMDCA realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

#### Subseção III Do Processo De Escolha

Art. 35. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I - nacionalidade brasileira;
- II - idoneidade moral e boa conduta social;
- III - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- IV - domicílio eleitoral na circunscrição do Município de Camboriú há mais de 3 (três) anos;
- V - estar no gozo dos direitos políticos;
- VI - quitação das obrigações eleitorais e militares;
- VII - não registrar antecedentes criminais incompatíveis com o exercício da função, nos últimos 10 (dez) anos;
- VIII - 1 (um) ano de reconhecida experiência prática ou de estudos na área de defesa ou atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
- IX - ensino médio completo;
- X - estar no gozo de boa saúde física e mental;
- XI - aprovação em prova de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O membro do CMDCA que candidatar-se à função de conselheiro tutelar deverá, simultaneamente, pedir seu afastamento do conselho ao qual está vinculado.

Art. 36. A eleição dos membros do Conselho Tutelar reger-se-á pelo que dispõem a presente Lei e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 37. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, previsto nesta Lei, será realizado sob a responsabilidade do CMDCA, com fiscalização do Ministério Público, conforme os termos do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 38. O CMDCA indicará Comissão Eleitoral responsável pela organização do pleito, bem como por toda a condução do processo eleitoral.

Parágrafo único. Para compor a Comissão Eleitoral, o CMDCA poderá escolher dentre seus membros e/ou indicar cidadãos e representantes de entidades de ilibada conduta e reconhecida idoneidade moral.

Art. 39. O CMDCA expedirá resolução estabelecendo a data, horário e local da prova, bem como o registro das candidaturas, os documentos necessários à inscrição, locais, horários e data da eleição e o período de duração da campanha eleitoral.

§ 1º É requisito para o registro de candidatura a prévia aprovação na prova de conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º O prazo para o registro de candidaturas durará, no mínimo, 30 (trinta) dias e será precedido de ampla divulgação.

§ 3º A campanha eleitoral se estenderá por período não inferior a 60 (sessenta) dias.

Art. 40. Constituem instâncias eleitorais:

- I - o CMDCA;
- II - a Comissão Eleitoral;
- III - a Junta Eleitoral.

Art. 41. Compete ao CMDCA:

- I - formar a Comissão Eleitoral;
- II - aprovar a composição da Junta Eleitoral, proposta pela Comissão Eleitoral;
- III - publicar a composição da Junta Eleitoral;
- IV - expedir as resoluções acerca do processo eleitoral;
- V - divulgar a eleição do Conselho Tutelar nos meios de comunicação, bem como buscar a participação da população no processo eleitoral;
- VI - julgar:
  - a) os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Eleitoral;
  - b) as impugnações apresentadas contra candidatos;
  - c) os recursos apresentados pelo candidato, quando de impugnações;
  - d) as impugnações apresentadas contra a indicação de membros da Junta Eleitoral;
  - e) as impugnações ao resultado geral das eleições, nos termos desta Lei.
- VII - publicar o resultado geral do pleito, bem como proclamar os eleitos.

Art. 42. Compete à Comissão Eleitoral:

- I - coordenar o processo eleitoral;
- II - adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito;
- III - indicar ao CMDCA a composição da Junta Eleitoral;
- IV - publicar a lista dos mesários e dos apuradores de votos;
- V - receber e processar as impugnações apresentadas contra mesários e apuradores;
- VI - analisar e homologar o registro das candidaturas;
- VII - receber denúncias contra candidatos, nos casos previstos nesta Lei, bem como adotar os procedimentos necessários para apurá-las;
- VIII - processar e decidir, em primeiro grau, as denúncias referentes à impugnação e à cassação de candidaturas;
- IX - julgar:
  - a) as impugnações apresentadas contra candidatos;
  - b) os recursos apresentados pelo candidato, quando de impugnações;
  - c) os recursos interpostos contra as decisões da Junta Eleitoral;
  - d) as impugnações apresentadas contra mesários e apuradores.
- X - publicar o resultado do pleito, abrindo prazo para recursos, nos termos desta Lei.

Art. 43. Compete à Junta Eleitoral:

- I - responsabilizar-se pelo bom andamento do pleito nos locais de votação, bem como resolver os eventuais incidentes que venham a ocorrer;
- II - resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos de apuração dos votos;
- III - expedir boletins de apuração relativos.

Art. 44. A candidatura é individual, sem vinculação a partidos políticos, devendo a imparcialidade político-partidária manter-se também ao longo do exercício do mandato.

Art. 45. O pedido de registro será autuado pela Comissão Eleitoral,

junto ao CMDCA.

Art. 46. Admitir-se-á o registro de candidaturas que preencham os requisitos descritos no artigo 35 desta Lei.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral indeferirá o registro de candidatura que deixe de preencher qualquer um dos requisitos constantes do artigo 35 desta Lei.

Art. 47. Indeferido o registro, o candidato será notificado para, querendo, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentar recurso.

Art. 48. Terminado o prazo para registro das candidaturas, a Comissão Eleitoral mandará publicar edital na imprensa de abrangência local, informando o nome dos candidatos registrados e fixando prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação, para o recebimento de impugnação de qualquer eleitor.

§ 1º A solicitação de impugnação deve ser endereçada à Comissão Eleitoral, junto ao CMDCA.

§ 2º Oferecida impugnação, os autos serão encaminhados à Comissão Eleitoral para manifestação no prazo de 3 (três) dias úteis, decidindo o CMDCA em igual prazo.

Art. 49. Das decisões relativas às impugnações caberá recurso a própria Comissão Eleitoral, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação.

Parágrafo único. Oferecido recurso pelo candidato, a Comissão Eleitoral se manifestará, no prazo de 3 (três) dias úteis, decidindo o CMDCA em igual prazo.

Art. 50. Decorridas as fases de impugnações e recursos, a Comissão Eleitoral mandará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito.

Art. 51. É vedada a propaganda ou divulgação eleitoral nos veículos de imprensa, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições a todos os candidatos.

Art. 52. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, carros de som, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pelo Município ou pelo CMDCA, para utilização por todos os candidatos em igualdade de condições, sendo permitida apenas a propaganda por meio de material tipo panfleto, boletim, carta aberta, bem como reuniões ou palestras.

Parágrafo único. É proibida a distribuição de material de campanha dos candidatos no dia da eleição.

Art. 53. É vedado aos candidatos, ou a qualquer pessoa em nome destes, a prática de transporte de eleitores no dia da eleição.

Art. 54. Os candidatos que infringirem o disposto em qualquer um dos artigos 51, 52, 53 da presente Lei poderão ter cassadas as suas candidaturas.

Art. 55. Qualquer cidadão, fundamentadamente, poderá encaminhar denúncia à Comissão Eleitoral sobre a existência de propaganda irregular.

Art. 56. Tendo a denúncia indício de procedência, a Comissão Eleitoral determinará que a candidatura envolvida apresente defesa no prazo de 3 (três) dias úteis.

Art. 57. Para instruir sua decisão, a Comissão Eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos, bem como

efetuar diligências.

Art. 58. O candidato envolvido e o denunciante deverão ser notificados da decisão da Comissão Eleitoral.

Art. 59. As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. A ordem dos nomes na cédula será decidida em sorteio, realizado em local e data a serem fixados pela Comissão Eleitoral, e acontecerá na presença dos candidatos ao pleito.

Art. 60. Não podem atuar como mesários ou escrutinadores:  
I - os candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o terceiro grau;  
II - o cônjuge ou o companheiro(a) de candidato;  
III - as pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

Art. 61. A Comissão Eleitoral publicará edital, em jornal de circulação local, com a nominata dos mesários e escrutinadores que trabalharão no pleito.

Parágrafo único. Os candidatos ou qualquer cidadão poderão impugnar a indicação de mesário ou escrutinador, fundamentadamente, no prazo de 3 (três) dias úteis após a publicação do edital.

Art. 62. A Comissão Eleitoral processará e decidirá as impugnações a mesários e escrutinadores.

§ 1º O candidato impugnado e o cidadão interessado serão notificados da decisão da Comissão Eleitoral.

§ 2º Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso ao CMDCA, que deverá ser apresentado em 3 (três) dias úteis, a contar da notificação.

Art. 63. Nas mesas receptoras de votos será permitida a fiscalização da votação, bem como a formulação de protestos e impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo tudo ser registrado em ata.

Art. 64. À medida que os votos forem sendo apurados, poderão os candidatos apresentar impugnações, as quais serão decididas de plano pela Junta Eleitoral, em caráter definitivo.

Art. 65. Concluída a apuração dos votos, a Junta Eleitoral proclamará o resultado da eleição e a Comissão Eleitoral mandará publicar edital com os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos.

Art. 66. Serão considerados eleitos:  
I - os 3 (três) candidatos mais votados dentre aqueles que possuírem o ensino superior completo, desde que tenham recebido ao menos 1 (um) voto;  
II - os 2 (dois) candidatos mais votados, excluídos os 3 (três) considerados eleitos na forma do inciso anterior, independentemente de possuírem ou não o ensino superior completo.

§ 1º Caso não haja 3 (três) candidatos com ensino superior completo que tenham recebido pelo menos 1 (um) voto, as cadeiras remanescentes na forma do inciso I deste artigo serão preenchidas, respectivamente, pelo terceiro, quarto e quinto candidatos mais votados, segundo os parâmetros do inciso II, ambos do caput deste artigo.

§ 2º A eleição dos suplentes obedecerá as regras do caput e § 1º deste artigo, sendo que os 3 (três) primeiros serão os eleitos na forma do inciso I do caput deste artigo, seguindo a sequência da ordem dos mais votados, e os demais na forma do inciso II

do caput deste artigo, seguindo a sequência da ordem dos mais votados.

§ 3º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que tenha comprovado o maior tempo de experiência prática na área de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 4º A Comissão Eleitoral encaminhará ao Poder Executivo Municipal o edital com os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos, para que seja elaborado o decreto de posse dos conselheiros eleitos.

Art. 67. Do resultado final, cabe recurso ao CMDCA, o qual deverá ser apresentado em 3 (três) dias úteis, a contar da sua publicação oficial.

§ 1º O recurso deverá ser apresentado por escrito e devidamente fundamentado.

§ 2º O CMDCA decidirá os recursos apresentados em reunião pública designada para esse fim.

Art. 68. Os eleitos serão empossados pelo CMDCA, em solenidade especialmente convocada para este fim, tomando posse no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

Art. 69. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá um dos suplentes, respeitada a sequência do 1º ao 5º.

Art. 70. Os eleitos deverão participar de curso para aprimoramento da função de conselheiro tutelar, realizado pelo CMDCA.

Art. 71. Podem votar os maiores de 16 (dezesseis) anos, inscritos até 3 (três) meses antes da eleição como eleitores no Município.

Art. 72. São impedidos de servir no mesmo conselho o cônjuge, os parentes consanguíneos e os afins até o terceiro grau.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância da Juventude em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

#### Subseção IV Do Mandato

Art. 73. Os membros do Conselho Tutelar exercerão mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução por igual período.

#### SEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 74. São requisitos para a instalação do Conselho Tutelar:  
I - funcionar em prédio de fácil acesso, localizado na área de sua competência, preferencialmente em local já conhecido como referência de atendimento à população;  
II - conter uma sala de recepção, duas salas para atendimento reservado e uma sala administrativa;  
III - possuir, no mínimo, 1 (um) automóvel para atendimentos à população.

§ 1º Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar funcionará em sua sede nos dias úteis e, nos demais dias e horários, em regime de sobreaviso, para os casos emergenciais. O regimento interno definirá os critérios para o regime de plantão e a jornada diária a que estão sujeitos os conselheiros.

Art. 75. É obrigatória a constituição de um novo Conselho Tutelar cada vez que a população do Município atingir número que seja múltiplo de 100.000 (cem mil) habitantes.

Art. 76. O Conselho Tutelar contará com uma equipe de apoio administrativa, composta por 3 (três) servidores, sendo um secretário e dois motoristas, que serão coordenados pelo Presidente do Conselho Tutelar.

Art. 77. São órgãos do Conselho Tutelar:

- I - diretoria;
- II - conselheiros.

Art. 78. Os conselheiros elegerão entre si os membros que irão compor a diretoria, que é formada por um presidente e um secretário, por maioria absoluta dos votos.

Art. 79. O mandato da diretoria do Conselho Tutelar terá duração de um ano, permitida a reeleição.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar elaborará o seu regimento interno no prazo de 30 (trinta) dias a contar da posse de seus membros, sendo que este poderá ser alterado por iniciativa de qualquer membro do Conselho Tutelar, salvo nos casos em que o regimento interno exija unanimidade de votos.

#### SEÇÃO III

##### DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 80. São atribuições da função pública de conselheiro tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente as definidas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 81. Compete aos conselheiros tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento interno do Conselho Tutelar:

- I - zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- II - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- III - velar pelos princípios da autonomia do Conselho Tutelar e da permanência de suas ações, nos termos da legislação federal e, suplementarmente, da legislação municipal;
- IV - atender com presteza ao público, prestando às informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- V - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- VI - manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;
- VII - guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento;
- VIII - ser assíduo e pontual;
- IX - tratar com urbanidade as pessoas.

Parágrafo único. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

- I - pelo domicílio dos pais ou responsáveis;
- II - pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente.

#### SEÇÃO IV

##### DO REGIME JURÍDICO E REMUNERAÇÃO

Art. 82. O início do exercício da função far-se-á mediante ato de nomeação e posse feito pelo Chefe do Poder Executivo, até 30 (trinta) dias depois da escolha.

Parágrafo único. Ao iniciar o exercício da função, o conselheiro tutelar deverá assinar termo no qual constarão as suas responsabilidades, direitos e deveres.

Art. 83. O conselheiro tutelar fica sujeito a jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, incluídos os plantões ininterruptos,



em escala de revezamento.

Art. 84. O servidor público municipal que vier a exercer mandato de conselheiro tutelar ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto, optar por sua remuneração.

Art. 85. São direitos do conselheiro tutelar, no exercício de sua função:

I - subsídio correspondente a, no mínimo, 40% do subsídio de um secretário municipal, acrescido de 10% quando o conselheiro estiver no exercício do cargo de Presidente, reajustados na mesma data e no mesmo percentual em que for reajustado o salário do nível equivalente;

II - gratificação natalina;

III - férias de 30 (trinta) dias a cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo da função, com adicional correspondente a um terço do subsídio do mês de gozo de férias;

IV - acesso aos serviços de assistência e previdência mantidos pelo Município;

V - licença-maternidade;

VI - licença-paternidade;

VII - licença para tratamento de saúde;

VIII - inclusão no regime geral da previdência social.

Art. 86. Os conselheiros tutelares e os conselheiros do CMDCA serão reembolsados em valor equivalente às diárias previstas para o cargo de secretário municipal, conforme disposto na Lei Municipal que dispõe sobre a concessão de diárias, mediante dotação orçamentária específica, quando da participação em trabalhos e outras atividades fora do Município ou da Comarca, realizadas em razão do seu ofício ou no sentido do aprimoramento das suas atribuições, como em cursos, encontros, seminários, assembleias e demais deslocamentos em cumprimento de suas funções.

Art. 87. Será concedida licença não remunerada ao conselheiro tutelar que concorrer a cargo eletivo.

Parágrafo único. O conselheiro deverá ser licenciado sem remuneração durante todo o período compreendido entre a escolha em convenção partidária, como candidato eletivo, até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito.

Art. 88. O suplente, no efetivo exercício da sua função de conselheiro tutelar, receberá subsídio proporcional ao exercício e terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

§ 1º Sempre que necessária a convocação de suplente e não houver nenhum na lista, cabe ao CMDCA realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

§ 2º Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

I - licenças temporárias a que fazem jus os titulares, desde que excedam a 20 (vinte) dias;

II - vacância por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo;

III - férias do titular.

§ 3º O conselheiro poderá ausentar-se sem qualquer prejuízo por 7 (sete) dias consecutivos em razão de:

I - casamento;

II - falecimento do cônjuge, companheiro, irmãos, pais ou filhos.

Art. 89. O exercício efetivo da função pública de conselheiro tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em Lei.

Parágrafo único. O tempo de serviço que prestar como conselheiro tutelar será computado para todos os efeitos legais, exceto para

promoção por merecimento.

## SEÇÃO V

### DO REGIME DISCIPLINAR E PERDA DA FUNÇÃO

Art. 90. Ao conselheiro tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo por necessidade do serviço e autorização de seu presidente;

II - recusar fé a documentos públicos;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber propina, comissão ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

XI - aplicar medida de proteção sem prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte, salvo em situações emergenciais, que serão submetidas em seguida ao colegiado.

Art. 91. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão;

III - perda da função.

Art. 92. Na aplicação das penalidades, serão considerados o que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, os agravantes e as atenuantes.

Art. 93. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constantes nos incisos do artigo 90 desta Lei e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamento ou norma interna do Conselho Tutelar que não justifique penalidade mais grave.

Art. 94. A suspensão será aplicada no caso de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, implicando o não-pagamento do subsídio pelo prazo que durar.

Art. 95. Perderá o mandato o conselheiro tutelar que:

I - for condenado pela prática de crime doloso, contravenção penal ou infração administrativa disciplinar prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, nesta Lei ou no Regimento Interno;

II - sofrer penalidade administrativa de perda da função;

III - receber, em razão da função, honorários, gratificações, custas, emolumentos ou diligências;

IV - deixar de prestar escala de serviços ou qualquer atividade que lhe for atribuída, bem como faltar às sessões por 3 (três) vezes consecutivas ou 6 (seis) alternadas dentro de 1 (um) ano, salvo justificativa aceita por mais de 2/3 (dois terços) do CMDCA;

V - causar a terceiros ofensas físicas em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VI - comprovadamente incidir em inidoneidade moral;

VII - deixar de residir no Município;

VIII - cometer falta funcional, assim definida pelo artigo 99 desta Lei.

Parágrafo único. A perda do mandato será decretada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do CMDCA, mediante

provação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurada ampla defesa.

Art. 96. O conselheiro tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de sua função.

#### SEÇÃO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 97. O conselheiro tutelar está sujeito à fiscalização pelo CMDCA que, tomando ciência de irregularidades praticadas, procederá à sua apuração, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

Art. 98. O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a conselheiro tutelar que praticar falta funcional será conduzido por comissão especialmente designada, nomeada pelo presidente do CMDCA, formada por 1 (um) presidente e 2 (dois) membros do CMDCA, sendo um governamental e outro não governamental, de todos exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 99. Comete falta funcional o conselheiro tutelar que:

I - exercer a função em benefício próprio;

II - romper sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas sobre casos analisados pelo Conselho Tutelar e das quais dispõe somente em virtude de sua função;

III - abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho Tutelar;

IV - recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete;

V - aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI - deixar de comparecer, reiterada e injustificadamente, ao seu horário de trabalho.

Art. 100. Dependendo da gravidade do fato o indiciado poderá, conforme decisão fundamentada da comissão, ser afastado do cargo até o término do processo disciplinar.

Art. 101. O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer pessoa da comunidade, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de provas destes.

Art. 102. Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será notificado para no prazo de 20 (vinte) dias apresentar defesa escrita ou a termo se preferir.

§ 1º Esquivando-se o indiciado da notificação, o fato será declarado pelo presidente perante 2 (duas) testemunhas e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se notificado, deixar de apresentar defesa, o processo terá seu prosseguimento sem a sua presença, sendo que em ambos os casos ser-lhe-á nomeado um curador.

§ 2º Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.

Art. 103. Na oitiva das testemunhas serão ouvidas as indicadas na denúncia, as de interesse da comissão e as arroladas pela defesa.

Parágrafo único. O indiciado será intimado das datas e horários das audiências, podendo se fazer presente e participar.

Art. 104. Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado será intimado no prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de alegações finais.

Parágrafo único. Encerrado o prazo, a comissão emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação e, no primeiro caso, sugerindo ao CMDCA a penalidade a ser aplicada.

Art. 105. A plenária do CMDCA, pela maioria absoluta de seus membros, apreciará o caso com base no relatório conclusivo da comissão.

§ 1º Para aplicar a penalidade de perda da função pública de conselheiro tutelar faz-se necessária a maioria qualificada de 2/3 (dois terços) de todos os seus membros.

§ 2º Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, no prazo de 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao colegiado formado por 1 (um) membro do Poder Executivo e por 2 (dois) membros do CMDCA que não tenham atuado na comissão instauradora, cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.

§ 3º Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será, ainda, informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

#### CAPÍTULO IV

##### DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

Art. 106. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, que será gerido pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social e administrado pelo CMDCA.

§ 1º O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 2º Os recursos captados pelo FMDCA deverão ser utilizados exclusivamente para implementação de ações de programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, na forma do disposto nos artigos 90, incisos I a VII, 101, incisos I a IX, 112, incisos III a VI e 129, incisos I a VII, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 3º As ações de que trata o § 2º deste artigo referem-se prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas.

Art. 107. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA deve ter como receitas:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no orçamento do Município, em dotação mínima de 1% (um por cento) de receitas de impostos e transferências constitucionais, exceto os recursos vinculados, inclusive mediante transferências do tipo "fundo a fundo" entre as esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes;

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Art. 108. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em relação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, sem prejuízo das demais atribuições:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da juventude, bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e em obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI - dar publicidade aos projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do Fundo, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicidade dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelo próprio CMDCA, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar do processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como da fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Art. 109. Os recursos consignados no orçamento do Município devem compor o orçamento do respectivo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 110. A definição quanto à utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA deve competir exclusivamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 1º Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, deve ser facultado ao doador/destinador indicar a instituição ou instituições de sua preferência para a aplicação dos recursos

doados/destinados.

§ 2º As indicações previstas acima poderão ser objeto de Termo de Compromisso elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para formalização entre o destinador e o referido conselho.

Art. 111. É facultado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA cancelar projetos mediante edital específico.

§ 1º A chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA destinados a projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

§ 2º A captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá fixar percentual de retenção dos recursos captados em cada chancela, de no mínimo 20%, ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, podendo a retenção ser aplicada no projeto da entidade beneficiada, mediante requerimento fundamentado e aprovado pelo CMDCA.

§ 4º O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

§ 5º Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§ 6º A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Art. 112. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o artigo 73 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 113. O gestor do fundo, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, será o titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, sendo que a destinação e aplicação dos recursos serão deliberadas sempre por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 114. São atribuições do Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA:

I - coordenar a execução do plano anual de aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

III - emitir empenhos e ordens de pagamento das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do CMDCA, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da internet, até o último



dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;  
VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março, a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente, o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, por meio de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização;

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no artigo 4º, caput e parágrafo único, alínea "b", do Estatuto da Criança e do Adolescente e artigo 227, caput, da Constituição Federal;

X - avaliar e aprovar os balancetes mensais e anuais do fundo, dando conhecimento ao CMDCA para serem referendados;

XI - solicitar a qualquer tempo as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades financiadas pelo Fundo;

XII - fiscalizar os programas desenvolvidos com os recursos do fundo.

Art. 115. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 116. A aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, deliberada pelo CMDCA, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no artigo 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do artigo 260, § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 117. Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública

previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da juventude.

Art. 118. Por se tratar de recursos públicos, deve haver a maior transparência possível na deliberação e aplicação dos recursos captados pelo FMDCA, razão pela qual devem ser estabelecidos, com respaldo no diagnóstico da realidade local e prioridades previamente definidas, critérios claros e objetivos para seleção dos projetos e programas que serão contemplados, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, por força do disposto no artigo 4º, da Lei nº. 8.429/92 - Lei da Improbidade Administrativa.

§ 1º As entidades integrantes do CMDCA que habilitarem projetos e programas para fins de recebimento de recursos captados pelo FMDCA deverão ser consideradas impedidas de participar do respectivo processo de discussão e deliberação, não podendo gozar de qualquer privilégio em relação às demais concorrentes.

§ 2º Em cumprimento ao disposto no artigo 48 caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o CMDCA apresentará relatórios mensais acerca do saldo e da movimentação de recursos do FMDCA, de preferência via internet, em página própria do CMDCA ou em outra pertencente ao ente público ao qual estiver vinculado, caso disponível.

Art. 119. O CMDCA realizará periodicamente campanhas de arrecadação de recursos para o FMDCA, nos moldes do previsto no artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O CMDCA, por força do disposto no artigo 260, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente e artigo 227, § 3º, VI, da Constituição Federal, estabelecerá critérios de utilização, por meio de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas captadas pelo FMDCA, definindo e aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda de criança e adolescente, órfão ou abandonado.

Art. 120. O CMDCA, com a colaboração do órgão encarregado do setor de planejamento, elaborará anualmente um plano de aplicação para os recursos captados pelo FMDCA ao plano de ação por aqueles previamente aprovados, a ser obrigatoriamente incluído na proposta orçamentária anual do Município.

Art. 121. O FMDCA poderá ser regulamentado por Decreto expedido pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência desta Lei.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 122. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do



Adolescente - CMDCA promoverá, por meio de Resolução, a eleição dos conselheiros tutelares no primeiro semestre do último ano do mandato e a posse dos eleitos ocorrerá no dia 01 de outubro, na forma do artigo 68 desta Lei.

Art. 123. Fica revogada a Lei Municipal nº. 1.753, de 21 de dezembro de 2006.

Art. 124. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 27 de outubro de 2011.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### Edital de Chamamento

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 041/2011  
(Edital de Concurso Público nº. 001/2007)

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Municipal nº. 990 de 27 de agosto de 1993 e na Lei Complementar nº. 008 de 18 de outubro de 2007; Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 001/2007, conforme os Cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital. Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getúlio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal. Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 08 dias do mês de novembro de 2011.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### ANEXO I

CARGO: AUX. ODONTOLÓGICO  
3º. CLASSIFICADO - ELIANE REGINA FREITAS

CARGO: ENFERMEIRO  
9º. CLASSIFICADO - DAYANE CRISTINA JAEHRIG

### Edital de Chamamento Nº 01

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 001/2011  
(Edital de Concurso Público nº. 001/2011)

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Municipal nº. 990 de 27 de agosto de 1993 e na Lei Complementar nº. 008 de 18 de outubro de 2007; Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 001/2011, conforme os Cargos constante do Anexo I,

parte integrante do presente Edital. Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getúlio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal. Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 08 dias do mês de novembro de 2011.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### ANEXO I

CARGO: CONTADOR

1º. CLASSIFICADO - GUIDO VANDERLINE JUNIOR

## Campo Alegre

### PREFEITURA

### Contrato 73/2011

ADITIVO CONTRATUAL Nº 73/2011.

Considerando a Solicitação de PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL, pela empresa contratada Degrau Arquitetos Associados SS;

Considerando o Parecer Técnico do setor de engenharia deste Município;

Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela prorrogação do Contrato nº 77/2010 (referente Processo Licitatório nº 95/2010);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 77/2010, conforme segue:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA DEGRAU ARQUITETOS ASSOCIADOS SS.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VILMAR GROSSKOPF, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa DEGRAU ARQUITETOS ASSOCIADOS SS, inscrita no CNPJ sob nº 08.298.305/0001-33, com sede a Av. Madre Benvenuta, nº 62, Bairro Trindade, na cidade de Florianópolis-SC, representada neste ato pelo Sr. Samuel Steiner dos Santos, CPF nº 033.241.239-33, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 77/2010, passará a vigorar com as seguintes alterações:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 77/2010 até 31 de dezembro de 2011.



**CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 77/2010, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 31 de outubro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Contratante

DEGRAU ARQUITETOS ASSOCIADOS SS

Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico

OAB/SC 15.760

**Contrato 74/2011**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 74/2011

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, em exercício, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao interesse público vigente, nos termos da Lei Federal 8.666/93, RESOLVE: ALTERAR O CONTRATO Nº 11/2011, originado do processo licitatório nº 114/2010, modalidade Pregão (presencial) Registro de Preços, nos seguintes aspectos:

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e de outro lado a empresa RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, fica convencionado seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE QUANTITATIVO**

Acresce ao contrato nº 11/2011 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

a) Acrescer quantitativo 20.000,00 (vinte mil) litros de óleo diesel no valor total de R\$ 37.600,00 (trinta e sete mil e seiscentos reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE**

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 - Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 - Transporte; Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário; Programa - Frota Municipal; Atividade: 2.212 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 0.10080 - Ordinários (valor reservado ao contrato = R\$ 37.600,00);

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações. As demais cláusulas do contrato nº 11/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre/SC, 03 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Contratante

RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA.

Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico - OAB/SC nº 15.760

**2ª Alteração NA Ata de Registro de Preços Nº 1/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

2ª ALTERAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2010 - Modalidade Pregão Presencial

Considerando a Requisição 0434 do serviço de frotas e a Autorização de Fornecimento 1424/2011;

ALTERA-SE a quantidade de litros de óleo diesel registrado através da Ata de Registro de Preços nº 1/2011, acrescendo 25.000,00 (vinte e cinco mil) litros.

Item	Descrição	Quantidade estimada	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$) (revisado)
01	ÓLEO DIESEL	25.000,00	LITROS	1,888

Campo Alegre, 19 de setembro de 2011.

MARIA CRISTINA M. MUNHOZ

Pregoeria Municipal

HANS HARTWIG GEHRMANN

Representante da empresa

Rudipel Rudnick Petroleo Ltda

**Campos Novos**

**PREFEITURA**

**Pregão Presencial Nº 25/2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29/11/2011 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS PARA AS AGENTES DE SAÚDE E DEMAIS FUNCIONARIOS DAS ESTRATEGIAS SAUDE DA FAMILIA E AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FUNCIONARIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 09 de Novembro de 2011.

DIVALDETE MARIA BORTOLI

Secretária Municipal de Saúde



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**SAMAE****Extrato CT 402011**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

CONTRATO CNO- 40/2011  
PROCESSO - 0567/2011

DATA DE ASSINATURA: 25 de Outubro de 2011.  
OBJETO: LOCAÇÃO MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
CONTRATADA: Betha Sistema Ltda  
VALOR: R\$ 256,00 (duzentos e cinquenta e seis reais) mensais  
PRAZO: 12 meses

Campos Novos - SC., 25 de Outubro de 2011  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

**Canoinhas****PREFEITURA****Ata de Registro de Preços do Pregao Eletrônico Nº 07/2011\_DICAPEL PAPEIS e Embalagens LTDA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGAO ELETRÔNICO Nº 07/2011  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2011

Aos 09 (nove) dias do mês de maio do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado e a empresa DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.413.591/0003-18, com sede à Rua 02 de setembro, 305, Itoupava Norte, Blumenau/SC, neste ato representado por seu Representante Legal, o Sr. Edson Fernando Mazzuco, portador do CPF nº 023.627.449-06, RG 3.149.728 SSP/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	PAPEL A4 FORMATO 210 X 297 mm, CAIXAS COM 10 RESMAS.	500	R\$ 82,20

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Eletrônico epigrafo. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 42/2011, Pregão Eletrônico 07/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 09 de maio de 2011.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA  
Edson Fernando Mazzuco  
Representante Legal

**Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 25/2011\_ALBACORA Suprimentos de Informatica LTDA ME**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2011  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2011

Aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 85.249.282/0001-18, com sede na Rua Coronel Albuquerque, 728, Canoinhas/SC, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, o Sr. Marcos Anacleto do Amaral, brasileiro, Solteiro, empresário, portador do CPF nº 006.602.509-50, RG nº 8.021.325-5, residente e domiciliado na Rua Nilo Cairo, 319, Bairro Jardim Alvorada, na cidade de Maringa/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX 3124	362	44,90
06	CARGA DE TINTA PRETA CARTUCHO HP 20 PARA IMPRESSORA HP	30	17,50
08	CARGA DE TINTA COLORIDA CARTUCHO HP 22 PARA IMPRESSORA HP	90	19,50
10	CARGA DE TINTA COLORIDA CARTUCHO HP 28 PARA IMPRESSORA HP	172	19,80
12	CARGA DE TINTA COLORIDA CARTUCHO HP 93 PARA IMPRESSORA HP	70	19,50
13	CARGA DE TINTA COLORIDA CARTUCHO HP 49 PARA IMPRESSORA HP	10	19,90
22	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA HP 2612A	162	28,00
24	CARGA DE TONER PRETO PARA IMPRESSORA HP P1102W - CE 285A	24	42,00
26	CARGA DE TINTA COLORIDA CARTUCHO HP 60 PARA IMPRESSORA	166	19,90
28	CARGA DE TINTA PRETA PARA IMPRESSORA HP 95	20	19,50
29	CARGA DE TINTA PRETA PARA IMPRESSORA HP 98	20	16,90
32	CARGA DE TONER PRETO PARA IMPRESSORA HP MSR 1120	08	49,00
33	CARTUCHO DE TONER PRETO ORIGINAL HP MSR 1120	01	179,00
36	CARGA DE TONER AZUL PARA IMPRESSORA HP Q6001A	08	75,00



37	CARGA DE TONER AMARELO PARA IMPRESSORA HP Q6002A	08	75,00
38	CARGA DE TONER ROSA PARA IMPRESSORA HP Q6003A	08	75,00
39	CARGA DE TONER PRETA PARA IMPRESSORA HP Q6000A	12	75,00
40	CARTUCHO DE TONER AZUL ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP Q6001A	02	229,00
41	CARTUCHO DE TONER AMARELO ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP Q6002A	02	229,00
42	CARTUCHO DE TONER ROSA ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP Q6003A	02	229,00
43	CARTUCHO DE TONER PRETO ORIGINAL PARA IMPRESSORA HP Q6000A	02	235,00
48	CARGA DE TINTA PRETA PARA IMPRESSORA HP 74	24	14,80
49	CARGA DE TINTA COLORIDA PARA IMPRESSORA HP 75	20	19,90
50	CARTUCHO DE TINTA AZUL PARA IMPRESSORA EPSON 732	10	31,00
51	CARTUCHO DE TINTA AMARELA PARA IMPRESSORA EPSON 734	10	31,00
52	CARTUCHO DE TINTA PRETA PARA IMPRESSORA EPSON 901	10	31,00
53	CARTUCHO DE TINTA ROSA PARA IMPRESSORA EPSON 733	10	31,00
54	CARTUCHO DE TONER PRETO ORIGINAL P/ IMP. SAMSUNG SCX-D4200 A	04	168,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafado. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 50/2011, Pregão Presencial 25/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 02 de maio de 2011.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

ALBACORA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME  
Marcos Anacleto do Amaral  
Sócio-Gerente

**Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 25/2011\_DIGISYSTEM COM. de MAQ. e SUPRIM. INFORMATICA LTDA**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2011  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2011

Aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa DIGISYSTEM COMERCIO DE MAQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.619.713/0001-40, com sede à

Rua Camarista João Hirt, 1170, Bairro Passa Três, na cidade de Rio Negro/PR, neste ato representada por sua Sócia-Administradora, Sr. Maria Aparecida Domingos, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.163549-5 SSP/PR e CPF nº 680.186.229-49, residente e domiciliada à Rua Camarista João Hirt, 1170, Bairro Passa Três, na cidade de Rio Negro/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
03	CARGA DE TONER PRETO PARA IMPRESSORA LEXMARK E120	50	44,50
05	CARGA DE TONER PRETO PARA IMPRESSORA SAMSUNG ML 2850A	10	49,00
07	CARGA DE TINTA PRETA CARTUCHO HP 21 PARA IMPRESSORA HP	90	14,40
09	CARGA DE TINTA PRETA CARTUCHO HP 27 PARA IMPRESSORA HP	176	12,90
11	CARGA DE TINTA PRETA CARTUCHO HP 92 PARA IMPRESSORA HP	70	13,90
15	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG ML - 2010	30	34,90
18	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX MULTIFUNCIONAL M15	22	59,70
21	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX MULTIFUNCIONAL 4118	65	59,90
27	CARGA DE TINTA PRETA CARTUCHO HP 60 PARA IMPRESSORA	166	16,40
30	CARGA DE TINTA PRETA PARA IMPRESSORA HP 1005	50	39,90
34	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4725	20	49,70
35	CARTUCHO DE TONER PRETO ORIGINAL IMPRESSORA SAMSUNG SCX4725	05	269,70

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafado. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 50/2011, Pregão Presencial 25/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 02 de maio de 2011.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

DIGISYSTEM COM. DE MAQ. E SUPRIM. INFORMATICA LTDA  
Maria Aparecida Domingos  
Sócia-Administradora



### Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 25/2011\_MULLER INFORMÁTICA LTDA-ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2011  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2011

Aos 02 (dois) dias do mês de maio do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa MULLER INFORMÁTICA LTDA – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.569.095/0001-08, com sede à Rua São José, 1720, Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas/SC, neste ato representada por seu Sócio, Sr. André Luis Muller, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.254.387 e CPF nº 054.886.739-97, residente e domiciliado à Rua São José, 1720, Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
02	CARGA DE TONER PRETO PARA IMPRESSORA SAMSUNG ML 2851 ND	100	49,90
04	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX 3116	224	47,00
16	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX 3428	39	49,90
17	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX 3150	10	49,90
20	CARGA DE TONER PARA IMPRESSORA XEROX 3300	12	59,60
31	CARGA DE TONER PRETO PARA IMPRESSORA SAMSUNG ML 1665	150	48,70
44	CARTUCHO DE TONER PRETO ORIGINAL IMP SAMSUNG CLX3170 FN-K409	12	169,00
45	CARTUCHO DE TONER AZUL ORIGINAL IMP SAMSUNG CLX3170 FN- C409	08	169,00
46	CARTUCHO DE TONER AMARELO ORIGINAL SAMSUNG CLX3170 FN-Y409	08	169,00
47	CARTUCHO DE TONER ROSA ORIGINAL IMP.SAMSUNG CLX3170 FN- M409	08	169,00
55	CARGA DE TONER PRETO PARA IMPRESSORA SAMSUNG SCX-D4200 A	04	48,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 50/2011, Pregão Presencial 25/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 02 de maio de 2011.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

MULLER INFORMÁTICA LTDA-ME

André Luis Muller  
Sócio

### Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 34/2011\_SANDRA REGINA FRIESE EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2011

Aos 26 (vinte e seis) dia do mês de maio do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa SANDRA REGINA FRIESE EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.376.670/0001-32, com sede na Rua João José Dechamps, 120, Bairro Belchior Baixo na cidade de Gaspar/SC, neste ato representada por sua Empresária, a Sra. Sandra Regina Friese, brasileira, solteira, comerciante, portadora do CPF nº 024.600.659-57, RG nº. 3/R 3.062.842 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua João José Dechamps, 120, Bairro Belchior Baixo na cidade de Gaspar/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital do Pregão Presencial nº. 34/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	PLACA DE ADVERTENCIA REFLETIVA	300	R\$ 98,00
02	PLACA DE REGULAMENTAÇÃO REFLETIVA	120	R\$ 98,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 72/2011, Pregão Presencial nº. 34/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 26 de maio de 2011.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

SANDRA REGINA FRIESE EPP  
Sandra Regina Friese  
Empresária

### Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 39/2011\_F.M. PNEUS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91,

residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa F.M. PNEUS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.374.845/0004-91, com sede na Avenida Maravilha, 833, Centro, Maravilha/SC, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Eduardo Maldaner, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 041.323.499-18, RG nº 13C/3.712.66 -SSP/SC, residente e domiciliado na Rua José Leal Filho, 159, Centro, na cidade de Maravilha/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital do Pregão Presencial nº 39/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	RECAPAGEM DE PNEU CONVENCIONAL 1.000 X 20 16 LONAS LISO, RECAPE 14 MM	40,00	249,00
02	RECAPAGEM DE PNEU CONVENCIONAL 1.000 X 20 16 LONAS BORRACHUDO, RECAPE 15 MM.	80,00	250,00
05	RECAPAGEM DE PNEU 1.100X22 LISO	50,00	277,00
09	RECAPAGEM DE PNEU 12-16.5 BORRACHUDO	8,00	475,50
10	RECAPAGEM DE PNEU 10.5/65-16 BORRACHUDO	6,00	297,00
11	RECAPAGEM DE PNEU 11L-16 BORRACHUDO	6,00	400,00
14	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22.5 LISO	48,00	270,00
15	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22.5 BORRACHUDO	80,00	273,00
16	RECAPAGEM DE PNEU CONVENCIONAL 7.50 X 16, 12 LONAS LISO, RECAPE C/ 13 MM.	20,00	142,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafado. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 87/2011, Pregão Presencial nº 39/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 30 de junho de 2011.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

F.M. PNEUS LTDA  
Eduardo Maldaner  
Sócio-Administrador

#### **Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 39/2011\_PNEUFORTE COMERCIO e RECAPAGENS LTDA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ

sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.805.922/0007-61, com sede na avenida expedicionário Edmundo Arrabar, 3617, Santa Rosa, Porto União/SC, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Deomar de Carli, brasileiro, casado, do comércio, portador do CPF nº 373.367.899-00, RG nº 2.138.896-SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Guarapuava/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital do Pregão Presencial nº 39/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
04	RECAPAGEM DE PNEUS 1400X24	20,00	634,00
06	RECAPAGEM DE PNEU 19.5X24 BORRACHUDO	16,00	759,00
07	RECAPAGEM DE PNEU BORRACHUDO 295/80R22.5	40,00	293,00
13	RECAPAGEM DE PNEU 17.5X25	12,00	1.145,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafado. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 87/2011, Pregão Presencial nº 39/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 30 de junho de 2011.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA  
Deomar de Carli  
Sócio-Administrador

#### **Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 39/2011\_RECAUCHUTADORA de PNEUS NERI LTDA EPP**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº

82.989.096/0001-27, com sede na Rua Duque de Caxias, 314, Fundos, Bloco A, Centro, Rio dos Cedros/SC, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Michael Fabrício Nicolodelli, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 921.293.749-72, RG nº 3.064.943-9-SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, 690, Centro, na cidade de Rio dos Cedros/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital do Pregão Presencial nº 06/2010 em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
03	RECAPAGEM DE PNEU 1300X24 BORRACHUDO	10,00	674,00
08	RECAPAGEM DE PNEU 12.5/80-18 BORRACHUDO	08,00	649,00
12	RECAPAGEM DE PNEU 16.9-24	6,00	1030,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 87/2011, Pregão Presencial nº 39/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 30 de junho de 2011.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP  
Michael Fabrício Nicolodelli  
Sócio-Administrador

#### **Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial Nº 41/2011 RODRIGO LUIS HOBI ME**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2011  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/2011

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa RODRIGO LUIS HOBI ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.881.708/0001-97, com sede na Localidade de Divisa,S/N, São Mateus do Sul/PR, neste ato representada por seu Procurador, o Sr. Josmar Kerber, brasileiro, solteiro, industrial, portador do CPF nº 510.556.949-00, RG nº. 1.331.580, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, 543, apto. 503, na cidade de União da Vitória/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	SAIBRO BRITADO	3000	R\$ 13,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura,

ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 89/2011, Pregão Presencial 41/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 21 de junho de 2011.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

RODRIGO LUIS HOBI ME  
Josmar Kerber  
Procurador

#### **Edital de Pregão Presencial n.º 72/2011**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 173/2011  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 72/2011

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/11/2011, às 14h05min, pregão presencial para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS, DESTINADOS A DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CANOINHAS/SC. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 24/11/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### **Edital de Pregão Presencial n.º FUNR. 02/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNREBOMPM DE CANOINHAS  
PROCESSO N.º FUNR. 05/2011  
PREGÃO PRESENCIAL N.º FUNR. 02/2011

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 23/11/2011, às 10h05min, Pregão Presencial para contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e serviços, destinados a recuperação do motor da Ambulância ASU 220, placas MGF 1146. Recebimento de propostas até às 10h00min. do dia 23/11/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

**Capinzal**

**PREFEITURA**

#### **Decreto 087/2011**

DECRETO Nº 087, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.941, de 08 de dezembro de 2010,

DECRETA:



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 239.413,31 (duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e treze reais e trinta e um centavos), para reforço das dotações orçamentárias, descritas no quadro a seguir.

0201.04.122.0005.2007 MANUT GABINETE PREF E VICE PREF, E ASSESS J. FTE DR R\$ 0,00  
 33903000-003 Material de consumo 00 00 R\$ 5.000,00  
 33903900-005 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 30.000,00  
 0501.12.365.0060.2042 MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉES-COLAS FTE DR R\$ 0,00  
 31901100-119 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 18 00 R\$ 63.413,31  
 0503.27.812.0100.2079 MANUTENÇÃO DOS GINÁSIOS ESPORTIVOS FTE DR R\$ 0,00  
 44905200-259 Equipamentos e material permanente 00 00 R\$ 40.000,00  
 0601.15.452.0120.2090 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS FTE DR R\$ 0,00  
 31903400-175 Outras despesas de pessoal decorrente de contratação 00 00 R\$ 14.000,00  
 0601.15.452.0130.2098 MANUT SERVIÇOS COLETA E DEST FINAL LIXO FTE DR R\$ 0,00  
 31903400-186 Outras despesas de pessoal decorrentes de contratação 00 00 R\$ 59.000,00  
 0701.08.243.0175.2168 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR FTE DR R\$ 0,00  
 33903900-214 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 3.000,00  
 1701.23.695.0055.2041 PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS FTE DR R\$ 0,00  
 33903900-250 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 25.000,00  
 Total R\$ 239.413,31

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 239.413,31 (duzentos e trinta e nove mil quatrocentos e treze reais e trinta e um centavos), na forma do quadro a seguir.

0201.04.122.0005.2007 MANUT GABINETE PREF E VICE PREF, E ASSESS J. FTE DR R\$ 0,00  
 33901100-001 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 33.000,00  
 33903300-004 Passagens e despesas com locomoção 00 00 R\$ 2.000,00  
 0501.12.365.0060.2042 MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉES-COLAS FTE DR R\$ 0,00  
 31901100-119 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 01 00 R\$ 63.413,31  
 0503.27.812.0100.2079 MANUTENÇÃO DOS GINÁSIOS ESPORTIVOS FTE DR R\$ 0,00  
 44905200-259 Equipamentos e material permanente 24 54 R\$ 40.000,00

0601.15.452.0120.2090 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS FTE DR R\$ 0,00  
 31901300-174 Obrigações patronais 00 00 R\$ 14.000,00  
 0601.15.452.0130.2098 MANUT SERVIÇOS COLETA E DEST FINAL LIXO FTE DR R\$ 0,00  
 33903900-187 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 59.000,00  
 0701.08.243.0175.2168 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR FTE DR R\$ 0,00

33903600-213 Outros serviços de terceiros - pessoa física 00 00 R\$ 3.000,00  
 1701.23.695.0055.2041 PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS FTE DR R\$ 0,00  
 33903000-249 Material de consumo 00 00 R\$ 25.000,00  
 Total R\$ 239.413,31

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 01 de novembro de 2011  
 LEONIR BOARETTO  
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
 Secretário da Administração e Finanças

### Contrato 0205/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0205/2011

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia 0119/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação Asfáltica com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente), drenagem pluvial e sinalização viária, na Rua Domingos Pelegrini com área de 1.771,55 m² - Rua Julio da Silva Almeida com área de 1.014,93 m² - Rua Henrique Markus Sobrinho com área de 730,04 m² - Rua Dorival R. Varela com área de 488,64 m² - Rua Alexandre Zampieri com área de 1.317,05m² - Rua Ivo Petry com área de 362,52 m² - Rua Simão Pereira de Lima com área de 1.343,69 m² - parte da Rua Adelmo Biavati com área de 225,95 m², área total a pavimentar de 7.254,37 m², recursos próprios.

VALOR R\$: 357.241,39

VIGÊNCIA: 04/11/2011 A 31/12/2011

## SIMAE

### Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº CAO/02/2011

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

AUTARQUIA INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DE CAPINZAL E OURO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº CAO/02/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0274/2011

OBJETO: AMPLIAÇÃO E REFORMA DA EDIFICAÇÃO CIVIL DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), A QUAL SE DIVIDE EM ÁREA EXISTENTE A REFORMAR COM 299,60 M², ÁREA DE AMPLIAÇÃO COM 139,45 M², RAMPAS DE ACESSO COM 31,50 M² E ÁREA DOS TANQUES COM 40,00 M².

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

PRAZO PARA ENTREGA DO ENVELOPE Nº 01 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO":

EMPRESAS NÃO CADASTRADAS: Até às 14:00 horas, do dia 25 de Novembro de 2011.

EMPRESAS CADASTRADAS: Até às 14:00 horas, do dia 30 de Novembro de 2011.



**PRAZO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES Nº 02 "PROPOSTA":**  
TODAS AS EMPRESAS : Até às 14:00 horas (quatorze horas), do dia 30 de Novembro de 2011.

**ABERTURA:** Na data de 30 de Novembro de 2011, às 14:30 horas (quatorze horas e trinta minutos).

**Local:** Escritório do SIMAE.

**Endereço:** Rua Domingos Omizollo, 447 - Bairro São Luiz, Cep. 89.665.000 - Capinzal/SC.

**RETIRADA DO EDITAL:** No escritório do SIMAE, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

**INFORMAÇÕES:** Pessoalmente no endereço acima citado, pelo e-mail [material@simaecao.com.br](mailto:material@simaecao.com.br) ou pelo telefone (049) 3555-1107 - com a Comissão de Licitação.

Capinzal/SC, 07 de Novembro de 2011.

SIDNEI PENSO

Diretor

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 2.330/2011, de 3 de novembro de 2011.**

LEI Nº 2.330/2011, de 3 de novembro de 2011.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMDEMA, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CATANDUVAS-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISAAPARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente com o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para a presente e futuras gerações.

**Parágrafo 1º** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, é o órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e nas demais leis correlatas do Município.

**Parágrafo 2º** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, terá como objetivo assessorar a gestão da Política Municipal do Meio Ambiente, com o apoio dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal.

**Art. 2º** O COMDEMA deverá observar as seguintes diretrizes:

- I - Interdisciplinariedade no trato das questões ambientais;
- II - Participação comunitária;
- III - Promoção da saúde pública e ambiental;
- IV - Compatibilização com as políticas do meio ambiente nacional e estadual;
- V - Compatibilização entre as políticas setoriais e demais ações do governo;
- VI - Exigência de continuidade, no tempo e no espaço, das ações de gestão ambiental;
- VII - Informação e divulgação obrigatória e permanente de dados,

condições e ações ambientais;

VIII - Prevalência do interesse público sobre o privado;

IX - Propostas de reparação do dano ambiental independentemente de outras sanções civis ou penais.

**Art. 3º** Ao COMDEMA compete:

- I - Propor diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente;
- II - Colaborar nos estudos e elaboração dos planejamentos, planos, programas e ações de desenvolvimento municipal e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação de área urbana;
- III - Estimular e acompanhar o inventário dos bens que deverão constituir o patrimônio ambiental (natural, étnico e cultural) do município;
- IV - Propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V - Avaliar, definir, propor e estabelecer normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;
- VI - Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do município;
- VII - Fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;
- VIII - Propor e acompanhar os programas de educação ambiental;
- IX - Promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;
- X - Manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atuação na proteção do meio ambiente;
- XI - Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas no Município, sugerindo soluções reparadoras;
- XII - Assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;
- XIII - Convocar as audiências públicas nos termos da legislação;
- XIV - Propor a recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares;
- XV - Proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico;
- XVI - Exigir, para a exploração dos recursos ambientais, prévia autorização mediante análise de estudos ambientais;
- XVII - Deliberar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais dentro do Território Municipal e acionar, quando necessário, os organismos federais e estaduais para a implantação das medidas pertinentes à proteção ambiental local;
- XVIII - Analisar e relatar sobre os possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território municipal, diligenciando no sentido de sua apuração e, sugerir ao Prefeito as providências que julgar necessárias;
- XIX - Incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;
- XX - Deliberar sobre a coleta, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação dos resíduos domiciliares, industriais, hospitalares e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no município, bem como a destinação final de seus efluentes em mananciais;
- XXI - Deliberar sobre a instalação ou ampliação de indústrias nas zonas de uso industrial saturadas, ou em vias de saturação;
- XXII - Sugerir vetos a projetos inconvenientes ou nocivos à qualidade de vida municipal;
- XXIII - Cumprir e fazer cumprir as leis, normas e diretrizes municipais, estaduais e federais de proteção ambiental;
- XXIV - Zelar pela divulgação das leis, normas, diretrizes, dados e informações ambientais inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial municipal;
- XXV - Deliberar sobre o licenciamento ambiental na fase prévia,

instalação, operação e ampliação de qualquer tipo de empreendimento que possa comprometer a qualidade do meio ambiente;  
XXVI - Recomendar restrições a atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas, capazes de prejudicar o meio ambiente;  
XXVII - Decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente;  
XXVIII - Analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente municipal.

XXIX - Criar mecanismos que incentivem a organização da sociedade civil em cooperativas, associações e outras formas legais para democratizar a participação popular no Conselho de Defesa do Meio Ambiente;

XXX - Gerir e participar das decisões sobre a aplicação dos recursos destinados ao Meio Ambiente, propondo critérios para a sua programação e avaliando os programas, projetos, convênios, contratos e quaisquer outros atos que serão subsidiados pelo mesmo;  
XXXI - Fazer gestão junto aos organismos estaduais e federais quando os problemas ambientais dentro do território municipal ultrapassem sua área de competência ou exija medidas mais tecnológicas para se tornarem mais efetivas;

XXXII - Convocar ordinariamente a cada dois (2) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal Ambiental, que terá a atribuição de avaliar a situação da preservação, conservação e efetivação de medidas voltadas ao meio ambiente e, como consequência propor diretrizes a serem tomadas;

XXXIII - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e de desempenho dos programas a serem tomados;

XXXIV - Elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 4º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, será constituído por conselheiros que formarão o colegiado, obedecendo-se à distribuição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada.

Parágrafo 1º O COMDEMA será formado por dezoito (18) membros, sendo nove (9) representantes governamentais e nove (9) não-governamentais.

Parágrafo 2º Será membro nato do COMDEMA pelo menos um representante do Poder Executivo Local, da Câmara Municipal e do Ministério Público Estadual.

Parágrafo 3º Os representantes da sociedade civil organizada obedecerão à rotatividade de dois (2) anos, permitindo-se a recondução por uma vez.

Parágrafo 4º Serão membros natos do COMDEMA, os representantes de entidades públicas federais, estaduais e municipais ligadas à questão ambiental que tenham sede no município.

Parágrafo 5º O conselheiro titular do COMDEMA deverá indicar seu Suplente, oriundo da mesma categoria representativa, para, quando for o caso, substituí-lo na plenária.

Parágrafo 6º A estrutura do COMDEMA será composta por um presidente, colegiado e secretaria executiva, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em Regimento Interno.

Parágrafo 7º O COMDEMA poderá instituir, sempre que necessário, câmaras técnicas, em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Parágrafo 8º Os membros do COMDEMA terão mandato de dois anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

Parágrafo 9º O exercício das funções de membros do Conselho

será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 5º A Plenária reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, como dispuser o Regimento Interno do COMDEMA.

Parágrafo 1º A Plenária poderá ser convocada extraordinariamente pelo seu Presidente ou por solicitação de três (03) Conselheiros respeitando o Regimento Interno.

Parágrafo 2º Na ausência do Presidente da Plenária, este será substituído por conselheiro eleito, presidindo esta sessão o conselheiro mais idoso entre os presentes.

Parágrafo 3º A Plenária se reunirá com o quorum mínimo de metade mais um de seus membros, deliberando por maioria simples em primeira convocação e, em segunda com o número de conselheiros presentes, sendo fundamentado cada voto.

Parágrafo 4º As decisões da Plenária serão formalizadas em Resoluções e outras deliberações, sendo imediatamente publicada na imprensa oficial do Município ou em jornal local de grande circulação ou afixada em local de grande acesso público, após cada sessão.

Parágrafo 5º Cada membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, terá o direito a um único voto na sessão plenária.

Art. 6º O COMDEMA poderá manter com órgãos das administrações municipal, estadual e federal estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos relativos à defesa do meio ambiente.

Art. 7º O Conselho, sempre que cientificado de possíveis agressões ambientais, diligenciará no sentido de sua comprovação e das providências necessárias.

Art. 8º As sessões do Conselho serão públicas e os atos e documentos deverão ser amplamente divulgados.

Art. 9º Dentro do prazo máximo de sessenta (60) dias após sua instalação, o Conselho elaborará seu Regimento Interno, que será submetido à aprovação por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A nomeação dos membros do COMDEMA se dará mediante decreto municipal, no prazo máximo de noventa dias, contados a partir da data de sanção e publicação desta Lei.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo Municipal do Meio Ambiente do Município de Catanduvas-SC, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 11. O Fundo Municipal do Meio Ambiente do Município de Catanduvas-SC, poderá prever recursos:

- I - De dotação orçamentária específica;
- II - Da arrecadação de taxas dos serviços de licenciamento ambiental;
- III - De multas previstas na Lei da Política Municipal de meio Ambiente ou na Lei Orgânica Municipal;
- IV - Das contribuições, subvenções e auxílios da União, dos estados e do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e de fundações;
- V- Resultantes de convênios, contratos e acordos celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja de competência do órgão municipal de meio ambiente, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos;

VI - Resultantes de doações, como seja, importância, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e/ou jurídicas de organismos públicos e privados nacionais e internacionais;

VII - De rendimentos de quaisquer natureza, decorrentes de aplicação de seu patrimônio;

VIII - De recursos oriundos de condenações judiciais de empreendimentos sediados no Município e/ou que afetem o território municipal decorrentes de crimes praticados contra o meio ambiente;

IX - De legados; e

X - De outros recursos que, por sua natureza possam ser destinados ao Fundo Municipal do meio Ambiente.

Art. 12. O Fundo será administrado pelo Poder Executivo, a quem compete:

I - Estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente de Catanduvas-SC (COMDEMA);

II - Submeter ao COMDEMA o plano de aplicação a cargo do Fundo em consonância com a Política Municipal de Meio Ambiente, estabelecido em lei;

III - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização de ações previstas na Política Municipal de meio Ambiente, em consonância com as deliberações do COMDEMA;

IV - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

V - Firmar convênios e contratos, no que se refere aos recursos que serão administrados pelo Fundo, levado ao COMDEMA para conhecimento, apreciação e deliberação de projetos do Poder Executivo Municipal na área do meio ambiente, desde que se enquadre nas diretrizes orçamentárias e nos programas estaduais e federais no campo da defesa do meio ambiente.

Art. 13. O orçamento do Fundo Municipal do Meio Ambiente evidenciará:

I - As políticas e programas de trabalho governamentais, observados os princípios da universidade e equilíbrio, obedecendo aos padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 14. Os recursos que compõem o Fundo poderão ser aplicados em:

I - Aquisição de materiais permanente e de consumo e de outros documentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente;

II - Contratação de serviços de terceiros, para execução de programas e projetos;

III - Projetos e programas de interesse ambiental;

IV - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações envolvendo questões ambientais;

V - Atendimento de despesas diversas, de caráter de urgência e inadiáveis necessárias à execução da política municipal do meio ambiente;

VI - Pagamento de despesas relativas à valores e contrapartida estabelecidas em convênios e contratos com órgãos públicos e privados de pesquisa de proteção ao meio ambiente;

VII - Pagamentos pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos.

Art. 15. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 16. O Orçamento e a Contabilidade do Fundo obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar

101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao Fundo serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Art. 18. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 3 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada nesta data.

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 066/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 066/2011

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso IV da Lei Nº 0495, de 22 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2011, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2010, na fonte 122 - recursos Ordinários - Superávit Financeiro, crédito adicional suplementar de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte dotação:

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social

01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social

19 - Desenvolvimento Social

244 - Assistência Social

122 - Recursos Ordinários - Superávit Financeiro

33.50.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2053 - Implantação de Projetos Sociais R\$ 8.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de novembro de 2011.



JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 425 de 07.11.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 425/2011

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 14 (quatorze);

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença em favor da servidora LENIR PAUL KERSCHBAUM, Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 2267/01, pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar de 03.11.2011, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 03.11.2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 426 de 07.11.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
P O R T A R I A Nº 426/2011

- CONSIDERANDO a apresentação de certificado de conclusão do Ensino Médio.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18 inciso III, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível IV por nova habilitação ou titulação, ao Servidor CLAUDINEI FRANÇA, matrícula nº 2605/01 (Código 3.3.05), ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e serviços Urbanos.

Art. 2º A progressão corresponderá a 01 (um) nível por habilitação no ensino fundamental e 02 (dois) níveis por habilitação no ensino médio, com fundamento no art. 22, incisos I e II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, código 3.3.05, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Edital Nº 07/2011 - AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EDITAL Nº 07/2011 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, por meio de seus representantes e no uso de suas atribuições legais, torna público a realização de Audiência Pública com o seguinte objetivo:

- DISCUSSÃO DE EMENDA DE INICIATIVA POPULAR PARA INCLUSÃO NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - EXERCÍCIO 2012.

DATA: 16.11.2011 (quarta-feira)

LOCAL: CENTRO MULTIUSO SEBASTIÃO RODE, localizado na Rua Bernardo Henrique Hillesheim - Centro do Município.

HORÁRIO: 14:00 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 01 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

LEALBERTO SCHNEIDER  
Presidente da Câmara

## Concórdia

### PREFEITURA

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 7/2011 - FMAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 7/2011 - FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2012, de material de manicure e cabeleireiro, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo Estadual de Assistência Social, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 02/12/2011.

Início da Sessão: dia 02/12/2011, às 08h30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 04 de novembro de 2011.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social



**Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 21/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2011

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da senhora Rutineia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para concessão de área de terra, em favor da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA MARIA GORETTI.

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2011.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 22/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2011

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da senhora Rutineia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para concessão de área de terra, em favor da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA FRIA.

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2011.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 23/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2011

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da senhora Rutineia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para concessão de área de terra, em favor da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PRIMAVERA.

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2011.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 24/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2011

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da senhora Rutineia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para concessão de área de terra, em favor do GRÊMIO ESPORTE UNIÃO

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2011.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****Portaria Nº 442/2011**

PORTARIA Nº 442/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 61 e seguintes da Lei Complementar 018/2011:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a Servidora Municipal, Sra. SONIA MARIA GUARAGNI MAGGIONI, ocupante do cargo de Assessora de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, e Comércio, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 09/02/2010 a 08/02/2011, que serão gozadas no período de 16/11/2011 a 25/11/2011.

Art. 2º. A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês novembro do corrente ano.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de novembro de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

SONIAMARIAGUARAGNIMAGGIONICienteem: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011

**Portaria Nº 443/2011**

PORTARIA Nº 443/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011  
"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município, o Art. 20 da Lei Complementar nº018/2001 e o Decreto 102/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar estável, a Servidora Municipal, Sra. SONIA FÁTIMA CENCI, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico - 40hs semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Decreto 102/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de janeiro de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº. 161, de 31 de Outubro de 2011.**

DECRETO Nº. 161, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994; Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

#### **DECRETAR:**

Art. 1º Fica alterada a carga horária de 10 (dez) para 30 (trinta) horas semanais, da servidora pública senhora Elizangela Turmina Biazin, ocupante do cargo de Professor III, a partir de 31 de outubro de 2011 à 14 de novembro de 2011, em substituição a servidora pública municipal senhora Francieli Santim ocupante do cargo de Professor IV que encontra-se afastada por Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único - A servidora será remunerada pelo período de 30 horas semanais conforme descrito no Artigo 1º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 31 de outubro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

#### **Portaria Nº. 133, de 31 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 133, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS E ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, RESOLVE: CONCEDER:

Art. 1º FÉRIAS a Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/11/2011 à

30/11/2011.

Nome	Cargo	Referência
Olvaír Antonio Sartori	Coordenador do Controle Interno	08/06/2010 à 07/06/2011

Art. 2º Abono pecuniário de 10 (dez) dias de FÉRIAS ao Servidor relacionado no item 01 do período e referência especificados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 31 de outubro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

#### **Portaria Nº. 134, de 31 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 134, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

#### **CONCEDER:**

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora Francieli Santim, ocupante do Cargo de Professor IV, por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 31 de outubro de 2011 à 14 de novembro de 2011, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 31 de outubro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

## Corupá

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº. 406/11 - AUTORIZA A ABERTURA de CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº. 406/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

015.451.0040.1003 Pavimentação e Conservação de Área Urbana

4.4.90.00.00.00.00 0.3.00.00 Aplicações Diretas 5.800,00

**TOTAL 5.800,00**

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior da fonte 03.00.00 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 11 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Decreto Nº. 407/11 - AUTORIZA A ABERTURA de CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº. 407/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 367.000,00 (trezentos e sessenta e sete mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

03.000 Secretaria Municipal de Administração

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2003 Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras

3.1.90.00.00.00.00 0.3.00.00 Aplicações Diretas 10.000,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção Divisão de Saúde

3.1.90.00.00.00.00 0.3.02.00 Aplicações Diretas 75.000,00

3.3.90.00.00.00.00 0.3.02.00 Aplicações Diretas 20.000,00

**06.000 Secretaria Municipal de Saúde**

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0081.1010 Bloco de Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00 0.3.02.00 Aplicações Diretas 112.000,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras

3.3.90.00.00.00.00 0.3.00.00 Aplicações Diretas 150.000,00

**TOTAL 367.000,00**

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, conforme Lei Nº 2011/2010, Art. 5º Inciso II, da fonte 03.00.00 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), e fonte 03.02.00 - Rec. de Impostos e de Transf. Imp.-Saúde no valor de R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 14 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Portaria N º 1563/11 - DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA JOSIANE NUNES da SILVA PARA A DIREÇÃO de VEÍCULO e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA N º 1563/11

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA JOSIANE NUNES DA SILVA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Delegar a servidora JOSIANE NUNES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora III, portadora da CNH Registro nº 01754995483, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria N º 1566/11 - DELEGA COMPETÊNCIA ao SERVIDOR PETTER ALEXANDER KINTZEL PARA A DIREÇÃO de VEÍCULO e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA N º 1566/11

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR PETTER ALEXANDER KINTZEL PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Delegar ao servidor PETTER ALEXANDER KINTZEL, ocupante do Cargo de Engenheiro Civil, portador da CNH Registro nº 01164562700, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria N º 1564/11 - NOMEIA OS MEMBROS da COORDENADORIA MUNICIPAL de DEFESA CIVIL - COMDEC.**

PORTARIA N º 1564/11

NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com o artigo 6º da Lei Municipal nº 1968 de 05 de abril de 2010 e Decreto nº 219/10 de 30 de junho de 2010,

**RESOLVE :**

Art. 1º - Nomear os membros da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC:

- I - ERNESTO FELIPE BLUNK - Coordenador;
- II - BERNADETE CORREA HILLBRECHT - Secretária;
- III - Eng. RENATO LIRA - Setor Operativo;
- IV - Eng. PETER KINTZEL - Setor Técnico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 946/10 de 29 de julho de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Editais de Processo Seletivo PÚBLICO Nº 10/2011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0\*\*47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br - email: administra@corupa.sc.gov.br

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 10/2011**

O Sr. CARLOS DIETER WERNER, Prefeito em exercício do Município de Corupá, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas no período de 08 à 10 de novembro de 2011, no horário compreendido, das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas, as inscrições para o Teste Seletivo de candidatos para provimento de vagas que especifica na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, regendo-se pelas disposições do presente Edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - Este Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento das vagas criadas por tempo determinado e reger-se-á pela Legislação em vigor (Lei Complementar Municipal 014/09 de 15/12/2009), sendo o vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência (INSS).

**2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:**

2.1 - São condições para a inscrição:

- a) Preencher corretamente a Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, prevista no Anexo I;
- b) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até o último dia da inscrição;
- d) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- e) Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;
- f) Apresentar fotocópia da Carteira de Identidade;
- g) Apresentar fotocópia do CPF;
- h) Apresentar comprovante de residência;
- j) Não é permitida a inscrição de candidatos com dois contratos seguidos com o Município de Corupá em 2010 ou 2011.

**3. LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS:**

As provas escritas serão dispensadas, dar-se-á por prova prática e serão realizadas no dia 14 de novembro de 2011, das 9h às 12h, na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito a Avenida Getúlio Vargas, nº 443 - Centro - Corupá - SC.

**4. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:**

4.1 As listagens de classificação serão afixadas no mural da Prefeitura no dia 15 de novembro de 2011 e na Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

**5. DO NÚMERO DE VAGAS, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:**

5.1 - O número total de vagas e sua distribuição estão definidos, conforme quadro abaixo:

Nº DE VAGAS	CARGO	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA	GRAU DE ESCOLARIDADE
2	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	669,06	44	SERIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0\*\*47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br - email: administra@corupa.sc.gov.br

**6. DO APROVEITAMENTO:**

6.1. Os candidatos classificados serão convocados para atender as necessidades que surgirem no Município de Corupá.

6.2. As contratações serão efetuadas conforme necessidade do Município de Corupá, por tempo determinado, pelos prazos



previstos na Lei Complementar nº 014/09.

#### 7. DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

7.1. Na admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Habilitação;
- b) Quitação com obrigações militares e eleitorais;
- c) CPF e título de eleitor;
- d) Carteira de Trabalho;
- e) Conta Corrente na Caixa Econômica Federal;
- f) Comprovante de residência;
- g) Certidão de Nascimento dos filhos.

#### 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

8.2. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, porém por procuração, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição;

8.3. O processo seletivo de que trata este edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda em conjunto com a Secretaria de Infra Estrutura

8.4. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Concurso;

8.5. A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação;

8.6. A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de (01) um ano.

Corupá, 07 de novembro de 2011.

CARLOS DIETER WERNER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

#### ANEXO I

#### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO: 2011

Número de inscrição:

Nome do candidato:

Data de nascimento: / / . Local:

Estado:

Endereço: Fone:

Idade: Estado Civil:

Número de filhos:

Corupá, \_\_\_\_ de novembro de 2011

Assinatura do Candidato

**Curitibanos**

**PREFEITURA**

#### Edital de Pregão Presencial Nº 159/2011.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2011.

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre

outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de pó de pedra e pedrisco para manutenção de ruas e avenidas do município, o material deverá ser entregue em Curitiba, conforme relação constante no anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 23/11/2011, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 15:00 horas do dia 23/11/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 01 de novembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Nº 161/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2011

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço GLOBAL, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de massa asfáltica CBUQ e emulsão, para uso na operação tapa buracos nas seguintes vias: Avenida Lions, Rua Ilydio Romullo Colonia, Avenida Jorge Lacerda, Av. Cel. Vidal Ramos e também manutenção do pátio do terminal urbano municipal, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 22/11/2011. A partir das 15:00 horas do dia 22/11/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 03 de Novembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

# Forquilha

## PREFEITURA

**Decreto Nº. 97 de 25 de Outubro de 2011.**

DECRETO Nº. 97 DE 25 DE OUTUBRO DE 2011.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 13. Inciso V da Lei Municipal nº 1.601 de 24 de novembro de 2010;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Câmara de Vereadores de Forquilha no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 01 - Poder Legislativo  
2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores  
3191 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentária  
R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 01 - Poder Legislativo  
2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores  
3390 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 351, de 03 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 351, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA O SERVIDOR ADENOR POLA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ADENOR POLA do Cargo Comissionado de Chefe do Departamento de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento

despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 352, de 03 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 352, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO A SERVIDORA JANAINA GOMES TEIXEIRA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que a servidora Janaina Gomes Teixeira apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Auxiliar Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JANAINA GOMES TEIXEIRA do Cargo Temporário de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 353, de 03 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 353, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS A SERVIDORA LEONICE MARIA CARDOSO DA LUZ.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Leonice Maria Cardoso da Luz protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 03 de outubro de 2011, a pedido, a servidora LEONICE MARIA CARDOSO DA LUZ do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais.



Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

#### **Portaria Nº. 354, de 03 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 354, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

AMPLIA, TEMPORARIAMENTE, CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA DIRLEI APARECIDA GOMES FERREIRA MARTINS EM 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002 e Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da carga horária para substituir a servidora do quadro efetivo Mara Rubia Pedro Camilo que está afastada em razão de licença para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que a ampliação da carga horária é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para suprir a necessidade temporária,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ampliada, temporariamente, a carga horária da professora DIRLEI APARECIDA GOMES FERREIRA MARTINS em mais 20 (vinte) horas, totalizando 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença para tratamento de saúde.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

#### **Portaria Nº. 355, de 03 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 355, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DIEGO ALEXANDRE FRASSÃO PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NÍVEL OAG-4.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001, Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir o servidor do quadro efetivo André Forgiarini que está afastado em razão de licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, DIEGO ALEXANDRE FRASSÃO para ocupar o cargo de Auxiliar Administrativo, Nível OAG-4.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o servidor do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

#### **Portaria Nº. 356, de 13 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 356, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011.

NOMEIA ADENOR POLA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, NÍVEL DAS-2.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ADENOR POLA para ocupar o cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Agricultura, Nível DAS-2.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de outubro de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 357, de 14 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 357, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA MARIA JOSÉ NANDI FLORÊNCIO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que a servidora Maria José Nandi Florêncio apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Professor de Educação Infantil;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARIA JOSÉ NANDI FLORÊNCIO do Cargo Temporário de Professor de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 14 de outubro de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 358, de 17 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 358, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011.

AMPLIA, TEMPORARIAMENTE, CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA BRUNA DA ROCHA MARTINELLI EM 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002 e Lei

Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002;

CONSIDERANDO que houve aumento na demanda de serviços;

CONSIDERANDO que a ampliação da carga horária é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para suprir a necessidade temporária,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica ampliada, temporariamente, a carga horária da Auxiliar de Ensino de Educação Infantil BRUNA DA ROCHA MARTINELLI em mais 10 (dez) horas, totalizando 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de outubro de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**Portaria Nº. 359, de 17 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 359, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS A SERVIDORA MARILEIA ROSA CHAVES.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que a servidora Marileia Rosa Chaves apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARILEIA ROSA CHAVES do Cargo Temporário de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de outubro de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo



**Portaria Nº. 360, de 17 de Outubro de 2011.**

PORTARIA Nº. 360, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA BOMBARDELLI LEANDRO MANDELLI PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, NÍVEL OAG-8.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de Agente Administrativo;

CONSIDERANDO que não tem lista de espera em concurso público;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, PRISCILA BOMBARDELLI LEANDRO MANDELLI para ocupar o cargo de Agente Administrativo, Nível OAG-8.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Aviso de Licitação****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 20/FMS/2011.

OBJETIVO: O presente Edital tem pôr objetivo a contratação de empresas especializada para aquisição de equipamentos para implantação de quatro Academias populares nos Bairros Vila Franca, Santa Cruz, Santa Terezinha e Santa Rosa, conforme programa "Reabilitação social na perspectiva da promoção da saúde" e "Núcleo de apoio a saúde familiar", da rede municipal de saúde do município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 23 de novembro de 2011 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício

sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, pelos telefones (\*\*48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123 e solicitação do edital através do e-mail licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

**Aviso de Licitação****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 21/FMS/2011.

OBJETIVO: O presente Edital tem pôr objetivo a Contratação de empresas para aquisição de material médico e odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de novembro de 2011 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, pelos telefones (\*\*48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123 e solicitação do edital através do e-mail licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

**Aviso de Licitação****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 22/FMS/2011.

OBJETIVO: Aquisição de 01 (um) veículo novo, tipo ambulância, para uso como ambulância de suporte básico, destinado ao transporte pré-hospitalar e inter-hospitalar, compreendendo equipamentos mínimos à manutenção da vida, para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, conforme Convênio nº. 13623/2011-9, firmado junto ao Estado de Santa Catarina, através da Sec. De Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de novembro de 2011 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 07 de novembro de 2011.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

**Fraiburgo****PREFEITURA****Decreto Nº 0324/2011**

DECRETO Nº 0324, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
07.01 - Educação Geral  
12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (64) R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.  
4172401 - Transferência dos Recursos do FUNDEB R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 04 DE NOVEMBRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0325/2011**

DECRETO Nº 0325, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME  
13.01 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME  
27.812.0029.2.064 - Programa do Desenvolvimento do Desporto Amador  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0800 (2) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto ocorrerão à conta da anulação das seguintes dotações:

13.00 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME  
13.01 - Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME  
27.812.0029.2.064 - Programa do Desenvolvimento do Desporto Amador  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0800 (1) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 04 DE NOVEMBRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0326/2011**

DECRETO Nº 0326, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0029 DE 19 DE OUTUBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0029, de 19 de outubro de 2011, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA ADMISSÃO  
EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0029 DE 19 DE OUTUBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempeate**

Cargo: **Agente de Serviços Ger** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

***CrITÉrios de Desempeate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
					Curso Área Específica	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	13	MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON		10	2	5	3	2	NÃO	4/9/1974
2	6	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA		7	2	1	4	1	NÃO	8/5/1972
3	11	ROSÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS		7	0	5	2	1	NÃO	4/2/1984
4	3	SIRLEI DIAS DE ALMEIDA		5	2	1	2	1	NÃO	14/11/1980
5	5	JACIRA MENDES DOS SANTOS		5	0	5	0	1	NÃO	19/8/1973
6	7	SIRLEI LUCIA TOMAZ CORDEIRO PEREIRA		5	0	0	5	0	NÃO	25/2/1962
7	19	MARCIA TEREZINHA HUNING		3	0	3	0	1	NÃO	10/2/1987
8	30	JOCIMAR NUNES DA SILVA		3	0	0	3	2	NÃO	4/10/1979
9	21	ZELIA DOS SANTOS CELESTINO		3	0	0	3	1	NÃO	23/5/1962
10	18	ALISARA DAS ALMAS PEREIRA		2	0	2	0	0	NÃO	26/1/1990
11	1	NOELI DA SILVA PEREIRA		2	0	1	1	3	NÃO	18/12/1971
12	20	DENIR CORREA DE FIGUEIREDO		2	0	1	1	2	NÃO	22/2/1963
13	12	JANETE GARIPUNA DOS SANTOS		2	0	0	2	1	NÃO	4/10/1974
14	14	JOSIELI DE FATIMA GOIS RODRIGUES		1	0	1	0	2	NÃO	20/8/1982
15	26	REGIANE APARECIDA BATAGLION		1	0	0	1	3	NÃO	20/12/1983
16	16	ROSELI FATIMA DOS SANTOS		1	0	0	1	1	NÃO	15/10/1965
17	23	MISCHELE FAGUNDES		1	0	0	1	0	NÃO	15/5/1987
18	29	ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES		0	0	0	0	3	NÃO	30/6/1988
19	4	MARTA MACHADO DOS SANTOS		0	0	0	0	2	NÃO	18/5/1977
20	17	JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ		0	0	0	0	2	NÃO	10/4/1985
21	22	CLAUDINÉIA DE OLIVEIRA		0	0	0	0	2	NÃO	18/5/1987
22	8	ROSELI DE FATIMA FUNINI		0	0	0	0	1	NÃO	20/3/1971

23	10	LUCI CAMPOLIM FERREIRA		0
24	9	ANGELA MARIA DIAS		0
25	25	ANA PAULA DA SILVA FERREIRA		0
26	24	LIDIANE MAGAGNIN FURLAN		0
27	28	ELCIMARA NEILA LARA		0
28	27	REZIANE RIBEIRO		0
29	2	VIRIDIANA SILVA DE MOURA		0
30	15	LUIZA CARLA VARELLA		0

0	0	0	1	NÃO	21/6/1971
0	0	0	1	NÃO	28/11/1978
0	0	0	1	NÃO	5/10/1985
0	0	0	1	NÃO	2/4/1987
0	0	0	1	NÃO	14/10/1987
0	0	0	1	NÃO	19/3/1988
0	0	0	0	NÃO	17/2/1976
0	0	0	0	NÃO	18/12/1989



**Decreto Nº 0327/2011**

DECRETO Nº 0327, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00(setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 - Autarquia Municipal

14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI

17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico

3.1.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0900 (8) R\$ 70.000,00

Total R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto ocorrerão à conta da anulação das seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal

14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI

17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico

3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0900 (10) R\$ 70.000,00

Total R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1979/2011**

PORTARIA Nº 1.979, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1015/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora SERLEY APARECIDA MACHADO que se encontra afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor ACIR RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 201.868.919-91, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 08 de novembro de 2011 até 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0027/2011-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0027/2011 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de recapeamento asfáltico com CBUQ sobre pavimento asfáltico e paralelepípedos existentes na rua Arnol-do Frey, situada no Centro, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS.

Fraiburgo (SC), 07 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0027/2011-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0027/2011 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de recapeamento asfáltico com CBUQ sobre pavimento asfáltico e paralelepípedos existentes na rua Arnol-do Frey, situada no Centro, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, no valor de R\$ 135.632,15 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e quinze centavos)

Fraiburgo (SC), 07 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**TA 0430/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0430, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 403/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 19/09/2011 a 18/10/2011, acordam

aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 17 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA COSTA DA SILVA

Contratado

TESTEMUNHAS: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

#### TA 0431/2011

TERMO ADITIVO Nº 0431, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 386/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 18/08/2011 a 17/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 17 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

TAMIREZ MARQUES

Contratado

TESTEMUNHAS: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

#### TA 0432/2011

TERMO ADITIVO Nº 0432, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 210/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/02/2011 a 24/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 18 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ROSENILDA APARECIDA FERREIRA

Contratado

TESTEMUNHAS: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

#### TA 0433/2011

TERMO ADITIVO Nº 0433, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 348/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 13/06/2011 a 24/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 20 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

GESSI FERREIRA

Contratado

TESTEMUNHAS: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

#### TA 0434/2011

TERMO ADITIVO Nº 0434, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011.

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 149/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 24/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

DENISE CAREGNATO

Contratado

TESTEMUNHAS: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

#### TA 0435/2011

TERMO ADITIVO Nº 0435, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011.

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 370/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/08/2011 a 24/10/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 03/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2011.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

DAYANA PULCENO  
Contratado

TESTEMUNHAS: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

**TA 0442/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0442, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 149/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 03/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 18/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

DENISE CAREGNATO  
Contratado

TESTEMUNHAS: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

**TA 0445/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0445, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR  
PRAZO DETERMINADO Nº 210/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 09/02/2011 a 01/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ROSENILDA APARECIDA FERREIRA  
Contratado

TESTEMUNHAS: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

**TA 0450/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0450, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
POR PRAZO DETERMINADO Nº 370/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo

determinado, para o período de 04/08/2011 a 03/11/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 18/11/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

DAYANA PULCENO  
Contratado

TESTEMUNHAS: 1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_

**Decisão**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3573/2011

IMPUGNANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A  
INTERESSADO: SECRETARIA DE FINANÇAS

**DECISÃO**

Trata-se de Processo Contencioso Fiscal deflagrado pelo Município de Fraiburgo em face de Banco Bradesco Financiamentos S/A para apurar eventual falta de recolhimento do ISSQN sobre operações de leasing.

Instado através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 014/2011 (fl. 02/03) com aviso de recebimento (fl. 03v) a apresentar ao fisco os documentos nele elencados, o Autuado se limitou nas fls. 08/13, a dizer que o Município de Fraiburgo é incompetente para fiscalizar e exigir o recolhimento do ISSQN, tendo em vista que tal tributo e recolhido no Município sede da empresa, no caso, o Município de Osasco/SP.

Novamente, na fl. 058, o Autuado diz estar impossibilitado de apresentar os documentos solicitados em face de que seu único estabelecimento está sediado na cidade de Osasco/SP.

Diante de tais fatos, o Fisco Municipal obteve autorização do DETRAN/SC e colacionou os documentos necessários ao prosseguimento do Contencioso Fiscal, como se denota nas fls. 016//052.

Na fl. 055 foi determinada a intimação do Autuado para que se manifestasse acerca dos documentos juntados, o que ocorreu nas fls. 058.

Nas fls. 060/066 consta o Auto de Infração nº 013/2011, onde o Sr. Auditor Fiscal apurou as receitas sobre as quais não foi recolhido o ISSQN, ou ao menos, direcionado ao ente público competente, no caso, o Município de Fraiburgo.

Do referido Auto de Infração o Autuado foi intimado em data de 20/09/2011, tendo apresentado impugnação em 10/10/2011 (fls. 072/081).

Nas fls. 085/087 foi oferecida, tempestivamente, pelo Sr. Auditor Fiscal, a contestação, pugnando pela manutenção do Auto.

É o sucinto relatório.

DECIDO

O Município de Fraiburgo deflagrou o Termo de Início de Ação

Fiscal em face de Banco Bradesco Financiamentos S/A, instaurando-se o contencioso fiscal com a intimação do Autuado para apresentar os documentos necessários à instrução do Processo.

Em que pese devidamente intimado, o Autuado protocolou diversos documentos, expressando a negativa em fornecê-los, sob o argumento de que os tributos incidentes sobre as operações de leasing já foram todos recolhidos junto ao Município de Osasco/SP, cidade onde possui sua sede e onde entende que os tributos devam ser recolhidos. Para comprovar sua regularidade fiscal para com o Município de sua sede, apresentou na fl. 082 a CND do Município de Osasco.

Já num primeiro momento não se pode deixar de frisar que o Banco Bradesco Financiamentos S/A tentou se eximir de apresentar os documentos solicitados pelo Fisco, tentando obstaculizar a instrução do processo.

Por oportuno, ressalto também, a diligência do Fisco Municipal em obter as informações junto ao Departamento de Trânsito, necessárias à continuidade da instrução do P.A.. Em não sendo obtidas tais informações/documentos, referido contencioso cairia na inércia e estaria fadado à extinção, sem resolução de seu mérito.

Intimado o Autuado a se manifestar acerca dos documentos apresentados pelo DETRAN ao Fisco, o Autuado quedou-se inerte.

Portanto, tenho como reconhecidas as autenticidades dos documentos de fls. 017/052, estando eles aptos à apuração dos tributos incidentes sobre as operações de leasing, formando base de cálculo sólida, dispensando a apuração de valores por meio de arbitramento.

Assim, formada a base de cálculo, resta analisar as razões expostas pelo Impugnante no tocante ao local onde se deu a prestação do serviço e se sobre o leasing incide o ISSQN, já que a alegação é de que referida operação é tributada pelo IOF.

#### I - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Alega o Autuado que não possui base ou agência no território do Município de Fraiburgo, sendo que a sede da empresa é no Município de Osasco/SP, entendendo, portanto, que qualquer tributo incidente sobre as operações de leasing são devidos àquele Município.

Inobstante a isso, tenho segurança ao afirmar que o ISSQN devido sobre as operações de leasing deve ser recolhido no Município onde se operou o serviço de financiamento.

Tal segurança, calca-se no fato de que o Autuado firmou referidos instrumentos no território do Município de Fraiburgo, para pessoas físicas e jurídicas com domicílio também nesta cidade e quiçá, até por meio da agência do Banco Bradesco S/A dessa cidade, instituição financeira ligada ao mesmo grupo econômico do Autuado.

Destarte, o ISSQN apurado referente as operações de leasing é devido ao Município de Fraiburgo, nos exatos termos do item 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Não há que se discutir acerca da competência do Município em legislar sobre o ISSQN, já que referida competência deriva da própria Constituição Federal:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[ ]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

No caso concreto, as operações tributáveis foram realizadas no território do Município de Fraiburgo, significando isso que em seu proveito deve ser feito o recolhimento do imposto. Com efeito, como averba Sérgio Pinto Martins, "o ISS será devido no município em que for concedido o financiamento, que é a atividade fim da empresa de leasing" (in Manual do Imposto Sobre Serviços. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 255).

A esse respeito, é a remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A egrégia Primeira Seção desta colenda Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o Município competente para realizar a cobrança do ISS é o do local da prestação dos serviços, onde se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. 'De acordo com a Constituição, este imposto só pode alcançar os serviços de qualquer natureza (exceto os referidos no art. 155, II, da CF) prestados no território do Município tributante. Por quê? Porque nosso Estatuto Magno adotou um critério territorial de repartição das competências impositivas que exige que a única lei tributária aplicável seja a da pessoa política em cujo território o fato impositivo ocorreu' (Roque Antonio Carrazza, in 'Curso de Direito Constitucional Tributário', 18ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p. 844). Recurso especial provido' (Resp nº 525.067, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 28/10/2003).

Ainda, enfrento a impugnação do Autuado no tocante à citação do revogado artigo 12 do Decreto-Lei nº 406/68 e também da Lei nº 116/2003, sendo que para tanto, cito o entendimento do STJ, in verbis:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 406/68.

1. Mesmo na vigência do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, revogado pela Lei Complementar nº 116/03, a Municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local da prestação dos serviços, onde efetivamente ocorre o fato gerador do imposto.  
2. Recurso especial improvido. (Resp nº 882.913, Rel. Min. Castro Meira, DJ 12/12/2006).

TRIBUTÁRIO. ISSQN. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO EM QUE OCORREU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A 1ª Seção do STJ firmou orientação no sentido de considerar competente para a cobrança do ISSQN o Município em que ocorreu o fato gerador, ou seja, aquele onde se deu a prestação dos serviços.  
2. Recurso especial a que se nega provimento (Resp nº 674.072, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26/09/2005).

Destarte, não merece prosperar a alegação do Autuado Impugnante quanto ao local da prestação do serviço ser sua sede na cidade de Osasco/SP. O ISSQN é devido no local da prestação do serviço, neste caso, o Município de Fraiburgo.

#### II - INCIDÊNCIA DO ISSQN SOBRE OPERAÇÕES DE LEASING

Alega o Autuado, sucintamente, que as operações de leasing não estão sujeitas ao recolhimento do ISSQN, pois sobre as mesmas incide o IOF.

Não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do



Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

Para rescaldar referida discussão, cito o julgamento do STJ sobre esta matéria:

ISS - Bancos

RE 547245 / SC - SANTA CATARINA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 02/12/2009 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 05-03-2010

EMENT VOL-02392-04 PP-00857

RT v. 99, n. 897, 2010, p. 143-159

LEXSTF v. 32, n. 376, 2010, p. 175-200

Parte(s)

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

RECDO.(A/S) : BANCO FIAT S/A

Ementa

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO. ARTIGO 156, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. O arrendamento mercantil compreende três modalidades, [i] o leasing operacional, [ii] o leasing financeiro e [iii] o chamado lease-back. No primeiro caso há locação, nos outros dois, serviço. A lei complementar não define o que é serviço, apenas o declara, para os fins do inciso III do artigo 156 da Constituição. Não o inventa, simplesmente descobre o que é serviço para os efeitos do inciso III do artigo 156 da Constituição. No arrendamento mercantil (leasing financeiro), contrato autônomo que não é misto, o núcleo é o financiamento, não uma prestação de dar. E financiamento é serviço, sobre o qual o ISS pode incidir, resultando irrelevante a existência de uma compra nas hipóteses do leasing financeiro e do lease-back. Recurso extraordinário a que se dá provimento.

Para arrematar, cito o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o qual segue a mesma linha de raciocínio lógico estampada no julgado do STJ:

Apelação Cível n. 2010.054116-7, de Chapecó

Relator: Newton Janke

Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público

Data: 04/10/2011

Ementa:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). ARRENDAMENTO MERCANTIL. INCIDÊNCIA. SÚMULA 18, DO TJSC. REQUISITOS FORMAIS DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA PREENCHIDOS. NULIDADE INEXISTENTE. DECADÊNCIA DE PARTE DOS CRÉDITOS LANÇADOS PELO FISCO MUNICIPAL. TITULARIDADE DO CRÉDITO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO ONDE SE DEU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. "O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis" (Súmula 18 do TJSC) e deve ser recolhido no lugar da prestação do SERVIÇO.

2. Não padece de nulidade a certidão de dívida ativa que, preenchendo todos os requisitos legais, viabiliza plenamente a defesa do contribuinte.

3. Tratando-se o ISS de tributo cujo lançamento é feito por homologação, o prazo decadencial, quando não houver a declaração ou o pagamento prévio, é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, segundo exegese pretoriana atribuída ao art. 173, inc. I, do CTN.

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre as operações de leasing não incide o ISSQN, quando o que se busca é a tributação do serviço de arrendamento.

### III - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, conheço da Impugnação ofertada pelo Autuado Banco Bradesco Financiamentos S/A, bem como, da Contestação efetuada pelo Sr. Auditor Fiscal para, no mérito, INDEFERIR a Impugnação, mantendo inalterado o Auto de Infração.

Intime-se desta decisão, bem como, de que terá o sujeito passivo da obrigação tributária o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes (artigo 622 do CTM - LC nº 053/2033).

Interposto Recurso, remeta-se ao Egrégio Conselho de Contribuintes. No silêncio, encaminhe-se ao Departamento de Tributos para as providências cabíveis.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2011.

ADÉLIA APARECIDA PIERDONÁ BALESTRIN

Auditora Fiscal

Matrícula nº 875

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 756/2011

PORTARIA N.º 756, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, LUIZ ANTÔNIO DE CAMPOS, CPF n.º 771.993.409-15, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 07/11/2011, nos termos do art. 27, § 5º, da Lei Orgânica Municipal, optando pela remuneração de Vereador Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/11/2011, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

#### Decreto N.º 161/2011

DECRETO N.º 161, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 479/94 e alterações, e considerando o Ofício n.º 27/2011/CME, do Conselho Municipal de Educação

**DECRETA:**

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Educação:

**I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:**

Titular: Rosilene Pacheco de Lima - CPF n.º 459.769.349-87;

Suplente: José Antônio Gonçalves - CPF n.º 753.186.369-34.

**II - Representantes do Professores da Rede Municipal:**

Titular: Vera Lucia Lorensi - CPF n.º CPF. Nº 316.157.670-53;

Suplente: Tatiane Ricardo - CPF n.º 023.815.439-45.

**III - Representantes dos Professores das Redes Particular e/ou Estadual:**

Titular: Gislaíne Silva Mattos - CPF n.º 004.582.539-44;

Suplente: Valdiria Thorstenberg - CPF n.º 691.998.500-44.

**IV - Representantes dos Diretores (Gestores) da Rede Municipal:**

Titular: Flavia Pereira Pereira - CPF n.º 987.348.739-53;

Suplente: Ana Aparecida de Souza - CPF n.º 916.183.639-72

**V - Representantes de Entidades de Atendimento em Educação Especial:**

Titular: Karla Garcia Luiz - CPF n.º 051.839.929-03;

Suplente: Lorena Lourdes Michelotti - CPF n.º 116.835.390-72.

**VI - Representantes de Pais e Alunos Matriculados em Escola Municipal:**

Titular: Fabiana Custodio - CPF n.º 038.025.049-76.

**VII - Representantes de Pais de Alunos Matriculados em Escola Estadual e/ou Particular:**

Titular: Rosa Maria de Souza Bento - CPF n.º 719.318.2199-68.

**VIII - Representantes da Sociedade Civil Organizada:**

Titulares: Aline de oliveira - CPF n.º 046.538.459-556.

**IX - Representante dos Dirigentes das Escolas Particulares:**

Titular: Celso Barbosa de Souza - CPF n.º 975.932.068.15.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 08/11/2011, de acordo com a

Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

**Homologação de Resultados**

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2011

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 009/2011, para o seguintes cargos:

CARGO: Psicólogo - CRAS

CLASSIFICAÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Camila Oliveira da Silva
002	Tatiane Nunes da Silva
003	Leo Luciano

004	Cristiane Lunkes Ruckhaber
005	Elisa Keller
006	Carolina Sartori Testa Angeli
007	Louise Rosa
008	Mario Luiz Junges Junior
009	Fernando Angeli dos Santos
010	Marianna Medeiros
011	Denise Valdira de Abreu

CARGO: psicólogo - GESTÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME CANDIDATO
01	Leo Luciano
02	Camila Oliveira da Silva
03	Mario Luiz Junges Junior
04	Tatiane Nunes da Silva
05	Cristiane Lunkes Ruckhaber
06	Fernando Angeli dos Santos
07	Elisa Keller
08	Carolina Sartori Testa Angeli
09	Louise Rosa
10	Marianna Medeiros
11	Denise Valdira de Abreu

CARGO: Monitor de Oficina de Informática

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Gabriel dos Santos Laurentino
002	Vinicius Junges
003	Layon Alves Miguel
004	Francine Inácio Pedro

Garopaba, 04 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

**Gaspar**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 4.580 de 03 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.580 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

ALTERA DECRETO 4.216 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011 QUE INFORMA FERIADOS E DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA NO ANO DE 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterado o art. 2º do Decreto Municipal nº 4.216 de 21 de fevereiro de 2011 que informa feriados e decreta ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais da Administração Pública Direta e Indireta no ano de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Fica decretado PONTO FACULTATIVO, nas repartições mencionadas no art. 1º, no dia 28 de outubro (sexta-feira), em virtude da comemoração ao dia do Servidor Público, como também no dia 14 de novembro, véspera do feriado de comemoração à Proclamação da República."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de novembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº. 4.581 de 03 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº. 4.581 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA DO CONVITE Nº 158/2011 - DESTINADO À IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO, LICENCIAMENTO E DIREITO DE USO PERMANENTE, MANUTENÇÃO E SUPORTE E ATUALIZAÇÃO EM SOFTWARE DE GESTÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E BIBLIOTECAS ESCOLARES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 6º, inciso XVI,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para comporem a Comissão Especial de Licitação, responsáveis pela análise da proposta técnica do Convite nº 119/2011 - destinado à implantação, treinamento e capacitação, licenciamento e direito de uso permanente, manutenção e suporte e atualização em software de gestão do acervo da biblioteca pública municipal e bibliotecas escolares.

I - Lucia Kistner;  
II - Andrea Aparecida Silva;  
III - Ederson Pamplona.

Art. 2º Os membros da Comissão de Licitação, nomeados pelo Decreto nº 4.398/11, terão a incumbência de realizar os demais procedimentos relativos à licitação mencionada no caput do artigo 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de novembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria Nº. 2.575, de 03 de Novembro de 2011.**

PORTARIA Nº. 2.575, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.  
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO SINDICANTE EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 04/2008, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DE UMA MOTOCICLETA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Sindicante,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar, a partir de 09 de novembro de 2011, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante em relação à Sindicância nº. 04/2008, instaurada para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de uma motocicleta de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de novembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

**Extrato do Aditivo 9 do Contrato Nº 289/2005**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO ADITIVO 9 DO CONTRATO Nº 289/2005

Vigência: 25/10/2011. Vencimento: 31/12/2011. Concorrência: 103/2005. Objeto: prestação de serviços de publicidade, propaganda e marketing para a divulgação dos atos do poder executivo e de campanhas institucionais. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: METRA PUBLICIDADE LTDA (81.814.527/0001-51). Valor total: R\$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais).

Gaspar(SC), 25 de outubro de 2011.  
ROBERTO PROCÓPIO GOMES  
Gestor do FMAS

**Extrato do Aditivo 9 do Contrato Nº SAF-289/2005**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO ADITIVO 9 DO CONTRATO Nº SAF-289/2005

Vigência: 25/10/2011. Vencimento: 31/12/2011. Concorrência: 103/2005. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: prestação de serviços de publicidade, propaganda e marketing para a divulgação dos atos do poder executivo e de campanhas institucionais; conforme Concorrência Pública 103/2005 emitida no sistema da PMG. Contratado: METRA PUBLICIDADE LTDA. (81.814.527/0001-51). Valor: R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Gaspar/SC, 25 de Outubro de 2011.  
Honorina da Silva  
Gestora do FMS

**Extrato do Contrato Nº FMS-17/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-17/2011

Vigência: 25/10/2011 Vencimento: 31/12/2011 Pregão nº.: 138/2011. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR. Objeto: Aquisição de equipamento rodoviário e veículos automotores. Contratado: EBF COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA (08.531.438/0001-08). Valor total: R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais).

Gaspar/SC, 25 de Outubro de 2011.  
Honorina da Silva  
Gestora do FMS

**Extrato do Contrato Nº SAF-85/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-85/2011

Vigência: 06/10/2011 Vencimento: 31/12/2011 Tomada de preços nº.: 112/2011. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: elaboração da complementação ao projeto básico da ponte sobre o rio Itajaí-Açu. Contratado: IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. (83.256.172/0001-58). Valor total: R\$ 564.058,49 (quinhentos e sessenta e quatro mil, cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos).

Gaspar/SC, 6 de Outubro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**Extrato do Contrato N° SAF-86/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-86/2011

Vigência: 20/10/2011 Vencto.: 31/12/2011 Pregão nº.: 142/2011. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de toldos para Escolas Municipais de Gaspar. Contratado: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA ME (03.087.273/0001-03). Valor total: R\$ 13.188,00 (treze mil, cento e oitenta e oito reais).

Gaspar/SC, 20 de Outubro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 613/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 613/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAX7725	8685024257	6050/3	02/07/2011	R\$ 191,53	208
ADR1810	8685024567	6050/3	23/07/2011	R\$ 191,53	208
AGS1654	SF00049161	6050/3	25/09/2008	R\$ 191,53	208
CIR8999	8685024494	6050/3	17/07/2011	R\$ 191,53	208
CLV3537	8685024506	6050/3	18/07/2011	R\$ 191,53	208
HEI2509	8685024379	6050/3	10/07/2011	R\$ 191,53	208
LWS7192	SF00045511	6050/0	31/05/2008	R\$ 191,54	208
LWU5762	8685024385	6050/3	12/07/2011	R\$ 191,53	208
MAJ8533	8685022982	6050/3	08/05/2011	R\$ 191,53	208
MAK3983	8685023678	6050/3	01/06/2011	R\$ 191,53	208
MAQ9109	8685024043	6050/3	15/06/2011	R\$ 191,53	208
MCE4800	8685024491	6050/3	16/07/2011	R\$ 191,53	208
MDR5516	8685012004	6050/3	06/03/2010	R\$ 191,53	208
MDU7965	8685023750	6050/3	28/05/2011	R\$ 191,53	208
MEN0828	8685023835	6050/3	07/06/2011	R\$ 191,53	208
MFB4360	8685024685	6050/3	19/07/2011	R\$ 191,53	208
MGU0179	8685024470	6050/3	14/07/2011	R\$ 191,53	208
MGW1117	8685024540	6050/3	21/07/2011	R\$ 191,53	208
MHG3350	8685024600	6050/3	16/07/2011	R\$ 191,53	208
MHI5588	8685024637	6050/3	24/07/2011	R\$ 191,53	208
MHJ6817	8685024488	6050/3	16/07/2011	R\$ 191,53	208
MID3664	8685024646	6050/3	15/07/2011	R\$ 191,53	208
MIU5424	8685024514	6050/3	19/07/2011	R\$ 191,53	208
MJE4634	8685024694	6050/3	21/07/2011	R\$ 191,53	208
MJQ0239	8685024113	6050/3	21/06/2011	R\$ 191,53	208
MJZ0800	8685024003	6050/3	13/06/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLN7120	8685024496	6050/3	17/07/2011	R\$ 191,53	208
MMW3135	8685024454	6050/3	12/07/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 615/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 615/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEJ8794	8685023161	6050/3	17/05/2011	R\$ 191,53	208
AIG0436	8685023849	6050/3	09/06/2011	R\$ 191,53	208
AJL9273	8685024644	6050/3	25/07/2011	R\$ 191,53	208
AKC4125	8685024193	6050/3	23/06/2011	R\$ 191,53	208
AKW6664	8685024518	6050/3	19/07/2011	R\$ 191,53	208
AOP5529	8685024658	6050/3	16/07/2011	R\$ 191,53	208
AYL0027	8685023928	6050/3	14/06/2011	R\$ 191,53	208
CHY8370	8685024510	6050/3	18/07/2011	R\$ 191,53	208
DFX0885	8685024055	6050/3	19/06/2011	R\$ 191,53	208
IDM8633	8685023625	5673/2	04/06/2011	R\$ 85,12	183
ILW1603	8685024716	6050/3	18/07/2011	R\$ 191,53	208
JQM9903	8685024643	6050/3	25/07/2011	R\$ 191,53	208
LWW2346	SF00021386	6050/0	28/11/2005	R\$ 191,53	208
LXE3061	8685024538	6050/3	21/07/2011	R\$ 191,53	208
LXN9567	8685024222	6050/3	26/06/2011	R\$ 191,53	208
LXO5246	8685024589	6050/3	26/07/2011	R\$ 191,53	208
LYF6911	8685024459	6050/3	13/07/2011	R\$ 191,53	208
LYL5371	8685021469	6050/3	18/03/2011	R\$ 191,53	208
LYQ7360	8685016253	6050/3	02/08/2010	R\$ 191,53	208
LZC5172	8685024574	6050/3	24/07/2011	R\$ 191,53	208
LZD1532	8685024480	6050/3	15/07/2011	R\$ 191,53	208
MAJ3503	8685024712	6050/3	16/07/2011	R\$ 191,53	208
MAK5595	8685024707	6050/3	15/07/2011	R\$ 191,53	208
MAY2671	8685024457	6050/3	12/07/2011	R\$ 191,53	208
MBB9331	8685024453	6050/3	12/07/2011	R\$ 191,53	208
MCD4969	8685024220	6050/3	26/06/2011	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCJ4746	8685024493	6050/3	17/07/2011	R\$ 191,53	208
MCM4564	8685021477	6050/3	19/03/2011	R\$ 191,53	208
MCP2379	8685023378	6050/3	22/05/2011	R\$ 191,53	208
MDD7363	8685024344	6050/3	05/07/2011	R\$ 191,53	208
MDO4021	8685023587	6050/3	05/06/2011	R\$ 191,53	208
MDR8938	8685024079	6050/3	16/06/2011	R\$ 191,53	208
MEY3400	8685024696	6050/3	21/07/2011	R\$ 191,53	208
MFD3810	8685021400	6050/3	20/03/2011	R\$ 191,53	208
MFV4888	8685023077	6050/3	13/05/2011	R\$ 191,53	208
MFZ1848	8685024669	6050/3	17/07/2011	R\$ 191,53	208
MGA3130	8685024698	6050/3	21/07/2011	R\$ 191,53	208
MGA6442	8685024149	6050/3	26/06/2011	R\$ 191,53	208
MGI7113	8685024217	6050/3	25/06/2011	R\$ 191,53	208
MGR6616	8685024603	6050/3	17/07/2011	R\$ 191,53	208
MGU0495	8685024467	6050/3	14/07/2011	R\$ 191,53	208
MHH4670	SF00021016	6050/0	08/11/2005	R\$ 191,53	208
MHT7451	8685021270	6050/3	10/03/2011	R\$ 191,53	208
MHV6477	8685024264	6050/3	04/07/2011	R\$ 191,53	208
MII1591	8685024433	6050/3	15/07/2011	R\$ 191,53	208
MIK6484	8685024565	6050/3	23/07/2011	R\$ 191,53	208
MIM0221	8685023682	6050/3	01/06/2011	R\$ 191,53	208
MJJ2530	8685024083	6050/3	16/06/2011	R\$ 191,53	208
MKP7460	8685024485	6050/3	16/07/2011	R\$ 191,53	208
MKU1947	8685023504	6050/3	23/05/2011	R\$ 191,53	208
MNV5234	8685024254	6050/3	02/07/2011	R\$ 191,53	208
MOL9845	8685024605	6050/3	17/07/2011	R\$ 191,53	208
MUE4510	8685024201	6050/3	24/06/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO



**Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 612/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 685 612/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW1308	8685012986	6050/3	06/04/2010	208
ADJ4994	8685026111	6050/3	21/09/2011	208
ADL5436	8685025770	6050/3	16/09/2011	208
ADM5661	8685013851	6050/3	26/04/2010	208
AEM9813	8685025949	6050/3	12/09/2011	208
AFP1714	8685026059	6050/3	23/09/2011	208
AHC4119	8685025783	6050/3	19/09/2011	208
AHU2983	8685026180	6050/3	26/09/2011	208
AIX8231	8685014047	6050/3	09/05/2010	208
AJT9829	8685025965	6050/3	19/09/2011	208
ANA2679	8685025845	6050/3	15/09/2011	208
ARW0035	8685026167	6050/3	25/09/2011	208
BPL6604	8685026173	6050/3	26/09/2011	208
CLM2812	8685013439	6050/3	11/04/2010	208
CNB4185	8685025776	6050/3	17/09/2011	208
CRB6029	8685026140	6050/3	23/09/2011	208
CVX0579	8685025202	6050/3	21/08/2011	208
DBO4112	8685025048	6050/3	15/08/2011	208
DER0266	8685013205	6050/3	09/04/2010	208
DGG5428	8685026050	6050/3	22/09/2011	208
GOT1692	8685014005	6050/3	06/05/2010	208
HOX8076	8685013173	6050/3	11/04/2010	208
ICG4292	8685025274	6050/3	18/08/2011	208
IOX3599	8685025904	6050/3	22/09/2011	208
JPL5089	8685025592	6050/3	04/09/2011	208
KNK4203	8685026143	6050/3	23/09/2011	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LOF6553	8685026032	6050/3	20/09/2011	208
LXE4399	8685025853	6050/3	16/09/2011	208
LXE6620	8685025759	6050/3	14/09/2011	208
LXH8993	8685025923	6050/3	24/09/2011	208
LXJ2880	8685026120	6050/3	22/09/2011	208
LXK2863	8685025285	6050/3	20/08/2011	208
LXW8232	8685013938	6050/3	01/05/2010	208
LYB3676	8685025802	6050/3	23/09/2011	208
LYL9453	8685025712	6050/3	07/09/2011	208
LYM1900	8685013923	6050/3	30/04/2010	208
LYN5186	8685013984	6050/3	05/05/2010	208
LYT6598	8685025076	6050/3	17/08/2011	208
LZA5755	8685013892	6050/3	01/05/2010	208
LZB5169	8685013925	6050/3	30/04/2010	208
LZF0500	8685026019	6050/3	17/09/2011	208
LZQ1954	8685025943	6050/3	25/09/2011	208
LZS3533	8685025994	6050/3	14/09/2011	208
LZY5625	8685026027	6050/3	19/09/2011	208
MAL7147	8685025017	6050/3	13/08/2011	208
MAV4711	8685013930	6050/3	01/05/2010	208
MAX7943	8685025993	6050/3	14/09/2011	208
MBC3109	8685025811	6050/3	12/09/2011	208
MBG2757	8685013920	6050/3	29/04/2010	208
MBJ9615	8685025539	6050/3	05/09/2011	208
MBP5663	8685026009	6050/3	17/09/2011	208
MCB6787	8685025977	6050/3	23/09/2011	208
MCL6880	8685025836	6050/3	15/09/2011	208
MCQ6127	8685025979	6050/3	23/09/2011	208
MCV3758	8685026070	6050/3	25/09/2011	208
MCV7937	8685013863	6050/3	27/04/2010	208
MCY5420	8685013189	6050/3	18/04/2010	208
MDA0251	8685025195	6050/3	20/08/2011	208
MDI3958	8685013940	6050/3	01/05/2010	208
MDP0642	8685025034	6050/3	14/08/2011	208
MDX1192	8685013898	6050/3	02/05/2010	208
MED8587	8685025208	6050/3	21/08/2011	208
MEH4255	8685025025	6050/3	14/08/2011	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEL0891	8685025780	6050/3	17/09/2011	208
MEO7073	8685025134	6050/3	14/08/2011	208
MEQ3528	8685014013	6050/3	06/05/2010	208
MET4503	8685014007	6050/3	06/05/2010	208
MEW4083	8685025881	6050/3	19/09/2011	208
MEZ9835	8685014056	6050/3	10/05/2010	208
MFK7930	8685014016	6050/3	07/05/2010	208
MFL6130	8685025033	6050/3	14/08/2011	208
MFM5064	8685013887	6050/3	30/04/2010	208
MFP4154	8685013134	6050/3	11/04/2010	208
MGG0021	8685013946	6050/3	02/05/2010	208
MGG1681	8685025362	6050/3	22/08/2011	208
MGI8675	8685013233	6050/3	13/04/2010	208
MGK9765	8685014000	6050/3	06/05/2010	208
MGM5449	8685025565	6050/3	02/09/2011	208
MHA7652	8685026125	6050/3	22/09/2011	208
MHI1341	8685025859	6050/3	17/09/2011	208
MHN6496	8685025796	6050/3	21/09/2011	208
MHT7426	8685025820	6050/3	13/09/2011	208
MIB3502	8685025957	6050/3	15/09/2011	208
MIM2526	8685025357	6050/3	24/08/2011	208
MIQ0386	8685026189	6050/3	27/09/2011	208
MIW6700	8685026127	6050/3	22/09/2011	208
MJD0100	8685025915	6050/3	23/09/2011	208
MMM6766	8685013885	6050/3	30/04/2010	208
MSC1616	8685025805	6050/3	26/09/2011	208
MVK9748	8685025163	6050/3	17/08/2011	208
NBJ7290	8685025854	6050/3	17/09/2011	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 685 614/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 685 614/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEJ9212	8685025985	6050/3	25/09/2011	208
AFI7121	8685025947	6050/3	26/09/2011	208
AOL6873	8685025871	6050/3	19/09/2011	208
CQV8414	8685025931	6050/3	24/09/2011	208
DBI6661	8685025081	6050/3	18/08/2011	208
HMI1750	8685025955	6050/3	14/09/2011	208
IIM7334	8685025237	6050/3	15/08/2011	208
LXF2978	8685025365	6050/3	24/08/2011	208
LXX8240	8685025207	6050/3	21/08/2011	208
LYG8180	8685026367	6050/3	03/10/2011	208
LYW9197	8685026255	6050/3	01/10/2011	208
MAA1692	8685025982	6050/3	24/09/2011	208
MAU6375	8685025975	6050/3	22/09/2011	208
MBK1698	8685025148	6050/3	15/08/2011	208
MBP5671	8685025228	6050/3	14/08/2011	208
MCB4792	8685025819	6050/3	13/09/2011	208
MCH0055	8685026107	6050/3	21/09/2011	208
MDX0486	8685026511	6050/3	03/10/2011	208
MDY0871	8685025038	6050/3	15/08/2011	208
MEP4557	8685026390	6050/3	29/09/2011	208
MFA0305	8685025029	6050/3	14/08/2011	208
MFI8617	8685026147	6050/3	23/09/2011	208
MFK9588	8685026236	6050/3	29/09/2011	208
MFV3604	8685026373	6050/3	04/10/2011	208
MGA2036	8685025302	6050/3	24/08/2011	208
MGC7409	8685025824	6050/3	14/09/2011	208



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGI7558	8685025906	6050/3	22/09/2011	208
MGL4688	8685026182	6050/3	26/09/2011	208
MGM1406	8685025425	6050/3	26/08/2011	208
MHZ7129	8685025664	6050/3	08/09/2011	208
MIF1705	8685025603	6050/3	31/08/2011	208
MIG1523	8685026102	6050/3	20/09/2011	208
MIP0285	8685024767	6050/3	05/08/2011	208
MJJ4600	8685025873	6050/3	19/09/2011	208
MJT0159	8685025968	6050/3	20/09/2011	208
MKD7700	8685025420	6050/3	25/08/2011	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS  
DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**SAMAE****Portaria n º 116/2011 - SAMAE**

PORTARIA Nº 116 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO JAIRO REIS

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação do candidato conforme quadro abaixo, em virtude de não ter tomado posse dentro do prazo legal.

CANDIDATO	CARGO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
Jairo Reis	Leiturista	Portaria nº 97 de 23 de setembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 07 de novembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**Portaria n º 117/2011 - SAMAE**

PORTARIA Nº 117 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, aprovado para o cargo, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
FERNANDO GAVIÃO SOUZA	ASE VI	17	40	Leiturista	SAMAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 07 de novembro de 2011

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****Extrato do termo aditivo Nº. 001/2011 ao Contrato Nº. 050/2011**

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2011 AO CONTRATO Nº. 050/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos.  
CONTRATADO: MARCONI KIRCH - EPP. OBJETO: Aquisição de pneus para uso dos veículos da Secretaria de Saúde. CLÁUSULA

SEGUNDA - DO VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 5.114,00 (cinco mil cento e quatorze reais), passando o valor global do contrato a ser de R\$ 25.570,00 (vinte e cinco mil quinhentos e setenta reais).

Governador Celso Ramos, 04 de novembro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

**Herval do Oeste****PREFEITURA****Portaria Nº 1000/2011**

PORTARIA Nº 1000/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER alteração temporária de carga horária de 20 para 40 horas semanais, à Servidora IRIA TEREZINHA MATEVI (Matr. 231), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/E, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 04 de novembro de 2011, de conformidade com o que preceitua o artigo 11 da Lei Complementar Nº 286/2011.

E, DESIGNAR a Servidora supracitada, para responder pela função de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto na Lei Complementar Nº 280/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1001/2011**

PORTARIA Nº 1001/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde - PSF - Nível - 8, Referência "A", do quadro geral, 40 horas semanais, à Servidora DIRLI TEREZINHA MALAQUIAS (Matr. 2850), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 3 (três) anos de Estágio Probatório de 19 de Agosto de 2008 a 18 de Agosto de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1002/2011**  
PORTARIA Nº 1002/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde - PSF - Nível - 8, Referência "A", do quadro geral, 40 horas semanais, à Servidora LUCIVANI APARECIDA GALVAN CAMARGO (Matr. 2853), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 3 (três) anos de Estágio Probatório de 26 de Agosto de 2008 a 25 de Agosto de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 999/2011**  
PORTARIA Nº 999/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER retorno às atividades, à Servidora IRIA TEREZINHA MATEVI (Matr. 231), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/E, 20 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 04 de novembro de 2011, de conformidade com o que preceitua o art. 105, inciso IV, § 5º da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Minuta de Convênio Nº 020/2011**

MINUTA DE CONVÊNIO Nº 020/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA

**MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.**

Aos três dias do mês de outubro de 2011, o Município de Herval D'Oeste estabelecido a Rua Nereu Ramos, 389, Centro de, Herval D'Oeste/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.430/0001-38, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NELSON GUINDANI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Herval d'Oeste, portador da Carteira de Identidade nº 1.511.562 expedida pela SSP/DC e do CPF nº 501.589.459-72 e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt nº 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP representada por seu Secretário, CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 372.513, SSP/SC e do CPF nº 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 539.319, expedida pela SSP/SC e do CPF nº 376.568.999-87, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade nº 372.513, SSP/SC e do CPF nº 252.157.529-15, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de central de monitoramento com 07 (sete) câmeras de vídeo no Município de Herval D'Oeste.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, no Decreto 307, 04 de junho de 2003 e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e no art. 16 da Lei Municipal nº 2.837 de 29 de dezembro de 2010.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO**

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I. Opinar sobre projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de monitoramento urbano no Município de Herval D'Oeste/SC;

II - Repassar o montante de R\$ 48.650,00 (quarenta e oito mil e seiscentos e cinquenta reais), à SSP SC, até 60 (sessenta) dias após a assinatura do convênio, devendo o referido montante ser depositado na c/c nº 911.700-8, Ag. 3582-3, Banco do Brasil, tendo como titular: Fundo para Melhoria da Segurança Pública, inscrito sob o CNPJ nº 852801470001/35,

III - Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de monitoramento urbano do Município de Herval D'Oeste/SC, após período

de garantia;

IV - Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de monitoramento, pela rede multimídia necessária e pelos custos decorrentes da ampliação;

V - Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de monitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores (guarda municipal ou controlador de trânsito).

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de monitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Herval D'Oeste/SC;

II. Realizar a aquisição, coordenação e instalação do sistema de monitoramento urbano conforme cláusula primeira;

III. Realizar a contratação da rede multimídia para transmissão das imagens do sistema de monitoramento urbano;

IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de monitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens, diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de Jaraguá do Sul, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO REAJUSTE

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 06 (seis) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo Município, sendo que os reajustes serão suportados pelos convenientes em partes iguais, salvo o referente a instalação da rede de fibra ótica que deverá ser suportado pelo Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Herval d'Oeste, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal de Herval D'Oeste

CESAR AUGUSTO GRUBBA

Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO  
Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA  
Delegado Geral da Polícia Civil

## Imbituba

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 3.988.2011

Lei Complementar nº 3.988, de 04 de novembro de 2011.  
Altera dispositivo na Lei nº 2.904, de 25 de maio de 2006, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 2.904, de 25 de maio de 2006, alterado pela Lei Complementar 3.446, de 29 de janeiro de 2009, e posteriormente, alterado pela Lei Complementar 3.713, de 30 de junho de 2010, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º Para atender ao que dispõe o art. 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a colocar à disposição do juízo da Comarca de Imbituba, no âmbito do Programa do Executivo Fiscal, servidores efetivos do Quadro de Pessoal em quantidade suficiente ao bom funcionamento do sistema geral de recuperação dos créditos tributários, cartorário e de conciliações.

§ 1º Ficam criadas as Funções Gratificadas abaixo discriminadas, a que os servidores efetivos colocados a disposição farão jus:

Nº de Servidores	Função	Valor da Gratificação
01	Conciliador Chefe	1.200,00
02	Chefe de Cartório	1.000,00
05	Assistente de Cartório	600,00
02	Oficial de Justiça	600,00

§ 2º Os Servidores de que trata este artigo, quando designados, temporariamente, por solicitação expressa do Poder Judiciário, para auxiliar junto ao Cartório Eleitoral, continuarão a perceber a gratificação de que trata este artigo".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Complementares nos 3.446, de 29 de janeiro de 2009, e 3.713, de 30 de junho de 2010, e demais disposições em contrário.

Imbituba, 04 de novembro de 2011.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e Publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



**Decreto PMI Nº 141.2011**

DECRETO PMI 141, de 01 de novembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.986, de 04 de novembro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 59.242,00 (cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e dois reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 27 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE

BOMBEIROS - FUNREBOM

Unidade: 27.01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM

Programa: 12 - Segurança - FUNREBOM

Projeto (Ação): 2.086 - Manutenção das Atividades do FUNREBOM

Funcional programática: 06.182.0012

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 (0003) Aplicações Diretas 40.000,00

Órgão: 27 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE

BOMBEIROS - FUNREBOM

Unidade: 27.01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM

Programa: 12 - Segurança - FUNREBOM

Projeto (Ação): 2.086 - Manutenção das Atividades do FUNREBOM

Funcional programática: 06.182.0012

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0004) Aplicações Diretas 19.242,00

Total 59.242,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 27 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE

BOMBEIROS - FUNREBOM

Unidade: 27.01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM

Programa: 12 - Segurança - FUNREBOM

Projeto (Ação): 1.031 - Construção e Ampliação do Quartel do Corpo de Bombeiros

Funcional programática: 06.182.0012

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0001) Aplicações Diretas 19.242,00

Órgão: 27 - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE

BOMBEIROS - FUNREBOM

Unidade: 27.01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM

Programa: 12 - Segurança - FUNREBOM

Projeto (Ação): 1.035 - Construção de Postos Guarda Vidas

Funcional programática: 06.182.0012

4.4.90.00.00.00.00.00.0101 (0002) Aplicações Diretas 40.000,00

Total 59.242,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e Publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Ato da Presidência Nº 40 /11**

Ato da Presidência nº 40 /11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 37ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 07 de novembro de 2011 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
126	PLC nº 244/2011	17/10/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Institui o Prêmio SOMAR a ser concedido aos servidores que especifica e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
129	PL nº 4.184/2011	30/10/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e a Comissão de Ética e dá outras Providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 03 de novembro de 2011.

ROBERTO DE FARIAS PIRES Presidente	ELÍSIO SGROTT Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	THIAGO MACHADO Segundo-Secretário

## Iomerê

### PREFEITURA

#### Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Iomerê/SC, nos termos da Lei Federal nº. 9452 de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos conforme segue:

Data de crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
03/10/2011	FNDE	PNAE	1.476,00
04/10/2011	FNDE	PNATE	4.980,36
30/09/2011	SDR - VIDEIRA	IOMERÊ DIGITAL	100.000,00

Secretaria de Administração e Finanças

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Decreto 2153/2011

Decreto nº 2153/2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1541 de 21 de dezembro de 2010, conforme artigo 13,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir

especificada, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.045 - Proteção Social Básica - Bolsa Família

3.3.90.00.00.00.00.0250 (23) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.045 - Proteção Social Básica - Bolsa Família

4.4.90.00.00.00.00.0250 (25) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 03 de novembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 2154/2011

Decreto nº 2154/2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei 1541 de 21 de dezembro de 2010, conforme artigo 13,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0194 (37) Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0194 (41) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

02.10- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.0100 (106) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**T O T A L R\$ 230.000,00**

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

#### 02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0193 (36) Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

#### 02.10- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.0100 (109) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

**T O T A L R\$ 230.000,00**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 03 de novembro de 2011.

**WANDERLEI LEZAN**

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preço Nº 64/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2011

PROCESSO Nº 89/2011

**INTERESSADO: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**OBJETO:** Aquisição de seixo de cava para recuperação e manutenção de vias públicas não pavimentadas do município de Itapoá, conforme especificações do Anexo V do Edital.

Ao primeiro dia do mês de novembro do corrente ano de 2011, o Município de Itapoá/SC, devidamente representado e assistido pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. ELOI ROBERTO E MENDES, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa HARDT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, com sede à Rua XV de outubro, nº 3.510, Bairro: Rio Bonito, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.239-700, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 81.875.189/0001-68, e Inscrição Estadual nº 252.107.047, representada neste ato por procuradora, a Sra. BÁRBARA LUIZA HARDT, portadora do CNPF/MF nº 061.374.489-67 e do CI.RG nº 4.750.235-5 SESP/SC, acordam proceder, nos termos nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão nº 36/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços nº 30/2011 resolvem registrar preço aos itens abaixo discriminados:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Seixo de cava, classificação peneira até 2"	m³	10.000	R\$ 30,20	R\$ 302.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA FUTURA CONTRAÇÃO

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU.

2.1.1. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 4º § 1º do Decreto Federal 3.931/2001.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.1.2 - Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.1.3 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.1.4 - A Unidade de Suprimentos, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 30/2011.

3.3 - Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 30/2011, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 - O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 30/2011, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano contados da data de sua publicação, previsto no art. 15 da Lei 8.666/93, § 3º inciso III, e Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

4.2 - A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência

do crédito orçamentário.

4.3 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material/ou ordem de serviço.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e Art. 11 do Decreto Federal nº 3.931/2001, e que no qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

5.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar o Contrato;

5.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

5.4 - Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

6.3 - O pagamento será efetuado 10 (décimo) dia após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal no órgão gerenciador.

6.4 - Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o INPC - Índice Nacional de Preços de Consumidor.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A entrega do objeto ou prestação do serviço só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem, ou do serviço.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura eletrônica correspondente.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

#### 8.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I - Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II - Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Itapoá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a homologação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 - Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará,

motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

8.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

8.5 - Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Itapoá poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.



9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

9.5 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art.37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a CONTRATADA não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originária mente prevista.

10.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho as vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato - instabilidade econômica governamental.

10.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), conforme Decreto Municipal nº 1150/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA OU SERVIÇO

12.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/

Secretaria de Obras e Serviços Públicos, através do fiscal desta Sr. Eloi Roberto Mendes, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, encarregado ou servidor capacitado no ato designado, servidor esse, encarregado do recebimento, aceitação e fiscalização do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

12.2 - Fica o Órgão Gerenciador responsável por remeter relatório dando conta da utilização do objeto ao setor de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Itapoá - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou venha se tornar.

13.2 - E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 01 de novembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Prefeito Municipal

HARDT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

BÁRBARA LUIZA HARDT

ELÓI ROBERTO MENDES

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TESTEMUNHAS:

NOME:

CNPJ/MF:

NOME:

CNPJ/MF:

#### Ata de Registro de Preço Nº 65/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2011

PROCESSO Nº 91/2011

INTERESSADO: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE 4.000 M3 DE BICA CORRIDA PARA APLICAÇÃO NA CAMADA DE BASE EM RUAS A SEREM PAVIMENTADAS NO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL.

Ao primeiro dia do mês de novembro do corrente ano de 2011, o Município de Itapoá/SC, devidamente representado e assistido pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. ELOI ROBERTO E MENDES, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa OSNI PEREIRA ME com sede à Av. Dom Henrique II, nº 2090, Bairro do Saí, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.302.261/0001-16 e Inscrição Estadual n.º 254.981.631, representada neste ato por procuradora, a Sra. SIMONE PEREIRA, portadora do CNPF/MF nº 907.588.899-68 e do CI.RG nº 3.463.218-2 SESP/SC, acordam proceder, nos termos nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão nº 38/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços nº 31/2011 resolvem registrar preço aos itens abaixo



discriminados:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1.1. Bica corrida, camada de sub-base ou base resultante da britagem primária de rocha sã, que em uma condição granulométrica mínima assegura estabilidade à camada, quando executada através de operação de espalhamento, homogeneização, umedecimento e compactação. 1.2. Especificação: 0 até 101,6 mm. 1.3. A granulometria deverá atender os requisitos da NBR NM 248.	M3	4000	R\$ 59,95	R\$ 239.800,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA FUTURA CONTRAÇÃO

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU.

2.1.1. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 4º § 1º do Decreto Federal 3.931/2001.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.1.2 – Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.1.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.1.4 – A Unidade de Suprimentos, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 23/2011.

3.3 - Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 31/2011, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.  
3.4 - O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 31/2011, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano contados da data de sua publicação, previsto no art. 15 da Lei 8.666/93, § 3º inciso III, e Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

4.2 – A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

4.3 – Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material/ou ordem de serviço.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e Art. 11 do Decreto Federal nº 3.931/2001, e que no qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

5.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar o Contrato;

5.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

5.4 - Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2 – O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

6.3 – O pagamento será efetuado 10 (décimo) dia após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal no órgão gerenciador.

6.4 – Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o INPC – Índice Nacional de Preços de Consumidor.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 - A entrega do objeto ou prestação do serviço só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem, ou do serviço.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura eletrônica correspondente.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Itapoá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a homologação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 - Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará,

motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

8.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

8.5 - Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Itapoá poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

**CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA**

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

9.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

10.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art.37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a CONTRATADA não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originária mente prevista.

10.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho as vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato – instabilidade econômica governamental.

10.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.



11.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), conforme Decreto Municipal nº 1150/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA OU SERVIÇO

12.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Secretaria de Obras e Serviços Públicos, através do fiscal desta Sr. Eloi Roberto Mendes, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, encarregado ou servidor capacitado no ato designado, servidor esse, encarregado do recebimento, aceitação e fiscalização do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

12.2 – Fica o Órgão Gerenciador responsável por remeter relatório dando conta da utilização do objeto ao Departamento de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Itapoá - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou venha se tornar.

13.2 - E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 01 de novembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	OSNI PEREIRA ME SIMONE PEREIRA
ELÓI ROBERTO MENDES MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
TESTEMUNHAS: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

#### Ata de Registro de Preço Nº 66/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2011

PROCESSO Nº 95/2011

INTERESSADO: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e transporte de tubos de concreto armado, conforme especificações do Anexo V do Edital.

Ao terceiro dia do mês de novembro do corrente ano de 2011, o Município de Itapoá/SC, devidamente representado e assistido pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. ELOI ROBERTO E MENDES, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente

e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME com sede à Rua da Graça, nº 1250, Bairro: Samambaia, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.579.928/0001-96 e Inscrição Estadual n.º 254.606.873, representada neste ato por sócio, o Sr. NARCIZO DE AVIZ, portador do CNPF/MF nº 249.276.439-72 e do CI.RG nº 485.784-8 SSP/SC, acordam proceder, nos termos nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão nº 41/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços nº 33/2011 resolvem registrar preço aos itens abaixo discriminados:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Tubo Concreto Armado - CA-1 de 40cm	Un	200	R\$ 39,00	7.800,00
2	Tubo Concreto Armado - CA-1 de 60cm	Un	1200	R\$ 64,70	77.640,00
3	Tubo Concreto Armado - CA-1 de 80cm	Un	400	R\$ 102,70	41.080,00
TOTAL					R\$ 126.520,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA FUTURA CONTRAÇÃO

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU.

2.1.1. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 4º § 1º do Decreto Federal 3.931/2001.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.1.2 - Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.1.3 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.1.4 - A Unidade de Suprimentos, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com



a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 33/2011.

3.3 - Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 33/2011, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 - O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 33/2011, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano contados da data de sua publicação, previsto no art. 15 da Lei 8.666/93, § 3º inciso III, e Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

4.2 - A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

4.3 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material/ou ordem de serviço.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e Art. 11 do Decreto Federal nº 3.931/2001, e que no qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

5.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar o Contrato;

5.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

5.4 - Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

6.3 - O pagamento será efetuado 10 (décimo) dia após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal no órgão gerenciador.

6.4 - Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice

de atualização monetária o INPC - Índice Nacional de Preços de Consumidor.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A entrega do objeto ou prestação do serviço só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem, ou do serviço.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura eletrônica correspondente.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I - Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II - Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Itapoá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a homologação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 - Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará,

motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

8.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

8.5 - Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Itapoá poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a

aplicação de penalidades;

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

9.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

9.5 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.6 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art.37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a CONTRATADA não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originariamente prevista.

10.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho as vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato - instabilidade econômica governamental.

10.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

11.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), conforme Decreto Municipal nº 1150/2010.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA OU SERVIÇO

12.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Secretaria de Obras e Serviços Públicos, através do fiscal desta Sr. Eloi Roberto Mendes, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, encarregado ou servidor capacitado no ato designado, servidor esse, encarregado do recebimento, aceitação e fiscalização do objeto da presente Ata de Registro de Preços.

12.2 - Fica o Órgão Gerenciador responsável por remeter relatório dando conta da utilização do objeto ao Departamento de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Itapoá - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou venha se tornar.

13.2 - E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 03 de novembro de 2011.

ERVINO SPERANDIO  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
Prefeito Municipal

AVIZ ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME  
NARCIZO DE AVIZ

ELÓI ROBERTO MENDES  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

#### TESTEMUNHAS:

NOME:

CNPF/MF:

NOME:

CNPF/MF:

#### Ata de Sessão Publica de Licitação - Pregão Nº 40/2011

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 40/2011

REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2011

PROCESSO 94/2011

Ao terceiro dia do mês de novembro de dois mil e onze, às 09h:00min, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Pregoeira Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA conforme Decreto nº 1349/2011, e a Equipe de apoio, composta por Isabela R. Dutra Pohl e Carlito Joaquim Custódio Júnior, conforme Decreto nº 1299/2011, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão

em epigrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início a sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 09h:20m.

Itapoá, 03 de novembro de 2011.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
Membro

ISABELA R.DUTRA POHL  
Membro

### Extrato do Contrato Nº 81/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2011

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA com sede à Rodovia BR 101, FM 200, nº 5018, na cidade de São José/SC, CEP: 88.115-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.224.121/0003-65 e Inscrição Estadual n.º 254.873.057.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2011 - PROCESSO Nº 92/2011;

Objeto: Contratação de empresa com mão de obra especializada para executar serviços de recuperação do conjunto da bomba hidráulica da escavadeira Fiat-Hitachi FH130.3, conforme especificações constantes no edital.

Valor total: R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais)

Orçamento: Órgão 11 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Unidade 01 - Departamento de Obras, Projeto/Atividade: 2.048 - Manutenção do Departamento de Obras, Ficha: 139, Elemento: 3.3.90, Subelemento: 3.3.90.39.19 -Manutenção e conservação de veículos, Vínculo: 10000.

Data da assinatura: 03/11/2011;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto ou até 31/12/2011. A disponibilidade do objeto será conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, devendo ser entregue em 08 (oito) dias úteis após a solicitação e ordem de serviço.

Itapoá, 03 de novembro de 2011.  
ERVINO SPERANDIO  
Prefeito Municipal

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

### Extrato homologação pl 113/2011 pp 53/2011 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 113/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 113/2011/PMJ,  
- Modalidade: PP 53/2011/PMJ.

Objeto: a contratação de empresas para o fornecimento de

combustíveis (biodiesel e gasolina comum), destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Joaçaba (exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações), durante o exercício financeiro de 2011.

- Empresa Vencedora:

ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA

VALOR R\$: 42.600,00

POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA

VALOR R\$ 11.440,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 03 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Extrato Contrato 864/2011 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 864/2011/PMJ  
PL 113/2011/PMJ - PP Nº 53/2011/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS BORDIGNON LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Joaçaba (exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações), durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR R\$ 42.600,00

DATA DE ASSINATURA: 03/11/2011.

VIGÊNCIA: até 31/12/2011.

### Extrato Contrato 865/2011 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 865/2011/PMJ  
PL 113/2011/PMJ - PP Nº 53/2011/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: POSTO DE COMBUSTIVEIS MICHELLOS LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Joaçaba (exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fundações), durante o exercício financeiro de 2011.

VALOR R\$ 11.440,00

DATA DE ASSINATURA: 03/11/2011.

VIGÊNCIA: até 31/12/2011.

### Errata de edital de concurso público

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE JOAÇABA

ERRATA N.º 01

CONCURSO PÚBLICO Nº 01, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, RETIFICA o Edital do Concurso Público Nº 01, de 04 de novembro de 2011, nos seguintes termos:

1 – No item 2.8, onde se lê:

CARGO	VALOR INSCRIÇÃO
Odontólogo	R\$ 75,00
Fiscal Sanitarista	R\$ 75,00



Leia-se:

CARGO	VALOR INSCRIÇÃO
Cirurgião Dentista	R\$ 75,00
Fiscal de Vigilância Sanitária	R\$ 75,00

2 – No item 5, onde se lê:

4.12. Técnico em Enfermagem	35 horas	R\$ 1.007,53
-----------------------------	----------	--------------

Leia-se:

4.12. Técnico em Enfermagem	35 horas	R\$ 975,03
-----------------------------	----------	------------

3 - No item 8, onde se lê:

8.3. A prova objetiva para os candidatos dos quais se exige formação em nível fundamental conterá questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 08 (oito) questões na área de Língua Portuguesa, 07 (sete) questões na área de Matemática e 05 (cinco) questões na área de Conhecimentos Gerais, com um total de 15 (quinze) questões.

Leia-se:

8.3. A prova objetiva para os candidatos dos quais se exige formação em nível fundamental conterá questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 08 (oito) questões na área de Língua Portuguesa, 07 (sete) questões na área de Matemática e 05 (cinco) questões na área de Conhecimentos Gerais, com um total de 20 (vinte) questões.

3 – No Anexo II, onde se lê:

Nível Superior- Conteúdos Específicos.  
Conteúdo programático

Cargo	Conteúdo Programático
Odontologo	Anatomia Da Face. Anatomia Bucal e Dentária.Cirurgia Oral. Instrumentais Cirúrgicos e Materiais Dentários.Dentística Restauradora.Oclusão. Endodontia Periodontia.Farmacologia Aplicada À Odontologia. Terapêutica Odontológica. Patologia Bucal. Radiologia Odontológica. Epidemiologia. Odontologia Social. Traumatismo Dentário. Microbiologia Oral. Urgências Em Odontologia. Cariologia. Doenças Sistêmicas Com Repercussão Na Cavidade Oral. Biossegurança Ergonomia. Noções Básicas De Próteses. Saúde Bucal Coletiva. Noções do Sistema Único De Saúde. Estratégia de Saúde Da Família.
Fiscal de Saúde Pública	Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil. A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis. Agentes infecciosos e suas propriedades. Conceitos Básicos usados em Epidemiologia. Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva. Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva – coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11. Conhecimento da Portaria n 1943/MG?MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica – Município, Estado e União Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas Vigilância Epidemiológica das Zoonoses Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações) SUS e a vigilância epidemiológica.

Leia-se:

Nível Superior- Conteúdos Específicos.

Conteúdo programático

Cargo	Conteúdo Programático
Cirurgião Dentista	Anatomia Da Face. Anatomia Bucal e Dentária.Cirurgia Oral. Instrumentais Cirúrgicos e Materiais Dentários.Dentística Restauradora.Oclusão. Endodontia Periodontia.Farmacologia Aplicada À Odontologia. Terapêutica Odontológica. Patologia Bucal. Radiologia Odontológica. Epidemiologia. Odontologia Social. Traumatismo Dentário. Microbiologia Oral. Urgências Em Odontologia. Cariologia. Doenças Sistêmicas Com Repercussão Na Cavidade Oral. Biossegurança Ergonomia. Noções Básicas De Próteses. Saúde Bucal Coletiva. Noções do Sistema Único De Saúde. Estratégia de Saúde Da Família.
Fiscal de Vigilância Sanitária	Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil. A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis. Agentes infecciosos e suas propriedades. Conceitos Básicos usados em Epidemiologia. Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva. Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva – coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11. Conhecimento da Portaria n 1943/MG?MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica – Município, Estado e União Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas Vigilância Epidemiológica das Zoonoses Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações) SUS e a vigilância epidemiológica.

Publique-se.

Joaçaba, 04 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lages

PREFEITURA

PP 21 e 22-2011 SMS, PP 57-2011 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Lages/SMS e PML, torna público o lançamento dos Editais:

MOD	Nº	Objeto	Abertura	
			Dia	Hora
PP	21/2011 SMS	Aquisição de Leites e Fórmulas Especiais para uso nos Programas da Secretaria Municipal de Saúde.	07/12/11	13:30
PP	22/2011 SMS	Aquisição de Fraldas para Atender ao Programa da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.	07/12/11	16:00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



PP	57/2011 PML	Contratação de Empresa Fabricante de Equipamentos de Iluminação para Instalação de Iluminação de Fachada em LED's.	23/11/11	13:30
----	----------------	--	----------	-------

A retirada dos Editais, obter-se-á no Setor de Licitações, à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 04 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

### Rerratificação PE 30-2011 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação  
RERRATIFICAÇÃO

REF.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2011 - SMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDER A DEMANDA DE CONSUMO DO PRONTO ATENDIMENTO E PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DOMICILIAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos Interessados, as alterações que se fazem necessárias no Edital em voga:

-Na alínea "f" do subitem 5.4.4 do Edital e do Anexo III - Modelo de Proposta:

Onde se lê: Possui disponível a quantidade aproximada de 600 cilindros para atendimento da demanda do Programa

Leia-se: Possui disponível a quantidade aproximada de 900 cilindros para atendimento da demanda do Programa

-Na Qualificação Técnica:

Incluir o subitem 6.1.12: Declaração de que, se Vencedora, providenciará, até o início da execução dos serviços, a abertura de filial/representação da Empresa no Município, em caso de Licitante com sede em outro Município. Fica dispensada a apresentação desta declaração, para Empresa com sede e/ou filial/representação no Município de Lages.

As demais cláusulas, remanesçam inalteradas.

Lages, 04 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário da Administração

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

### Lei Nº 831/2011

LEI Nº 831 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte

Lei.

Art. 1o. Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação Código Especificação Valor

Orgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2.400,00

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2.400,00

Função 12 Educação 2.400,00

Sub-função 365 Educação Infantil 2.400,00

Programa 4 Educação é Tudo 2.400,00

Atividade 2.005 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - Ensino Infantil

2.400,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.400,00

Grupo de Natureza da Despesa

3.3.00.00.00

Outras Despesas Correntes

2.400,00

Modalidade Aplicação 90 Aplicação Direta 2.400,00

Fonte de Recursos 0.1.0059 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE

2.400,00

TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR 2.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação parcial da dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação Código Especificação Valor

Orgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2.400,00

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2.400,00

Função 12 Educação 2.400,00

Sub-função 361 Ensino Fundamental 2.400,00

Programa 4 Educação é Tudo 2.400,00

Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

2.400,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.400,00

Grupo de Natureza da Despesa

3.3.00.00.00

Outras Despesas Correntes

2.400,00

Modalidade Aplicação 90 Aplicação Direta 2.400,00

Fonte de Recursos 0.1.0059 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE

2.400,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 2.400,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 4 de novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Lei Nº 832/2011

LEI Nº 832 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que

a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1o. Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação Código Especificação Valor  
 Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
 4.226,14  
 Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
 4.226,14  
 Função 12 Educação 4.226,14  
 Sub-função 361 Ensino Fundamental 2.342,04  
 Programa 4 Educação é Tudo 2.342,04  
 Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

2.342,04  
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.342,04  
 Grupo de Natureza da Despesa  
 3.3.00.00.00  
 Outras Despesas Correntes  
 2.342,04  
 Modalidade Aplicação 90 Aplicação Direta 2.342,04  
 Fonte de Recursos 0.3.0059 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE - Superávit Financeiro  
 2.342,04  
 Sub-função 365 Educação Infantil 1.884,10  
 Programa 4 Educação é Tudo 1.884,10  
 Atividade 2.005 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto - Ensino Infantil  
 1.884,10  
 Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 1.884,10  
 Grupo de Natureza da Despesa  
 3.3.00.00.00  
 Outras Despesas Correntes  
 1.884,10  
 Modalidade Aplicação 90 Aplicação Direta 1.884,10  
 Fonte de Recursos 0.3.0059 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE - Superávit Financeiro  
 1.884,10  
**TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR 4.226,14**

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro da seguinte fonte de recurso e respectivo valor:

Fonte Código Valor  
 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE - Ensino Fundamental  
 0.1.0059  
 2.342,04  
 Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE - Pré-Escolar  
 0.1.0059  
 1.884,10  
**TOTAL DO SUPERAVID FINANCEIRO UTILIZADO 4.226,14**

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 4 de novembro de 2011.  
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
 Prefeita Municipal

#### Lei Nº 833/2011

LEI Nº 833 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011.  
 "ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 1º DA LEI Nº 781/2010

#### E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 781, de 20 de dezembro de 2010, a qual "institui e regulamenta a concessão de gratificação especial para motorista, enfermeiros(as) e técnico(s) de enfermagem durante a jornada semanal de trabalho e dá outras providências" passa a vigorar acrescido do seguinte:

Parágrafo único. O servidor municipal, ocupante do cargo próprio da saúde, lotado na Secretaria da Saúde e Assistência Social, habilitado com enfermeiro ou como técnico em enfermagem, inscrito no respectivo conselho profissional, que se dispuser executar plantões, fará jus à gratificação prevista no inciso VI deste artigo.

Art. 2º A despesa desta Lei correrá por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 4 de novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
 Prefeita Municipal

#### Decreto Nº 097/2011

DECRETO Nº 097 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso I da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2010:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação e valor:

Classificação Código Especificação Valor  
 Órgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL  
 90.000,00  
 Unidade Orçamentária 03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 90.000,00  
 Função 08 Assistência Social 90.000,00  
 Sub-Função 244 Assistência Comunitária 90.000,00  
 Programa 7 Vivendo Com Amor 90.000,00  
 Projeto/Atividade 1.021 Construção de Casas Populares 90.000,00  
 Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de Capital 90.000,00  
 Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimento  
 90.000,00  
 Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 90.000,00  
 Fonte de Recursos 0.1.0024 Transferência de Convênios - Outros  
 90.000,00  
**TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 90.000,00**

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte	Código	Valor
Transferência de Convênios - Outros	0.1.0024	90.000,00
<b>TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO</b>		<b>90.000,00</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 07 de Novembro de 2011.  
 TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
 Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 08/11/2011.

### Decreto Nº 098/2011

DECRETO Nº 098 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011

CANCELA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, DO EXERCÍCIO DE 2010.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados os saldos remanescentes dos empenhos abaixo relacionados, referentes ao exercício de 2010:

#### Prefeitura Municipal

EMPENHO	SALDO	CREDOR
14/2010	140,06	BRASIL TELECOM S/A.
16/2010	6,15	BRASIL TELECOM S/A.
21/2010	178,63	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
25/2010	9,00	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
42/2010	70,70	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO
43/2010	137,57	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO
44/2010	41,40	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO
45/2010	10,70	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO
274/2010	27,00	EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÃO
586/2010	231,40	EDITORA ABRIL S/A.
624/2010	350,00	WIPE SISTEMAS LTDA
846/2010	0,80	BRASIL TELECOM S/A.
1031/2010	379,96	BANCO DO BRASIL S/A
1138/2010	450,00	CENTRO DE RECUPERAÇÃO A VIDA - CERVIDA
1332/2010	96,66	EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÃO
1702/2010	341,80	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
1951/2010	98,30	BCP S/A
1972/2010	751,80	JUDITE MARIAN SCHEIDT OTTO - ME.
1977/2010	22,03	BCP S/A
1999/2010	94,00	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS
2046/2010	100,00	PERÍCIAS MÉDICAS, SAÚDE E SEGURO DO TRABALHADOR, ASSESSORIA
2170/2010	1,05	BCP S/A
2253/2010	21,50	DANIEL LOHN ME
2521/2010	12,02	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
2533/2010	62,75	BRASIL TELECOM S/A.
2695/2010	627,87	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA
2723/2010	10,39	BCP S/A
2728/2010	6,03	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
2729/2010	33,78	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
2730/2010	2,93	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
2731/2010	100,38	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
2732/2010	6,42	BRASIL TELECOM S/A
2734/2010	12,57	BRASIL TELECOM S/A
2735/2010	99,38	BRASIL TELECOM S/A
2736/2010	696,84	BRASIL TELECOM S/A

Fundo Municipal de Saúde

6/2010	204,30	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO
9/2010	35,22	EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÃO
175/2010	1.805,33	ALTERMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
772/2010	30,00	DOMINGOS MARTINS AUTO CENTER PEÇAS E MECÂNICA
836/2010	112,00	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS
881/2010	8,57	FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL
882/2010	0,63	FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL
883/2010	226,30	FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL
902/2010	111,62	ALTERMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
910/2010	1.570,43	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
912/2010	0,01	ALTERMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
938/2010	17,96	METROMED-COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1080/2010	615,89	CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
1088/2010	178,48	BRASIL TELECOM S/A.
1089/2010	120,00	ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 07 de novembro de 2011

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Contrato Nº 071/2011 PMLL

CONTRATO Nº 071/2011

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 069/2011, Aditivo incluindo o pagamento da despesa com energia elétrica.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, doravante denominada LOCATÁRIO e o senhor Alori Marian, portador do RG nº 1/R-1.967.606 e do CPF 543.553.469-00, localizado na Avenida Adolfo Scheidt, 458, Centro, Leoberto Leal/SC, doravante denominado LOCADOR, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 069/2011, Aditivo incluindo o pagamento da despesa com energia elétrica, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando que, não foi abordado no contrato nº 069/2011, o dispositivo incluindo o pagamento da despesa com energia elétrica, referente à locação de uma sala comercial para desenvolvimento das atividades do CRAS.

[ Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência da Dispensa de Licitação nº 076/2011, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 069/2011 - Aditivo incluindo o pagamento da despesa com energia elétrica, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, a Dispensa de Licitação nº 076/2011, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:



CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula terceira do Contrato nº 069/2011, passa a vigorar com o acréscimo do parágrafo primeiro, com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica o locatário responsável pelo pagamento das faturas de energia elétrica consumidos no uso do imóvel.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 069/2011, do Processo de Licitação, Dispensa de Licitação nº 076/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam mantidas as demais Cláusulas Contratuais.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de Novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Locatário

ALORI MARIAN

Locador

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CPF/MF nº 005.166.179-90

### **Contrato Nº 072/2011 PMLL**

CONTRATO Nº 072/2011 - PMLL

"Contrato para aquisição de macadame-areião, para manutenção e melhorias nas estradas Estaduais SC 481".

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkühl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa MARIA ADELAIDE DA SILVA ME, pessoa jurídica de direito privado, residente na Estrada Geral Rio Lessa, SN, bairro Rio Lessa, município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 09.348.422/0001-27, neste ato representada pela senhora Maria Adelaide da Silva, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições na Dispensa de Licitação nº 080/2011, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - A presente Dispensa de Licitação tem por objeto a aquisição de macadame-areião, para manutenção e melhorias nas estradas Estaduais SC 481, de acordo com o Termo de Convênio nº 9888/2011-4- Recuperação das Estradas SC 481, que foram danificadas pelas enxurradas que ocorreram entre os dias 07 a 09 de agosto de 2011 e nos dias 05 a 08 de setembro de 2011.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material, que não seja o previsto no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Materiais, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto ao CONTRATADO, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2011, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor de R\$ 18.513,00 (dezoito mil, quinhentos e treze reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal do CONTRATADO, em até 10 (dez) dias após a entrega do material, com a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os materiais fornecidos.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - O CONTRATADO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar os materiais ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar os materiais com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Entregar os materiais em até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito na Dispensa de Licitação nº 080/2011.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais aqui avençados e rigorosamente regular, quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, CAIXA ECONÔMICA



FEDERAL no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, e quanto as licenças ambientais correspondentes as atividades desempenhadas na extração de recursos.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO.** Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
CONTRATANTE

MARIA ADELAIDE DA SILVA  
MARIA ADELAIDE DA SILVA ME  
CONTRATADO

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
CPF/MF nº 017.410.949-09  
JAQUELINE R.GUCHERT HOFFMANN  
CPF/MF nº 005.166.179-90

**Luzerna**

**PREFEITURA**

#### **Extrato da Portaria 151/11**

Portaria nº 151/11 de 20/10/11 - "Promove servidora que especifica" (MARIA FRANCISCA DE JESUS DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, da Classe "B" para Classe "C")

#### **Extrato da Portaria 152/11**

Portaria nº 152/11 de 01/11/11 - "Acata pedido de dispensa de servidora que especifica" (SANDRA TAPPER, das funções de Agente Comunitário de Saúde no Programa Agentes Comunitários de Saúde/PACS, 40 horas semanais, a partir de 01/11/11.)

#### **1º Ato de Apostilamento - Contrato Nº pml.019.11 de 13/05/2011**

1º ATO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO Nº pml.019.11 de 13/05/2011

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao Contrato pml.019.11 de 13/05/2011, proveniente do Processo Licitatório nº 0036/2011, Tomada de Preços nº 0002/2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) e a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de

suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento ao Contrato pml.019.11 de 13/05/2011, proveniente do Processo Licitatório nº 0036/2011, Tomada de Preços nº 0002/2011, aditando a seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

#### **11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS**

Atividade: 11.1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Reduzido : 098

Fonte : 00 - Recursos Ordinários R\$ 20.370,00

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento: 3.3.90.30.99 - Outros Materiais de Consumo

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº: pml.017.11 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.017.11 - Primeiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADO: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o prazo de vigência do Contrato pml.017.11, prorrogando por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigência de 150 (cento e cinquenta) dias para 210 (duzentos e dez) dias, e conseqüentemente alterando o item 4.3 da Cláusula Quarta e Cláusula Oitava do Contrato nº pml.017.11

Luzerna(SC), 16 de setembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

VILSON DA ROSA

EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME  
CONTRATADA

#### **Extrato de Contrato Nº: pml.019.11 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.019.11 - Primeiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADO: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a quantidade de toneladas do material contratado, em 75 (setenta e cinco) toneladas, e em conseqüência de tal alteração haverá um ACRÉSCIMO no valor do contrato em R\$ 20.370,00 (vinte e mil, trezentos e setenta reais), passando o valor total do contrato de R\$ 81.480,00 (oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais) para R\$ 101.850,00 (cento e um mil, oitocentos e cinquenta reais), e conseqüentemente alterando o item 2.1 da Cláusula Segunda do Contrato pml.019.11

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
Contratante

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI  
VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA  
Contratada

**Balancete Financeiro FMS**

[ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 10/2011

Emissão: 31/10/2011

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	52.518,86	DESPESA ORÇAMENTARIA	146.941,60
RECEITA CORRENTE	52.518,86	SAÚDE	146.941,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	105,89		
RECEITA PATRIMONIAL	2.850,78		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.562,19		
<b>&gt; RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>73.269,45</b>	<b>&gt; DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.824,11</b>
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	145,18	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	145,18
SALARIO-FAMILIA	145,18	SALARIO-FAMILIA	145,18
PREVIDENCIA SOCIAL	6.073,56	PREVIDENCIA SOCIAL	6.073,56
INSS	6.073,56	INSS	6.073,56
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.270,31	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	1.359,32
ISS	61,46	Emprestimo Consignação Folha-Besc	751,42
IRRF/GDF	5.208,85	Emprestimo Consignação Folha-CEF	607,90
IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	5.093,31	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	130,55
IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	115,54	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	130,55
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	1.534,35	Contribuição ASM	130,55
Emprestimo Consignação Folha-Besc	926,45	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	115,50
Emprestimo Consignação Folha-CEF	607,90	Thabita Isis Mascarello	115,50
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	130,55		
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	130,55		
Contribuição ASM	130,55		
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	115,50		
Thabita Isis Mascarello	115,50		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	60.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	60.000,00		
<b>&gt; DESPESA EMPENHADA</b>	<b>146.941,60</b>	<b>&gt; DESPESA PAGA</b>	<b>158.759,36</b>
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	146.941,60	CREDITO LIQUIDADO	158.759,36
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	158.759,36
<b>&gt; SALDOS ANTERIORES</b>	<b>497.587,45</b>	<b>&gt; SALDOS ATUAIS</b>	<b>456.792,29</b>
APLICACOES FINANCEIRAS	497.587,45	APLICACOES FINANCEIRAS	456.792,29
<b>&gt; TOTAL</b>	<b>770.317,36</b>	<b>&gt; TOTAL</b>	<b>770.317,36</b>

GESTOR DO FMS  
ORLANDO FAVERO

Contadora 20394/0-8  
MARIA INÊS DALLOLMO

## Edital de Audiência Pública

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), em consonância com as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luzerna, convoca a comunidade em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, sobre a indicação de uma emenda de iniciativa popular ao Relatório Preliminar do Projeto de Lei Orçamentária - LOA/2012, que ocorrerá no dia 16 de novembro de 2011, às 14h00, nas dependências da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC).

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

## Edital de Receita FMS

### ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

### Des

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros estaduais provenientes do Fundo Estadual de Saúde:

20/10/2011	Programa Farmácia Básica	233,29
20/10/2011	Programa Farmácia Básica	1.866,33

Luzerna(SC), 03 de novembro de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

## Edital de Receita FMS

### ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

### Des

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais provenientes do Fundo Nacional de Saúde:

06/10/2011	Programa de Atenção Básica - PAB	9.800,00
17/10/2011	Programa Saúde da Família - PSF	13.400,00
17/10/2011	Programa de Agentes de Saúde - PACS	9.000,00
17/10/2011	Programa Saúde da Família - PSF Bucal	4.200,00
19/10/2011	Programa de Agentes de Saúde - PACS	432,00
19/10/2011	Programa Farmácia Básica	2.349,40
21/10/2011	Programa Saúde da Família - PSF	600,00
21/10/2011	Programa Saúde da Família - PSF Bucal	200,00
26/10/2011	Transferência do SUS	347,18
28/10/2011	Programa Saúde da Família - PSF	3.000,00

Luzerna(SC), 03 de novembro de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

## Edital de Receita PML

### ESTADO DE SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

### Des

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais recebidos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, através do Contrato de Repasse nº 0332520-08/2010/MAPA/CAIXA, do Programa PRODESA objetivando a aquisição de um caminhão/caçamba.

20/10/2011	Termo de Contrato 0332520-08/2010/MAPA/CAIXA - caminhão	146.250,00
------------	---	------------

Luzerna(SC), 03 de novembro de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

## Macieira

### PREFEITURA

## Aviso de Licitação

AVISO DE DISPENSA Nº 0001/2011  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2011  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2011

O Prefeito Municipal de Macieira torna pública a Dispensa de Licitação nº 0001/2011 para a contratação da empresa VITAL TREINAMENTOS GERENCIAIS E PROFISSIONAS LTDA para realização de curso de capacitação de funcionários da Secretaria de Saúde, bem como desenvolvimentos de protocolos da Unidade Básica, Urgência e Emergência, Saúde da Criança, do Homem, do Idoso, da Mulher e Pré Natal, Hipertensão e Diabetes, com carga horária de 50 horas, conforme especificações da proposta. Valor dos serviços e protocolos: R\$ 7.300,00 em conformidade com o artigo 24, II, da Lei 8666/93 e alterações subsequentes. Prazo: 90 dias.

Macieira, 07 de novembro de 2011.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal.

## Maracajá

### PREFEITURA

## Decreto Nº 034/2011

DECRETO Nº 034 DE 8 DE JUNHO DE 2011.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2011 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 830 de 15 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

05 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
05.01 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
(26) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.006-0104-Aplicações Diretas  
20.000,00  
07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS  
07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS  
(66)4.490.00.00.00.00.00.1.017-0080-Aplicações Diretas  
50.000,00  
11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
(8) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0103-Aplicações Diretas  
70.000,00  
(25) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0222-Aplicações Diretas  
10.000,00  
Total Suplementação 150.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO  
04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO  
(18) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.004-0080 - Aplicações Diretas  
30.000,00  
05- DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
05.01. - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
(25) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0104 - Aplicações Diretas  
40.000,00  
Fonte de Recurso: 222 - SUS União - Gestão de Políticas de Saúde  
10.000,00  
Fonte de Recurso: 103 - Recursos Próprios - 15% Saúde 70.000,00  
Total excesso de arrecadação 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 8 de Junho de 2011  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o Presente Decreto na Secretaria de Administração em 08 de Junho de 2011.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### Decreto Nº 053/2011

DECRETO Nº 053 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.  
RECONHECE E DECLARA ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO ONEROSA DE BEM IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, a necessidade de ato administrativo declarando aceitação de doação de bem imóvel para lavratura de escritura pública.

Considerando, a declaração unilateral de vontade de Lays Laurentino Costa, em doar bem imóvel destinado à regularização de rua.

Considerando, o interesse público para o desenvolvimento do Município.

Considerando, que a doação acrescenta patrimônio ao Município e que a obrigação decorrente da doação não é de prazo certo e

determinado.

### DECRETA:

Art. 1º Declara aceitação da doação parcial de bem imóvel com área total de 3.322,92m<sup>2</sup>, registrado sob a matrícula 55.796.

Art. 2º A Doação de que trata o artigo 1º refere-se a uma Área ocupada pelo leito da Rua Projetada 01, com área de 648,00m<sup>2</sup>, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Norte, onde mede 12,00m, com Vanderlei Serafim Martins; Ao Sul, onde mede 12,00m, com o Prolongamento da Rua Antônio Pedro Farias; Ao Leste, onde mede 54,00m, com Área Remanescente 02, Ao Oeste, onde mede 54,00m, com Área Remanescente 01. Uma Área ocupada pelo leito da Rua Projetada 02, com área de 641,52m<sup>2</sup>, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Norte, onde mede 106,92m, com Vanderlei Serafim Martins; Ao Sul, onde mede 106,92m, com a Área Remanescente 03; Ao Leste, onde mede 6,00m, com Herdeiros de Silvestre Scarpari; Ao Oeste, onde mede 6,00m, com o Prolongamento da Rua Benta de Oliveira Farias. Uma Área ocupada pelo Leito do Prolongamento da Rua Benta de Oliveira Farias, com área de 648,00m<sup>2</sup>, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Norte, onde mede 12,00m, com a Rua Benta de Oliveira Farias; Ao Sul, onde mede 12,00m, com o Prolongamento da Rua Antônio Pedro Farias; Ao Leste, onde mede 48,00m, com a Área Remanescente 03; Ao Oeste, onde mede 54,00m, com a Área Remanescente 02. Uma Área ocupada pelo Leito do Prolongamento da Rua Antônio Pedro Farias, com área de 1.385,40m<sup>2</sup>, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Norte, onde mede 52,52m, com a Área Remanescente 01, onde mede 47,46m, com a Área Remanescente 02, onde mede 106,92m, com a Área Remanescente 03, onde mede 12,00m com a Rua Projetada 01 e onde mede 12,00m, com o Prolongamento da Rua Benta de Oliveira Farias; Ao Sul, onde mede 230,90m, com Herdeiros de Antônio Rocha; Ao Leste, onde mede 6,00m, com Herdeiros de Silvestre Scarpari; Ao Oeste, onde mede 6,00m, com a Rua Tomaz Osório Pereira.

Art. 3º Declara ciente de que a doação tem por finalidade abrir e prolongar ruas e regularizar loteamento, neste município de Maracajá, estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de Setembro de 2011.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 14 de Setembro de 2011.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### Decreto Nº 056/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Estado de Santa Catarina

DECRETO Nº 056/2011 DE 14/09/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE R\$ 1.200.000,00 (SC), PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 866/2011 de 14/09/2011 (lei de abertura de crédito adicional suplementar):

### DECRETA:





Art. 1º - Abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do município de Maracajá (SC) até o valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão 07 Departamento de Obras Habitação e Serviços Urbanos  
Unidade 01 Departamento de Obras Habitação e Serviços Urbanos  
Funcional 15.452.0045.1.016 Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Rodoviários

Elemento 449000.00 Aplicações Diretas

Fonte de Recurso 0.1.0105 Outros

Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizadas as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 866/2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maracajá/SC, 14 de Setembro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o Presente Decreto na Secretaria de Administração em 14 de Setembro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

#### **Decreto Nº 059/2011**

DECRETO Nº 059 DE 30 DE SETEMBRO DE 2011.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 830 de 15 de dezembro de 2010 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 24.360,00 (vinte e quatro mil, trezentos e sessenta reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

02 - GABINETE DO PREFEITO

2.005 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR

4.4.90.00.00.00.00.00.0124 (06) - Aplicações Diretas R\$ 900,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (10) - Aplicações Diretas R\$ 1.130,00

04 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (36) - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS

2.038 - MANUTENÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (79) Aplicações Diretas R\$ 4.330,00

TOTAL R\$ 24.360,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, ficam anulados no mesmo orçamento as dotações abaixo:

02 - GABINETE DO PREFEITO

2.005 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR

4.4.90.00.00.00.00.00.0124 (05) - Aplicações Diretas R\$ 900,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (09) - Aplicações Diretas R\$ 1.130,00

04 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 (38) - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS

2.038 - MANUTENÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (80) Aplicações Diretas R\$ 4.330,00

TOTAL R\$ 24.360,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 24 de Outubro de 2011

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 24 de Outubro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

#### **Decreto Nº 061/2011**

DECRETO Nº 061 DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

CONVOCA SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA ASSEMBLÉIA GERAL DO FUMAP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando, a extinção da assistência social do FUMAP pela Lei Complementar 18/2008;

Considerando, a inexistência de regimento interno ou qualquer outro instrumento normativo que regulamente o funcionamento do FUMAP;

DECRETA:

Art. 1º Convoca Assembléia Geral do FUMAP para em 10 de novembro de 2011 as 18hs:00min, em primeira e única chamada, com a seguinte ordem do dia:

I - Deliberação sobre o Projeto de Lei Complementar Nº 05 de 03 de Outubro de 2011.

II - Deliberação dos servidores públicos efetivos em relação a extinção da Assistência Social do Fundo de Previdência pela Lei Complementar Municipal 18/2008 e destinação do saldo Financeiro.

III - Assuntos Gerais.

Parágrafo Único. A Assembléia Geral do FUMAP será regida através de edital específico para regular a ordem do dia e será realizada em única chamada.

Art. 2º Oficie-se os funcionários pelo Diário Oficial do município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 31 de Outubro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 31 de Outubro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Regulamento Geral de Assembléia Geral do FUMAP

O Prefeito Municipal de Maracajá convoca todos os servidores efetivos, estáveis ou não, para ASSEMBLÉIA GERAL DO FUMAP, a realizar-se no dia 10 de novembro de 2011, nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade, sito a Avenida Nossa Senhora da Conceição, s/n, Centro, no Município de Maracajá, às 18h00min (dezoito horas), para deliberarem a seguinte:

ORDEM DO DIA:

I - Deliberação quanto ao Projeto de Lei Complementar Nº 05 de 03 de Outubro de 2011.

II - Deliberação quanto aos resultados da extinção da Assistência Social aos servidores e destinação de seus resultados.

V - Assuntos Gerais.

Observações:

a) A Assembléia Geral do FUMAP ocorrerá em única chamada.

Maracajá (SC), 31 de Outubro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 063/2011**

DECRETO Nº 063 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal Nº 871 de 03 de Novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), para suplementar no orçamento vigente a dotação abaixo:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

2001 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (3) - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

3.3.90.33.00.00.00.00.0080 (4) - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

TOTAL R\$ 42.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

1.002 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (2) - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00  
TOTAL R\$ 42.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 03 de Novembro de 2011.

WAGNER DA ROSSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o Presente Decreto na Secretaria de Administração em 03 de Novembro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### **Decreto Nº 064/2011**

DECRETO Nº 064 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal Nº 869 de 03 de Novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 353.980,00 (trezentos e cinquenta e tres mil, novecentos e oitenta Reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.001 - AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (09) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (10) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.004 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (12) - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO

2.010 - ASSISTÊNCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (20) - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV.URBANOS

2.038 - ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (79) - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

09 - DEPTO. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

2.040 - MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (91) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.035 - MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (08) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0103 (14) - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 50.980,00

TOTAL R\$ 353.980,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento a dotação abaixo:

05 - DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

1.005 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHE  
4.4.90.00.00.00.00.0104 (25) - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00  
1.006 - AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS  
4.4.90.00.00.00.00.0104 (26) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
1.007 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA EDUCAÇÃO  
4.4.90.00.00.00.00.0104 (27) - Aplicações Diretas R\$ 1.980,00  
2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.1.90.00.00.00.00.0104 (42) - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00  
2.016 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
3.3.90.00.00.00.00.0104 (47) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
1.013 - AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES SANITÁRIAS  
4.4.90.00.00.00.00.0103 (02) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
1.014 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SAÚDE  
4.4.90.00.00.00.00.0103 (04) - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00  
1.015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE  
4.4.90.00.00.00.00.0103 (06) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 353.980,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 03 de Novembro de 2011.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o Presente Decreto na Secretaria de Administração em 03 de Novembro de 2011.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Termo de Anulação Tomada de Preço Nº.100/2011

TERMO DE ANULAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS  
DE ENGENHARIA N º . 1 0 0 / 2 0 1 1

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA faz saber que o Processo Licitatório nº. 100/2011, na modalidade de TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COM ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA PARA ABRIGAR A PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E CAMAROTES, NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO, CRONOGRAMA E PROJETOS - ÁREA DA AMPLIAÇÃO: 1.000, 00 M2, certame licitatório publicado em data de 20/10/2011, foi ANULADO, nos termos do artigo 49 da Lei nº. 8.666/93, em função de não haver empresas participantes para o certame.

Massaranduba (SC), 04 de Novembro de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 066/2011.

DECRETO nº. 066/2011.

ALTERA REDAÇÃO DE DISPOSITIVO DO DECRETO Nº. 065-2011, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:  
D E C R E T A R

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto 065-2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º É declarado de utilidade pública para fins de aquisição por doação, compra ou desapropriação, amigável ou judicial, para fins de complementação da obra de execução de calçada e ciclovia na Avenida Silvio Jorge Zanette, à seguinte área:"

AREA: "Uma fração de 148,62m2 (cento e quarenta e oito virgula sessenta e dois metros quadrados), dentro de uma área rural com 1.774,00m2 (hum mil setecentos e setenta e quatro metros quadrados), sito próximo a cidade de Meleiro, nesta Comarca, com formato triangular, com as seguintes confrontações: ao Leste, com a faixa de domínio da Rodovia SC 448; ao Sul com a faixa de domínio da Rodovia SC 449; ao Norte comum valo na divisa com Hildo Del Moro. Cadastro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo-SC sob a matrícula nº 16.981, reg. 16.981, benfeitorias sendo alambrado (cerca) e 8,25m2 (oito virgula vinte e cinco metros quadrados) de escritório. Proprietário: MILTON MILIOLI."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 533/2011

PORTARIA Nº 533/2011 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E NOMEIA COMISSÃO PARA DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da

Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece o art. 69, IX da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determina a abertura de processo administrativo, para apurar as causas do desaparecimento do Processo Licitatório nº. 074/2011.

Art. 2º. Designa os servidores JOSÉ LUIZ DA SILVA SOBRINHO, ocupante do cargo de Engenheiro, MARISTELA ZANATA, ocupante do cargo de Diretora de Departamento I e MORGANA MADALENA DO CANTO, ocupante do cargo de Diretora de Departamento III como membros da Comissão Processante.

§1º. Designa o servidor JOSÉ LUIZ DA SILVA SOBRINHO, ocupante do cargo de Engenheiro como presidente da comissão.

Art. 3º. Que os autos estejam conclusos em até 30 (trinta) dias para homologação.

Art. 4º. Esta Portaria passa a ter seus efeitos a partir de 07 de Outubro de 2011.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Novembro de 2011

BALTAZAR PELLEGRIN  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:**

BALTAZAR DE ROCHE  
Secretário Int. Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**Audiência Pública**

AUDIÊNCIA PÚBLICA. Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça.

A Administração Municipal convida todos os cidadãos fumacenses para Audiência Pública de emenda de iniciativa popular 1D73 - Apoio à política nacional de desenvolvimento urbano (Infraestrutura urbana), que visa à discussão de prioridades junto ao Orçamento Geral da União para investimentos na Infraestrutura do Município de Morro da Fumaça/SC.

Data: 10/Novembro/2011 (Quinta-feira)

Hora: a partir das 10:00 horas

Local: Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça/SC

BALTAZAR PELLEGRIN  
Prefeito Municipal

AGENIR. D ZACCARON  
Vice-Prefeito Municipal

## Navegantes

**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 50/2011FMS  
Quarta Chamada**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2011FMS

RETIFICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTROLE DE ZOONOSSES ATRAVÉS DA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 22/11/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 22/11/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 03 de novembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 52/2011FMS  
Quarta Chamada**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2011FMS

RETIFICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA E/OU HOSPITAL VETERINÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTROLE DE ZOONOSSES ATRAVÉS DA DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 22/11/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 22/11/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 03 de novembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

## Nova Trento

**PREFEITURA****Aditivo ao Contrato 134/2010**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 134/2010 de 08 de julho de 2010

Origem: Pregão Presencial 031/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS, com sede na Rua Marcos Konder, nº 1207, sala 145, Centro Empresarial Embraed, Centro, Itajaí/SC,



CEP 88301-303, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 07.292.316/0001-43. Objeto do Contrato: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo para conclusão dos serviços, conforme solicitação efetuada pela empresa LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS. Fez a solicitação a empresa alegando morosidade dos processos de análise e aprovação dos produtos junto à GIDUR, bem como alterações de cronograma de eventos e ações do Plano. Validade do Contrato: 31/12/2011

Nova Trento, 21 de março de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

#### **Aditivo ao Contrato 151/2010**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 151/2010 prorrogado pelo Contrato nº 014/2011.

Origem: Tomada de Preços nº 003/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0005-2, Rua Henrique Richar Bruno Erbe, 30, Sala 202, Centro, Brusque/SC. Objeto do Contrato: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor do Contrato, conforme IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), no percentual de 8,3509 % (oito vírgula tres mil quinhentos e nove por cento). Validade do Contrato: 31/12/2011

Nova Trento, 15 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

#### **Aditivo ao Contrato 152/2010**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 152/2010 prorrogado pelo Contrato nº 012/2011.

Origem: Tomada de Preços nº 004/2010. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0005-2, Rua Henrique Richar Bruno Erbe, 30, Sala 202, Centro, Brusque/SC. Objeto do Contrato: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste de valor do Contrato, conforme IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), no percentual de 8,3509 % (oito vírgula tres mil quinhentos e nove por cento). Validade do Contrato: 31/12/2011

Nova Trento, 15 de agosto de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

**Edital Infracao172311232648866326968\_153833**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 153 637/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKD1487	54918855D	5185/1	14/09/2011	167
LYX1517	54918681D	5010/0	13/09/2011	162 * I
LYX1517	54918682D	5118/0	13/09/2011	164 c/c 162 * I
LZS8967	54918854D	6920/0	19/09/2011	233
MBJ0405	54918853D	6920/0	19/09/2011	233
MDG7157	54918773D	6548/2	10/09/2011	229
MFE4894	54918691D	5010/0	22/09/2011	162 * I
MFE4894	54918692D	5118/0	22/09/2011	164 c/c 162 * I
MFE4894	54918693D	7048/1	22/09/2011	244 * II
MHC8453	54918805D	5568/0	11/09/2011	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

**EditallInfracao172311232648866326968\_153911**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 153 638/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BTF2226	55233935C	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
MAC0657	55233941C	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
MAZ1775	54918607D	5568/0	31/07/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MBD1572	55679103B	5010/0	09/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MBD1572	55679104B	6599/0	09/06/2008	R\$ 191,54	230 * V
MBD1572	55679105B	5061/0	09/06/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### Anexos RREO 5ºBIM/11-NOVOHORIZONTE

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>7.661.228,00</b>	<b>7.661.228,00</b>	<b>1.583.978,91</b>	<b>20,68</b>	<b>7.675.240,51</b>	<b>100,18</b>	<b>-14.012,51</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7.661.203,00</b>	<b>7.661.203,00</b>	<b>1.446.166,91</b>	<b>18,88</b>	<b>7.373.478,51</b>	<b>96,24</b>	<b>287.724,49</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	207.000,00	207.000,00	36.788,45	17,77	187.383,81	90,52	19.616,19
IMPOSTOS	171.000,00	171.000,00	28.757,57	16,82	157.172,63	91,91	13.827,37
TAXAS	36.000,00	36.000,00	8.030,88	22,31	30.211,18	83,92	5.788,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	153.000,00	153.000,00	33.249,57	21,73	158.963,07	103,90	-5.963,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	137.000,00	137.000,00	30.323,44	22,13	144.904,03	105,77	-7.904,03
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	16.000,00	16.000,00	2.926,13	18,29	14.059,04	87,87	1.940,96
RECEITA PATRIMONIAL	527.000,00	527.000,00	142.815,45	27,10	801.360,35	152,06	-274.360,35
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.000,00	1.000,00	220,00	22,00	1.462,50	146,25	-462,50
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	526.000,00	526.000,00	142.595,45	27,11	799.897,85	152,07	-273.897,85
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.000,00	3.000,00	510,00	17,00	2.640,00	88,00	360,00
Rec. da Produção Animal e Derivados	3.000,00	3.000,00	510,00	17,00	2.640,00	88,00	360,00
RECEITA INDUSTRIAL	2.000,00	2.000,00	76,00	3,80	404,00	20,20	1.596,00
Receita da Indústria da Construção	2.000,00	2.000,00	76,00	3,80	404,00	20,20	1.596,00
RECEITA DE SERVIÇOS	203.000,00	203.000,00	17.065,03	8,41	54.879,72	27,03	148.120,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.478.703,00	6.478.703,00	1.212.237,66	18,71	6.144.690,13	94,84	334.012,87
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.478.701,00	6.478.701,00	1.183.499,66	18,27	6.029.727,13	93,07	448.973,87
Transf. de Conv.	2,00	2,00	28.738,436	900,00	114.963,00	150,00	-114.961,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	87.500,00	87.500,00	3.424,75	3,91	23.157,43	26,47	64.342,57
Multas e Juros de Mora	7.500,00	7.500,00	956,20	12,75	4.760,16	63,47	2.739,84
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	76.000,00	76.000,00	1.731,55	2,28	16.097,97	21,18	59.902,03
RECEITAS DIVERSAS	3.000,00	3.000,00	737,00	24,57	2.299,30	76,64	700,70
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>	<b>137.812,881</b>	<b>248,00</b>	<b>301.762,207</b>	<b>048,00</b>	<b>-301.737,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	43.000,000	000,00	60.700,000	000,00	-60.695,00
Alienação de Bens Móveis	4,00	4,00	43.000,000	000,00	60.700,000	500,00	-60.696,00
Alienação de Bens Imóveis	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	94.812,526	733,33	241.062,000	233,33	-241.044,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	94.812,526	733,33	241.062,000	233,33	-241.044,00

Continua 1/4



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>7.661.228,00</b>	<b>7.661.228,00</b>	<b>1.583.978,91</b>	<b>20,68</b>	<b>7.675.240,51</b>	<b>100,18</b>	<b>-14.012,51</b>
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>235.000,00</b>	<b>235.000,00</b>	<b>41.350,29</b>	<b>17,60</b>	<b>197.596,96</b>	<b>84,08</b>	<b>37.403,04</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>235.000,00</b>	<b>235.000,00</b>	<b>41.350,29</b>	<b>17,60</b>	<b>197.596,96</b>	<b>84,08</b>	<b>37.403,04</b>
Contribuição Previdenciária	235.000,00	235.000,00	41.350,29	17,60	197.596,96	84,08	37.403,04
Contribuição Previdenciária	235.000,00	235.000,00	41.350,29	17,60	197.596,96	84,08	37.403,04
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>1.625.329,20</b>	<b>20,58</b>	<b>7.872.837,47</b>	<b>99,70</b>	<b>23.390,53</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>1.625.329,20</b>	<b>20,58</b>	<b>7.872.837,47</b>	<b>99,70</b>	<b>23.390,53</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>1.625.329,20</b>	<b>20,58</b>	<b>7.872.837,47</b>	<b>99,70</b>	<b>23.390,53</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	727.223,55	—	—	543.878,72	—	—
Superávit Financeiro	—	727.223,55	—	—	543.878,72	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 3/4

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>7.655.728,00</b>	<b>2.189.646,26</b>	<b>9.845.374,26</b>	<b>1.054.760,09</b>	<b>7.047.072,31</b>	<b>1.483.186,42</b>	<b>6.228.391,34</b>	<b>63,26</b>	<b>3.616.982,92</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.450.705,00</b>	<b>1.435.895,61</b>	<b>7.886.600,61</b>	<b>935.180,70</b>	<b>6.228.744,89</b>	<b>1.305.096,89</b>	<b>5.811.638,85</b>	<b>73,69</b>	<b>2.074.961,76</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.070.701,00	488.155,30	3.558.856,30	537.293,94	2.589.168,44	559.334,84	2.565.807,04	72,10	993.049,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	-10.000,00	10.000,00	1.337,96	6.390,54	1.337,96	6.390,54	63,91	3.609,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.360.004,00	957.740,31	4.317.744,31	396.548,80	3.633.185,91	744.424,09	3.239.441,27	75,03	1.078.303,04
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>498.023,00</b>	<b>753.750,65</b>	<b>1.251.773,65</b>	<b>119.579,39</b>	<b>818.327,42</b>	<b>178.089,53</b>	<b>416.752,49</b>	<b>33,29</b>	<b>835.021,16</b>
INVESTIMENTOS	468.023,00	753.750,65	1.221.773,65	111.649,19	791.712,20	170.159,33	390.137,27	31,93	831.636,38
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	30.000,00	0,00	30.000,00	7.930,20	26.615,22	7.930,20	26.615,22	88,72	3.384,78
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	702.000,00	0,00	702.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	702.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>240.500,00</b>	<b>22.200,00</b>	<b>262.700,00</b>	<b>41.350,29</b>	<b>197.596,97</b>	<b>41.350,29</b>	<b>197.596,97</b>	<b>75,22</b>	<b>65.103,03</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	240.500,00	22.200,00	262.700,00	41.350,29	197.596,97	41.350,29	197.596,97	75,22	65.103,03
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>2.211.846,26</b>	<b>10.108.074,26</b>	<b>1.096.110,38</b>	<b>7.244.669,28</b>	<b>1.524.536,71</b>	<b>6.425.988,31</b>	<b>63,57</b>	<b>3.682.085,95</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>2.211.846,26</b>	<b>10.108.074,26</b>	<b>1.096.110,38</b>	<b>7.244.669,28</b>	<b>1.524.536,71</b>	<b>6.425.988,31</b>	<b>63,57</b>	<b>3.682.085,95</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.446.849,16	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>2.211.846,26</b>	<b>10.108.074,26</b>	<b>1.096.110,38</b>	<b>7.244.669,28</b>	<b>1.524.536,71</b>	<b>7.872.837,47</b>	<b>63,57</b>	<b>3.682.085,95</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 930.897,77

FONTE: Administração e Fazenda

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Continuação 4/4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

---

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

---

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

---

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “ c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	7.655.728,00	9.845.374,26	1.054.760,09	7.047.072,31	1.483.186,42	6.228.391,34	96,93	63,26	3.616.982,92
Legislativa	340.000,00	336.800,00	34.655,25	213.984,63	39.805,01	208.643,08	3,25	61,95	128.156,92
Ação Legislativa	340.000,00	336.800,00	34.655,25	213.984,63	39.805,01	208.643,08	3,25	61,95	128.156,92
Administração	946.000,00	1.050.000,00	123.744,97	880.584,03	169.665,36	821.490,10	12,78	78,24	228.509,90
Administração Geral	946.000,00	1.050.000,00	123.744,97	880.584,03	169.665,36	821.490,10	12,78	78,24	228.509,90
Defesa Nacional	1,00	27.001,00	23.937,23	23.937,23	23.937,23	23.937,23	0,37	88,65	3.063,77
Defesa Civil	1,00	27.001,00	23.937,23	23.937,23	23.937,23	23.937,23	0,37	88,65	3.063,77
Segurança Pública	15.000,00	15.000,00	1.256,50	7.492,00	1.256,50	2.158,00	0,03	14,39	12.842,00
Policiamento	13.000,00	13.000,00	1.256,50	7.492,00	1.256,50	2.158,00	0,03	16,60	10.842,00
Defesa Civil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Assistência Social	135.000,00	207.000,00	24.355,45	137.898,22	30.605,54	132.398,82	2,06	63,96	74.601,18
Assistência à Criança e ao Adolescente	37.500,00	37.500,00	270,00	7.038,26	120,00	6.888,26	0,11	18,37	30.611,74
Assistência Comunitária	97.500,00	169.500,00	24.085,45	130.859,96	30.485,54	125.510,56	1,95	74,05	43.989,44
Previdência Social	877.000,00	877.000,00	23.388,50	114.220,16	24.212,50	112.644,16	1,75	12,84	764.355,84
Previdência do Regime Estatutário	877.000,00	877.000,00	23.388,50	114.220,16	24.212,50	112.644,16	1,75	12,84	764.355,84
Saúde	1.572.503,00	1.910.485,81	153.785,19	1.502.058,09	287.014,24	1.333.971,85	20,76	69,82	576.513,96
Atenção Básica	1.528.003,00	1.845.985,81	153.785,40	1.440.925,91	269.379,24	1.284.865,96	19,99	69,60	561.119,85
Alimentação e Nutrição	44.500,00	64.500,00	-0,21	61.132,18	17.635,00	49.105,89	0,76	76,13	15.394,11
Educação	1.558.204,00	2.078.741,61	265.749,44	1.360.084,99	315.632,78	1.317.625,27	20,50	63,39	761.116,34
Ensino Fundamental	1.266.203,00	1.705.034,30	231.954,47	1.222.366,54	273.837,81	1.179.906,82	18,36	69,20	525.127,48
Ensino Médio	170.001,00	219.512,15	11.498,98	46.820,25	11.498,98	46.820,25	0,73	21,33	172.691,90
Ensino Superior	30.000,00	62.195,16	12.135,40	50.539,96	12.135,40	50.539,96	0,79	81,26	11.655,20
Educação Infantil	46.000,00	46.000,00	3.111,04	6.607,04	3.111,04	6.607,04	0,10	14,36	39.392,96
Educação Especial	46.000,00	46.000,00	7.049,55	33.751,20	15.049,55	33.751,20	0,53	73,37	12.248,80
Cultura	45.004,00	90.004,00	2.342,59	78.677,27	10.872,59	69.232,26	1,08	76,92	20.771,74
Difusão Cultural	45.004,00	90.004,00	2.342,59	78.677,27	10.872,59	69.232,26	1,08	76,92	20.771,74
Urbanismo	177.004,00	529.881,84	18.526,68	475.825,35	119.503,64	204.283,21	3,18	38,55	325.598,63
Infra-Estrutura Urbana	50.002,00	372.791,00	0,00	372.423,10	109.029,10	109.029,10	1,70	29,25	263.761,90
Serviços Urbanos	127.002,00	157.090,84	18.526,68	103.402,25	10.474,54	95.254,11	1,48	60,64	61.836,73

Continua 1/3



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	7.655.728,00	9.845.374,26	1.054.760,09	7.047.072,31	1.483.186,42	6.228.391,34	96,93	63,26	3.616.982,92
Habitação	52.002,00	152.002,00	0,00	88.108,70	44.677,18	45.123,91	0,70	29,69	106.878,09
Habitação Rural	52.002,00	152.002,00	0,00	88.108,70	44.677,18	45.123,91	0,70	29,69	106.878,09
Agricultura	1.003.006,00	1.169.006,00	122.298,16	931.740,25	186.970,50	876.922,77	13,65	75,01	292.083,23
Recursos Hídricos	25.000,00	25.000,00	0,00	4.828,50	0,00	4.828,50	0,08	19,31	20.171,50
Promoção da Produção Vegetal	9.000,00	9.000,00	0,00	2.772,00	0,00	2.772,00	0,04	30,80	6.228,00
Promoção da Produção Animal	49.000,00	49.000,00	885,00	35.430,63	1.085,00	35.430,63	0,55	72,31	13.569,37
Extensão Rural	905.005,00	1.071.005,00	121.413,16	888.709,12	185.885,50	833.891,64	12,98	77,86	237.113,36
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Energia Elétrica	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Indústria	55.001,00	86.949,00	84.948,00	84.948,00	3.000,00	3.000,00	0,05	3,45	83.949,00
Promoção Industrial	55.001,00	86.949,00	84.948,00	84.948,00	3.000,00	3.000,00	0,05	3,45	83.949,00
Transporte	774.000,00	1.132.500,00	152.850,43	1.014.193,46	201.084,27	949.452,89	14,78	83,84	183.047,11
Transporte Rodoviário	774.000,00	1.132.500,00	152.850,43	1.014.193,46	201.084,27	949.452,89	14,78	83,84	183.047,11
Desporto e Lazer	101.003,00	178.003,00	22.921,70	133.319,93	24.949,08	127.507,79	1,98	71,63	50.495,21
Desporto Comunitário	101.003,00	178.003,00	22.921,70	133.319,93	24.949,08	127.507,79	1,98	71,63	50.495,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	240.500,00	262.700,00	41.350,29	197.596,97	41.350,29	197.596,97	3,07	75,22	65.103,03
Legislativa	0,00	3.200,00	484,92	2.307,60	484,92	2.307,60	0,04	72,11	892,40
Ação Legislativa	0,00	3.200,00	484,92	2.307,60	484,92	2.307,60	0,04	72,11	892,40
Administração	42.500,00	48.500,00	6.269,17	30.009,54	6.269,17	30.009,54	0,47	61,88	18.490,46
Administração Geral	42.500,00	48.500,00	6.269,17	30.009,54	6.269,17	30.009,54	0,47	61,88	18.490,46
Assistência Social	5.500,00	5.500,00	815,54	3.912,10	815,54	3.912,10	0,06	71,13	1.587,90
Assistência Comunitária	5.500,00	5.500,00	815,54	3.912,10	815,54	3.912,10	0,06	71,13	1.587,90
Saúde	47.000,00	56.000,00	11.630,55	55.671,77	11.630,55	55.671,77	0,87	99,41	328,23
Atenção Básica	47.000,00	56.000,00	11.630,55	55.671,77	11.630,55	55.671,77	0,87	99,41	328,23
Educação	85.500,00	77.500,00	11.239,04	53.716,03	11.239,04	53.716,03	0,84	69,31	23.783,97
Ensino Fundamental	79.000,00	71.000,00	11.239,04	53.716,03	11.239,04	53.716,03	0,84	75,66	17.283,97
Educação Infantil	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00

Continua 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	240.500,00	262.700,00	41.350,29	197.596,97	41.350,29	197.596,97	3,07	75,22	65.103,03
Agricultura	39.000,00	39.000,00	5.974,60	28.510,15	5.974,60	28.510,15	0,44	73,10	10.489,85
Extensão Rural	39.000,00	39.000,00	5.974,60	28.510,15	5.974,60	28.510,15	0,44	73,10	10.489,85
Transporte	21.000,00	33.000,00	4.936,47	23.469,78	4.936,47	23.469,78	0,37	71,12	9.530,22
Transporte Rodoviário	21.000,00	33.000,00	4.936,47	23.469,78	4.936,47	23.469,78	0,37	71,12	9.530,22
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>10.108.074,26</b>	<b>1.096.110,38</b>	<b>7.244.669,28</b>	<b>1.524.536,71</b>	<b>6.425.988,31</b>	<b>100,00</b>	<b>63,57</b>	<b>3.682.085,95</b>

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>814.742,27</b>	<b>1.120.570,02</b>	<b>830.420,58</b>	<b>854.049,13</b>	<b>760.933,94</b>	<b>832.324,54</b>	<b>947.295,07</b>	<b>817.687,44</b>	<b>795.777,48</b>	<b>1.109.345,67</b>	<b>747.147,33</b>	<b>941.849,70</b>	<b>10.572.143,17</b>	<b>8.998.003,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.856,13	28.682,50	12.846,64	23.648,01	23.505,40	22.839,69	18.143,16	18.158,19	14.645,25	16.809,02	21.515,77	15.272,68	230.922,44	207.000,00
I.P.T.U.	231,42	1.444,44	0,00	0,00	894,44	8.909,82	3.562,07	1.487,80	1.100,60	480,31	58,29	649,60	18.818,79	23.000,00
I.S.S.	2.477,51	4.745,87	2.791,12	4.683,36	2.941,87	1.703,46	2.037,21	6.279,46	1.746,06	1.468,53	2.425,75	1.964,52	35.264,72	26.000,00
I.T.B.I.	1.400,00	3.800,00	4.112,50	872,50	9.283,82	2.374,20	1.560,00	1.000,00	2.475,00	3.740,00	3.380,43	1.234,20	35.232,65	32.000,00
I.R.R.F	8.299,14	15.957,29	5.746,22	7.429,00	7.751,65	6.727,77	8.898,22	8.791,35	8.192,37	9.374,35	9.639,37	9.405,41	106.212,14	90.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.448,06	2.734,90	196,80	10.663,15	2.633,62	3.124,44	2.085,66	599,58	1.131,22	1.745,83	6.011,93	2.018,95	35.394,14	36.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.946,39	27.744,44	14.838,21	14.734,59	14.939,37	15.061,29	16.455,60	16.545,58	16.590,58	16.548,28	16.604,66	16.644,91	201.653,90	153.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	45.170,20	68.923,59	37.089,24	48.407,33	66.573,78	36.336,30	90.359,19	6.397,02	31.469,52	341.912,52	33.354,07	109.461,38	915.454,14	527.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	120,00	1.140,00	300,00	660,00	660,00	150,00	90,00	120,00	30,00	120,00	150,00	360,00	3.900,00	3.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	21,00	55,00	21,00	38,00	21,00	38,00	130,00	21,00	38,00	21,00	38,00	38,00	480,00	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.052,10	15.663,70	1.059,10	2.391,55	5.478,99	4.984,99	7.125,30	5.590,77	4.657,64	6.526,35	2.297,64	14.767,39	84.595,52	203.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	719.693,35	974.898,11	760.876,31	761.878,08	646.001,80	750.298,31	811.886,89	768.402,70	727.938,27	725.692,36	671.486,59	783.581,19	9.102.633,96	7.815.503,00
Cota-Parte do F.P.M.	359.079,75	624.138,45	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	4.882.058,24	4.400.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	216.240,15	231.651,44	221.036,90	194.840,48	222.864,45	221.489,30	216.428,27	216.995,47	231.435,51	229.730,62	242.752,83	245.397,92	2.690.863,34	2.100.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.984,34	3.007,38	6.587,63	7.272,17	10.681,07	11.791,84	9.972,84	11.133,91	14.909,91	11.643,91	13.545,12	15.135,73	121.665,85	100.000,00
Cota-Parte do ITR.	22,04	84,08	64,50	47,01	0,00	161,52	106,08	0,00	27,28	2.433,25	3.377,52	6.323,28	3.000,00	3.000,00
Transferências da LC 61/1989	4.832,14	5.680,84	4.906,07	4.621,84	3.394,82	4.586,03	3.864,97	4.272,79	3.643,79	4.768,98	3.906,19	5.518,11	53.996,57	63.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.275,14	1.275,14	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	15.161,38	18.000,00
Transferências do FUNDEB	58.425,59	63.811,67	53.980,91	49.843,12	51.543,86	54.260,56	55.476,09	54.176,63	52.915,51	53.875,03	55.508,33	58.241,42	662.058,72	545.000,00
Outras Transferências Correntes	73.834,20	45.249,11	39.041,26	36.423,21	51.017,85	52.155,11	60.389,62	61.419,98	67.217,79	56.592,92	58.459,39	68.706,14	670.506,58	586.503,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.883,10	3.462,68	3.390,08	2.291,57	3.753,60	2.615,96	3.104,93	2.452,18	408,22	1.716,14	1.700,60	1.724,15	32.503,21	87.500,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>131.004,87</b>	<b>165.189,93</b>	<b>146.978,34</b>	<b>148.495,54</b>	<b>122.240,40</b>	<b>142.385,28</b>	<b>154.352,76</b>	<b>145.722,38</b>	<b>136.722,13</b>	<b>138.206,01</b>	<b>126.664,91</b>	<b>146.488,65</b>	<b>1.704.451,20</b>	<b>1.473.800,00</b>
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	13.518,34	26.329,88	13.413,10	13.373,37	13.552,54	13.608,92	15.148,68	15.161,33	15.161,32	15.161,32	15.161,32	15.162,12	184.752,25	136.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	117.486,53	138.860,05	133.565,24	135.122,17	108.687,86	128.776,36	139.204,08	130.561,05	121.560,80	123.044,69	111.503,59	131.326,53	1.519.698,95	1.336.800,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>683.737,40</b>	<b>955.380,09</b>	<b>683.442,24</b>	<b>705.553,59</b>	<b>638.693,54</b>	<b>689.939,26</b>	<b>792.942,31</b>	<b>671.965,06</b>	<b>659.055,35</b>	<b>971.139,66</b>	<b>620.482,42</b>	<b>795.361,05</b>	<b>8.867.691,97</b>	<b>7.524.203,00</b>

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>814.742,27</b>	<b>1.120.570,02</b>	<b>830.420,58</b>	<b>854.049,13</b>	<b>760.933,94</b>	<b>832.324,54</b>	<b>947.295,07</b>	<b>817.687,44</b>	<b>795.777,48</b>	<b>1.109.345,67</b>	<b>747.147,33</b>	<b>941.849,70</b>	<b>10.572.143,17</b>	<b>8.998.003,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.856,13	28.682,50	12.846,64	23.648,01	23.505,40	22.839,69	18.143,16	18.158,19	14.645,25	16.809,02	21.515,77	15.272,68	230.922,44	207.000,00
I.P.T.U.	231,42	1.444,44	0,00	0,00	894,44	8.909,82	3.562,07	1.487,80	1.100,60	480,31	58,29	649,60	18.818,79	23.000,00
I.S.S.	2.477,51	4.745,87	2.791,12	4.683,36	2.941,87	1.703,46	2.037,21	6.279,46	1.746,06	1.468,53	2.425,75	1.964,52	35.264,72	26.000,00
I.T.B.I.	1.400,00	3.800,00	4.112,50	872,50	9.283,82	2.374,20	1.560,00	1.000,00	2.475,00	3.740,00	3.380,43	1.234,20	35.232,65	32.000,00
I.R.R.F	8.299,14	15.957,29	5.746,22	7.429,00	7.751,65	6.727,77	8.898,22	8.791,35	8.192,37	9.374,35	9.639,37	9.405,41	106.212,14	90.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.448,06	2.734,90	196,80	10.663,15	2.633,62	3.124,44	2.085,66	599,58	1.131,22	1.745,83	6.011,93	2.018,95	35.394,14	36.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.946,39	27.744,44	14.838,21	14.734,59	14.939,37	15.061,29	16.455,60	16.545,58	16.590,58	16.548,28	16.604,66	16.644,91	201.653,90	153.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	45.170,20	68.923,59	37.089,24	48.407,33	66.573,78	36.336,30	90.359,19	6.397,02	31.469,52	341.912,52	33.354,07	109.461,38	915.454,14	527.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	120,00	1.140,00	300,00	660,00	660,00	150,00	90,00	120,00	30,00	120,00	150,00	360,00	3.900,00	3.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	21,00	55,00	21,00	38,00	21,00	38,00	130,00	21,00	38,00	21,00	38,00	38,00	480,00	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.052,10	15.663,70	1.059,10	2.391,55	5.478,99	4.984,99	7.125,30	5.590,77	4.657,64	6.526,35	2.297,64	14.767,39	84.595,52	203.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	719.693,35	974.898,11	760.876,31	761.878,08	646.001,80	750.298,31	811.886,89	768.402,70	727.938,27	725.692,36	671.486,59	783.581,19	9.102.633,96	7.815.503,00
Cota-Parte do F.P.M.	359.079,75	624.138,45	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	4.882.058,24	4.400.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	216.240,15	231.651,44	221.036,90	194.840,48	222.864,45	221.489,30	216.428,27	216.995,47	231.435,51	229.730,62	242.752,83	245.397,92	2.690.863,34	2.100.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.984,34	3.007,38	6.587,63	7.272,17	10.681,07	11.791,84	9.972,84	11.133,91	14.909,91	11.643,91	13.545,12	15.135,73	121.665,85	100.000,00
Cota-Parte do ITR.	22,04	84,08	64,50	47,01	0,00	161,52	106,08	0,00	0,00	27,28	2.433,25	3.377,52	6.323,28	3.000,00
Transferências da LC 61/1989	4.832,14	5.680,84	4.906,07	4.621,84	3.394,82	4.586,03	3.864,97	4.272,79	3.643,79	4.768,98	3.906,19	5.518,11	53.996,57	63.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.275,14	1.275,14	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	1.261,11	15.161,38	18.000,00
Transferências do FUNDEB	58.425,59	63.811,67	53.980,91	49.843,12	51.543,86	54.260,56	55.476,09	54.176,63	52.915,51	53.875,03	55.508,33	58.241,42	662.058,72	545.000,00
Outras Transferências Correntes	73.834,20	45.249,11	39.041,26	36.423,21	51.017,85	52.155,11	60.389,62	61.419,98	67.217,79	56.592,92	58.459,39	68.706,14	670.506,58	586.503,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.883,10	3.462,68	3.390,08	2.291,57	3.753,60	2.615,96	3.104,93	2.452,18	408,22	1.716,14	1.700,60	1.724,15	32.503,21	87.500,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>131.004,87</b>	<b>165.189,93</b>	<b>146.978,34</b>	<b>148.495,54</b>	<b>122.240,40</b>	<b>142.385,28</b>	<b>154.352,76</b>	<b>145.722,38</b>	<b>136.722,13</b>	<b>138.206,01</b>	<b>126.664,91</b>	<b>146.488,65</b>	<b>1.704.451,20</b>	<b>1.473.800,00</b>
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	13.518,34	26.329,88	13.413,10	13.373,37	13.552,54	13.608,92	15.148,68	15.161,33	15.161,32	15.161,32	15.161,32	15.162,12	184.752,25	136.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	117.486,53	138.860,05	133.565,24	135.122,17	108.687,86	128.776,36	139.204,08	130.561,05	121.560,80	123.044,69	111.503,59	131.326,53	1.519.698,95	1.336.800,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>683.737,40</b>	<b>955.380,09</b>	<b>683.442,24</b>	<b>705.553,59</b>	<b>638.693,54</b>	<b>689.939,26</b>	<b>792.942,31</b>	<b>671.965,06</b>	<b>659.055,35</b>	<b>971.139,66</b>	<b>620.482,42</b>	<b>795.361,05</b>	<b>8.867.691,97</b>	<b>7.524.203,00</b>

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	642.000,00	642.000,00	160.395,61	901.616,74	545.360,91
RECEITAS CORRENTES	642.000,00	642.000,00	160.395,61	901.616,74	545.360,91
Receita de Contribuições dos Segurados	136.000,00	136.000,00	30.323,44	144.904,03	128.060,13
Pessoal Civil	136.000,00	136.000,00	30.323,44	144.904,03	128.060,13
Ativo	135.000,00	135.000,00	30.323,44	144.904,03	128.060,13
Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	505.000,00	505.000,00	130.072,17	756.712,71	417.300,78
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	505.000,00	505.000,00	130.072,17	756.712,71	417.300,78
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	235.000,00	235.000,00	41.350,29	197.596,96	181.312,25
RECEITAS CORRENTES	235.000,00	235.000,00	41.350,29	197.596,96	181.312,25
Receita de Contribuições Patronais	235.000,00	235.000,00	41.350,29	197.596,96	181.312,25
Pessoal Civil	235.000,00	235.000,00	41.350,29	197.596,96	181.312,25
Ativo	235.000,00	235.000,00	41.350,29	197.596,96	181.312,25
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>877.000,00</b>	<b>877.000,00</b>	<b>201.745,90</b>	<b>1.099.213,70</b>	<b>726.673,16</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	175.000,00	175.000,00	24.212,50	112.644,16	113.599,95
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	45.637,61
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	45.637,61
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	175.000,00	175.000,00	24.212,50	112.644,16	67.962,34
Pessoal Civil	0,00	0,00	19.480,26	84.063,85	67.962,34
Aposentadorias	0,00	0,00	9.619,88	47.361,60	43.934,12
Pensões	0,00	0,00	3.474,18	17.370,90	16.134,30
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	6.386,20	19.331,35	7.893,92
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	175.000,00	175.000,00	4.732,24	28.580,31	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Demais Despesas Previdenciárias	175.000,00	175.000,00	4.732,24	28.580,31	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	47.000,00	56.000,00	11.630,55	55.671,77	0,00
ADMINISTRAÇÃO	47.000,00	56.000,00	11.630,55	55.671,77	0,00
Despesas Correntes	47.000,00	56.000,00	11.630,55	55.671,77	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>222.000,00</b>	<b>231.000,00</b>	<b>35.843,05</b>	<b>168.315,93</b>	<b>113.599,95</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	655.000,00	646.000,00	165.902,85	930.897,77	613.073,21
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			467.000,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Bancos Conta Movimento	6.566.958,09	6.691.632,96	5.533.195,84
FONTE: Administração e Fazenda			

Continua 3/4

FONTE: Administração e Fazenda

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

---

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

---

IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

---

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

---

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	89.990,37	71.305,35	63.375,15
DEDUÇÕES (II)	852.825,07	1.150.183,52	1.073.442,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	871.623,53	1.261.726,84	1.297.454,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	18.798,46	111.543,32	224.012,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-762.834,70	-1.078.878,17	-1.010.067,46
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-762.834,70</b>	<b>-1.078.878,17</b>	<b>-1.010.067,46</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>			
		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2011 (C - A)
<b>VALOR</b>		<b>68.810,71</b>	<b>-247.232,76</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-197.206,57</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	5.705.063,42	6.514.099,56	6.691.632,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.705.063,42	6.514.699,56	6.691.632,96
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	600,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-5.705.063,42	-6.514.099,56	-6.691.632,96
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-5.705.063,42</b>	<b>-6.514.099,56</b>	<b>-6.691.632,96</b>

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>7.370.203,00</b>	<b>1.344.921,75</b>	<b>6.771.177,62</b>	<b>5.857.193,83</b>
Receita Tributária	207.000,00	36.788,45	187.383,81	201.383,45
I.P.T.U.	23.000,00	707,89	17.142,93	16.769,87
I.S.S.	23.000,00	4.390,27	28.041,34	35.148,62
I.T.B.I.	26.000,00	4.614,63	30.032,65	38.000,00
I.R.R.F.	90.000,00	19.044,78	81.955,71	74.151,92
Outras Receitas Tributárias	36.000,00	8.030,88	30.211,18	37.313,04
Receita de Contribuição	388.000,00	74.599,86	356.560,03	321.896,59
Receitas Previdenciárias	372.000,00	71.673,73	342.500,99	309.372,38
Outras Contribuições	372.000,00	2.926,13	14.059,04	12.524,21
Receita Patrimonial Líquida	1.000,00	220,00	1.462,50	1.445,00
Receita Patrimonial	527.000,00	142.815,45	801.360,35	440.548,01
(-) Aplicações Financeiras	526.000,00	142.595,45	799.897,85	439.103,01
Transferências Correntes	6.478.703,00	1.212.237,66	6.144.690,13	5.226.539,29
F.P.M.	3.520.000,00	543.650,93	3.119.072,31	2.492.420,01
I.C.M.S.	1.680.000,00	390.520,75	1.794.378,18	1.554.997,28
Convênios	1.680.000,00	28.738,00	114.963,00	33.402,36
Outras Transferências Correntes	1.278.703,00	249.327,98	1.116.276,64	1.145.719,64
Demais Receitas Correntes	295.500,00	21.075,78	81.081,15	105.929,50
Dívida Ativa	76.000,00	1.731,55	16.097,97	28.572,53
Diversas Receitas Correntes	219.500,00	19.344,23	64.983,18	77.356,97
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25,00</b>	<b>137.812,00</b>	<b>301.762,00</b>	<b>875.956,30</b>
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	43.000,00	60.700,00	157.600,00
Transferências de Capital	18,00	94.812,00	241.062,00	718.356,30
Convênios	18,00	94.812,00	241.062,00	718.356,30
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>94.812,00</b>	<b>241.062,00</b>	<b>718.356,30</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>7.370.221,00</b>	<b>1.439.733,75</b>	<b>7.012.239,62</b>	<b>6.575.550,13</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>8.149.300,61</b>	<b>1.346.447,18</b>	<b>6.009.235,82</b>	<b>5.301.194,94</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.821.556,30	600.685,13	2.763.404,01	2.508.818,40
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.000,00	1.337,96	6.390,54	11.697,31
Outras Despesas Correntes	4.317.744,31	744.424,09	3.239.441,27	2.780.679,23
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>8.139.300,61</b>	<b>1.345.109,22</b>	<b>6.002.845,28</b>	<b>5.289.497,63</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.251.773,65</b>	<b>178.089,53</b>	<b>416.752,49</b>	<b>918.211,44</b>
Investimentos	1.221.773,65	170.159,33	390.137,27	811.515,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	30.000,00	7.930,20	26.615,22	106.695,45
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.221.773,65</b>	<b>170.159,33</b>	<b>390.137,27</b>	<b>811.515,99</b>

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>707.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>10.068.074,26</b>	<b>1.515.268,55</b>	<b>6.392.982,55</b>	<b>6.101.013,62</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.697.853,26</b>	<b>-75.534,80</b>	<b>619.257,07</b>	<b>474.536,51</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	543.878,72	0,00
Superávit Financeiro	-	-	543.878,72	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-470.507,00</b>

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	16.055,00	2.743,46	-	18.798,46	-	4.791,46	285.920,59	152,30	239.662,08	50.897,67
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.055,00	2.743,46	0,00	18.798,46	0,00	4.791,46	285.920,59	152,30	239.662,08	50.897,67
SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE	16.055,00	0,00	0,00	16.055,00	0,00	4.791,46	225.797,67	152,30	179.539,16	50.897,67
SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	2.743,46	0,00	2.743,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00
SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.122,92	0,00	48.122,92	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>16.055,00</b>	<b>2.743,46</b>	<b>0,00</b>	<b>18.798,46</b>	<b>0,00</b>	<b>4.791,46</b>	<b>285.920,59</b>	<b>152,30</b>	<b>239.662,08</b>	<b>50.897,67</b>

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>174.000,00</b>	<b>174.000,00</b>	<b>28.757,57</b>	<b>157.835,35</b>	<b>90,71</b>
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	25.000,00	25.000,00	707,89	17.805,65	71,22
1.1.1- IPTU	23.000,00	23.000,00	707,89	17.142,93	74,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	662,72	33,14
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	32.000,00	32.000,00	4.614,63	30.032,65	93,85
1.2.1- ITBI	32.000,00	32.000,00	4.614,63	30.032,65	93,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	27.000,00	27.000,00	4.390,27	28.041,34	103,86
1.3.1- ISS	26.000,00	26.000,00	4.390,27	28.041,34	107,85
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	90.000,00	90.000,00	19.044,78	81.955,71	91,06
1.4.1- IRRF	90.000,00	90.000,00	19.044,78	81.955,71	91,06
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>6.684.000,00</b>	<b>6.684.000,00</b>	<b>1.214.152,50</b>	<b>6.316.797,77</b>	<b>94,51</b>
2.1- Cota-Parte FPM	4.400.000,00	4.400.000,00	679.563,61	3.898.840,04	88,61
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.400.000,00	4.400.000,00	679.563,61	3.898.840,04	88,61
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.100.000,00	2.100.000,00	488.150,75	2.242.971,75	106,81
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	18.000,00	18.000,00	2.522,22	12.611,10	70,06
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	63.000,00	63.000,00	9.424,30	43.483,59	69,02
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	5.810,77	6.217,16	207,23
2.6- Cota-Parte IPVA	100.000,00	100.000,00	28.680,85	112.674,13	112,67
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>6.858.000,00</b>	<b>6.858.000,00</b>	<b>1.242.910,07</b>	<b>6.474.633,12</b>	<b>94,41</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	<b>59.000,00</b>	<b>59.000,00</b>	<b>11.285,22</b>	<b>54.093,32</b>	<b>91,68</b>
5.1- Transferências do Salário-Educação	59.000,00	59.000,00	11.285,22	54.093,32	91,68
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>2,00</b>	<b>2,00</b>	<b>28.738,00</b>	<b>114.963,00</b>	<b>5.748.150,00</b>
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	28.738,00	114.963,00	5.748.150,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>68.000,00</b>	<b>68.000,00</b>	<b>16.053,00</b>	<b>57.841,50</b>	<b>85,06</b>
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>127.002,00</b>	<b>127.002,00</b>	<b>56.076,22</b>	<b>226.897,82</b>	<b>178,66</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>1.336.800,00</b>	<b>1.336.800,00</b>	<b>242.830,12</b>	<b>1.263.352,37</b>	<b>94,51</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	880.000,00	880.000,00	135.912,68	779.767,73	88,61
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	420.000,00	420.000,00	97.630,00	448.593,57	106,81
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.600,00	3.600,00	504,44	2.522,20	70,06
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.600,00	12.600,00	1.884,84	8.691,28	68,98
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	1.162,14	1.243,40	207,23
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	20.000,00	20.000,00	5.736,02	22.534,19	112,67
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>546.000,00</b>	<b>546.000,00</b>	<b>114.450,30</b>	<b>543.101,96</b>	<b>99,47</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	545.000,00	545.000,00	113.749,75	539.821,46	99,05
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.000,00	1.000,00	700,55	3.280,10	328,01
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-791.800,00</b>	<b>-791.800,00</b>	<b>-129.080,37</b>	<b>-723.530,91</b>	<b>91,38</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	327.000,00	564.540,30	93.848,34	424.810,89	75,25
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	327.000,00	564.540,30	93.848,34	424.810,89	75,25
14- OUTRAS DESPESAS	219.000,00	113.000,00	13.461,89	112.713,87	99,75
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	219.000,00	113.000,00	13.461,89	112.713,87	99,75
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	546.000,00	677.540,30	107.310,23	537.524,76	79,33
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					36.540,30
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					36.540,30
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL <sup>1</sup> ((13 – 18) / (11) x 100) %					71,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				36.540,30	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 <sup>2</sup>				36.540,30	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	1.714.500,00	1.714.500,00	310.727,52	1.618.658,28	94,41
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	52.500,00	52.500,00	3.111,04	6.607,04	12,58
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	52.500,00	52.500,00	3.111,04	6.607,04	12,58
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.234.200,00	1.536.740,30	236.210,76	1.041.860,77	67,80
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	546.000,00	677.540,30	107.310,23	537.524,76	79,33
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	688.200,00	859.200,00	128.900,53	504.336,01	58,70
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.286.700,00	1.589.240,30	239.321,80	1.048.467,81	65,97
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-723.530,91
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.280,10
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					36.540,30
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (40 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-683.710,51
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.732.178,32
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,75

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	59.000,00	64.000,00	10.693,95	59.141,57	92,41
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	68.003,00	191.294,00	41.423,22	144.532,69	75,56
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	127.003,00	255.294,00	52.117,17	203.674,26	79,78
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.413.703,00	1.844.534,30	291.438,97	1.252.142,07	67,88
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC

0,00

0,00

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	36.540,30	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	539.821,46	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	541.114,69	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.280,10	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	38.527,17	0,00

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

SANTOS ZILLI

PREFEITO MUNICIPAL

IVONEI L. PASTRE

SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO

CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 36.540,30, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2,00	0,00		2,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.251.773,65	416.752,49	0,00	835.021,16
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.251.773,65	416.752,49	0,00	835.021,16
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.251.771,65	-416.752,49		-835.019,16

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5,00	60.700,00	-60.695,00
Alienação de Bens Imóveis	1,00	0,00	1,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	4,00	60.700,00	-60.696,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	5,00	60.700,00	-60.695,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	135.050,00	47.020,00	0,00	88.030,00
Investimentos	135.050,00	47.020,00	0,00	88.030,00
<b>TOTAL</b>	135.050,00	47.020,00	0,00	88.030,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	72.298,52	13.680,00	85.978,52

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES  
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	6.858.000,00	6.858.000,00	6.474.633,12	94,41
Impostos	171.000,00	171.000,00	157.172,63	91,91
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	23.000,00	23.000,00	17.142,93	74,53
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	32.000,00	32.000,00	30.032,65	93,85
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	26.000,00	26.000,00	28.041,34	107,85
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	90.000,00	90.000,00	81.955,71	91,06
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	3.000,00	3.000,00	662,72	22,09
Dívida Ativa dos Impostos	3.000,00	3.000,00	662,72	22,09
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.684.000,00	6.684.000,00	6.316.797,77	94,51
Da União	4.421.000,00	4.421.000,00	3.917.668,30	88,61
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	4.400.000,00	4.400.000,00	3.898.840,04	88,61
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3.000,00	3.000,00	6.217,16	207,24
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	18.000,00	18.000,00	12.611,10	70,06
Do Estado	2.263.000,00	2.263.000,00	2.399.129,47	106,02
Cota-Parte do ICMS	2.100.000,00	2.100.000,00	2.242.971,75	106,81
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	63.000,00	63.000,00	43.483,59	69,02
Cota-Parte do IPVA	100.000,00	100.000,00	112.674,13	112,67
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.375.028,00	2.375.028,00	2.661.556,72	112,06
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.336.800,00	-1.336.800,00	-1.263.352,37	94,51
<b>TOTAL</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>7.896.228,00</b>	<b>7.872.837,47</b>	<b>99,70</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.545.000,00	1.727.981,00	1.298.012,69	75,12
Pessoal e Encargos Sociais	795.000,00	918.640,00	709.738,38	77,26
Outras Despesas Correntes	750.000,00	809.341,00	588.274,31	72,69
DESPESAS DE CAPITAL	30.003,00	174.004,81	42.525,04	24,44
Investimentos	30.003,00	174.004,81	42.525,04	24,44

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 2/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES  
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	30.003,00	174.004,81	42.525,04	24,44
Investimentos	30.003,00	174.004,81	42.525,04	24,44
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>1.575.003,00</b>	<b>1.901.985,81</b>	<b>1.340.537,73</b>	<b>70,48</b>
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.575.003,00	1.901.985,81	1.340.537,73	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	284.003,00	446.185,81	255.425,29	19,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	266.001,00	389.608,97	216.747,34	16,17
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	18.002,00	56.576,84	38.677,95	2,89
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>1.291.000,00</b>	<b>1.455.800,00</b>	<b>1.085.112,44</b>	<b>80,95</b>
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS		
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)	
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		0,00	0,00	
<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=&gt;<sup>2</sup> [(V - VI) / I]</b>				<b>16,76</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.575.003,00	1.901.985,81	1.340.537,73	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.575.003,00</b>	<b>1.901.985,81</b>	<b>1.340.537,73</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Administração e Fazenda

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	7.896.228,00
Previsão Atualizada			—	7.896.228,00
Receitas Realizadas			1.625.329,20	7.872.837,47
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	543.878,72
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	7.896.228,00
Créditos Adicionais			—	2.211.846,26
Dotação Atualizada			—	10.108.074,26
Despesas Empenhadas			1.096.110,38	7.244.669,28
Despesas Liquidadas			1.524.536,71	6.425.988,31
Superavit Orçamentário			—	1.446.849,16
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			1.096.110,38	7.244.669,28
Despesas Liquidadas			1.524.536,71	6.425.988,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				8.867.691,97
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			201.745,90	1.099.213,70
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			35.843,05	168.315,93
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			165.902,85	930.897,77
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-197.206,57	-247.232,76	125,37
Resultado Primário		-470.507,00	619.257,07	-131,61
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	18.798,46	0,00	18.798,46	0,00
EXECUTIVO	18.798,46	0,00	18.798,46	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	290.712,05	152,30	239.662,08	50.897,67
EXECUTIVO	290.712,05	152,30	239.662,08	50.897,67
TOTAL:	309.510,51	152,30	258.460,54	50.897,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.732.178,32	25%	26,75
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		388.270,59	60%	71,49
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	2,00
Despesa de Capital Líquida			416.752,49	835.021,16

Continua 1/2



Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

  

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	60.700,00	-60.695,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	47.020,00	88.030,00

  

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.085.112,44	15,00	16,76

  

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: Administração e Fazenda

NOVO HORIZONTE, 04/11/2011

\_\_\_\_\_  
SANTOS ZILLI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
IVONEI L. PASTRE  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
DIANA A. SANAGIOTTO  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

# Palhoça

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1.329, de 03 de novembro de 2011.

DECRETO Nº. 1.329, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

FÉRIAS COLETIVAS. Determina.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no § 5º do artigo 153 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Ficam determinadas férias coletivas, a todos os servidores públicos do Poder Executivo Municipal, nos períodos de 22 a 23 de dezembro de 2011, 26 a 30 de dezembro de 2011 e de 02 a 09 de janeiro de 2012, totalizando 15 (quinze) dias de férias.

§ 1º Fica decretado ponto facultativo Municipal nas repartições públicas municipais os dias 24 e 31 de dezembro do corrente ano, alusivos às festas natalinas e de final de ano;

§ 2º Os períodos de férias usufruídas nos termos do caput deverão ser compensados quando do usufruto de férias regulares pelo servidor.

Art. 2º O titular de cada órgão deverá definir quais serviços e servidores ficarão excluídos do disposto no caput do artigo 1º cabendo-lhe:

I - notificar formalmente os servidores alcançados pelo disposto no caput, especificando com clareza em quais dias cada um irá trabalhar; e

II - encaminhar a notificação à Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração e Finanças.

Parágrafo único. O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo 1º serão garantidos pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Art. 3º A Secretaria de Administração e Finanças deverá elaborar relatório que demonstre a situação das férias de cada servidor indicando, nome, matrícula, órgão, período aquisitivo, nº de dias usufruídos como férias coletivas e saldo de dias a usufruir.

Art. 4º Este Decreto entra em vigência a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 03 de novembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato N.º010/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º010/2011 - PARA REGISTRO DE PREÇOS, Pregão Presencial 149/2010 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PALAVRA EDIÇÃO DE JORNAIS LTDA ME. OBJETO: Prestação de Serviços de Publicação e divulgação de atos e fatos administrativos da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 10/01/2011 a 10/01/2012.

Item	Quant	Un	Especificação do Objeto	Preço unitário	Preço total
02	2.300	cm/col	Publicação e divulgação de atos e fatos administrativos em jornal de circulação semanal, na região da grande Florianópolis. Impressão colorida	R\$ 6,00	R\$ 13.800,00
03	1.500	cm/col	Publicação e divulgação de atos e fatos administrativos em jornal de circulação semanal, na região da grande Florianópolis. Impressão preto e branco	R\$ 5,00	R\$ 7.500,00
VALOR TOTAL R\$ 21.300,00					

### Ata de Registro de Preços Nº 100

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º100/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: materiais de limpeza para as unidades de do Município e Secretaria de Educação. VALOR: R\$48.168,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
4	Copo plástico descartável de primeira linha	200	46,28
5	Copo plástico descartável de primeira linha	600	56,30
9	Guardanapo de papel cor branca macio	60	28,20
11	Lixeira simples em polietileno injetado	400	8,33
TOTAL			48.168,00

### Ata de Registro de Preços Nº 101

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º101/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: materiais de limpeza para as unidades de do Município e Secretaria de Educação. VALOR: R\$110.032,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
8	Esponja de louça dupla face (fibra e espuma)	1.600	0,52
16	Papel Higiênico branca (100% branca) sem pigmentação	2.800	39,00
TOTAL			110.032,00

### Ata de Registro de Preços Nº 102

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

ATA N.º102/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH EPP. OBJETO: materiais de limpeza para as unidades de do Município e Secretaria de Educação. VALOR: R\$17.960,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
10	Lixeira em polietileno injetado resistente	200	39,80
19	Sabão em pó biodegradável grão azul, 1ª qualidade	2.500	4,00
TOTAL			17.960,00

#### Ata de Registro de Preços N° 103

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º103/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME. OBJETO: materiais de limpeza para as unidades de do Município e Secretaria de Educação. VALOR: R\$12.000,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
6	Desinfetante líquido lavanda com ação bactericida	1.500	8,00
TOTAL			12.000,00

#### Ata de Registro de Preços N° 104

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º104/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TARCIANE LOHN BOECHAT EPP. OBJETO: materiais de limpeza para as unidades de do Município e Secretaria de Educação. VALOR: R\$53.086,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
2	Alvejante (água sanitária), com aroma lavanda	1.600	20,16
20	Sabonete líquido com aroma de erva doce	1.000	8,37
21	Saco plástico para lixo cor preta	1.500	2,84
22	Saco plástico para lixo cor preta	3.000	2,04
23	Saco plástico para lixo cor preta	1.000	2,08
TOTAL			53.086,00

#### Ata de Registro de Preços N° 105

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º105/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: materiais de limpeza para as unidades de do Município e Secretaria de Educação. VALOR: R\$23.288,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
------	---------------	---------	-------

12	Luva para limpeza de borracha, látex natural	1.200	1,22
13	Luva para limpeza de borracha, látex natural	1.200	1,22
14	Pano de chão, tipo saca alvejada, medindo 50x70	1.600	3,48
15	Pano de copa 50x70 cor branco com bainha	1.600	1,71
18	Rodo com borracha dupla com cabo de madeira	400	9,95
24	Vassoura com cerdas de polipropileno	1.200	6,73
TOTAL			23.288,00

#### Ata de Registro de Preços N° 106

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º106/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME. OBJETO: materiais de limpeza para as unidades de do Município e Secretaria de Educação. VALOR: R\$15.180,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
17	Papel toalha, folha intercalada 100% fibra	2.000	7,59
TOTAL			15.180,00

#### Ata de Registro de Preços N° 107

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º107/2011 do PREGÃO Nº254/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PROTENSUL PRÉ-FABRICAOS LTDA. OBJETO: Aquisição de galerias para Valas de diversos bairros do município. VALOR: R\$404.000,00. DATA: 28/09/2011 A 28/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Galeria 1,50x1,50m	300	906,00
2	Galeria 2,00x2,00m	100	1.322,00
TOTAL			404.000,00

#### Ata de Registro de Preços N° 108

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º108/2011 do PREGÃO Nº234/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME. OBJETO: manutenção preventiva e corretiva e serviços de guincho para atendimento da frota de veículos da Secretaria da Educação. VALOR: R\$21.817,00. DATA: 13/10/2011 A 13/10/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Fornecimento de pelas para veículos leves	8.000	1,00

2	Fornecimento de peças para veículos Pesados	8.000	1,00
3	Serviço de guincho a qualquer distância dentro do município	25	85,00
4	Mão de obra para veículo leve	104	23,00
5	Mão de obra para veículo pesado	52	25,00
<b>TOTAL</b>			<b>21.817,00</b>

**Ata de Registro de Preços Nº 90**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º090/2011 do PREGÃO Nº222/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALZIRA DIAS DE OLIVEIRA EPP. OBJETO: aquisição e confecção de uni-formes para a Banca Musical, Orquestra Municipal e Coral Municipal da rede de ensino. VALOR: R\$64.700,00. DATA: 06/09/2011 A 06/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Bermuda para corpo coreógrafo	30	45,00
2	Blusa para baliza	5	240,00
3	Blusa para corpo coreógrafo	30	90,00
4	Bota para corpo coreógrafo	30	150,00
5	Calça em tecido oxford masculina para Orquestra	25	60,00
6	Calça feminina para Orquestra	25	60,00
7	Calça feminina, tecido orxford, para a banda	50	60,00
8	Calça masculina, tecido oxford, para a banda	50	60,00
9	Camisa social branca masculina para Orquestra	25	35,00
10	Camisa social branca, feminina tecido oxford para Orquestra	25	35,00
11	Cap para a banda, em tecido oxford	100	7,00
12	Casaco para o corpo coreógrafo	30	90,00
13	Gravata borboleta, tecido cetim, para Orquestra	25	25,00
14	Gravata borboleta, tecido cetim, feminina para Orquestra	25	25,00
15	Paletó smoking em tecido oxford masculino, para Orquestra	25	198,00
16	Paletó smoking, feminino, tecido oxford esporte cetim	25	198,00
17	Pelerine dem tecido oxfordini, para o Coral	70	65,00
18	Saia para baliza	5	180,00
19	Túnica em oxfordini para o coral	70	60,00
20	Túnica em tecido oxford	100	200,00
<b>TOTAL</b>			<b>64.700,00</b>

**Ata de Registro de Preços Nº 91**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º091/2011 do PREGÃO Nº224/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MELLO E SILVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME. OBJETO: aquisição de uni-formes para os manipuladores de alimentos (merendei-ras) das

unidades escolares . VALOR: R\$35.920,00. DATA: 06/09/2011 A 06/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Bata de algodão xadrez branco	320	29,00
2	Touca de tecido com aba de malha branca	200	10,00
3	Camiseta unisex manga curta, gola redonda, fio 30	320	13,00
4	Calça com elástico e cordão na cintura, com bolso faca	320	28,00
5	Avental de Napa com CA impermeável, com tiras para amarrar	200	16,00
6	Sapato de CA, antiderrapante, branco, sem cadarço	160	52,00
<b>TOTAL</b>			<b>35.920,00</b>

**Ata de Registro de Preços Nº 92**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º092/2011 do PREGÃO Nº233/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ÁGAPES BUFFET E EVENTOS LTDA ME. OBJETO: Fornecimento de mar-mita diariamente de segunda a sexta-feira. VALOR: R\$80.000,00. DATA: 15/09/2011 A 15/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Fornecimento de marmita diariamente de segunda a sexta-feira	10.000	8.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>80.000,00</b>

**Ata de Registro de Preços Nº 93**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º093/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: equipamentos para atender as necessidades das cozinhas de ensino do município. VALOR: R\$3.083,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
4	Fogão industrial de 4 bocas com forno na parte inferior	2	646,50
5	Fogão industrial de 6 bocas com forno na parte inferior	2	895,00
<b>TOTAL</b>			<b>3.083,00</b>

**Ata de Registro de Preços Nº 94**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º094/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL STORINNY LTDA ME. OBJETO: equipamentos para atender as necessidades das cozinhas de ensino do município. VALOR: R\$4.545,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
10	Mesa em aço inoxidável, medidas (C) 100cm x (L) 60cm, 100%	3	620,00
11	Mesa em aço inoxidável, medidas (C) 150cm	3	715,00
12	Carrinho metálico para transportar caixas plásticas	1	540,00
TOTAL			4.545,00

**Ata de Registro de Preços Nº95**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º095/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME. OBJETO: equipamentos para atender as necessidades das cozinhas de ensino do município. VALOR: R\$7.300,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
7	Liquidificador com capacidade para 10 litros, copo e corpo	10	410,00
8	Liquidificador com capacidade para 4 litros, copo e corpo	10	320,00
TOTAL			7.300,00

**Ata de Registro de Preços Nº96**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º096/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INECOM EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES LTDA. OBJETO: equipamentos para atender as necessidades das cozinhas de ensino do município. VALOR: R\$14.800,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Balcão em aço inoxidável, com 1 cuba central	5	1.140,00
2	Balcão em aço inoxidável, com 2 cubas, medidas da pia C 200	5	1.820,00
TOTAL			14.800,00

**Ata de Registro de Preços Nº97**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º097/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa J DEB COMÉRCIO SERVIÇOS E LOCAÇÕES EM GERAL LTDA EPP. OBJETO: equipamentos para atender as necessidades das cozinhas de ensino do município. VALOR: R\$1.785,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
3	Cortador de legumes com pintura eletrostática, com 2 molas	30	59,50
TOTAL			1.785,00

**Ata de Registro de Preços Nº98**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º098/2011 do PREGÃO Nº206/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MARCONI KIRCH EPP. OBJETO: equipamentos para atender as necessidades das cozinhas de ensino do município. VALOR: R\$14.700,00. DATA: 16/09/2011 A 16/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
6	Freezer horizontal com degelo manual, dupla função	5	1.350,00
9	Refrigerador duplex, com capacidade de armazenagem total	5	1.590,00
TOTAL			14.700,00

**Ata de Registro de Preços Nº99**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º099/2011 do PREGÃO Nº239/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA. OBJETO: materiais de limpeza para as unidades de do Município e Secretaria de Educação. VALOR: R\$18.870,00. DATA: 20/09/2011 A 20/09/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
3	Balde plástico com alça, de ferro galvanizado	600	1,45
7	Detergente para louça glicerinado, biodegradável	24.000	0,75
TOTAL			18.870,00

## Passo de Torres

### PREFEITURA

**Lei 773/2011**

LEI N.º 773, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 12 Secretaria de Transportes e Obras  
Atividade 1.051: Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos  
Modalidade: 4.4.9.00.0089(008) - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:



Órgão 02 Gabinete do Prefeito  
Atividade 1.005: Const. da Sede Administrativa  
Modalidade: 4.4.9.00.00089(118) - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de outubro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 20 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finanças

### Lei 774/2011

LEI Nº 774, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 010 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2011 QUE FIXA OS VALORES DAS DIÁRIAS DOS SERVIDORES E VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - O vereador ou servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, quando se deslocar do Município para atender aos interesses do Poder Legislativo, fará jus a diária nos seguintes valores:

- a) R\$ 95,00 (Noventa e cinco reais), quando não houver pernoite.
- b) R\$ 177,00 (cento e setenta e sete reais), quando houver pernoite.

§1º- Os valores previstos neste artigo, só serão pagos, quando o deslocamento for devidamente autorizado e num raio superior sessenta quilômetros (60 Km).

§2º- Se o deslocamento for inferior ao previsto no parágrafo 1º, as despesas com alimentação serão ressarcidas, mediante comprovação com documentos.

§3º- Os valores previstos nesta Lei, serão revisados anualmente por decreto do chefe do Poder Legislativo, com base no indicador que mede a inflação do país, INPC ou outro que venha a substituí-lo

Art. 2º - Ocorrendo viagem para fora do Estado, o vereador ou servidor poderá optar pelo ressarcimento das despesas, mediante comprovantes.

Art. 3º - Havendo necessidade de deslocamento da aérea, autorizado pelo Presidente, a Câmara se encarregará da compra das respectivas passagens.

Art. 4º- As despesas anuais em diárias, pago pelo Poder Legislativo Municipal, não poderão ultrapassar a (2,5%) dois e meio por cento do orçamento de receita da Câmara, no exercício, assim distribuídos:

- a) Quatorze por cento (14%) para o Presidente
- b) Trinta por cento (30%) para os servidores e,
- c) Cinquenta e seis por cento (56%) para os demais vereadores, proporcional ao número de Edis de cada bancada, em exercício parlamentar.

Parágrafo Único - Os vereadores e servidores poderão ceder suas diárias quando não utilizadas pelo mesmo, a seus colegas, mediante autorização escrita.

Art. 5º - Os valores das diárias podem ser pagos por antecipação,

tendo o beneficiário, o prazo de oito (8) do retorno para prestar contas, mediante apresentação de um desses documentos:

- a) Certificado em participação em curso
- b) Comprovante de despesa com hotel ou restaurante
- c) Declaração de órgãos visitados, justificando a presença do beneficiário

§1º- A Omissão do que prevê este artigo, sujeita o infrator a devolver ao erário todo o valor recebido, acrescido da multa de vinte por cento (20%) do total e ainda, a suspensão de autorização para outras diárias;

§ 2º- Não havendo ressarcimento ao erário de forma espontânea, o setor financeiro da Câmara, efetuará desconto em folha dos valores a ser ressarcidos.

Art. 6º- Ficam revogados as resoluções 01/2000, 03/2001 e 01/2007.

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 20 de outubro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 20 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finanças

### Lei 775/2011

LEI Nº 775, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BEM MÓVEL QUE RELACIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante leilão público, nos termos da legislação vigente, os Veículos Abaixo relacionados:

Um Automóvel Pas/Ônibus/não aplic., placas BWE 8405, marca M. Benz/of 1113, chassi 34405811683017, cor branca, ano de fabricação 1985, modelo 1986.

Um Automóvel Pas/ Altomovel/não aplic., placas MCD 0893, marca VW/Gol Special, chassi 9BWCA05Y13T186813, cor branca, ano de fabricação 2003, modelo 2003.

Um Automóvel Car/Caminhonete/ C. fechada, placas MDV 5172, marca VW/Saveiro Ambulância 1.6, chassi 9BWEBO5X83PO13117, cor branca, ano de fabricação 2002, modelo 2003.

Art. 2º - O valor da alienação será o de maior lance, respeitado o valor mínimo de avaliação do bem, constante do laudo da Comissão de Avaliação para fins de Aquisição e Alienação de Bens Móveis e da publicação do Edital.

Art. 3º - Após a alienação, o recurso financeiro auferido será registrado como receita própria e procedida a baixa do equipamento do sistema patrimonial do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Passo de Torres, em 20 de outubro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 20 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finanças

### **Lei 776/2011**

LEI Nº 776, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais), no orçamento do Exercício de 2011:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj./Atividade: 2.007 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
4.4.90.00.00.00.0100 (13) - Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

Total R\$ 2.800,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta de anulações parciais das dotações orçamentárias dos elementos de despesas abaixo discriminados:

Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Proj./Atividade: 2.007 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.3.90.00.00.00.0100 (12) - Aplicações Diretas R\$ 2.800,00

Total R\$ 2.800,00

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 708/2010 de 15 de setembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 714/2010 de 29 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da transposição de dotação constante da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres (SC), 20 de Outubro de 2011.  
EMERSON CARDOSO KJILLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 20 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finanças

### **Lei 777/2011**

LEI Nº 777, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Unidade Fundo Municipal de Saúde, abaixo discriminado, no montante de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), no orçamento do Exercício de 2011:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Proj./Atividade: 2.031 - Manutenção das Ações de Saúde Pública

4.4.90.00.00.00.0100 (18) - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00  
Total R\$ 2.500,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta de anulação de dotações da Unidade Prefeitura Municipal de Passo de Torres dos elementos de despesa abaixo discriminados:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES  
Proj./Atividade: 2.031 - Manutenção das Ações de Saúde Pública  
3.3.90.00.00.00.0100 (15) - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00  
Total R\$ 2.500,00

Artigo 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 708/2010 de 15 de setembro de 2010 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2011 - Lei nº. 714/2010 de 29 de Dezembro de 2010, que se fizerem necessários em função da transposição de dotação constante da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres (SC), 20 de Outubro de 2011.  
EMERSON CARDOSO KJILLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 20 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finanças

### **Lei 778/2011**

LEI Nº 778, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) na dotação orçamentária abaixo

discriminada:

Órgão 01 Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo

Modalidade: 3.1.90.00.0080(02) - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Modalidade: 3.1.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 01 Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo

Modalidade: 4.4.90.00.0080(04) - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 20 de outubro de 2011

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 20 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finança

### Lei 779/2011

LEI Nº 779, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO COM O ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento do Exercício de 2011:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 - Ensino Regular

Proj./Atividade: 1.013 - AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS E VEÍCULOS

4.4.90.00.00.00.00.0122 (21) - Aplicações Diretas R \$

60.000,00

Total R\$ 60.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá pelo excesso de arrecadação de recursos de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Educação - Convênio nº 11.865/2011-6.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 26 de outubro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 26 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finança

### Decreto Nº 170/2011

DECRETO N.º 170, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 778/2011.

Art. 1º - Fica suplementado o Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 01 Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo

Modalidade: 3.1.90.00.0080(02) - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Modalidade: 3.1.90.00.0080(03) - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 01 Câmara de Vereadores

Atividade 2.001: Manut. do Processo Legislativo

Modalidade: 4.4.90.00.0080(04) - Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 24 de outubro de 2011

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 24 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finança

### Decreto Nº 171/2011

DECRETO Nº. 171, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 767/2011.

Art. 1º - Fica Suplementado o Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2011, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura

Atividade 1.013: Aquisição de Veículos e Onibus

Modalidade: 4.4.90.00.0100 (20) - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 07 Secretaria de Turismo

Atividade 2024: Manutenção do Departamento de Turismo

Modalidade: 3.3.90.00.0100 (75) - Aplicações Diretas R\$

15.000,00  
 Órgão 02 Fundo Municipal de Habitação  
 Atividade 1037: Aquisição de Áreas e Construção de Casas Populares  
 Modalidade: 4.4.90.00.0100 (85) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 Órgão 12 Secretaria de Transportes e Obras  
 Atividade 1053: Const. De Pontes, Pontilhoes, Passarelas e Obras de Arte  
 Modalidade: 4.4.90.00.0100 (125) - Aplicações Diretas.. R\$ 10.000,00  
 Atividade 1054: Ampliação e Reforma da Garagem Municipal  
 Modalidade: 4.4.90.00.0100 (125) - Aplicações Diretas.. R\$ 5.000,00  
 TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
 Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 24 de outubro de 2011.  
 EMERSON CARDOSO KJILLIM  
 Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 24 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
 Secretario de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº 172/2011**

DECRETO Nº. 172 DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.  
 "ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 768/2011.

Art. 1º - Abre Crédito Especial ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2011, no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura  
 Atividade 1.013: Aquisição de Veículos e Ônibus  
 Modalidade: 4.4.90.00.0058 - Aplicações Diretas R\$ 58.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura  
 Atividade 2010: Manutenção do Ensino Regular  
 Modalidade: 3.3.90.00.0058 (34) - Aplicações Diretas R\$ 42.000,00  
 Modalidade: 4.4.90.00.0058 (40) - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 24 de outubro de 2011.  
 EMERSON CARDOSO KJILLIM  
 Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 24 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
 Secretario de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº 173/2011**

DECRETO Nº. 173, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.  
 "SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 771/2011.

Art. 1º - Suplementa o Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2011, no valor de R\$ 103.092,76 (cento e três mil noventa e dois reais e setenta e seis centavos) na dotação orçamentária abaixo discriminada:  
 Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura  
 Atividade 1.013: Aquisição de Veículos e Ônibus  
 Modalidade: 4.4.90.00.0122 (21) - Aplicações Diretas R\$ 103.092,76  
 TOTAL R\$ 103.092,76

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:  
 Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura  
 Atividade 1009: Ampl. Const. Reforma Rede Física Ensino Básico  
 Modalidade: 4.4.90.00.0122 (16) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 Atividade 1014: Construção de Quadra Poliesportiva Coberta  
 Modalidade: 4.4.90.00.0122 (24) - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00  
 Atividade 1018: Aquis. Área, Const. Ampliação de Creches  
 Modalidade: 4.4.90.00.0122 (29) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
 Atividade 2010: Manutenção do Ensino Regular  
 Modalidade: 3.3.90.00.0122 (39) - Aplicações Diretas R\$ 30.092,76  
 Atividade 2011: Manutenção do Transporte Escolar  
 Modalidade: 3.3.90.00.0122 (45) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
 TOTAL R\$ 103.092,76

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 24 de outubro de 2011.  
 EMERSON CARDOSO KJILLIM  
 Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 24 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
 Secretario de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 081/2011**

PORTARIA Nº 081, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.  
 "CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei



Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 - Conceder férias aos servidores público municipal, abaixo relacionados apartir de: 03/10/2011 à 01/11/2011.

- Eliane Pacheco
- Jose Porto Peres
- Pricila Magnus Santos
- Sanduval Irineu Caetano
- Paulo Itamar Caetano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 075/2011.

Passo de Torres, em 03 de setembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 082/2011**

PORTARIA Nº 082, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011.

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 036 DE 11 DE MAIO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 603/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a designação do Servidor Claudio Jose Daitx, de que trata o artigo 1º da Portaria nº 036 de 11 de maio de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 17 de outubro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

#### **Portaria Nº 083/2011**

PORTARIA 083, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL LUIS ANTONIO SCHNEIDER DA COSTA , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Luis Antonio Schneider da Costa, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Publico Municipal, Luis Antonio Schneider da Costa até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 07/10/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 17 de outubro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJLLIM  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 17 de outubro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

#### **Portaria Nº 084/2011**

PORTARIA Nº 084, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

"EXONERA, POR APOSENTADORIA ZELIO ROSA DOS SANTOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillin, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os Incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal e Lei Nº 118/94;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por aposentadoria , do Cargo de Braçal, Zelio Rosa dos Santos.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças.

#### **Portaria Nº 085/2011**

PORTARIA Nº 085, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DOMINGOS EZEQUIEL PERES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica



Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Domingos Ezequiel Peres, referente ao período aquisitivo de 03/07/2006 à 02/07/2011.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias e iniciará em 01/11/2011 e terminará em 29/01/2012.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

**Decreto Nº 3.471, de 04 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº 3.471, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 7.762,59 (Sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

**02 CHEFIA DO EXECUTIVO**

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar

33900000 Aplicações Diretas R\$ 7.762,59

Fonte 0122.55

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 7.762,59 (Sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 31 de Outubro de 2011 na fonte de recursos do Transporte Escolar Estadual.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 3470 de 04 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº. 3470 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme nº. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto com IDUSO, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 60.000,00(Sessenta mil reais), na dotação orçamentária a seguir:

Órgão: 12 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto.

Unidade Orçamentária: 1201 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto.

Função: 09 - Previdência Social.

Subfunção: 272 - Previdências do Regime Estatutário.

Programa: 0025 - Previdência aos Servidores Municipais.

Projeto: 2090 - Manutenção Prev. Municipais.

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte: 0103- Superávit Exercício Anterior - Recursos Próprios R\$ 60.000,00(Sessenta mil reais).

Detalhamento: 000000.

Total Suplementado R\$ 60.000,00

Art. 2º Fica utilizado o valor de R\$ 60.000,00(Sessenta mil reais), por conta do superávit financeiro do balanço do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto de 2010, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, fonte 03 - Recursos Próprios.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, em 04 de novembro de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 247, de 25 de Outubro de 2011**

PORTARIA Nº 247, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO O disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

**RESOLVE:**

Art. 1º É aprovado o projeto básico de engenharia referente pavimentação com pedras irregulares do trecho da Linha São Roque, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO I: Projeto: Pavimentação pedras irregulares/ localização - Prancha 1;

II - ANEXO II: Projeto: Pavimentação pedras irregulares/ perfil longitudinal, estaqueamento/detalhes - Prancha 2;

III - ANEXO III: Memorial Descritivo;

IV - ANEXO IV: Planilha de Orçamento Global;

V - ANEXO IV: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

VI - ANEXO VI: Cronograma físico- financeiro.

Art. 2º. Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 25 de outubro de 2011  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito

### **Notificação de Recebimento de Recursos Federais e Estaduais: Nº 004/2011**

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS: nº 004/2011

O Município de Pinheiro Preto, representado por seu Prefeito Municipal EUZEBIO CALISTO VIECELI, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicato de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos do Governo Federal e Estadual conforme Segue:  
Referente Mês de Outubro/2011

Data Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
07/10/2011	FNDE	FUNDEB	R\$ 6.203,11
14/10/2011	Ministério da Saúde	PAB Fixo	R\$ 5.507,25
14/10/2011	FNDE	PNATE	R\$ 4.568,76
14/10/2011	FNDE	PNAE	R\$ 2.316,00
21/10/2011	Ministério da Saúde	Saúde da Família	R\$ 7.000,00
21/10/2011	Ministério da Saúde	Saúde Bucal	R\$ 2.200,00
21/10/2011	Ministério da Saúde	PACS	R\$ 5.502,00
21/10/2011	Ministério da Saúde	Farmácia Básica	R\$ 1.295,40
31/10/2011	FNDE	FUNDEB	R\$ 66.603,81

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Porto Belo**

**PREFEITURA**

### **Lei Complementar Nº 037/2011**

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2011

"Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Municipal de Porto Belo".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de

suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

### **TITULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção, secretário, coordenação pedagógica, supervisão e orientação educacional, integrado por cargos de provimento efetivo, classificados e especificados na forma desta Lei Complementar e funções de confiança para as atribuições de direção, coordenação pedagógica e secretaria escolar.

Art. 2º Esta lei dispõe sobre o PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE PORTO BELO.

Art. 3º O Plano de Carreira e a Remuneração de que trata esta lei esta fundamentada na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do Magistério Municipal e a valorização de seus integrantes.

Art. 4º Integram a carreira da Educação os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção, administração escolar, planejamento, inspeção, coordenação pedagógica, supervisão e orientação educacional.

### **TITULO II**

### **DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS**

Art. 5º Para efeito da aplicação desta lei, considera-se:

I - Plano de Carreira: Conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura do quadro de pessoal e a progressão funcional, define atribuições dos cargos e estabelece os vencimentos.

II - Carreira: Agrupamento de cargos integrantes do Plano de Cargos e Remuneração, observadas a natureza das atribuições, responsabilidade e habilitação profissional e própria.

III - Cargo: Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao profissional do magistério, previstas no plano de carreira e remuneração, de acordo com a área de atuação e formação profissional.

IV - Categoria Funcional: Conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

V - Professor: Membro do magistério que exerce atividades docentes nas áreas de atuação infantil, séries iniciais e séries finais do ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos.

VI - Especialista em Assunto Educacional: Membro do Magistério que desempenha atividades de administração, supervisão, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento pedagógico.

VII - Vencimento: Retribuição pecuniária pelo exercício do cargo, com valor fixado em Lei.

VIII - Remuneração: Vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei.

IX - Quadro do Magistério: Conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

X - Nível: Graduação vertical ascendente, existente na tabela de unidade de vencimento do magistério.

XI - Referência: Graduação horizontal ascendente, existente em cada nível.

XII - Progresso Funcional: Deslocamento do servidor nos níveis e referências contidas no cargo.

XIII - Enquadramento: Atribuição de novo cargo, grupo, nível e referência ao servidor levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado.

XIV - Quadro de Pessoal: Conjunto de cargos de provimento

efetivo dos profissionais da educação.

XV - Profissionais do Magistério: Conjunto de professores e especialistas em assuntos educacionais, ocupantes de cargos e funções do quadro do Magistério.

### TÍTULO III

#### DA ESTRUTURA BÁSICA DO PLANO DE CARREIRA

Art. 6º O Plano de Carreira do Município de Porto Belo está constituído de:

I - Quadro de Pessoal dos Profissionais da Educação.

II - Promoções, Progressões e Gratificações.

III - Regência de Classe.

IV - Professores leigos.

V - Ingresso e jornada de trabalho.

VI - Valorização dos Profissionais.

VII - O Quadro de Cargos em Comissão da Educação - Anexo I.

VIII - O Quadro de Cargos Efetivos da Educação - Anexo II.

IX - O Quadro de Cargos Efetivos do Magistério - Anexo III.

X - O Quadro de Descrição dos Cargos Efetivos da Educação - Anexos IV.

XI - Quadro de Nível de Progressão dos Professores - Anexo V.

### CAPÍTULO I

#### DO QUADRO DE PESSOAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 7º O quadro de pessoal dos profissionais da Educação de que trata este Plano de Carreira está composto pelos cargos de provimento efetivo de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais criados e providos com os respectivos quantitativos, distribuídos em níveis de vencimentos e referências, observada a formação profissional, e pelas funções de confiança para as atribuições de direção, coordenação pedagógica e secretaria, especificados nos Anexos I, II, III e IV desta Lei Complementar.

Art. 8º Os cargos de provimento efetivo referentes aos profissionais do magistério, têm a respectiva descrição detalhada, especificação, habilitação profissional e jornada de trabalho estabelecidas na forma constante dos Anexos II e III desta Lei.

### CAPÍTULO II

#### DAS PROMOÇÕES, PROGRESSÕES E GRATIFICAÇÕES (NR)

##### SEÇÃO I

##### DA PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Art. 9º A promoção por tempo de serviço ocorrerá a cada ano (anuênio) de serviço, e terá início no mês que já está em vigor conforme o Estatuto do Servidor.

Parágrafo Único. O valor da promoção será de 2% (dois) por cento incorporado ao salário base do servidor no cargo efetivo.

Art. 10. Para efeitos de promoção por tempo de serviço a apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, meses e dias, considerando o ano de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 11. Serão computados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - Por 1 (um) dia, para:

a) doação de sangue; e,

b) falecimento de avós.

II - Por até 3 (três) dias, por falecimento de madrasta ou padrasto;

III - Por até 8 (oito) dias, consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

IV - Férias;

V - Júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VI - Licença:

a) Para tratamento de saúde do próprio servidor ou pessoa da família;

b) Por acidente em serviço;

c) Para repouso à gestante e licença paternidade;

d) Para o serviço militar.

Art. 12. Não poderão ser computados como tempo de serviço para efeitos de promoção por tempo de serviço os afastamentos:

I - Licença para tratar de interesses particulares;

II - Afastamento:

a) Para exercício de mandato eletivo;

b) Para participação em competição desportiva nacional, estadual ou regional ou convocação para integrar representação desportiva no exterior;

c) Para exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios; ou,

d) Para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou, com o qual coopera.

##### SEÇÃO II

##### DA PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

Art. 13. O Servidor do Magistério fará jus à progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação ao apresentar, a cada ano, 80 (oitenta) horas/aula de curso na área de atuação ou formação profissional, sendo aceitos os cursos retroativos até 06 (seis) anos da emissão do Certificado do curso.

Parágrafo Único. A progressão que trata o caput do artigo será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre seu vencimento base.

Art. 14. A progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação dos ocupantes de cargo do magistério ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, nos níveis e referências contidas no cargo, conforme art. 18 e seguintes da presente Lei.

§ 1º A carga horária excedente da última progressão será utilizada para novas progressões. (NR)

§ 2º Serão computados e válidos os cursos que contemplem a área de formação profissional do servidor do Magistério, ou outros cursos que qualifiquem a relação sócio-educacional entre servidor e aluno. (NR)

§ 3º Só serão validados os certificados que tiverem o registro de:

I - Carga Horária;

II - Conteúdos;

III - Entidade responsável pelo curso;

IV - Validação do Sistema Municipal de Ensino, quando for ministrado pelo Município.

Art. 15. Os cursos de aperfeiçoamento ou capacitação serão viabilizados pela Secretaria Municipal de Educação, ou por outra instituição de ensino público ou privado reconhecido pelo MEC. (NR)

##### SEÇÃO III

##### DA GRATIFICAÇÃO PARA OS GESTORES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 16. O percentual sobre o vencimento base correspondente a sua categoria funcional, para os ocupantes de cargo de confiança de Gestores (Diretores) das Unidades Escolares, será feito da seguinte forma:

I - No percentual de 10% (dez por cento) do salário base, para os Gestores das Unidades Escolares de pequeno porte, com a quantidade de até 100 (cem) alunos;

II - No percentual de 20% (vinte por cento) do salário base, para os Gestores das Unidades Escolares de médio porte, com a quantidade de 101 (cento e um) a 499 (quatrocentos e noventa e nove) alunos;

III - Percentual de 30% (trinta por cento) do salário base, para os Gestores das Unidades Escolares de grande porte, com a quantidade superior a 500 (quinhentos) alunos.

##### SEÇÃO IV

##### DA PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL





Art. 17. Os servidores do Magistério poderão progredir na carreira automaticamente mediante comprovação de conclusão de curso de pós-graduação específica de duração mínima de 300 (trezentas) horas-aula.

Art. 18. A progressão de nível pela conclusão de curso de graduação e pós-graduação específica, também constante no Anexo V da presente Lei, ocorrerá da seguinte forma:

I - Nível I - Magistério;

II - Nível II - Licenciatura Plena, na classe inicial correspondente a nova habilitação;

III - Nível III - Formação em curso de pós-graduação lato sensu em nível de especialização na educação;

IV - Nível IV - Formação em curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado na educação;

V - Nível V - Formação em curso de pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado na educação.

Art. 19. No progresso vertical os servidores estáveis que comprovarem nova qualificação terão um acréscimo em seus vencimentos na seguinte proporção:

I - Formação em curso de nível médio - magistério com habilitação em educação infantil e ou anos iniciais do ensino fundamental, devidamente reconhecido no MEC receberá sobre a jornada de 20 horas semanais de trabalho como vencimento básico à importância do salário base inicial;

II - Formação em curso de nível superior em licenciatura plena em pedagogia ou normal superior com habilitação em educação infantil e ou anos iniciais do ensino fundamental e licenciatura plena com habilitação nas disciplinas específicas para anos finais do ensino fundamental, devidamente reconhecido no MEC receberá proporcional à jornada de trabalho um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base;

III - Formação em curso de pós-graduação lato sensu em nível de especialização na educação, devidamente reconhecido pelo MEC receberá proporcional à jornada de trabalho um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o vencimento base;

IV - Formação em curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado na educação, devidamente reconhecido pelo MEC receberá proporcional à jornada de trabalho um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base;

V - Formação em curso de pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado na educação, devidamente reconhecido pelo MEC receberá proporcional à jornada de trabalho um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base.

#### SEÇÃO V DA REGÊNCIA DE CLASSE

Art. 20. O professor em efetivo exercício do magistério faz jus à regência de classe de 20% (vinte por cento) do seu vencimento básico.

§ 1º Não faz jus à regência de classe o professor que, no mês:

I - Tiver faltas injustificadas;

II - (SUPRIMIDO);

III - Sofrer penalidade, mediante apuração em processo administrativo assegurado o direito de ampla defesa e contraditório ao servidor; (NR)

IV - Não comparecer as reuniões pedagógicas dentro do horário de jornada de trabalho.

§ 2º O professor em efetivo exercício do magistério fará jus à regência de classe no percentual de 20% (vinte por cento) do seu vencimento básico mesmo que tenha faltas no mês correspondente desde que devidamente justificadas. (NR)

#### SEÇÃO VI DOS PROFESSORES LEIGOS

Art. 21. Os professores leigos efetivos ficarão estacionados na atual condição em que se encontrarem, salvo se buscarem habilitação no prazo da Legislação Federal ou habilitação e aprovação em

concurso público específico. (NR)

#### TÍTULO IV DO INGRESSO E DA JORNADA DE TRABALHO

##### CAPÍTULO I DO INGRESSO

Art. 22. O ingresso no Quadro de Pessoal de que trata esta Lei Complementar, ressalvado o enquadramento dos atuais ocupantes de cargos de magistério, se dará através de concurso público de provas e títulos, sempre na referência inicial do cargo para o qual prestou o concurso.

Parágrafo Único. Nos prazos de validade do concurso público, poderá haver nomeação para vagas criadas posteriormente à publicação do edital de candidatos aprovados no concurso público obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Art. 23. Os professores, monitores, serventes, zeladores, orientadores educacionais e supervisores educacionais serão lotados nas unidades escolares, conforme o processo de lotação disposto no Capítulo III da presente Lei. (NR)

Art. 24. O estágio probatório, tempo de exercício profissional a ser avaliado, por comissão instituída para essa finalidade, será de 03 (três) anos contados da posse no cargo e cumprido o referido prazo na função para a qual prestou concurso. (NR)

Art. 25. O exercício da docência na carreira de Magistério exige, como qualificação mínima, ensino superior em curso de licenciatura, de graduação plena, com habilitação específica em área própria, para a docência nas séries iniciais, finais do ensino fundamental e na Educação Infantil.

Art. 26. A experiência mínima, quando exigida poderá ser adquirida em qualquer nível de ensino público ou privado.

##### CAPÍTULO II DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 27. O regime de trabalho do servidor do magistério poderá ser de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, fixado no ato de nomeação ou através de processo seletivo de alteração de carga horária, conforme as necessidades da rede de ensino público e ou a carga horária curricular das unidades, da seguinte forma:

I - A jornada de trabalho dos cargos efetivos de professor para atuarem na Educação Infantil e ou séries iniciais do Ensino Fundamental, Inclusão ou PADA, será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

II - A jornada de trabalho dos cargos efetivos de professor para atuarem nas séries finais do Ensino Fundamental poderá ser de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

III - Para os cargos de Especialistas em Educação, a jornada de trabalho será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais.

IV - O ocupante de cargo em comissão é submetido ao regime de 40 (quarenta) horas semanais enquanto permanecer nessa condição, poderá ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

Art. 28. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar as normas disciplinares complementares, ouvida a Secretaria de Educação, no que se refere ao registro de frequência, desenvolvimento das atividades extra-classe, horários, períodos de férias, justificativa de faltas não causadas por doença e outras relacionadas com a jornada de trabalho.

Art. 29. O servidor do Magistério deverá comunicar a sua chefia imediata nas 48 (quarenta e oito) horas subseqüentes o momento em que, por doença ou força maior, deixar de comparecer ao serviço. (NR)

Parágrafo Único. As faltas por motivo de doença serão justificadas para fins disciplinares, de anotação e assentamento na ficha funcional e de pagamento se a impossibilidade de comparecimento for atestada por órgão médico oficial.

Art. 30. O professor que ministra aulas por disciplina específica com regime de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, deverá lecionar, no máximo, 08 (oito), 16 (dezesesseis), 24 (vinte e quatro) ou 32 (trinta e duas) horas-aula, respectivamente, e no restante do período usufruirá horas-atividade, as quais serão cumpridas na unidade escolar.

§ 1º As horas atividades a que se refere o "caput" deste artigo, são destinadas à preparação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, atividades extra-curriculares, contra-turnos, articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada unidade escolar as quais deverão ser administradas pelo gestor (diretor) da unidade de ensino, cumpridas as exigências legais.

§ 2º Durante a(s) hora(s) atividade(s) serão oferecidos aos alunos conteúdos que integram valores pedagógicos, recreativos, culturais e artísticos, ministrados por professores habilitados do quadro dos profissionais do magistério ou por profissionais autorizados legalmente.

Art. 31 O professor de séries finais (do 6º ao 9º ano) poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido no artigo 30 recebendo como aulas excedentes, a base de 2,5% (dois e meio por cento) por aula, calculada sobre o vencimento do cargo efetivo, para a jornada de trabalho de 10, 20, 30 ou 40 (quarenta) horas, não podendo ultrapassar a 8 (oito) aulas excedentes.

§ 1º Para a escolha das aulas excedentes, de que trata o "caput" deste artigo, será dada preferência ao professor que contar maior tempo de efetivo serviço no magistério público do Município e, havendo empate, aquele que tiver maior tempo de serviço na unidade escolar.

§ 2º Os valores percebidos a título de aulas excedentes integram a base de cálculo da contribuição previdenciária, do 13º salário e o abono constitucional de férias.

Art. 32. O registro de frequência é diário e manual, ou nos casos indicados no regulamento, por outra forma que vir ser adotada.

§ 1º O registro de frequência será feito pelo próprio servidor, em documento fornecido pela chefia imediata.

§ 2º Todo servidor do magistério deve observar rigorosamente o seu horário de trabalho previamente estabelecido, não podendo deixar o local onde exerce suas atribuições durante o expediente, sem a autorização específica.

Art. 33. A jornada de trabalho do professor poderá ser desempenhada em mais de um estabelecimento de ensino, quando for o caso.

Art. 34. A pedido do profissional do magistério e no interesse da Administração, a jornada de trabalho poderá ser reduzida em até 20 (vinte) horas, com a consequente proporção salarial, mediante requerimento do interessado.

Parágrafo Único. O simples pedido não assegura ao servidor o direito à redução pretendida.

Art. 35. Deferido o pedido de redução de carga horária, o servidor passará a cumprir a nova carga horária a partir de trinta dias da data do deferimento, podendo participar de processo de habilitação para aumento ou redução de carga horária, tão logo seja publicado Edital para tal fim. (NR)

Art. 36. Aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades de ensino serão assegurados 30 (trinta) dias de férias anuais no período de férias coletivas de aulas.

Parágrafo Único. Garantido o gozo mínimo de 30 (trinta) dias contínuos de férias anuais, o membro do magistério pode, durante o recesso escolar, ser convocado para participar de atividades relacionadas com suas funções.

## TÍTULO V DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

### CAPÍTULO I DA VALORIZAÇÃO

Art. 37. A Administração Pública Municipal promoverá a valorização dos profissionais do magistério, assegurando-lhes, nos termos deste Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal.

I - Ingresso por concurso público;

II - Piso salarial profissional de acordo com a Lei nº 11.738 de 16/07/2008, e suas alterações posteriores;

III - Progresso funcional;

IV - Qualificação em instituições credenciadas.

### CAPÍTULO II DA LICENÇA PRÊMIO

Art. 38. É direito concedido ao servidor gozar 03 (três) meses de licença remunerada na forma de prêmio, a cada 05 (cinco) anos trabalhados no cargo efetivo, sendo que a contagem do tempo de serviço da referida licença iniciará a partir da publicação da presente Lei.

§ 1º A solicitação da licença deverá ser requerida junto a Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º A pedido do servidor a licença prêmio poderá ser concedida obedecendo os seguintes critérios:

I - O número de servidores em gozo simultâneo de licença não poderá ser superior a um terço do total dos servidores da Unidade Escolar;

II - O servidor deverá comunicar a chefia imediata sobre o pedido de afastamento com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência por escrito;

III - O pedido de licença será determinado pela Secretaria Municipal de Educação, que levará em consideração o tempo de serviço do servidor, bem como o interesse do serviço público e a conveniência do ensino; (NR)

IV - Poderá ser acumulada pelo servidor até 02 (duas) licenças prêmio;

V - Não será permitido o fracionamento da licença prêmio.

§ 3º O Município terá o prazo máximo de 12 (doze) meses para conceder o referido benefício.

§ 4º A contagem do tempo de serviço para este benefício será:

I - (SUPRIMIDO).

II - Suspenso quando o servidor estiver afastado nos casos abaixo elencados, sendo que a contagem será acrescida por período igual a do afastamento:

a) Licença para tratamento de saúde do próprio servidor ou pessoa da família;

b) Licença para repouso à gestante e licença paternidade;

c) Licença para o serviço militar;

d) Licença para tratar de interesses particulares;

e) Afastamento para exercício de mandato eletivo;

f) Afastamento para participação em competição desportiva nacional, estadual ou regional ou convocação para integrar representação desportiva no exterior;

g) Afastamento para exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outros Municípios; ou,

h) Para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou, com o qual coopera.

### CAPÍTULO III DA LOTAÇÃO

Art. 39. A lotação dos professores nas escolas obedecerá aos seguintes critérios:

I - Tempo de serviço no Município; (NR)

II - Maior graduação:

a) doutorado;

b) mestrado;

c) especialização;

d) graduação;

e) magistério.



III - Maior número de horas em curso de aperfeiçoamento;  
IV - Idade.

Parágrafo Único. A remoção ou transferência de servidor poderá ocorrer justificadamente em virtude de vacância no caso de interesse do servidor e mediante critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação, sempre antes da realização de um novo concurso Público.

Art. 40. A cada início de ano letivo será feita, dentro das escolas, a escolha de turma e horário para os integrantes do magistério, obedecendo aos critérios elencados no art. 39.

#### CAPÍTULO IV

##### DA AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 41. Fica autorizado ao professor, orientador escolar, supervisor escolar, efetivo e estável aumentar a carga horária semanal de trabalho, em definitivo, desde que seja para o atendimento de necessidade da Administração Municipal e observado o processo de habilitação de que trata o art. 43 e seguintes desta Lei. (NR)

Art. 42. O aumento de carga horária poderá se dar até o limite de 40 (quarenta) horas, com o aumento proporcional do respectivo vencimento.

Art. 43. Fica instituído o processo de habilitação destinado ao aumento da carga horária semanal de trabalho dos professores, que será deflagrado pela Secretaria de Educação, no segundo semestre do ano letivo, sempre que houver vaga em determinada área de atuação, para aplicação ao ano letivo seguinte.

§ 1º O processo de habilitação será regulamentado em Edital publicado em Órgão Oficial do Município e em todas as unidades educacionais do Município, com, no mínimo, quinze dias de antecedência do início do prazo de inscrição dos candidatos. (NR)

§ 2º O processo de habilitação será coordenado por comissão designada pela Secretaria de Educação.

Art. 44. São condições para participação no processo de habilitação:

I - Efetividade e estabilidade no cargo;

II - Estar em efetivo exercício em sala de aula; exceto no caso de orientadores e supervisores escolares. (NR)

III - Não ter sofrido penalidade disciplinar resultante de processo administrativo nos últimos trinta e seis meses, contados da data de publicação do edital;

IV - Não apresentar mais do que 10 (dez) faltas injustificadas nos últimos trinta e seis meses, contados da publicação do edital. (NR)

Parágrafo Único. A simples habilitação não garante ao servidor direito ao aumento de carga horária pretendido.

Art. 45. Para fazer jus à ampliação da carga horária o integrante do magistério municipal deve preencher os seguintes requisitos:

I - Manter Graduação: (NR)

a) Doutorado;

b) Mestrado;

c) Especialização;

d) Graduação;

e) Magistério.

II - Maior Número de horas em curso de aperfeiçoamento;

III - Tempo de serviço no Município; (NR)

IV - Idade.

Art. 45-A. O processo de ampliação de carga horária aos cargos a serem ofertados pela administração pública deverá ser realizado antes da publicação do edital de concurso público. (NR)

#### TÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 46. O Plano de Carreira de que trata esta Lei Complementar será implantado a partir da sua data de publicação.

Parágrafo Único. Conforme os termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, assegurar a revisão salarial anual dos vencimentos ou salários iniciais e das remunerações da carreira.

Art. 47. Caberá à Secretaria Municipal de Educação de Porto Belo a coordenação e implantação do presente Plano.

Art. 48. O Chefe do Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução das disposições da presente Lei Complementar.

Art. 49. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias, previstas no Orçamento do Município e do FUNDEB, conforme preconiza a LDB.

Art. 50. Fica estabelecida a data base para reavaliação, reposição e aumento dos vencimentos dos servidores, anualmente o dia 1º de dezembro.

Parágrafo Único. As eventuais reposições ou aumentos salariais, obtidos através da aplicação da data base, terão vigência a partir do dia 1º de janeiro do exercício seguinte.

Art. 51. Os cargos do Anexo I desta Lei, com exceção do de Diretor de Transporte Escolar, deverão todos ter graduação de nível superior ou estar cursando curso superior na área de educação.

Art. 51-A. O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Municipal de Porto Belo, deverá ser revisado a cada dois anos a contar da vigência da presente Lei. (NR)

Art. 52. Esta Lei entrará em vigor no 1º dia do mês subsequente a sua publicação.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais 1.495/2007, e todas as suas alterações posteriores.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 4 dias do mês de novembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

#### ANEXO I

##### CARGOS EM COMISSÃO

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)
01	Secretário Municipal	DAS-04	3.342,05
02	Coordenador Pedagógico	AMP - 09	1.671,02
01	Coordenador de Ensino Fundamental Anos Finais e EJA	AMP - 08	1.671,02
01	Coordenador de Projetos e Conselhos	AMP - 07	1.671,02
01	Diretor de Transporte Escolar	AMP - 06	1.224,44
01	Diretor de Departamento Técnico Administrativo	AMP - 05	1.224,44
01	Diretor de Departamento Técnico Pedagógico	AMP - 04	1.224,44
01	Diretor de Programas de Inclusão	AMP - 04	1.224,44
01	Diretor de Departamento de Desenvolvimento de Educação	AMP - 03	1.224,44
12	Diretor de Escola e Núcleo de Desenvolvimento Infantil	AMP - 02	1.448,22
12	Secretário de Escola	AMP - 01	1.002,60
01	Assistente de Coordenação de Projetos e Conselhos	AMP - 01	1.002,60
01	Assistente de Transporte Escolar e Programas de Inclusão	AMP - 01	1.002,60

#### ANEXO II

##### CARGOS EFETIVOS DA EDUCAÇÃO

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)	VAGAS
Orientador Educacional	20	EMP-XII	1.224,44	04
Administrador Escolar	20	EMP-XII	1.224,44	02
Supervisor Escolar	20	EMP-XII	1.224,44	04
Psicólogo	20	EMP-XII	1.224,44	02
Bibliotecário	20	EMP-XII	1.224,44	01
Nutricionista	20	EMP-XII	1.224,44	02
Fonoaudióloga	20	EMP-XII	1.224,44	02

Instrutor de Artes Marciais	40	EMP-VIII	795,88	03
Motorista	40	EMP-V	673,43	04
Motorista de Transporte Escolar	40	EMP-V	673,43	10
Monitor	40	EMP-VI	668,41	42
Auxiliar de Biblioteca	40	EMP-IV	568,14	01
Servente	40	EMP-II	568,14	60
Vigia	40	EMP-II	568,14	10
Auxiliar de Serviços Gerais	40	EMP-II	568,14	05

### ANEXO III CARGOS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)	VAGAS
Professor de Artes	20	EMP-III	593,50	09
Professor de Dança	20	EMP-III	593,50	01
Professor de Teatro	20	EMP-III	593,50	01
Professor de Xadrez	20	EMP-III	593,50	01
Professor de Educação Física	20	EMP-III	593,50	18
Professor de Educação Infantil	20	EMP-III	593,50	80
Professor de Ensino Fundamental	20	EMP-III	593,50	110
Professor de Inclusão Braille e Libras	20	EMP-III	593,50	02
Professor de Ensino Fundamental - Inclusão	20	EMP-III	593,50	20
Professor de Ensino Fundamental - PADA - Programa de Atendimento de Dificuldades de Aprendizagem	20	EMP-III	593,50	20
Professor de Informática	20	EMP-III	593,50	11
Professor de Inglês	20	EMP-III	593,50	10
Professor de Cultura Religiosa	20	EMP-III	593,50	02
Professor de Ciências	20	EMP-III	593,50	06
Professor de Geografia	20	EMP-III	593,50	06
Professor de História	20	EMP-III	593,50	06
Professor de Língua Portuguesa	20	EMP-III	593,50	08
Professor de Matemática	20	EMP-III	593,50	08
Professor de Educação Física	30	EMP-XI	1.068,30	01

### ANEXO IV DESCRIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DA EDUCAÇÃO E DO MAGISTÉRIO

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Orientador Educacional  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 04 **VENCIMENTO:** R\$ 1.224,44  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Ativar o processo de integração escolar, família, comunidade, Buscar atualizar-se permanentemente, Colaborar na construção da auto-estima do aluno, visando à aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Ativar o processo de integração escolar, família, comunidade;  
 Buscar atualizar-se permanentemente;  
 Colaborar na construção da auto-estima do aluno, visando à

aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social;  
 Coordenar a orientação vocacional e o aconselhamento psicopedagógico do educando;  
 Estimular a reflexão coletiva de valores morais e éticos, visando a construção da cidadania;  
 Executar outras atividades compatíveis com a sua função;  
 Influir para que o corpo diretivo e docente, se comprometam com o atendimento as reais necessidades do aluno;  
 Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução;  
 Participar da elaboração do regimento escolar;  
 Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno vive;  
 Planejar e coordenar o serviço de orientação educacional;  
 Promover o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;  
 Subsidiar os professores quando à utilização de recursos psicopedagógicos;  
 Proteger a identidade do orientando, assegurando o sigilo dos dados que lhe dizem respeito;  
 Participar de reuniões pedagógicas e formações.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena Específica na Área ou Pós Graduação.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Administrador Escolar

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 02 **VENCIMENTO:** R\$ 1.224,44

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;  
 Acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;  
 Articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas as finalidades de educação;  
 Buscar atualizar-se permanentemente;  
 Colaborar com a direção da escola no que se relaciona com sua habilitação profissional;  
 Colaborar com a direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários à viabilização do projeto político pedagógico da escola;  
 Colaborar com todos os profissionais que atuam na escola, visando o aperfeiçoamento e a busca de soluções aos problemas do ensino;  
 Colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levam à consecução da filosofia e da política educacional;  
 Coletar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;  
 Coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar, garantindo o seu cumprimento;  
 Executar outras atividades afins;  
 Implantar e manter formas de atuação adequadas para assegurar o cumprimento das metas e a consecução dos objetivos a serem alcançados;  
 Prestar assessoria à direção da escola na definição de ação, na aplicação de legislação referente ao ensino e de administração de

pessoal.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena Específica na Área ou Pós Graduação.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Supervisor Escolar

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 04 **VENCIMENTO:** R\$ 1.224,44

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Apresentar propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim, Assessorar a direção e as demais atividades e serviços da escola.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Apresentar propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;

Assessorar a direção e as demais atividades e serviços da escola;

Assessorar o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de repetência evasão e reprovação escolar;

Assessorar o trabalho docente quanto a métodos de ensino;

Avaliar o desempenho da escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embaçadas na realidade;

Buscar atualizar-se permanentemente;

Colaborar com todos os profissionais da escola, na busca de solução para os problemas do corpo docente e de ensino;

Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;

Estimular e assessorar a efetivação das mudanças de ensino;

Executar outras atividades afins;

Orientar e supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar;

Participar da elaboração do regimento escolar;

Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontro de estudo ou reuniões pedagógicos;

Participar de reuniões pedagógicas e formações.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena Específica na Área ou Pós Graduação.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Psicólogo(a)

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 02 **VENCIMENTO:** R\$ 1.224,44

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando os estudantes durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Elaborar, implementar e acompanhar as políticas da instituição nas áreas de Psicologia Escolar, Social e Organizacional.

Assessorar instituições e órgãos, analisando, facilitando e/ou intervindo em processos psicossociais nos diferentes níveis da estrutura institucional;

Diagnosticar e planejar programas no âmbito da educação e lazer; atuar na educação, realizando pesquisa, diagnósticos e intervenção psicopedagógica em grupo ou individual.

Atuar no desenvolvimento de recursos humanos, seleção, acompanhamento, análise de desempenho e capacitação de servidores do Quadro da Educação.

Realizar psicodiagnóstico e terapêutica, com enfoque preventivo e/ou curativo e técnicas psicológicas adequadas a cada caso, a fim de contribuir para que o indivíduo elabore sua inserção na sociedade.

Atuar junto a equipes multiprofissionais, identificando e compreendendo os fatores psicológicos para intervir na saúde geral do indivíduo.

Utilizar recursos de informática.

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Nível Superior em Psicologia e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Bibliotecário(a)

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 01 **VENCIMENTO:** R\$ 1.224,44

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Disponibilizar informação; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolver estudos e pesquisas; promover difusão cultural; desenvolver ações educativas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Localizar e recuperar informações; prestar atendimento personalizado; elaborar estratégias de buscas avançadas; intercambiar informações e documentos; controlar circulação de recursos informacionais; prestar serviços de informação on-line; normalizar trabalhos técnico-científicos.

Gerenciar unidades, redes e sistemas de informação: Elaborar programas e projetos de ação; implementar atividades cooperativas entre instituições; administrar o compartilhamento de recursos informacionais; desenvolver políticas de informação; projetar unidades, redes e sistemas de informação; automatizar unidades de informação; desenvolver padrões de qualidade gerencial; controlar a execução dos planos de atividades; elaborar políticas de funcionamento de unidades, redes e sistemas de informação; controlar segurança patrimonial da unidade, rede e sistema de informação e a conservação do patrimônio físico da unidade, rede e sistema de informação; avaliar serviços e produtos de unidades, redes e sistema de informação; avaliar desempenho de redes e sistema de informação; elaborar relatórios, manuais de serviços e procedimentos; analisar tecnologias de informação e comunicação; administrar consórcios de unidades, redes e sistemas de informação; implantar unidades, redes e sistemas de informação.

Tratar tecnicamente recursos informacionais: Registrar, classificar e catalogar recursos informacionais; elaborar linguagens documentárias, resenhas e resumos; desenvolver bases de dados; efetuar manutenção de bases de dados; gerenciar qualidade e conteúdo de fontes de informação; gerar fontes de informação; reformatar suportes; migrar dados; desenvolver metodologias para geração de documentos digitais ou eletrônicos.

Desenvolver recursos informacionais: Elaborar políticas de desenvolvimento de recursos informacionais; selecionar recursos informacionais; armazenar e descartar recursos informacionais; avaliar, conservar, preservar e inventariar acervos; desenvolver interfaces de serviços informatizados; desenvolver bibliotecas virtuais e digitais e planos de conservação preventiva.

Disseminar informação: Disseminar seletivamente a informação; compilar sumários correntes e bibliografia; elaborar clipping de informações, alerta e boletim bibliográfico.

Desenvolver estudos e pesquisas: Coletar informações para memória institucional; elaborar dossiês de informações, pesquisas temáticas, levantamento bibliográfico e trabalhos técnico-científicos; acessar bases de dados e outras fontes em meios eletrônicos; realizar estudos cientométricos, bibliométricos e infométricos; coletar e analisar dados estatísticos; desenvolver critérios de controle de qualidade e conteúdo de fontes de informação; analisar fluxos de informações.

Promover difusão cultural: Promover ação cultural, atividades de fomento à leitura, eventos culturais e atividades para usuários



especiais; divulgar informações através de meios de comunicação formais e informática; organizar bibliotecas itinerantes.  
Utilizar recursos de informática.  
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Curso superior em Biblioteconomia e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Nutricionista  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 02 **VENCIMENTO:** R\$ 1.224,44  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Planejar, organizar, supervisionar e avaliar a alimentação fornecida a estudantes do Município.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
Planejar cardápios de acordo com as necessidades dos estudantes;  
Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de seleção, compra e armazenamento de alimentos;  
Planejar implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo, distribuição, e transporte de refeições e/ou preparações culinárias;  
Estabelecer e implantar formas e métodos de controle de qualidade de alimentos de acordo com a legislação vigente;  
Promover programas de educação alimentar nas unidades escolares;  
Promover avaliação nutricional e do consumo alimentar das crianças;  
Promover adequação alimentar considerando necessidades específicas da faixa etária atendida;  
Promover programas de educação alimentar e nutricional, visando crianças, pais, professores, funcionários e direção;  
Executar atendimento individualizado de pais de alunos, orientando sobre alimentação da criança e da família;  
Integrar a equipe multidisciplinar com participação plena na atenção prestada nas unidades escolares.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Nível Superior em Nutrição e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Fonoaudiólogo(a)  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 02 **VENCIMENTO:** R\$ 1.224,44  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Promover a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição e o aperfeiçoamento dos padrões de fala e voz.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição;  
Participar de equipes de diagnóstico, realizando avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;  
Realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição;  
Realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala;  
Colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências;  
Projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autárquicas e mistas;  
Supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de fonoaudiologia;  
Assessorar órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos ou mistos no campo da Fonoaudiologia;  
Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos;  
Dar parecer fonoaudiológico, na área da comunicação oral e escrita, voz e audição;  
Realizar outras atividades inerentes à sua formação universitária.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Nível Superior em Fonoaudiologia e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Instrutor de Artes Marciais  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta  
**QUANTIDADE:** 03 **VENCIMENTO:** R\$ 795,88  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Responsável por ministrar aulas de artes marciais.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
Executar tarefas auxiliares de atividade pedagógica colaborando para que as pessoas da comunidade possam desenvolver aptidões físicas para a prática de artes marciais, como Karatê e Judô, entre outras.  
Organizar suas atividades diárias em conformidade com o planejamento geral anual aprovado pela secretaria a qual é subordinado.  
Frequentar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas, bem como, participar ativamente do projeto pedagógico da unidade escolar para garantir o pleno direito à educação, de toda a clientela atendida;  
Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais;  
Participar, como convocado (a) de reunião em atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ensino Médio Completo.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo / Operacional  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Motorista  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta  
**QUANTIDADE:** 04 **VENCIMENTO:** R\$ 673,43  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Conduzir veículos de carga e passageiros.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
Conduzir veículos e realizar tarefas similares relacionadas com o transporte de passageiros e carga por via rodoviária;  
Vistoriar o veículo, observando a carroceria e testando freios, comandos, para certificar-se de suas condições de funcionamento;  
Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;  
Examinar as ordens de serviço, verificando a localização dos locais onde serão recolhidas e desembarcadas as cargas e passageiros;  
Movimentar o veículo, manipulando seus comandos e observando o fluxo do trânsito e a sinalização para conduzi-los aos locais de carga e descarga;  
Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado;  
Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o a garagem, para permitir a manutenção e abastecimento do mesmo;  
Verificar as ordens de serviço e de tráfego, verificando o itinerário a ser seguido e os horários e o número de viagens a ser cumprido;  
Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ser alfabetizado e possuir Carteira Nacional de Habilitação Classe "B", "C" ou "D".

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo / Operacional  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Motorista de Transporte Escolar  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta  
**QUANTIDADE:** 10 **VENCIMENTO:** R\$ 673,43  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Conduzir veículos de transporte escolar.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
Conduzir veículos e realizar tarefas similares relacionadas com o transporte escolar por via rodoviária;

Vistoriar o veículo, observando a carroceria e testando freios, comandos, para certificar-se de suas condições de funcionamento;  
 Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;  
 Examinar as ordens de serviço, verificando a localização dos locais onde serão recolhidos e desembarcados os passageiros;  
 Movimentar o veículo, manipulando seus comandos e observando o fluxo do trânsito e a sinalização para conduzi-los aos locais especificados;  
 Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado;  
 Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o a garagem, para permitir a manutenção e abastecimento do mesmo;  
 Verificar as ordens de serviço e de tráfego, verificando o itinerário a ser seguido e os horários e o número de viagens a ser cumprido;  
 Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ser Alfabetizado e possuir Carteira Nacional de Habilitação Classe D.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Monitor(a) de Centro de Educação Infantil

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 40 **VENCIMENTO:** R\$ 668,41

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Executar serviços de atendimento e cuidados às crianças de 0 a 5 anos atendidas em Centros de Educação Infantil.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Servir e atender as crianças nas necessidades diárias, cuidando de sua higiene, orientando-as nas distrações, preparando-lhes a alimentação e auxiliando-as nas refeições, para garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio;

Cuidar da higiene da criança, orientando seus hábitos de higiene pessoal, para assegurar asseio e boa apresentação.

Controlar o repouso da criança, preparando-lhe a cama, ajudando-a na troca de roupa e observando horários para zelar pela saúde e bem-estar;

Determinar a limpeza dos utensílios do berçário e maternal, para assegurar a sua posterior utilização em condições de higiene;

Controlar o estoque de ingredientes para as refeições do berçário, verificando seu nível e estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias;

Executar tarefas auxiliares de atividade pedagógica colaborando com a professora para que as crianças possam garantir o pleno desenvolvimento de suas potencialidades físicas, psíquicas e sociais;

Organizar o espaço físico das dependências para que se possa efetivar o ato pedagógico, provendo o ambiente de todos os materiais didático-pedagógicos que o professor necessite;

Colaborar com o professor nas atividades de lazer ou pedagógicas que impliquem na retirada das crianças do espaço escolar garantindo a segurança e a aprendizagem nas atividades pedagógicas extra-classe;

Responsabilizar-se pelo recebimento e entrega das crianças aos portadores da rotina, registrando solicitação de medicação ou alimentação diferenciadas para o dia de atividades da criança no Centro de Educação Infantil;

Organizar suas atividades diárias em conformidade com o planejamento geral do Centro de Educação Infantil e com o planejamento do professor para que possam ser asseguradas às crianças as especificidades da Educação Infantil no que se refere às ações de cuidar, educar, brincar e interagir;

Freqüentar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas, bem como, participar ativamente do projeto pedagógico da unidade escolar para garantir o pleno direito à educação, de toda a clientela atendida;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais;  
 Participar, como convocado (a) de reunião em atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pelo pleno desenvolvimento das crianças no período em que permanecem no Centro de Educação Infantil;  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ensino Médio Completo.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Auxiliar de Biblioteca

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 01 **VENCIMENTO:** R\$ 568,14

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Disponibilizar informação nas unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; auxiliar tecnicamente a bibliotecária; disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento;; promover difusão cultural; desenvolver ações educativas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Localizar e recuperar informações; prestar atendimento personalizado; intercambiar informações e documentos; controlar circulação de recursos informacionais; prestar serviços de informação on-line; aplicar as normalizar para os trabalhos técnico-científicos. Auxiliar com o compartilhamento de recursos informacionais; desenvolver políticas de informação; operar as unidades de informação; executar os planos de atividades; aplicar políticas de funcionamento de unidades, redes e sistemas de informação; controlar segurança patrimonial da unidade, rede e sistema de informação e a conservação do patrimônio físico da unidade, rede e sistema de informação; elaborar relatórios, manuais de serviços e procedimentos; auxiliar na administração dos consórcios de unidades, redes e sistemas de informação;

Tratar tecnicamente recursos informacionais: Registrar, classificar e catalogar; auxiliar na elaboração de linguagens documentárias, resenhas e resumos; desenvolver bases de dados; efetuar manutenção de bases de dados; auxiliar no gerenciamento da qualidade e conteúdo de fontes de informação; gerar fontes de informação; auxiliar na re-formatação de suportes;

Armazenar e descartar recursos informacionais; avaliar, conservar, preservar e inventariar acervos; desenvolver interfaces de serviços informatizados; desenvolver bibliotecas virtuais e digitais e planos de conservação preventiva.

Coletar informações para memória institucional; levantamento bibliográfico e trabalhos técnico-científicos; acessar bases de dados e outras fontes em meios eletrônicos; coletar e analisar dados estatísticos;

Promover difusão cultural: Promover ação cultural, atividades de fomento à leitura, eventos culturais e atividades para usuários especiais; divulgar informações através de meios de comunicação formais e informática; organizar bibliotecas itinerantes.

Utilizar recursos de informática.

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional, e auxiliar a bibliotecária no ambiente de trabalho.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ensino Médio Completo.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Servente

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 60 **VENCIMENTO:** R\$ 568,14

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Executar serviços braçais de cozinha,



higiene e limpeza.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Executar trabalho rotineiro de limpeza em dependências públicas, realizando serviços de conservação de higiene e limpeza em móveis e instalações;

Limpar utensílios e objetos de adorno, utilizando materiais de limpeza;

Manter a higiene de banheiros e toaletes para proporcionar condições de uso;

Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeira ou incineradores;

Preparar a alimentação dos alunos em escolas e centros de educação infantil de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado;

Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação;

Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita;

Determinar a limpeza dos talhares e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos, para assegurar a sua posterior utilização, em condições de higiene;

Lavar quando necessário as vestimentas, tolhas, roupas, entre outros.

Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias;

Frequentar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas;

Participar ativamente do projeto pedagógico da unidade escolar para garantir o pleno direito à educação, de toda a clientela atendida;

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ser alfabetizado.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Vigia

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 10 **VENCIMENTO:** R\$ 568,14

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Executar trabalhos de vigilância patrimonial.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Executar Serviços de vigilância patrimonial nos prédios municipais em horários normais, noturnos, finais de semanas e feriados, respeitada a carga horária de 40 horas semanais.

Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ser alfabetizado.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo / Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Auxiliar de Serviços Gerais

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 05 **VENCIMENTO:** R\$ 568,14

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Executar serviços braçais de cozinha, higiene e limpeza.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios, prédios, dependências, escolas, escritórios e outros locais, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis utensílios e instalações, louças, toalhas, copos, vasilhames, panelas e outros para manter as condições de higiene e conservação;

Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com vasculhadores, flanelas ou vassouras apropriadas para conservar-lhes a aparência;

Limpar utensílios, como cinzeiros e objetos de adorno, utilizando pano, esponja ou outros materiais de limpeza, embebidos em água e sabão, detergentes e/ou outros produtos de limpeza, para manter a boa aparência dos locais;

Arrumar banheiros e toaletes limpando-os e reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso;

Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeira ou incineradores;

Atuar na seleção dos materiais e dejetos coletados, separando-os em orgânicos, com vistas a sua reciclagem;

Preparar a alimentação dos alunos em escolas e centros de educação infantil de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado;

Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação;

Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita;

Determinar a limpeza dos talhares e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos, para assegurar a sua posterior utilização, em condições de higiene;

Lavar quando necessário as vestimentas, tolhas, roupas, entre outros.

Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias;

Frequentar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas;

Participar ativamente do projeto pedagógico da unidade escolar para garantir o pleno direito à educação, de toda a clientela atendida;

Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ser alfabetizado.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo / Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Artes

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 09 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação, elaborar apresentação de eventos.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Atender alunos no contra turno das atividades dentro da sua área de atuação;

Elaborar apresentação de eventos;

Representar o Município em competições e eventos;

Estimular o desenvolvimento das potencialidades, artísticas, competitivas e outras atividades afins para participar de eventos;

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;

Realizar projetos para atendimento aos alunos de acordo com as séries, conteúdos e programas;

Trabalhar o uso da ferramenta digital;

Participar das formações em sua área de atuação;

Participar das reuniões pedagógicas e formações quando solicitado;

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;

Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;

Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;

Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;

Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;

Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Formação adequada ao trabalho a ser desenvolvido.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Dança

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 01 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação, elaborar apresentação de eventos.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Atender alunos no contra turno das atividades dentro da sua área de atuação;  
 Elaborar apresentação de eventos;  
 Representar o Município em competições e eventos;  
 Estimular o desenvolvimento das potencialidades, artísticas, competitivas e outras atividades afins para participar de eventos;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Realizar projetos para atendimento aos alunos de acordo com as séries, conteúdos e programas;  
 Trabalhar o uso da ferramenta digital;  
 Participar das formações em sua área de atuação;  
 Participar das reuniões pedagógicas e formações quando solicitado;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano

curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado(a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Formação adequada ao trabalho a ser desenvolvido.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Teatro

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 01 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos no contra turno das atividades dentro da sua área de atuação, elaborar apresentação de eventos.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Atender alunos no contra turno das atividades dentro da sua área de atuação;  
 Elaborar apresentação de eventos;  
 Representar o Município em competições e eventos;  
 Estimular o desenvolvimento das potencialidades, artísticas, competitivas e outras atividades afins para participar de eventos;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Realizar projetos para atendimento aos alunos de acordo com as séries, conteúdos e programas;  
 Trabalhar o uso da ferramenta digital;  
 Participar das formações em sua área de atuação;  
 Participar das reuniões pedagógicas e formações quando solicitado;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano

curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministras aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Formação adequada ao trabalho a ser desenvolvido.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Xadrez  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 01 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação, elaborar apresentação de eventos.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Atender alunos no contra turno das atividades dentro da sua área de atuação;  
 Elaborar apresentação de eventos;  
 Representar o Município em competições e eventos;  
 Estimular o desenvolvimento das potencialidades, artísticas, competitivas e outras atividades afins para participar de eventos;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Realizar projetos para atendimento aos alunos de acordo com as séries, conteúdos e programas;  
 Trabalhar o uso da ferramenta digital;  
 Participar das formações em sua área de atuação;  
 Participar das reuniões pedagógicas e formações quando solicitado;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado

pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministras aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Formação adequada ao trabalho a ser desenvolvido.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Educação Física  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 18 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministras aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;



Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena em Educação Física.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Educação Infantil

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 80 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atualizar-se em sua área de conhecimento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos, Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior

competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ensino Médio Magistério e/ou Licenciatura Plena Pedagogia.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor do Ensino Fundamental

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 110 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atualizar-se em sua área de conhecimento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos, Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ensino Médio Magistério e/ou Licenciatura Plena Pedagogia.

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo/Operacional

CATEGORIA FUNCIONAL: Professor do Ensino Fundamental - Inclusão

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Vinte

QUANTIDADE: 20 VENCIMENTO: R\$ 593,50

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atualizar-se em sua área de conhecimento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos, Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;

Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;

Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;

Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;

Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;

Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;

Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;

Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;

Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;

Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);

Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;

Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;

Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;

Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;

Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;

Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;

Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;

Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;

Zelar pela aprendizagem do aluno;

Zelar pela disciplina e pelo material docente;

Participar de reuniões e formações pedagógicas.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Médio Magistério e/ou Licenciatura Plena Pedagogia.

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo/Operacional

CATEGORIA FUNCIONAL: Professor do Ensino Fundamental - Programa de Atendimento de Dificuldades de Aprendizagem - PADA

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Vinte

QUANTIDADE: 20 VENCIMENTO: R\$ 593,50

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atualizar-se em sua área de conhecimento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos, Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;

Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;

Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;

Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;

Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;

Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;

Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;

Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;

Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;

Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;

Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);

Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;

Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;

Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;

Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;

Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;

Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;

Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;

Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;

Zelar pela aprendizagem do aluno;

Zelar pela disciplina e pelo material docente;

Participar de reuniões e formações pedagógicas.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Médio Magistério e/ou Licenciatura Plena Pedagogia.

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Operacional

Cargo: Professor de Inclusão com habilitação em libras e braile

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Vinte

QUANTIDADE: 02 VENCIMENTO: R\$ 593,50

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Atender alunos com deficiências visuais.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

Atualizar-se em sua área de conhecimento;

Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;

Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores



específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos deficientes visuais;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Graduação na área de educação com certificação em Libras.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo/Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Informática

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 11 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atualizar-se em sua área de conhecimento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos, Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Montar sites para a secretaria de educação;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Realizar projetos para atendimento aos alunos de acordo com as séries, conteúdos e programas;  
 Trabalhar o uso da ferramenta digital;  
 Participar das formações em sua área de atuação;  
 Participar das reuniões pedagógicas e formações quando solicitado;  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Técnico em Informática a Nível Médio.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Inglês

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 10 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;

Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena em Letras.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Cultura Religiosa  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 02 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;

Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Habilitação ou Curso na área específica.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Ciências  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 06 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministrar aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Habilitação em Curso Superior na respectiva área.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Geografia  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte

**QUANTIDADE:** 06      **VENCIMENTO:** R\$ 593,50  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministras aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena em Geografia.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de História  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 06      **VENCIMENTO:** R\$ 593,50  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;

Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministras aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena em História.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Língua Portuguesa  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 08      **VENCIMENTO:** R\$ 593,50  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;



Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministras aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena em Língua Portuguesa.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Matemática  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Vinte  
**QUANTIDADE:** 08 **VENCIMENTO:** R\$ 593,50  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministras aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;

Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena em Matemática.

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Superior  
**CATEGORIA FUNCIONAL:** Professor de Educação Física  
**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Trinta  
**QUANTIDADE:** 01 **VENCIMENTO:** R\$ 1.068,30  
**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Atender alunos nas atividades dentro da sua área de atuação.  
**DESCRIÇÃO DETALHADA:**  
 Atualizar-se em sua área de conhecimento;  
 Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;  
 Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;  
 Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;  
 Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;  
 Cooperar com os serviços dos Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola;  
 Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer;  
 Cumprir com os horários pré-determinados pela escola;  
 Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;  
 Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menos rendimentos;  
 Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;  
 Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente;  
 Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor;  
 Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade;  
 Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);  
 Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;  
 Ministras aulas e orientar a aprendizagem dos alunos;  
 Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;  
 Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;  
 Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos;  
 Planejar, ministrar aulas e orientar aprendizagem;  
 Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino;  
 Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;  
 Zelar pela aprendizagem do aluno;  
 Zelar pela disciplina e pelo material docente;  
 Participar de reuniões e formações pedagógicas.  
**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Licenciatura Plena em Educação Física.

#### ANEXO V NÍVEL DE PROGRESSÃO DOS PROFESSORES

NÍVEL	10 HORAS	20 HORAS	30 HORAS	40 HORAS
I	R\$ 296,75	R\$ 593,50	R\$ 890,25	R\$ 1.187,00
II	R\$ 356,10	R\$ 712,20	R\$ 1.068,30	R\$ 1.424,40
III	R\$ 391,71	R\$ 783,42	R\$ 1.175,13	R\$ 1.566,84

IV	R\$ 427,32	R\$ 854,64	R\$ 1.281,96	R\$ 1.709,28
V	R\$ 462,93	R\$ 925,86	R\$ 1.388,79	R\$ 1.851,72

**Convênio Nº 016/2011**

MINUTA DE CONVÊNIO No 016/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO BELO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR

Aos três dias do mês de outubro de 2011, o Município de Porto Belo, estabelecido na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, Centro, Porto Belo - SC, nº 2.500, Centro, Porto Belo - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.575.812/0001-20, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito, ALBERT STADLER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Dr. Orlando Pereira, nº 445, Centro, Porto Belo - SC, portador da Carteira de Identidade no 1.927.269-3, expedida pela SSP/SC e do CPF nº 716.057.469-91, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt, no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP representada por seu Secretário, CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 539318, expedida pela SSP/SC e do CPF no 37656899987, doravante denominada PMSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre a SSP e o MUNICÍPIO, para instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de central de monitoramento com 10 (dez) câmeras de vídeo no Município de Porto Belo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei no 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar no 284 de 28 de fevereiro de 2005, no Decreto 307, 04 de junho de 2003 e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal no 1.938, de 19 de setembro de 2011.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO**

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I. Opinar sobre projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de monitoramento urbano no Município de Porto Belo/SC;

II. Repassar o montante de R\$ 98.450,00 (noventa e oito mil quatrocentos e cinquenta reais), à SSP SC, até 60 (sessenta) dias após a assinatura do convênio;

III. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de monitoramento urbano do Município de Porto Belo/SC, após período de garantia;

IV. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de monitoramento, pela rede multimídia necessária e pelos custos decorrentes da ampliação;

V. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de monitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores (guarda municipal ou controlador de trânsito).

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC**

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de monitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Porto Belo/SC;

II. Realizar a aquisição, coordenação e instalação do sistema de monitoramento urbano conforme cláusula primeira;

III. Realizar a contratação da rede multimídia para transmissão das imagens do sistema de monitoramento urbano;

IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de monitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Guarnição Especial de Porto Belo, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito, em nome do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 6 (seis) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA**

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO**

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto Belo, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

ALBERT STADLER

Prefeito do Município de Porto Belo

CESAR AUGUSTO GRUBBA

Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO

Comandante Geral da Polícia Militar

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:



# Porto União

## PREFEITURA

### Decreto Nº 676/2011

DECRETO Nº 676, de 1º de novembro de 2011.

Dispõe sobre Aposentadoria Por Idade com Proventos Proporcionais ao Tempo de Contribuição.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inciso III, letra "b", da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inciso II, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

#### DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Servidora Pública Municipal Sra. ANATALIA HESSA PITZ, portadora do RG nº 10ª R - 328.134 SSP SC e CPF nº 028.861.309-07, no Cargo de Provimento Efetivo em Extinção de Agente Comunitário de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA

Presidente do IMPRESS

### Decreto Nº 677/2011

DECRETO Nº 677, de 1º de novembro de 2011.

Dispõe sobre exoneração.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º EXONERA NATALLI SUARETZ, do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Processos de Vigilância em Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Decreto Nº 678/2011

DECRETO Nº 678, de 03 de novembro de 2011.

Dispõe sobre nomeação.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.902, de 15 de julho de 2011,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA NATALLI SUARETZ, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Financeiro da Saúde, Símbolo CO, previsto no Anexo IV da Lei Municipal nº 3.902, de 15 de julho de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Processo Licitatório 097/2011 Revogação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatorio 097/2011 REVOGAÇÃO

Pregão Presencial 058/2011

Revoga-se o aludido processo licitatorio com base no art 49 da lei 8.666/93. Porto União SC, 04 de Novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Edital de Alteração - Pregão Presencial 52/2011 FMS

EDITAL DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 52/2011 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que fica alterado e passa a vigorar com os seguintes dizeres o Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 52/2011 - FMS, permanecendo inalteradas todas as demais cláusulas do edital, inclusive a data e hora de abertura.

Fica excluído o item 8.1.1, letra A do edital.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2011.

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

### Contrato 05/2011 DVCAA

CONTRATO Nº. 005/2011, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO A DRª. DANIELA HOBUS, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM

CONSULTAS MÉDICAS, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº 17/2011.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sueli Teresinha de Oliveira, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, DANIELA HOBUS, inscrita no CPF sob o nº 036.543.259-80, residente no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, de serviço técnico especializado em CONSULTAS MÉDICAS/ ATENDIMENTOS EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, conforme detalhamento abaixo, aos usuários do Sistema Único de Saúde, de acordo com os princípios e normas gerais do Ministério da Saúde que delas necessitem e dentro dos limites fixados pelo MUNICÍPIO.

Descrição	Consultas Mês	Valor Uni- tário
Consulta Médica em Ginecologia e Obstetrícia	200	18,00

Parágrafo Único – O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira, será executado pelo profissional DANIELA HOBUS inscrito (a) no CPF nº 036.543.259-80, com registro no conselho respectivo sob o nº CRM-SC 14134, a desempenhar suas atividades na unidade de saúde POLICLÍNICA da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, sito a rua Tuiuti nº 154-Centro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo – O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde – SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional e equipamento necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único – O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I – Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;
- II – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III – Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV – Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente prestados/realizados por ele durante o mês, ao valor unitário de R\$ 18,00 (DEZOITO REAIS).

Parágrafo Único – A alteração do limite financeiro poderá ser efetuada, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato, correrão no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.095 – BLATB – PAB FIXO – AÇÕES BÁSICAS

Parágrafo Primeiro – O Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria Ministerial nº 2.801/98 e Portaria Ministerial nº 1.286/93 é o órgão interveniente pagador responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato, correspondentes aos procedimentos e valores incluídos na tabela de remuneração do Ministério da Saúde – SIA/SUS.

Parágrafo Segundo – Nos exercícios futuros, as despesas correrão a conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

- I – O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle e Avaliação até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;
- II – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;
- III – As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.
- IV – O pagamento será feito mediante a apresentação da nota

fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

#### CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados. Parágrafo Primeiro – Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo – A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto – Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro – O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo – Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro – Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro – O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo – Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a

população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro – Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses. A partir de então, a renovação será anual, desde que haja interesse e manifestação das partes, mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios -DOM/SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2011.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

DANIELA HOBUS

Profissional Médica CRM 14134

Testemunhas:

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 086/2011

DECRETO N. 086/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

Decreta Ponto Facultativo.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e pelos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 14 de Novembro de 2011, (segunda-feira), em todas as repartições públicas municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 07 de novembro de 2011.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO  
SECRETÁRIO GERAL DE PLANEJAMENTO

#### **Portaria Nº. DP0390/2011**

PORTARIA Nº. DP0390/2011

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. LUIZ PERETI, pelo período de 180 dias a contar de 10/08/11, conforme atestado médico parte integrante da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo do mês de agosto de 2011, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 26 de Outubro de 2011.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum  
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

#### **Portaria Nº. DP0391/2011**

PORTARIA Nº. DP0391/2011

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. DALMIR ZIMMER, pelo período de 90 dias a contar de 29/10/11, conforme atestado médico parte integrante da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 31 de Outubro de 2011.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum  
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

#### **Portaria Nº. DP0392/2011**

PORTARIA Nº. DP0392/2011

"Autoriza a Averbação de Certidão de tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais da servidora, detentora da matrícula nº56 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Saúde, e dá outras providências."

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais:

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º. Autorizar a Averbação nos assentamentos funcionais dos períodos de 01/09/77 a 22/06/85 e 01/07/85 a 30/03/90 a constar da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, para fins de concessão de aposentadoria/abono de permanência.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 31 de Outubro de 2011.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum  
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

#### **Portaria Nº. DP0393/2011**

PORTARIA Nº. DP0393/2011

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sra. SILVANA PEDROZO CESCA, pelo período de 90 dias a contar de 26/07/10, conforme atestado médico parte integrante da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo do mês de Julho de 2011, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 31 de Outubro de 2011.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBaum  
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

## **Santa Terezinha do Progresso**

### **PREFEITURA**

#### **Edital de Chamamento N. 030/2011**

EDITAL DE CHAMAMENTO N. 030/2011

ITACIR DETOFOL, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, no uso das atribuições do seu cargo, Especialmente nos termos da Lei Orgânica do Município e do Edital de Concurso Público nº 002/2010 torna publico ao Senhor LUIZ CARLOS DALLA

CORTE que se encontra aberta a Vaga de Operador de Máquinas Agrícolas, para contratação em Caráter Efetivo, regendo-se pelas normas do Edital de Concurso Público nº002/2010.

#### CAPITULO ÚNICO

I. Avaga destina-se ao cargo/função de Operador de Máquinas Agrícolas 40 horas semanais, devendo ser preenchida por candidato classificado no Edital de Concurso Público nº 002/2010.

II. Estipula-se o prazo de 05 dias, a partir da publicação deste para o comparecimento da pessoa antes mencionada.

III. O não comparecimento da pessoa convocada autoriza o Município de Santa Terezinha do Progresso a contratar o próximo classificado no referido Edital de Concurso Público, e caso não compareça nenhum dos classificados o Município está autorizado a realizar novo chamamento.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso, Em 04 de Novembro de 2011.

ILENIR PEDRINHO SECCHI

Prefeito Municipal

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.302, de 07 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.302, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

Determina a anulação do Processo Licitatório nº 133/2011 - Modalidade Tomada de Preços nº 013/2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 133/2011, Modalidade Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 013/2011 foi lançado equivocadamente, ante a ausência de projetos técnicos de engenharia e que tal irregularidade impede o trâmite do Processo Licitatório supramencionado;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 133/2011, Modalidade Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 013/2011, cujo objeto consiste na "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de reparos na pavimentação asfáltica em C.B.U.Q., com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, sendo: serviços de lavagem da pista existente, com jato d'água alta pressão; pintura de ligação com RR-2C à taxa de 0,60 L/M²; reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q (esp. Média 3cm) com utilização de motoniveladora; capa asfáltica com utilização de rolo de pneus".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### Extrato do Convênio Nº 016, de 03 de Novembro de 2011.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 016, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011. Origem: artigo 55, XXIX, da Lei Orgânica Municipal e artigo 1º, da Lei nº 1.963, de 10 de outubro de 2011.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 86.223.864/0001-98.

Objeto: transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), para aquisição de 01 (um) aparelho de anestesia, à Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data da assinatura: 03/11/2011.

Data de vigência: Da data da assinatura até 31/12/2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges, Prefeito Municipal - pelo Conveniado e Domingos Gava - pela Conveniada.

#### Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 397/2009 -CASAN

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 397/2009 -CASAN

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste - CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN - CNPJ nº 82.508.433/0001-17.

Objeto: Ajustar a prorrogação do prazo de vigência do Convênio para arrecadação da taxa de coleta de lixo na fatura de água/esgoto, pelo período de 450 dias corridos, a partir de 08/10/2011, de acordo com o estabelecido na Quinta Instrumento Principal.

Data da assinatura: 05 de outubro de 2011.

Vigência: A vigência do presente convênio será de 450 dias corridos, contados a partir de 08/10/2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - Dalírio José Beber e Antônio Varela do Nascimento - pelo Conveniado.

## Schroeder

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Deserta e Repetição Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 60/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 60/2011-PMS

PROCESSO Nº. 160/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 04 de novembro de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201,



Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min, visando o REGISTRO DE PREÇO para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de caixa de captação pluvial sifonadas localizados aos bordos dos acostamentos ou meio-fios da malha viária urbana do Município de Schroeder/SC, de acordo com o projeto, memorial descritivo, parte integrante neste instrumento convocatório, no período de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial Registro de Preço nº. 60/2011-PMS, realizar-se-á em 23 de novembro de 2011, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 04 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços No 67/2011 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 67/2011 - PMS

PROCESSO Nº. 148/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para divulgação de eventos para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de novembro de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 25 de novembro de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 08 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços No 68/2011 - PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS No 68/2011 - PMS

PROCESSO Nº. 149/2011-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: aquisição de galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de novembro de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 28 de novembro de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 08 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

#### **Suspensão da Abertura da Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 14/2011-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/SC

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

SUSPENSÃO DA ETAPA DE LANCES

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2011-FMS

PROCESSO Nº. 24/2011-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO DA ETAPA DE LANCES , marcada para dia 09 de novembro de 2011 as 09h, da licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº. 14/2011-FMS, Processo nº. 24/2011-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, para análise técnica das propostas apresentadas.

Schroeder, 07 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 165/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
 89275-000 - SCHROEDER - SC  
 e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 165/2011-PMS  
 Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 58/2011 - PMS - Processo de licitação nº. 136/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Luva de Correr ALONGADA, 500 mm, fabricada por processo de injeção a partir de PVC Rígido 6,3, PN 1,0 MPa, extremidades com Bolsas para Junta Elástica, com anéis de vedação de borracha, conforme com as normas da ABNT NBR 5647:2004 - Partes 1 e 2 e respectivas referências normativas das mesmas, DN 100/DE 110. ( 500MM)	25	Peça	16,11	402,75
02	LUVA SOLDÁVEL PVC 25MM	300	Peça	0,18	54,00
03	JOELHO SOLDAVEL PVC 25 mm	200	Peça	0,17	34,00
04	JOELHO SOLDAVEL PVC 25 mm X 3/4	200	Peça	0,77	154,00
06	LUVA SOLDÁVEL PVC 32mm.	150	Peça	0,58	87,00
07	LUVA 3/4 ROSCA INTERNA BRANCA PVC	300	Peça	0,47	141,00
08	TE DE PVC SOLDAVEL 25mm	200	Peça	0,28	56,00
10	TUBO DE POLIETILENO PE 80 ramal predial, azul, 20mm em bobinas de 100m, fabricação conforme as Normas DIN 8074 e ISO 4427.	3.000	Metros	1,73	5.190,00
13	TÊ REDUÇÃO BBB JE F.F. X PBA 200 mm X 150 mm	5	Peça	225,12	1.125,60

14	TÊ REDUÇÃO BBB JE F.F. X PBA 200 mm X 110 mm	2	Peça	194,95	389,90
15	FURADEIRA AZUL PARA LIGAÇÃO RAMAL PREDIAL PE	4	unidades	180,00	720,00
19	Tubo soldável PVC 25 mm	240	Metros	1,24	297,60
TOTAL R\$					8.651,85

Data da Assinatura: 04/11/2011 - Vigência: 04/11/2012  
 Valor do contrato: R\$ 8.651,85 (Oito mil e seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

FELIPE VOIGT  
 Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 166/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
 Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
 89275-000 - SCHROEDER - SC  
 e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 166/2011-PMS  
 Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 58/2011 - PMS - Processo de licitação nº. 136/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ELSTER MEDIÇÃO DE AGUA S.A, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.581.509/0001-45, estabelecida na Avenida Lincoln Alves dos Santos, nº 944, Distrito Industrial, Cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, CEP: 39404-005.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Hidrômetro 3/4 multijato, transmissão magnética DN 3/4", com Vazão Nominal (Qn) de 1,5 m3/h e vazão máxima (Qmax) de 3,0 m3/h, com pintura de resina epóxi eletrostática, com mecanismos internos confeccionados com plásticos, com eixos de aço inox retificados, visor da relojoaria com inclinação de 45° graus.	500	Peça	44,90	22.450,00
TOTAL R\$					22.450,00

Data da Assinatura: 04/11/2011 - Vigência: 04/11/2012  
 Valor do contrato: R\$ 22.450,00 (Vinte e dois mil e quatrocentos e cinquenta reais).

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 167/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 167/2011-PMS  
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 58/2011 - PMS - Processo de licitação nº. 136/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PORTOBRAS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.859.556/0001-51, estabelecida na Rua Érico Veríssimo, nº 1974, Santa Mônica, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 31515-210.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
11	Luva de Correr, fabricada por processo de injeção a partir de PVC JEI Rígido 6,3, PN 1,0 MPa, extremidades com Bolsas para Junta Elástica, com anéis de vedação de borracha, conforme com as normas da ABNT NBR 5647:2004 - Partes 1 e 2 e respectivas referências normativas das mesmas, DE 200. (Defofo).	15	Peça	64,60	969,00
12	ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO DAS EXTREMIDADES 3/4	2.000	Peça	0,12	240,00
17	Registro chato de F.F c/ bolsa, JE com cabeçote para tubo de PVC/ PBA DN 100mm DE 110MM, com cunha de borracha - NBR-14968	5	Peça	485,44	2.427,20
18	Anel de borracha para vedação das extremidades 1/2	500	Peça	0,12	60,00
20	CAP DEFOFO JGI 150mm	5	Peça	47,95	239,75
TOTAL R\$					3.935,95

Data da Assinatura: 04/11/2011 - Vigência: 04/11/2012  
Valor do contrato: R\$ 3.935,95 (três mil e novecentos e trinta e

cinco reais e noventa e cinco centavos).

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº. A18/2011 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A18/2011 - FMS  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2011 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.372.108/0001-65, estabelecida na Rua Prof. Jacob Ineichen, nº 6607, Bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.069-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Marcos Edwin Mey, inscrito no CPF sob nº 506.758.509.91 e portador da carteira de identidade nº 1.192.132.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 04/2011-FMS, celebrado em 28 de janeiro de 2011, proveniente da Dispensa de Licitação nº. 03/2011-FMS, Processo nº. 04/2011-FMS, para de entidade para tratamento de dependentes em substâncias psicoativas (álcool e outras drogas) para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, regido Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições enunciadas.

Considerando que é possível a prorrogação do respectivo contrato, em razão da expressa disposição contratual inserta na cláusula 12.2 do contrato nº 4/2011-FMS, conforme parecer da Procuradoria Municipal;

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para o período de 12 meses, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), devido a empresa ter oferecido ao dependente uma estrutura de apoio em termos físicos e de acompanhamento integral/terapêutico, visando transmitir-lhe, bem como envolvê-lo na elaboração de recursos que o viabilizem novamente como um ser social e autônomo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 1, aditivada a quantidade de 12 meses, no valor de R\$ 900,00, totalizando R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) e Cláusula Quarta (do valor do contrato), para o valor total de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Décima Segunda (da vigência) no item 12.1 do contrato nº 04/2011-FMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato em 12 (doze) meses, conforme faculta a legislação vigente.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 04/2011-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que



produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de novembro de 2011.

CONTRATADA:

CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE

Marcos Edwin Mey

CPF nº 506.758.509.91

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

### Edital de Praça Nº 03/2011

EDITAL DE PRAÇA Nº 03/2011

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, e o Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, senhor DENÍLSON WEISS em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a Pavimentação Asfáltica das Ruas Leopoldo Fiedler, perfazendo a área total de 5.385,26m² e Guilherme Zerbin, perfazendo a área total de 3.960,75m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

#### I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada as seguintes ruas:

Ruas Leopoldo Fiedler, perfazendo a área total de 5.385,26m² e Guilherme Zerbin, perfazendo a área total de 3.960,75m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

#### II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS LEOPOLDO FIEDLER E GUILHERME ZERBIN

##### APRESENTAÇÃO

O presente memorial poderá ser encontrado na sua íntegra no Setor de Recursos Materiais, junto ao Processo de Licitação nº 125/2010, Tomada de Preço nº07/2010.

Esse memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços que foram realizados na execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES nas RUAS LEOPOLDO FIEDLER E GUILHERME ZERBIN, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

##### NORMAS GERAIS DE TRABALHO

##### GENERALIDADES

##### ABREVIATÕES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir

indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

##### TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

##### CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica,

telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

#### MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

#### RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como



projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

#### SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

#### ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

##### OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

##### MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

##### EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

##### EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados,

de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

##### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

##### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

##### REFORÇO DO SUB-LEITO

##### GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

##### MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC <sup>3</sup> 60% e com expansão máxima de 1%.

##### EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;  
carro-tanque distribuidor de água;  
rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;  
grade de discos;  
entre outros.

#### EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

#### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas :  $\pm 0,02$  m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico :  $\pm 5\%$  da espessura do projeto.

#### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### PAVIMENTAÇÃO

##### REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

##### MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

##### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

#### EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

#### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

$\pm 2$  cm em relação as cotas de projeto;

$\pm 5$  cm quanto a largura da plataforma.

#### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

S

#### UB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

##### MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

##### EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

#### EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

#### INSPEÇÃO

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de  $\pm 2\%$  em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m<sup>2</sup> de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação,  $GC > 100\%$ , serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

$\pm 10\text{cm}$ , quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

$\pm 10\%$ , quanto a espessura do projeto da camada.

##### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

##### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

##### BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

###### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

##### MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos:

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS	F A I X A				
	Mm	A	B	C	D

2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características: presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

##### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base:

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

##### EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado  $\pm 2\%$ .

##### CONTROLE

###### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

$\pm 10\text{ cm}$ , quanto à largura da plataforma;



até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de  $\pm 2$  cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

#### MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### IMPRIMAÇÃO

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado; promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

##### MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m<sup>2</sup>, conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

##### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

##### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

#### MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### PINTURA DE LIGAÇÃO

##### OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

##### MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m<sup>2</sup>.

##### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.



O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

#### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

#### MEDICÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

#### CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

##### OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

#### MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

#### LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

#### AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres

de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

#### AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

#### MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

#### MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

#### COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada	% passando, em peso das faixas				
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %	4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%	
	Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento		

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 – 4,5	2,0 – 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

#### DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

#### DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

#### USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão  $\pm 1$  °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de  $\pm 5$  °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de  $\pm 5\%$ ) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

#### CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

#### EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura

requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

#### EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm<sup>2</sup> a 8,4kgf/cm<sup>2</sup> (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

#### EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de  $25 \pm 3$ . A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

#### PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

#### TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

#### DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de  $140 \pm 15$  segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de  $40 \pm 5$ , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento

sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

#### ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

#### INSPEÇÃO

##### LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

##### AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m<sup>3</sup> (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

##### CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo,  $\pm 0,3\%$ , da fixada no projeto.

##### CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

##### CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de  $\pm 5$  °C das temperaturas especificadas.

##### TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de  $\pm 5$  °C.

##### CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

##### ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de  $\pm 5\%$  em relação as espessuras de projeto.

##### ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder  $\pm 5$  cm.

##### ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

##### CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

##### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m<sup>3</sup> através da mistura efetivamente aplicada na pista.

##### PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

##### DRENAGEM PLUVIAL

###### OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:



Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

#### MATERIAL

##### TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

##### MATERIAL DE REJUNTAMENTO

###### Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m<sup>2</sup>.

###### Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

##### MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

##### EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carrocera fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

##### EXECUÇÃO

###### GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

###### As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retallo de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

###### BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

###### CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e



devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

**Sarjetas Revestidas de Concreto**

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o

lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apilado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

**INSPEÇÃO**

**CONTROLE DA EXECUÇÃO**

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

**CONTROLE GEOMÉTRICO**

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de  $\pm 10\%$  em relação à espessura de projeto.

**CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

**PAGAMENTO**

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

**SINALIZAÇÃO VIÁRIA**

**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL**

**OBJETIVO**

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

**DEFINIÇÃO**

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:  
**Sinalização horizontal** - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

**Sinalização vertical** – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL****CONDIÇÕES GERAIS**

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

**MATERIAL**

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos.

No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:  
tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua

aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

**Materiais Termoplásticos**

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

**Microesferas de Vidro**

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação,

fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm<sup>3</sup> e 2,6g/cm<sup>3</sup>, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

#### Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

#### Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

#### SINALIZAÇÃO VERTICAL

#### CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, ( Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito ) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo

especificadas:

#### MATERIAL

1.1 Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m <sup>2</sup> )	Vermelha (Cd/lux/m <sup>2</sup> )
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

#### Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

#### III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

Planilha Custo - RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIM

#### CONTRATO Nº 184/2010

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
RUA LEOPOLDO FIEDLER = 507,00 METROS					

1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra (1,50 x 3,00 m)	unid	1,00	663,00	663,00
SUBTOTAL	663,00				
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	750,00	6,63	4.972,00
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	920,00	27,20	25.024,00
2.3	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado	m³	570,00	20,00	11.400,00
2.4	Caixa coletora com grelha de Ferro tipo CA-1	unid	32,00	233,75	7.480,00
2.5	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm	unid	18,00	425,00	7.650,00
SUBTOTAL	56.526,00				
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (507,00m x (2,5m+2,5m) x 0,30m)	m³	761,00	6.63	5.045,43
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	761,00	20,00	15.220,00
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	761,00	3.53	2.686,33
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m	m³	1.350,00	20,00	27.000,00
SUBTOTAL	49.951,76				
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	5.385,25	1,53	8.239,43
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	538,53	69,70	37.535,54
4.3	Imprimação com CM 30	m²	5.385,25	2.64	14.216,40
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	5.385,25	1,05	5.654,51

4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	196,55	386,75	76.015,71
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	36,36	386,75	14.062,23
SUBTOTAL	155.723,83				
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	975,30	15,00	14.629,50
5.2	Meio fio pré moldado para travamento dos entroncamentos em active	m	42,00	15,00	630,00
5.3	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (975,3m x 0,20m x 2,00m)	m³	390,12	8,08	3.152,17
SUBTOTAL	18.411,67				
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	300,00	16,15	4.845,00
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,43	281,78	121,17
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	10,00	178,12	1.781,20
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R-19 " 40 Km/h" + Suporte - (Instalada)	unid	2,00	127,38	254,76
SUBTOTAL	7.002,13				
TOTAL GERAL	288.278,88				

## Planilha Custo da Obra - RUA GUILHERME ZERBIN

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
------	---------------	-------	--------	-------------------	-------------------



RUA GUI-LHERME ZERBIN = 390,00 METROS					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra (1,50 x 3,00 m)	unid	1,00	663,00	663,00
SUBTOTAL	780,00				
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	1.000,00	6,63	6.630,00
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	590,00	27,20	16.048,00
2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm	m	209,00	62,90	13.146,10
2.4	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado	m³	654,00	20,00	13.080,00
2.5	Dreno profundo com brita nº. 2 e manta geotêxtil = (175,00m x 0,50m x 0,70m)	m	175,00	55,25	9.668,75
2.6	Caixa coletora com grelha de Ferro tipo CA-1	unid	26,00	233,75	6.077,50
2.7	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm	unid	5,00	425,00	2.125,00
SUBTOTAL	66.775,35				
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (390,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	975,00	6,63	6.464,25
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	975,00	20,00	19.500,00
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	975,00	3,53	3.441,75
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m	m³	990,20	20,00	19.804,00

SUBTOTAL	49.210,00				
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	3.960,75	1,53	6.059,95
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	396,08	69,70	27.606,78
4.3	Imprimação com CM 30	m²	3.960,75	2,64	10.456,38
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	3.960,75	1,05	4.158,79
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	139,68	386,75	54.021,24
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	29,18	386,75	11.285,37
SUBTOTAL	113.588,50				
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	755,70	15,00	11.335,50
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (755,7m x 0,20m x 2,00m)	m³	302,28	8,08	2.442,42
	13.777,92				
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	245,00	16,15	3.956,75
6.2	Sinalização vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,14	281,78	39,45

6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 " Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	2,00	178,12	356,24
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R-19 " 40 Km/h" + Suporte - (Instalada)	unid	2,00	127,38	254,76
SUBTOTAL	4.607,20				
TOTAL GERAL	248.621,97				

BDI de 30%

ADITIVO CONTRATUAL Nº A38/2011

Planilha Custo da Obra - RUA GUILHERME ZERBIN

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
RUA GUILHERME ZERBIN					
1	TERRAPLENAGEM				
1.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (390,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m)	m³	1283,40	6,63	8.508,94
1.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	1283,40	20,00	25.668,00
TOTAL	34.176,94				

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

TOTAL DO CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIN

CONTRATO Nº 184/2010	536.900,85
ADITIVO CONTRATUAL NºA38/2011	34.176,94
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 571.077,79

IV - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIS DOS IMÓVEIS ANTES DA OBRA REALIZADA DA RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIN

TRECHO RUA LEOPOLDO FIEDLER		
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
45	DARIO PRETI	48.422,10
43	CELITA ELVIRA PERSCH	16.255,46
46	HELMIRO HERBERTO EICHENBERGER	32.916,69

47	IVANIR PALOSCHI E ROSANE MAIRA MARTINS PALOSCHI	26.992,43
3371	NEIMIR DALLE CORT	8.507,38
3462	MARCIO ADRIANO SABINO	8.742,04
3460	ORLINDO JULIO QUILANTE	19.898,03
3459	PREFEITURA MUNICIPAL	12.955,83
3458	EMANOEL DE BRITO DE FREITAS	17.559,96
3457	SILVANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	37.346,14
3445	MARIO NESTOR SCHMIDT	21.112,05
3443	JAISSON SAQUETTE	22.993,40
3426	ERICO BORRINELLI	19.509,85
3404	ODECIO POSSAMAI	29.433,62
3400	VALMIR FUCK	18.961,70
3399	DINEIA GISELE KOSTETZER	33.981,74
3396	AMILTON ALDO DOS SANTOS	7.406,11
151	IVO ULLMANN	21.423,92
152	VALMIR FUCK	55.889,70
	TOTAL	460.308,15
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
149	ORLANDO TECILLA	10.286,73
3513	MARIANE FIEDLER	21.533,44
3384	PIA PAULA BERCHTOLD	36.946,71
3401	ALMIR SERGIO SAQUETTE	10.392,76
3390	ALZIRA MEIDLER	26.078,80
3387	VALDEMIRO NEITSCH	15.903,69
3428	JACKSON PRUST E ESPOSA	7.178,10
3441	GERALDO PRUST	43.635,83
3442	JACKSON PRUST E ESPOSA	9.720,93
3487	LEANDRO DIONEI KLEI	9.511,53
3488	JOSE ALBERTO EICK	34.263,97
3489	MATIAS FIPKE	26.267,32
3508	CRISTIAN WILI WOHLFAHRT	27.165,92
3509	AMALIA CLEUSA DE OLIVEIRA MARTINS	22.477,51
3510	FRIDOLINO SCHONWALD	6.397,59
3512	EDEMAR ZENKNER	45.019,75
4583	EDEMAR ZENKNER	6.482,89
4584	ERNI WALTER SEIBERT	6.482,89
4585	BRUNO POMMERENING	21.914,31
4586	CRISTIANE FINKLER LAVAQUI	24.406,20
4582	EVANDRO JOSE PASQUALI	20.291,99
	TOTAL	432.358,86

RUA GUILHERME ZERBIN		
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
3099	NELSI RODRIGUES (ESPOLIO)	32.472,59
3101	SERGIO PAULO JACOBY	12.795,18
3104	HERBERT ZERBIN	16.440,49
3105	JOAO CARLOS ZAVAZKI	29.751,46
3108	JOSE MAURO SCHAPPO	23.261,18
3109	ARILDO MATEUS DE SOUZA	5.971,09
3281	ARILDO MATEUS DE SOUZA	5.971,09
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	28.170,58
3138	ERNANI FINTA	20.904,41
3140	JONAS VALNEI WELKE	31.401,02
3142	JOSE MAURO SCHAPPO	16.165,17
3143	JACYR JEFERSON POPENDA e IONIMARA BONI	31.400,69
3144	JANDIR BRUCK	28.295,24
3145	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	6.184,34
3146	ISABEL BOLOMINI	18.956,48
3147	JOCENEI PAULI TAFARREL	40.126,69
3148	GERALDO PRUST	18.784,69
3150	ROSELI FATIMA DOS-SANTOS CASTELAN	28.414,46
3151	CLEIDE GONÇALVES DE JESUS DAL PRÁ	6.184,34
3152	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	35.758,78
3153	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	35.758,78
	TOTAL	473.168,75
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
9560	HELMUTH ZERBIN	12.123,95
9561	HELMUTH ZERBIN	31.411,61
4965	HELMUTH ZERBIN	6.450,90
4966	HELMUTH ZERBIN	6.450,90
4967	MARCOS ROBERTO GASCHO	9.340,48
52	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	6.984,04
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	6.984,04
50	AYRTON MOSIMANN JUNIOR	13.968,07
49	EDSON VALDIR SCHUMACKER	6.984,04
48	ELAINE NARDI GUAREZIBERRI	6.525,54

4582	EVANDRO JOSÉ PASQUALI	20.291,99
45	DARIO PRETTI	48.422,10
4806	GILBERTO PAULO SALOMON	10.852,29
	TOTAL	186.789,95

#### V – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução das obras em questão, após análise da Comissão, tiveram a seguinte valorização:

#### RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIS APÓS A OBRA REALIZADA RUA LEOPOLDO FIEDLER E RUA GUILHERME ZERBIN

##### RUA LEOPOLDO FIEDLER

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
45	DARIO PRETI	55.143,10	6.721,00
43	CELITA ELVIRA PERSCH	22.670,96	6.415,50
46	HELMIRO HERBERTO EICHENBERGER	39.332,19	6.415,50
47	IVANIR PALOSCHI E ROSANE MAIRA MARTINS PALOSCHI	33.407,93	6.415,50
3371	NEIMIR DALLE CORT	17.110,26	8.602,88
3462	MARCIO ADRIANO SABINO	14.286,87	5.544,83
3460	ORLINDO JULIO QUILANTE	24.514,14	4.616,11
3459	PREFEITURA MUNICIPAL	20.898,83	7.943,00
3458	EMANOEL DE BRITO DE FREITAS	23.254,48	5.694,52
3457	SILVANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	43.074,27	5.728,13
3445	MARIO NESTOR SCHMIDT	27.008,20	5.896,15
3443	JAISSON SAQUETE	28.309,10	5.315,70
3426	ERICO BORRINELLI	25.406,00	5.896,15
3404	ODECIO POSSAMAI	35.329,77	5.896,15
3400	VALMIR FUCH	24.277,40	5.315,70
3399	DINEIA GISELE KOSTETZER	39.877,89	5.896,15
3396	AMILTON ALDO DOS SANTOS	15.443,82	8.037,71
151	IVO ULLMANN	36.698,92	15.275,00
152	VALMIR FUCH	69.331,70	13.442,00
		595.375,81	135.067,66
	TOTAL		
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$

149	ORLANDO TE-CILLA	22.506,73	12.220,00
3513	MARIANE FIEDLER	35.540,62	14.007,18
3384	PIA PAULA BERTHOLD	44.984,42	8.037,71
3401	ALMIR SERGIO SAQUETTE	16.288,91	5.896,15
3390	ALZIRA MEIDLER	31.394,50	5.315,70
3387	VALDEMIRO NEITSCH	21.799,84	5.896,15
3428	JACKSON PRUST E ESPOSA	12.677,10	5.499,00
3441	GERALDO PRUST	48.676,58	5.040,75
3442	JACKSON PRUST E ESPOSA	16.221,97	6.501,04
3487	LEANDRO DIONEI KLEI	16.538,03	7.026,50
3488	JOSE ALBERTO EICK	38.846,47	4.582,50
3489	MATIAS FIPKE	32.637,00	6.369,68
3508	CRISTIAN WILI WOHLFAHRT	33.611,97	6.446,05
3509	AMALIA CLEUSA DE OLIVEIRA MARTINS	27.060,01	4.582,50
3510	FRIDOLINO SCHONWALD	10.980,09	4.582,50
3512	EDEMAR ZENKNER	50.121,60	5.101,85
4583	EDEMAR ZENKNER	11.065,39	4.582,50
4584	ERNI WALTER SEIBERT	11.065,39	4.582,50
4585	BRUNO POMMERENING	26.191,31	4.277,00
4586	CRISTIANE FINKLER LAVAQUI	28.988,70	4.582,50
4582	EVANDRO JOSE PASQUALI	27.929,49	7.637,50
	TOTAL	565.126,11	132.767,25
E RUA GUILHERME ZERBIN			
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3099	NELSI RODRIGUES (ESPOLIO)	37.666,09	5.193,50
3101	SERGIO PAULO JACOBY	21.960,18	9.165,00
3104	HERBERT ZERBIN	21.022,99	4.582,50
3105	JOAO CARLOS ZAVADZKI	35.861,46	6.110,00
3108	JOSE MAURO SCHAPPO	27.843,68	4.582,50
3109	ARILDO MATEUS DE SOUZA	10.553,59	4.582,50
3281	ARILDO MATEUS DE SOUZA	10.553,59	4.582,50
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	36.724,58	8.554,00
3138	ERNANI FINTA	27.014,41	6.110,00
3140	JONAS VALNEI WELKE	35.983,52	4.582,50

3142	JOSE MAURO SCHAPPO	20.747,67	4.582,50
3143	JACYR JEFERSON POPENDA e IONIMARA BONI	35.983,19	4.582,50
3144	JANDIR BRUCK	32.877,74	4.582,50
3145	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	10.766,84	4.582,50
3146	ISABEL BOLOMINI	23.538,98	4.582,50
3147	JOCENEI PAULI TAFFAREL	44.709,19	4.582,50
3148	GERALDO PRUST	23.367,19	4.582,50
3150	ROSELI FATIMA DOSSANTOS CASTELAN	32.996,96	4.582,50
3151	CLEIDE GONÇALVES DE JESUS DAL PRÁ	10.766,84	4.582,50
3152	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	40.341,28	4.582,50
3153	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	48.589,78	12.831,00
	TOTAL	589.869,75	116.701,00
IMÓVEL LE PROPRIETÁRIO Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita Valorização R\$			
9560	HELMUTH ZERBIN	39.909,18	27.785,23
9561	HELMUTH ZERBIN	51.696,81	20.285,20
4965	HELMUTH ZERBIN	11.033,40	4.582,50
4966	HELMUTH ZERBIN	11.033,40	4.582,50
4967	MARCOS ROBERTO GASCHO	15.450,48	6.110,00
52	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	11.566,54	4.582,50
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	11.566,54	4.582,50
50	AYRTON MOSIMANN JUNIOR	23.133,07	9.165,00
49	EDSON VALDIR SCHUMACKER	11.566,54	4.582,50
48	ELAINE NARDI GUAREZI BERRI	11.719,04	5.193,50
4582	EVANDRO JOSÉ PASQUALI	26.096,49	5.804,50
45	DARIO PRETTI	54.532,10	6.110,00
4806	GILBERTO PAULO SALOMON	20.322,79	9.470,50
	TOTAL	299.626,38	112.836,43

#### VI - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 55,71% (cinquenta e cinco vírgula setenta e um por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

#### VI - PARCELA TRIBUTÁRIA DEVIDA PELOS CONTRIBUÍNTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública, extraído o fator



de absorção do Município, ficando assim a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já descontado o Fator de Absorção do Município:

TRECHO RUA LEOPOLDO FIEDLER		
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
45	DARIO PRETI	2.976,73
43	CELITA ELVIRA PERSCH	2.841,42
46	HELMIRO HERBERTO EICHENBERGER	2.841,42
47	IVANIR PALOSCHI E ROSANE MAIRA MARTINS PALOSCHI	2.841,42
3371	NEIMIR DALLE CORT	3.810,22
3462	MARCIO ADRIANO SABINO	2.455,80
3460	ORLINDO JULIO QUILANTE	2.044,47
3459	PREFEITURA MUNICIPAL	3.517,95
3458	EMANOEL DE BRITO DE FREITAS	2.522,10
3457	SILVANA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	2.536,99
3445	MARIO NESTOR SCHMIDT	2.611,40
3443	JAISSON SAQUETTE	2.354,32
3426	ERICO BORRINELLI	2.611,40
3404	ODECIO POSSAMAI	2.611,40
3400	VALMIR FUCH	2.354,32
3399	DINEIA GISELE KOSTETZER	2.611,40
3396	AMILTON ALDO DOS SANTOS	3.559,90
151	IVO ULLMANN	6.765,30
152	VALMIR FUCH	5.953,46
	TOTAL	59.821,47
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
149	ORLANDO TECILLA	5.412,24
3513	MARIANE FIEDLER	6.203,78
3384	PIA PAULA BERCHTOLD	3.559,90
3401	ALMIR SERGIO SAQUETTE	2.611,40
3390	ALZIRA MEIDLER	2.354,32
3387	VALDEMIRO NEITSCH	2.611,40
3428	JACKSON PRUST E ESPOSA	2.435,51
3441	GERALDO PRUST	2.232,55
3442	JACKSON PRUST E ESPOSA	2.879,31
3487	LEANDRO DIONEI KLEI	3.112,04
3488	JOSE ALBERTO EICK	2.029,59
3489	MATIAS FIPKE	2.821,13
3508	CRISTIAN WILI WOHLFAHRT	2.854,96
3509	AMALIA CLEUSA DE OLIVEIRA MARTINS	2.029,59
3510	FRIDOLINO SCHONWALD	2.029,59
3512	EDEMAR ZENKNER	2.259,61
4583	EDEMAR ZENKNER	2.029,59
4584	ERNI WALTER SEIBERT	2.029,59

4585	BRUNO POMMERENING	1.894,28
4586	CRISTIANE FINKLER LAVAQUI	2.029,59
4582	EVANDRO JOSE PASQUALI	3.382,65
	TOTAL	58.802,61
TRECHO RUA GUILHERME ZERBIN		
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
3099	NELSI RODRIGUES (ESPOLIO)	2.300,20
3101	SERGIO PAULO JACOBY	4.059,18
3104	HERBERT ZERBIN	2.029,59
3105	JOAO CARLOS ZAVADZKI	2.706,12
3108	JOSE MAURO SCHAPPO	2.029,59
3109	ARILDO MATEUS DE SOUZA	2.029,59
3281	ARILDO MATEUS DE SOUZA	2.029,59
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	3.788,57
3138	ERNANI FINTA	2.706,12
3140	JONAS VALNEI WELKE	2.029,59
3142	JOSE MAURO SCHAPPO	2.029,59
3143	JACYR JEFERSON POPENDA e IONIMARA BONI	2.029,59
3144	JANDIR BRUCK	2.029,59
3145	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	2.029,59
3146	ISABEL BOLOMINI	2.029,59
3147	JOCENEI PAULI TAFAREL	2.029,59
3148	GERALDO PRUST	2.029,59
3150	ROSELI FATIMA DOS SANTOS CASTELAN	2.029,59
3151	CLEIDE GONÇALVES DE JESUS DAL PRÁ	2.029,59
3152	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	2.029,59
3153	VALMOR DOMINGOS GONÇALVES DE JESUS	5.682,85
	TOTAL	51.686,87
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO (R\$)
9560	HELMUTH ZERBIN	12.306,08
9561	HELMUTH ZERBIN	8.984,32
4965	HELMUTH ZERBIN	2.029,59
4966	HELMUTH ZERBIN	2.029,59
4967	MARCOS ROBERTO GASCHO	2.706,12
52	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	2.029,59
51	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER	2.029,59
50	AYRTON MOSIMANN JUNIOR	4.059,18
49	EDSON VALDIR SCHUMACKER	2.029,59

48	ELAINE NARDI GUAREZI BERRI	2.300,20
4582	EVANDRO JOSÉ PAS-QUALI	2.570,81
45	DARIO PRETTI	2.706,12
4806	GILBERTO PAULO SALOMON	4.194,48
	TOTAL	49.975,25

#### RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO POR PARTE DOS LINDEIROS DA PAVIMENTAÇÃO DA RUAS LEOPOLDO FIEDLER E GUILHERME ZERBIN

RUA LEOPOLDO FIEDLER – LD	58.802,61
RUA LEOPOLDO FIEDLER – LE	59.821,47
RUA GUILHERME ZERBIN – LD	51.686,87
RUA GUILHERME ZERBIN – LE	49.975,25
TOTAL	220.286,20

#### VIII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

#### IX - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

#### X - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

Schroeder, 31 de Outubro de 2011.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Mun

#### Edital de Praça Nº 04/2011 EDITAL DE PRAÇA Nº 04/2011

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, e o Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, senhor DENÍLSON WEISS em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a de Pavimentação Asfáltica das Ruas São Paulo, perfazendo a área total de 1.450,74m² e Amazonas, perfazendo a área total de 5.551,48m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:  
Está sendo beneficiada as seguintes ruas:

Ruas São Paulo, perfazendo a área total de 1.450,74m² e Amazonas, perfazendo a área total de 5.551,48m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

#### II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS SÃO PAULO e AMAZONAS

#### APRESENTAÇÃO

O presente memorial poderá ser encontrado na sua íntegra no Setor de Recursos Materiais, junto ao Processo de Licitação nº 126/2010, Tomada de Preço nº08/2010.

Esse memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços que foram realizados na execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES nas RUAS SÃO PAULO e AMAZONAS, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

#### NORMAS GERAIS DE TRABALHO

##### GENERALIDADES

##### ABREVIACÕES

Foram empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

##### TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual foi celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participou da Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

#### CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA à apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

#### SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

#### MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.



As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

#### RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SERVIÇOS PRELIMINARES

#### SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

#### OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

#### MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matações ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

#### EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes: corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

#### EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.



As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, são ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m<sup>3</sup> executados.

#### REFORÇO DO SUB-LEITO

##### GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

##### MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC <sup>3</sup> 60% e com expansão máxima de 1%.

##### EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;  
carro-tanque distribuidor de água;  
rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;  
grade de discos;  
entre outros.

##### EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

#### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas :  $\pm 0,02$  m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico :  $\pm 5\%$  da espessura do projeto.

##### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

#### PAVIMENTAÇÃO

##### REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

##### MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

##### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;  
Carregador frontal;  
Caminhões basculantes;  
Motoniveladora pesada, com escarificador;  
Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;  
carro-tanque com barra distribuidora de água;  
grade de discos;  
pulvi-misturador  
Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

##### EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

#### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 2 cm em relação as cotas de projeto;  
± 5 cm quanto a largura da plataforma.

#### MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

#### SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

##### MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

##### EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

#### EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

#### INSPEÇÃO

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de ± 2% em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m<sup>2</sup> de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, GC>100%, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

#### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

± 10%, quanto a espessura do projeto da camada.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

#### BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

##### MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS	FAIXA	A	B	C	D
	Mm				
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

A fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

##### EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;  
grade de discos;  
pulvi-misturador  
central de mistura.  
Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

#### EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm. Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares. Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação. O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado  $\pm 2\%$ .

#### CONTROLE

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

$\pm 10$  cm, quanto à largura da plataforma;  
até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de  $\pm 2$  cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

#### MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

#### IMPRIMAÇÃO

##### OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;  
promover condições de aderência entre a base e o revestimento;  
impermeabilizar a base.

#### MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base

em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m<sup>2</sup>, conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

#### EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

#### MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

#### PINTURA DE LIGAÇÃO

##### OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.



**MATERIAIS**

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m<sup>2</sup>.

**EQUIPAMENTO**

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

**EXECUÇÃO**

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

**MEDIÇÃO**

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

**OBJETIVO**

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

**MATERIAL**

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

**LIGANTE BETUMINOSO**

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos: cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

**AGREGADO GRAÚDO**

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

**AGREGADO MIÚDO**

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

**MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)**

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

**MELHORADOR DE ADESIVIDADE**

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

**COMPOSIÇÃO DA MISTURA**

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada	% passando, em peso das faixas				
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%



3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %	4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%	
	Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento		

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

#### EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

#### DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

#### DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

#### USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão  $\pm 1$  °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com

precisão de  $\pm 5$  °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de  $\pm 5$ %) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

#### CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

#### EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

#### EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm<sup>2</sup> a 8,4kgf/cm<sup>2</sup> (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

#### EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de  $25 \pm 3$ . A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

#### PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

#### TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

#### DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas

deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de  $140 \pm 15$  segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de  $40 \pm 5$ , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

#### ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

#### INSPEÇÃO

##### LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a  $60^\circ\text{C}$  (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a  $25^\circ$  (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

##### AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada  $900\text{m}^3$  (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

##### CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo,  $\pm 0,3\%$ , da fixada no projeto.

##### CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

##### CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de  $\pm 5^\circ\text{C}$  das temperaturas especificadas.

##### TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de  $\pm 5^\circ\text{C}$ .

##### CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

##### ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de  $\pm 5\%$  em relação as espessuras de projeto.

##### ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder  $\pm 5\text{cm}$ .

##### ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

##### CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da

resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

#### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m<sup>3</sup> através da mistura efetivamente aplicada na pista.

#### DRENAGEM PLUVIAL

##### OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

##### MATERIAL

##### TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

##### MATERIAL DE REJUNTAMENTO

##### Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m<sup>2</sup>.

##### Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

##### MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

##### EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

##### EXECUÇÃO

##### GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterro as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

##### BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.



A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

#### CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

#### Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente

dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetta de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

#### INSPEÇÃO

##### CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

##### CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de  $\pm 10\%$  em relação à espessura de projeto.

##### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO



Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução. No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

#### SINALIZAÇÃO VIÁRIA

##### SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL

###### OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

###### DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

##### SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

###### CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas - destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

###### MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorrefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e

amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem

retrorefletorização.

**Materiais Termoplásticos**

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

**Microesferas de Vidro**

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm<sup>3</sup> e 2,6g/cm<sup>3</sup>, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

**Equipamento**

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

**Execução**

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

## SINALIZAÇÃO VERTICAL

### CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, ( Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito ) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas:

### MATERIAL

1.1 Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

1.2 Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m <sup>2</sup> )	Vermelha (Cd/lux/m <sup>2</sup> )
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

### Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução ( tabelas - página 28 e

Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

### INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;

retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...

placas verticais em conformidade com o acima especificado.

### CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m<sup>2</sup> e unidades de placas instaladas.

### III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

Planilha Custo - RUA SÃO PAULO E AMAZONAS

CONTRATO Nº 185/2010

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra (1,50 x 3,00 m)	unid	2	409,79	819,58
SUBTOTAL	819,58				
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	50	6,95	347,50
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm ( a executar )	m	14	30,08	421,12
2.3	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm ( existente)	m	844	0	0,00
2.4	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm ( existente)	m	12	0	0,00

2.5	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 80cm ( existente)	m	116	0	0,00
2.6	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 100cm ( existente)	m	14	0	0,00
2.7	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado	m³	5	20,15	100,75
2.8	Caixa coletora com tampa de concreto armado, e corpo em tijolos maciços, tipo Boca de Lobo	unid	32	243,88	7.804,16
2.9	Caixa Ligação para tubulação DN 40cm / 80cm / 100cm	unid	10	396	3.960,00
2.10	Vedar / lacrar caixas de ligação e captação existentes ( com tijolos maciços e tampa de concreto armado )	unid	27	114,91	3.102,57
SUBTOTAL	15.736,10				
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (553,00m x (2,5m+2,5m) x 0,50m )	m³	1.382,50	5,71	7.894,08
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, DMT até 10,0 km	m³	1.382,50	19,92	27.539,40
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	1.382,50	2,25	3.110,63
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m	m³	1.387,87	19,92	27.646,37
SUBTOTAL	66.190,47				
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	5.551,48	1,32	7.327,95
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	555,15	75,12	41.702,87
4.3	Imprimação com CM 30	m²	5.551,48	2,34	12.990,46
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	5.551,48	1	5.551,48
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				

4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	194,62	390,58	76.014,68
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	41,48	390,58	16.201,26
SUBTOTAL	159.788,70				
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	1.097,40	16,36	17.953,46
5.2	Meio fio pré moldado para travamento em aclave	m	14	16,36	229,04
5.3	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (1.052,40m x 0,15m x 2,00m)	m³	315,72	9,07	2.863,58
SUBTOTAL	21.046,08				
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	275,2	15,44	4.249,09
6.2	Sinalização vertical				0,00
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40cm) + escavação	m³	0,25	280,4	70,10
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo R-1 "Pare" + Suporte - (Instalada)	unid	3	182,12	546,36
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R-19 "40 Km/h" + Suporte - (Instalada)	unid	4	144,49	577,96
SUBTOTAL	5.443,51				
BDI					
ADOTADO = 30,00%					
TOTAL GERAL	269.024,44				

## ADITIVO CONTRATUAL NºA6/2011

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	Fornecimento e assentamento de tubulação de drenagem urbana	m	15	30,08	451,20

2	Fornecimento e execução de caixa coletora com tampa de concreto	Unid.	1	243,88	243,88
3	Fornecimento e execução de caixa de ligação DN 40	Unid.	1	396,00	396,00
4	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado PA1 - PB NBR 8890/2007 DN 800mm	m	68	222,60	15.136,80
5	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado PA2 - PB NBR 8890/2007 DN 800mm	m	48	230,69	11.073,12
6	Relocação de tubo de concreto DN800mm	m	13	120,82	1.570,66
7	Fornecimento e execução de Caixa Coletora Dupla com tampa de concreto armado e corpo em tijolo maciços, tipo Boca do Lobo.	Unid.	1	792,00	792,00
8	Fornecimento e execução de caixa coletora tripla com tampa de concreto armado	Unid.	1	1.188,00	1.188,00
9	Limpeza e desobstrução de tubulação h pluvia com hidrojato	h	8	188,50	1.508,00
10	Escavadeira e 2 serventes	h	8	127,40	1.019,20
11	Extração, carga e transporte de solos inservíveis	m³	450	5,71	2.569,50
12	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo DMT 10 km	m³	450	19,92	8.964,00
13	Compactação de seixo a 95% do P.N.	m³	450	2,25	1.012,50
SUBTOTAL	45.924,86				

## ADITIVO CONTRATUAL NºA47/2011

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1	Caixa Coletora com tampa de concreto armado e corpo em tijolos maciços, tipo boca de lobo	Unid.	4	243,88	975,52
2	Caixa de retenção de material granular (80cm X80cm X120cm) com tampa de concreto armado e corpo de tijolos maciços	Unid.	1	800,00	800,00



3	Ala em concreto armado para tubulação de 40cm	Unid.	1	1.000,00	1.000,00
4	Limpeza e desobstrução de tubulação pluvial com hidrojato e alto vácuo (diâmetros: 400 mm e 600mm)	h	6,3	188,50	1.187,55
SUBTOTAL	3.963,07				

## RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

## TOTAL DO CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

CONTRATO Nº 185/2010	269.024,44
ADITIVO CONTRATUAL NºA6/2011	45.924,86
ADITIVO CONTRATUAL NºA47/2011	3.963,07
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 318.912,37

## IV - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIOS DOS IMOVEIS, ANTES DA OBRA REALIZADA DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

## RUA SÃO PAULO

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3119	JAISON BORINELLI	7.987,39
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGENSTOSS	9.146,11
3137	ERICO BORINELLI	9.881,69
3138	ERNANI FINTA	20.904,41
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3075	BRUNO MUCHALSKI	55.549,47
3074	JOAO ESSER	13.323,51
3073	MARCOS ALVES NEVES	15.452,02
3072	JOAO RIBEIRO	16.059,94
3070	DENISE KOHLER	22.587,54
3068	JOSE LOURIVAL PETRY	59.394,16
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	28.170,58

## RUA AMAZONAS

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3130	ERICO BORINELLI	39.339,19
3131	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	28.827,97
3132	ROMEU ROQUE SCARATTI	6.482,89
3133	JOEL DOS SANTOS e EDILSON KOHLER	15.289,50
3134	WILFREDO STEINERT	17.386,40
3135	EDITE BONATTI	19.787,22
3136	ODAIR DUTRA (ESP) e CLEUSA DA SILVA PORTO	22.459,39
3137	ERICO BORINELLI	9.881,69
4476	IVO PEREIRA	6.484,23
4477	RUBENS APARECIDO DE LIMA SOUZA	6.484,76
4478	ADAIR PESSATTI	6.484,30
4479	ERICO BORINELLI	7.747,38
4480	ERICO BORINELLI	6.486,79

4481	ERICO BORINELLI	6.486,79
4482	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.359,03
4483	JOAO LIMA DOS SANTOS	4.541,46
4484	JOAO LIMA DOS SANTOS	6.488,28
4485	JOABE GOMES FERREIRA	16.787,10
6036	ERICO BORINELLI	48.615,38
6037	TIAGO MAI	34.492,03
6038	FABIANO SCHMITZ	14.010,18
6039	ERICO BORINELLI	6.469,51
6040	ERICO BORINELLI	6.470,04
6041	ERICO BORINELLI	6.470,57
6042	ERICO BORINELLI	4.247,70
6043	ERICO BORINELLI	10.251,33
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obra
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGENSTOSS	9.146,11
3121	ERICO BORINELLI	19.639,50
3122	ILDOMAR BORN IEPSEN	15.413,89
3123	ERICO BORINELLI	33.065,02
3124	PAULO KOHLER	27.269,97
3125	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	81.102,80
3127	CARLOS ALBERTO SCHNEIDER RUBINHO	3.454,96
4339	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	8.551,80
8127	MARCELO MARTINS	6.413,96
8128	JOSE BIZERRA DOS SANTOS	6.410,44
8129	VILMAR LUIS TRESSI	6.406,92
8130	ERICO BORINELLI	6.403,41
8131	ERICO BORINELLI	6.399,89
8132	ERICO BORINELLI	6.373,14
8133	JOSNEI SCHOEFFEL	6.302,77
8134	CRIONI BITTENCURT	6.203,88
8135	OSVALDO POTER	6.133,82
8136	NELI SALETE EIBEL	6.091,64
8126	ERICO BORINELLI	64.879,74

## V – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução das obras em questão, após análise da Comissão, tiveram a seguinte valorização:

## RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIOS APÓS A OBRA REALIZADA DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

## RUA SÃO PAULO

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3119	JAISON BORINELLI	14.363,62	6.376,23
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGENSTOSS	17.116,39	7.970,28
3137	ERICO BORINELLI	18.535,14	8.653,45
3138	ERNANI FINTA	27.508,36	6.603,95
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3075	BRUNO MUCHALSKI	61.242,53	5.693,06
3074	JOAO ESSER	16.739,34	3.415,83

3073	MARCOS ALVES NEVES	18.867,85	3.415,83
3072	JOAO RIBEIRO	19.475,77	3.415,83
3070	DENISE KOHLER	26.003,37	3.415,83
3068	JOSE LOURIVAL PETRY	65.770,39	6.376,23
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	34.774,53	6.603,95

## RUA AMAZONAS

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3130	ERICO BORINELLI	42.755,02	3.415,83
3131	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	32.243,80	3.415,83
3132	ROMEU ROQUE SCARATTI	9.898,72	3.415,83
3133	JOEL DOS SANTOS e EDILSON KOHLER	18.705,33	3.415,83
3134	WILFREDO STEINERT	20.802,23	3.415,83
3135	EDITE BONATTI	23.203,05	3.415,83
3136	ODAIR DUTRA (ESP) e CLEUSA DA SILVA PORTO	25.875,22	3.415,83
3137	ERICO BORINELLI	14.436,14	4.554,45
4476	IVO PEREIRA	9.900,06	3.415,83
4477	RUBENS APARECIDO DE LIMA SOUZA	9.900,59	3.415,83
4478	ADAIR PESSATTI	9.900,13	3.415,83
4479	ERICO BORINELLI	11.163,21	3.415,83
4480	ERICO BORINELLI	9.902,62	3.415,83
4481	ERICO BORINELLI	9.902,62	3.415,83
4482	JOAO LIMA DOS SANTOS	5.774,86	3.415,83
4483	JOAO LIMA DOS SANTOS	7.957,29	3.415,83
4484	JOAO LIMA DOS SANTOS	9.904,11	3.415,83
4485	JOABE GOMES FERREIRA	20.202,93	3.415,83
6036	ERICO BORINELLI	52.031,21	3.415,83
6037	TIAGO MAI	37.907,86	3.415,83
6038	FABIANO SCHMITZ	17.426,01	3.415,83
6039	ERICO BORINELLI	9.885,34	3.415,83
6040	ERICO BORINELLI	9.885,87	3.415,83
6041	ERICO BORINELLI	9.886,40	3.415,83
6042	ERICO BORINELLI	7.891,26	3.643,56
6043	ERICO BORINELLI	15.170,13	4.918,80
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Após obra feita	Valorização R\$
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGESTOSS	13.472,83	4.326,72
3121	ERICO BORINELLI	23.055,33	3.415,83
3122	ILDOMAR BORN IEPSEN	18.829,72	3.415,83
3123	ERICO BORINELLI	36.480,85	3.415,83
3124	PAULO KOHLER	30.685,80	3.415,83
3125	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	85.543,39	4.440,59
3127	CARLOS ALBERTO SCHNEIDER RUBINHO	6.870,79	3.415,83

4339	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	13.106,25	4.554,45
8127	MARCELO MARTINS	9.829,79	3.415,83
8128	JOSE BIZERRA DOS SANTOS	9.826,27	3.415,83
8129	VILMAR LUIS TRESSI	9.822,75	3.415,83
8130	ERICO BORINELLI	9.819,24	3.415,83
8131	ERICO BORINELLI	9.815,72	3.415,83
8132	ERICO BORINELLI	9.788,97	3.415,83
8133	JOSNEI SCHOEFFEL	9.718,60	3.415,83
8134	CRIONI BITTENCURT	9.619,71	3.415,83
8135	OSVALDO POTER	9.549,65	3.415,83
8136	NELI SALETE EIBEL	9.507,47	3.415,83
8126	ERICO BORINELLI	95.394,53	30.514,79

## VI - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 40,58% ( quarenta vírgula cinquenta e oito por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

## VI - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública, extraído o fator de absorção do Município, ficando assim a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, já descontado o Fator de Absorção do Município:

## RUA SÃO PAULO

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3119	JAISON BORINELLI	3.788,75
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGENS-TOSS	4.735,94
3137	ERICO BORINELLI	5.141,88
3138	ERNANI FINTA	3.924,07
	TOTAL	17.590,64
IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3075	BRUNO MUCHALSKI	3.382,82
3074	JOAO ESSER	2.029,69
3073	MARCOS ALVES NEVES	2.029,69
3072	JOAO RIBEIRO	2.029,69
3070	DENISE KOHLER	2.029,69
3068	JOSE LOURIVAL PETRY	3.788,75
3111	ARILDO MATEUS DE SOUZA	3.924,07
	TOTAL	19.214,39

## RUA AMAZONAS

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3130	ERICO BORINELLI	2.029,69
3131	ELENA DALLA VALLE PEGORARO	2.029,69
3132	ROMEU ROQUE SCARATTI	2.029,69
3133	JOEL DOS SANTOS e EDILSON KOHLER	2.029,69
3134	WILFREDO STEINERT	2.029,69
3135	EDITE BONATTI	2.029,69

3136	ODAIR DUTRA (ESP) e CLEUSA DA SILVA PORTO	2.029,69
3137	ERICO BORINELLI	2.706,25
4476	IVO PEREIRA	2.029,69
4477	RUBENS APARECIDO DE LIMA SOUZA	2.029,69
4478	ADAIR PESSATTI	2.029,69
4479	ERICO BORINELLI	2.029,69
4480	ERICO BORINELLI	2.029,69
4481	ERICO BORINELLI	2.029,69
4482	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.029,69
4483	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.029,69
4484	JOAO LIMA DOS SANTOS	2.029,69
4485	JOABE GOMES FERREIRA	2.029,69
6036	ERICO BORINELLI	2.029,69
6037	TIAGO MAI	2.029,69
6038	FABIANO SCHMITZ	2.029,69
6039	ERICO BORINELLI	2.029,69
6040	ERICO BORINELLI	2.029,69
6041	ERICO BORINELLI	2.029,69
6042	ERICO BORINELLI	2.165,00
6043	ERICO BORINELLI	2.922,75
	TOTAL	54.476,86
IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO R\$
3120	RODOLFO BORINELLI BAGGESTOSS	2.570,94
3121	ERICO BORINELLI	2.029,69
3122	ILDOMAR BORN IEPSSEN	2.029,69
3123	ERICO BORINELLI	2.029,69
3124	PAULO KOHLER	2.029,69
3125	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	2.638,60
3127	CARLOS ALBERTO SCHNEIDER RUBINHO	2.029,69
4339	VOIGT ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	2.706,25
8127	MARCELO MARTINS	2.029,69
8128	JOSE BIZERRA DOS SANTOS	2.029,69
8129	VILMAR LUIS TRESSI	2.029,69
8130	ERICO BORINELLI	2.029,69
8131	ERICO BORINELLI	2.029,69
8132	ERICO BORINELLI	2.029,69
8133	JOSNEI SCHOEFFEL	2.029,69
8134	CRIONI BITTENCURT	2.029,69
8135	OSVALDO POTER	2.029,69
8136	NELI SALETE EIBEL	2.029,69
8126	ERICO BORINELLI	18.131,89
	TOTAL	56.493,01

#### RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO POR PARTE DOS LINDEIROS DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

RUA SÃO PAULO – LD	17.590,64
RUA SÃO PAULO – LE	19.214,39
RUA AMAZONAS – LD	56.493,01
RUA AMAZONAS – LE	54.476,86
TOTAL	147.774,90

#### VIII – DA ARRECAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento,

com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

#### IX - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

#### X - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br).

O PRAZO PARA CONTESTAÇÃO dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

Schroeder, 31 de Outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Timbó**

**PREFEITURA**

#### Lei Nº 2535, de 08 de Novembro de 2011

LEI Nº 2535, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para operação de serviços vinculados ao depósito da folha de pagamento dos servidores públicos municipais, bem como autorizar o uso de espaço público para realização destes serviços bancários.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito de Timbó autorizado a contratar instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para operação de serviços vinculados ao depósito da folha de pagamento dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas pagos pelo erário público



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

municipal da administração direta, indireta e fundacional, median-  
te competente Processo Licitatório.

Parágrafo único. O prazo para contratação dos serviços de que  
trata esta lei serão definidos pelo poder executivo quando da ela-  
boração do processo licitatório, observadas as disposições legais  
aplicáveis a espécie, especificamente o inciso II e o §4º do art.  
57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações  
posteriores.

Art. 2º Para atendimento aos servidores da administração direta e  
indireta, fica o Prefeito de Timbó autorizado a outorgar Autoriza-  
ção de Uso de áreas públicas para instalação e funcionamento de  
posto bancário e/ou caixas eletrônicos junto ao prédio de proprie-  
dade do município.

§ 1º - A área a ser objeto de autorização de uso para instala-  
ção do posto de atendimento bancário não poderá ser maior que  
50,00m² (cinquenta metros quadrados), e será localizada em local  
a ser definido pela municipalidade após o certame licitatório.

§ 2º - As áreas objeto de autorização para instalação de caixas  
eletrônicos compreendem áreas de até 4,0 m² (quatro metros  
quadrados) por terminal de auto-atendimento, limitados a até 5  
(cinco) unidades, localizados nos setores de maior concentração  
de servidores, definidos pela municipalidade.

§ 3º - O prazo da Autorização de Uso dos referidos espaços será o  
mesmo estabelecido no contrato firmado com a instituição finan-  
ceira contratada nos moldes do art. 1º desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 08 de novembro de 2011; 142º ano de  
Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2493, de 10 de Outubro de 2011**

DECRETO Nº 2493, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do  
exercício anterior, no valor de R\$ 300.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas  
pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a"  
e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de  
13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa  
2011, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mediante  
a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, con-  
forme segue:

25.01.017.512.0100.1301 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO

25.01.017.512.0100.1301 TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE  
ÁGUA

25.01.017.512.0100.1301 EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍ-  
LIOS - ÁGUA

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.60000 Superavit Financeiro Ano anterior 40.000,00

total 40.000,00

25.01.017.512.0100.1305 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO

25.01.017.512.0100.1305 TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE  
ÁGUA

25.01.017.512.0100.1305 OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.60000 Superavit Financeiro Ano anterior 145.000,00

total 145.000,00

25.01.017.512.0100.2302 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO

25.01.017.512.0100.2302 TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE  
ÁGUA

25.01.017.512.0100.2302 MANUTENÇÃO DA ETA

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.60000 Superavit Financeiro Ano anterior 100.000,00

total 100.000,00

25.04.028.845.0007.0013 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE  
ÁGUA E ESGOTO

25.04.028.845.0007.0013 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

25.04.028.845.0007.0013 CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO  
PASEP

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.60000 Superavit Financeiro Ano anterior 15.000,00

TOTAL 15.000,00

TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 300.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre  
à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,  
condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos  
do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de ou-  
tubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de outubro de 2011; 141º ano de  
Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2494, de 10 de Outubro de 2011**

DECRETO Nº 2494, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$  
39.280,20.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas  
pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a"  
e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.491, de  
13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011,  
à conta de anulação no valor total de R\$ 39.280,20, conforme  
segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 4.530,10, a  
seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLI-  
TICA E INSTITUCIONAL

02.01.004.122.0010.2004. ASSESSORIA DO GABINETE

02.01.004.122.0010.2004. MAN. DOS GABINETES E ASSESSO-  
RIAS

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

445000.00 TRANSF. A INST. S/ FINS LUCRATIVOS

0.10000 VINCULO LIVRE 4.000,00

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 530,10

TOTAL 4.530,10





## b) SUPLEMENTAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL  
 02.01.004.122.0010.2004. ASSESSORIA DO GABINETE  
 02.01.004.122.0010.2004. MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 4.530,10  
 TOTAL 4.530,10

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 13.000,00, a seguinte dotação:

## a) ANULAÇÃO

03.01.004.125.0015.2018. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO MUNICIPAL  
 03.01.004.125.0015.2018. ADMINISTRACAO GERAL  
 03.01.004.125.0015.2018. MAN. DO CONTROLE INTERNO  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 13.000,00  
 TOTAL 13.000,00

## b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.125.0015.2018. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO MUNICIPAL  
 03.01.004.125.0015.2018. ADMINISTRACAO GERAL  
 03.01.004.125.0015.2018. MAN. DO CONTROLE INTERNO  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 13.000,00  
 TOTAL 13.000,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.000,00, a seguinte dotação:

## a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2060. SECRETARIA DE EDUCACAO  
 04.03.012.361.0022.2060. ENSINO FUNDAMENTAL  
 04.03.012.361.0022.2060. INCLUSAO DIGITAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.010100 REC. DA EDUCACAO 1.000,00  
 319100.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.010100 REC. DA EDUCACAO 1.000,00  
 TOTAL 2.000,00

## b) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2060. SECRETARIA DE EDUCACAO  
 04.03.012.361.0022.2060. ENSINO FUNDAMENTAL  
 04.03.012.361.0022.2060. INCLUSAO DIGITAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.010100 REC. DA EDUCACAO 2.000,00  
 TOTAL 2.000,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 10.000,00, a seguinte dotação:

## a) ANULAÇÃO

06.01.022.661.0030.2064. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

## ECONOMICO

06.01.022.661.0030.2064. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS  
 06.01.022.661.0030.2064. INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 336000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS C/ FINS LUCRATIVOS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00  
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 440000.00 INVESTIMENTOS  
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00  
 TOTAL 10.000,00

## b) SUPLEMENTAÇÃO

06.01.022.661.0030.2064. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
 06.01.022.661.0030.2064. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS  
 06.01.022.661.0030.2064. INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00  
 TOTAL 10.000,00

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 9.750,10, a seguinte dotação:

## a) ANULAÇÃO

06.02.011.334.0032.2066. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
 06.02.011.334.0032.2066. INCENTIVO AO TRABALHO  
 06.02.011.334.0032.2066. MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 335000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00  
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 440000.00 INVESTIMENTOS  
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 4.750,10  
 TOTAL 9.750,10

## b) SUPLEMENTAÇÃO

06.02.011.334.0032.2066. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
 06.02.011.334.0032.2066. INCENTIVO AO TRABALHO  
 06.02.011.334.0032.2066. MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 9.750,10  
 TOTAL 9.750,10

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2495, de 11 de Outubro de 2011**

DECRETO Nº 2495, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 235.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SSAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA  
 15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.36400 ATENÇÃO BÁSICA - SUP. FINANCEIRO 7.000,00  
 TOTAL 7.000,00  
 15.02.010.302.0072.2158. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.02.010.302.0072.2158. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 15.02.010.302.0072.2158. MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.36500 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEX. AM. E HOSP. - SUP. FINANCEIRO 6.000,00  
 TOTAL 6.000,00  
 15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.30000 REC. ORDINARIOS - SUP. FINANCEIRO 173.000,00  
 TOTAL 173.000,00  
 15.04.010.304.0074.2166. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.04.010.304.0074.2166. VIGILANCIA EM SAUDE  
 15.04.010.304.0074.2166 MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.36600 VIGILANCIA EM SAUDE - SUP. FINANCEIRO 20.000,00  
 TOTAL 20.000,00  
 15.04.010.305.0074.2168. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.04.010.305.0074.2168. VIGILANCIA EM SAUDE  
 15.04.010.305.0074.2168. MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.36600 VIGILANCIA EM SAUDE - SUP. FINANCEIRO 20.000,00  
 TOTAL 20.000,00  
 15.05.010.125.0078.2172. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.05.010.125.0078.2172. GESTÃO DO SUS  
 15.05.010.125.0078.2172. REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.37000 GESTÃO DOSUS - SUP. FINANCEIRO 9.000,00  
 TOTAL 9.000,00  
 TOTAL GERAL 235.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2496, de 11 de Outubro de 2011**

DECRETO Nº 2496, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 36.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO - FUMTRAN  
 24.01.026.782.0046.2260. DEMUTRAN  
 24.01.026.782.0046.2260. MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.15600 CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA 21.000,00  
 TOTAL 21.000,00  
 24.03.006.181.0046.2264. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO - FUMTRAN  
 24.03.006.181.0046.2264. POLICIA CIVIL  
 24.03.006.181.0046.2264. MANUTENÇÃO DO CONV. POLICIA CIVIL  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.15500 CONVENIO TRANSITO - CIVIL 15.000,00  
 TOTAL 15.000,00  
 TOTAL GERAL 36.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2497, de 11 de Outubro de 2011**

DECRETO Nº 2497, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 670.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

17.01.009.272.027.2128 FUNPREV  
 17.01.009.272.027.2128 ADMINISTRAÇÃO DO FUNPREV  
 17.01.009.272.027.2128 MAN. DOS PENSIONISTAS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 10300 RPPS 120.000,00  
 TOTAL 120.000,00  
 17.01.009.272.027.2126 FUNPREV  
 17.01.009.272.027.2126 ADMINISTRAÇÃO DO FUNPREV  
 17.01.009.272.027.2126 MAN. DOS INATIVOS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 10300 RPPS 550.000,00  
 TOTAL 550.000,00  
 total 670.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 2406, de 17 de Outubro de 2011**

PORTARIA No 2406, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor-Educação Infantil.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente, para o cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 10/10/2011 até 10/11/2011, conforme demonstrativo abaixo:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

NOME	PORTARIA Nº	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
		DE	PARA
Maristela Zanchet	1876/2011	20h	40h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 2407, de 19 de Outubro de 2011**

PORTARIA No 2407, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
(Fundo Municipal de Saúde)****Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)**

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Izabel Nunes Janke (Subst.Mirian Bell, que se encontra em afast. do exerc.do cargo)	19/12/60	743.524.829-00	44h	19/10/2011 a 22/11/2011

**Cargo: Agente Comunitário de Saúde**

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Ivonete dos Santos Portela (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	03/07/86	062.489.559-99	40h	24/10/2011 a 07/11/2011

**Cargo: Médico Plantonista (GP-90)**

Nome	Data Nasc	CPF	Período
Ailton Rodrigo Petermann (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	14/03/77	025.653.379-22	21/10/2011 a 01/11/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 2411, de 21 de Outubro de 2011

PORTARIA No 2411, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição a Servidora Pública Municipal Mary Lea Butzke.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a Servidora Pública Municipal MARY LEA BUTZKE, brasileira, divorciada, nascida em 31 de maio de 1960, portadora do CPF nº 936.471.159-91, RG nº 914.637-7, residente na Rua Pastor Blumel nº 130, apto 403, Bairro Centro, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-18, matrícula nº 778.1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com supedâneo no art.6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redução de idade e tempo de contribuição nos termos do art.40, §5º da CF/88, e proventos equivalentes a integralidade da remuneração nos termos dos artigos 35 e 37, caput e §2º da LC 136/98, no valor de R\$ 3.968,76 (três mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo FUNPREV 060/11, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 21 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 2402, de 13 de Outubro de 2011

PORTARIA No 2402, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Ismael Rodrigo Grosch, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 03 de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal ISMAEL RODRIGO GROSCH, contratado temporariamente para o cargo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2095, de 11 de maio de 2011, alterada pelas Portarias nº 2196, de 29/06/2011 e nº 2329, de 31/08/2011, a contar de 03 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 2404, de 17 de Outubro de 2011

PORTARIA No 2404, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

#### RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR DE
Marilene Lunardi Conti	Técnico em Enfermagem	10/10/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 2405, de 17 de Outubro de 2011

PORTARIA No 2405, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Gislaine Cristofolini Uller, admitida para o cargo de Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 07 de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.5º, Inciso II, da Lei Complementar nº 339, de 30 de novembro de 2007,

#### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal GISLAINE CRISTOFOLINI ULLER, admitida para o cargo de Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro de Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2590, de 07 de abril de 2008, a contar de 07 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Portaria No 2409, de 20 de Outubro de 2011

PORTARIA No 2409, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Romeo Timm, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 07 de outubro do corrente.



O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

**Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público Municipal ROMEO TIMM, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2001, de 1º de abril de 2011, alterada pela Portaria nº 2254, de 01/08/2011, a contar de 07 de outubro do corrente.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 2410, de 20 de Outubro de 2011**

PORTARIA No 2410, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011

Autoriza Servidor lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", **RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

**Art. 1º** Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Marcio do Prado Lima	Supervisor da Divisão de Fiscalização de Trânsito e Transporte	02663987950 / AE

**Art. 2º** Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No SEMFA-C1439, de 11 de Outubro de 2.011**

PORTARIA No SEMFA-C1439, de 11 de Outubro de 2.011

Concede Promoção por Qualificação aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, **RESOLVE:**

**Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO**, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados (as) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Carlos Roberto Brancher	SP-53	SP-54	03/10/2011	RH05-0319
Jeferson Carlos Siega	GP-77	GP-82	28/09/2011	RH09-0218
Jorge Luis Espinosa Samalea	GP-78	GP-79	26/09/2011	RH11-0345
Michelle Tamara Zilse Stolfi	SP-26	SP-27	10/10/2011	RH09-0215

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de Outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº 2400, de 11 de Outubro de 2011**

PORTARIA Nº 2400, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

**RESOLVE:**

**Art.1º ALTERAR** as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Daiana Cristina Correa	2389/2011	28/11/2011
Isolda Zanghelini	2390/2011	19/10/2011
Kathleen Oliveira Krankel Pasquali	2368/2011	11/11/2011
Leonardo Rafael Kopsel	2360/2011	16/12/2011
Luciane Janke	2390/2011	19/10/2011
Marluce Schumann Prada	2389/2011	16/11/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria Nº 2401, de 13 de Outubro de 2011

PORTARIA Nº 2401, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Rosane Aparecida Cardoso	2222/2011	13/12/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria Nº 2403, de 17 de Outubro de 2011

PORTARIA Nº 2403, DE 17 DE OUTUBRO DE 2011

Designa a Servidora Pública Municipal Keli Francieli Cattoni, para ocupar em substituição a Servidora Pública Municipal Carla Tatiana Raduenz Geisler, o cargo em comissão de Diretora de Departamento-Administrativo/Financeiro, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, por motivos de férias.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

#### RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a Servidora Pública Municipal KELI FRANCIELI CATTONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de

Serviços Administrativos, para ocupar em substituição a Servidora Pública Municipal CARLA TATIANA RADUENZ GEISLER, por motivo de férias, o cargo em Comissão de Diretora de Departamento-Administrativo/Financeiro, Símbolo CC-2, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no período de 17 de outubro a 15 de novembro de 2011.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria Nº 2408, de 19 de Outubro de 2011

PORTARIA Nº 2408, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Irene Amarante Padilha	2390/2011	21/11/2011
Isolda Zanghelini	2400/2011	03/11/2011
Luciane Janke	2400/2011	03/11/2011
Vivian Karina Schuster Ittner	2399/2011	03/11/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de outubro de 2011; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria Nº SEMFA-C1438, de 11 de Outubro de 2011

PORTARIA Nº SEMFA-C1438, de 11 de Outubro de 2011

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total a servidora da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, RESOLVE:

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio convertida em pecúnia total à servidora da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a ser pago junto à Folha Competência Outubro/2011, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Terezinha Schuster Slomp	RH02-245	2006/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de Outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Aviso Carta Convite n.º 01 2011 Brinde natalino**

AVISO DE CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0001/2011

OBJETO: Aquisição de Brinde Natalino aos Funcionários Públicos Municipais de Timbó, licitação esta que realizar-se-á nos termos do presente Edital e no que preceitua a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14:15 horas do dia 17 de novembro de 2011. ABERTURA: dia 17/11/2011 às 14:20 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC.

Timbo (SC), 07/11/2011.

JOSÉ ROGACIANO DOS SANTOS

Presidente da ASPMT

#### **Aviso de Licitação Deserta Tomada de Preços 002-2011 FMAS**

TERMO DE ANULAÇÃO

O Prefeito do Município de Timbó- SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve, Anular a licitação Edital de Tomada de Preços p/ Obras e Serv. de Engª nº. 0002/2011FMAS, que tem por objeto a contratação de serviços de engenharia para a construção da 1ª parte do Centro de Convivência do Idoso. Motivo: Licitação deserta.

Timbó (SC), 07 de novembro de 2011

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO

Presidente da Comissão de Licitação

#### **Aviso Pregão Presencial Nº 126\_2011 Aquisição de Jalecos**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000126/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORME: JALECO DE TODOS OS TANHOS PARA COZINHEIRAS E AUXILIARES OPERACIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 18 de novembro de 2011. ABERTURA: dia 18/11/2011 às 09:05 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 04/11/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

#### **Aviso Pregão Presencial Nº 129\_2011 Aquisição de Carteiras**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000129/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO ESCOLAR - 01 CARTEIRA E 01 CADEIRA - DESTINADO A MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ . ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 23 de novembro de 2011. ABERTURA: dia 23/11/2011 às 09:05 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 04/11/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

#### **Extrato Termo Aditivo ao Contrato 2011\_181**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/181

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Leonita Agostini Fernandes.

OBJETO: acréscimo ao objeto (serviços de corte e costura para confeccionar/costurar diversos trajes, inclusive trajes típicos para a 21ª FESTA DO IMIGRANTE que compreende: trajes adultos e infantis para as candidatas participantes do concurso para rainha e princesas da 22ª Festa do Imigrante; trajes adultos e infantil para as Rainhas e Princesas (adultas e mirins) da 21ª Festa do Imigrante; traje para a Miss Timbó 2011; coletes masculinos e fazer demais ajustes/consertos em trajes pertencentes a Fundação Cultural). VALOR: Acréscimo de R\$ 3.000,00. Data da Assinatura: 17/10/2011.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

#### **Extrato rescisão Ata de Registro de Preços 26-2011**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26-2011

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADO: A.C.M.M. SERVIÇOS DE ENERGIA LTDA

OBJETO: Serviços de eletricitista com fornecimento de material.

DATA DA RESCISÃO: 20 de Outubro de 2011.

ELSON A. A. MARSON JÚNIOR

Secretário FMS



# Videira

## PREFEITURA

### Dispensa de Licitação Nº 21/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/11 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/11 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO CHAFARIZ LOCALIZADO NA PRAÇA NEREU RAMOS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO. CONTRATADA: PALAZZO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

VALOR R\$: 13.632,00 (treze mil, seiscentos e trinta e dois reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I da Lei de Licitações.

Videira - SC, 04 de Outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### Pregão Presencial Nº 74/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2011 - FMS

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 74/2011-FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DO CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 22 de Novembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30 hrs. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 07 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### Tomada de Preços Nº 31/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2011 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR PADRÃO FNDE - MODELO C, COM ÁREA TOTAL DE 564,50 M<sup>2</sup>, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, CONFORME CONVÊNIO Nº 700074/2011 COM O FNDE. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 12:30 às 18:30. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 30 de Novembro de 2011. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 04 de Novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

### Tomada de Preços Nº 32/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2011 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS PREFEITO CÉSAR AUGUSTO FILHO (PARTE) E MIGUEL JACOB, LOTEAMENTO VINHEDO I, COM ÁREA TOTAL DE 2.920 M<sup>2</sup>, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 12:30 às 18:30. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 28 de Novembro de 2011. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos ao custo de R\$ 30,00 (trinta reais) no endereço supra mencionado.

Videira, 04 de Novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Decreto Nº 082/2011

DECRETO Nº 082/2011

DESAPROPRIA IMÓVEL E DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.

Ivanor Boing, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Municipal de nº 0801 de 04 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a desapropriar, de forma amigável ou judicial, o seguinte imóvel de propriedade do Sr. Jairo Luciano Fusinato, inscrito no CPF sob nº 023.789.129-86, conforme memorial descritivo:

"O terreno urbano n. 27, de forma irregular, situado no lado par da Rua Lindo Sardagna, a 66,30 metros da esquina com o lado ímpar da Rua sem denominação A, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), desmembrado de parte do lote de terras n. 2.770, confrontando na FRENTE, com a Rua Lindo Sardagna, em linhas de 40,80 metros e 18,10 metros, FUNDOS, com a Rua sem denominação B, em 52,65 metros e LADO DIREITO, com o lote n. 28 do mesmo desmembramento, em 20,00 metros; Sem benfeitorias; matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama, no Livro n. 2-RG, sob n. 17.094, avaliado em R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

Art. 2º - Fica declarado de utilidade pública o imóvel objeto da presente desapropriação, para fins de implantação de praça pública ou habitação de interesse social.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.



Vitor Meireles, 4 de novembro de 2011.

IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11

**Portaria Nº 198/2011**  
P O R T A R I A Nº 198/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JULIANA APARECIDA DA SILVA BERTEI  
Cargo: FARMACÊUTICO - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde e Promoção Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 07 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de novembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## Associações

### AMURES

**Extrato de Contrato**  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Associação dos municípios da Região Serrana - AMURES, representando pelo seu presidente Sr. Osni Francisco de Sousa.

CONTRATADA: Consórcio Regional de Comunicação - Jornal O Correio Lageano, representado por Eliete Moraes Santana.

OBJETO: Prestação de serviços de publicidade, nas edições do jornal semanal, da editora contratada, no tamanho 15cm x 03col, cor preto e branco, formato tablóide, divulgando o projeto "Nascentes do Futuro" da AMURES.

CREDENCIAMENTO: 002/2011

CRÉDITOPELOQUALOCORRERÁADESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.000,00 ( seis mil reais)

SUJEIÇÃO DA CONTRATADA: Lei 8.666/93 e cláusulas contratuais.

Lages, 07 de novembro de 2011.

Osni Francisco de Sousa  
Presidente da AMURES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Associação dos municípios da Região Serrana - AMURES, representando pelo seu presidente Sr. Osni Francisco de Sousa.

CONTRATADA: - Fernanda Martins de Freitas Comunicação - Jornal O Catarinense, representado por Fernanda Martins de Freitas Comunicação.

OBJETO: Prestação de serviços de publicidade, nas edições do jornal semanal, da editora contratada, no tamanho 15cm x 03col, cor preto e branco, formato tablóide, divulgando o projeto "Nascentes do Futuro" da AMURES.

CREDENCIAMENTO: 002/2011

CRÉDITOPELOQUALOCORRERÁADESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.000,00 ( seis mil reais)

SUJEIÇÃO DA CONTRATADA: Lei 8.666/93 e cláusulas contratuais.

Lages, 07 de novembro de 2011.

OSNI FRANCISCO DE SOUSA  
Presidente da AMURES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Associação dos municípios da Região Serrana - AMURES, representando pelo seu presidente Sr. Osni Francisco de Sousa.

CONTRATADA: REVISTA VISÃO LTDA, representado por José Carlos Garcia.

OBJETO: Prestação do serviço de publicação, nas edições da revista regional e mensal, da editora contratada, no tamanho ½ página, formato simples e página cor, divulgando o projeto "Nascentes do Futuro" da AMURES.

CREDENCIAMENTO: 003/2011

CRÉDITOPELOQUALOCORRERÁADESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.000,00 ( três mil reais)

SUJEIÇÃO DA CONTRATADA; Lei 8.666/93 e cláusulas contratuais.

Lages, 07 de novembro de 2011.

OSNI FRANCISCO DE SOUSA  
Presidente da AMURES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Associação dos municípios da Região Serrana - AMURES, representando pelo seu presidente Sr. Osni Francisco de Sousa.

CONTRATADA: - REVISTA EXPRESSIVA LTDA, representado por

Selita Maria Vieceli.

OBJETO: Prestação do serviço de publicação, nas edições da revista regional e mensal, da editora contratada, no tamanho ½ página, formato simples e página cor, divulgando o projeto "Nascentes do Futuro" da AMURES.

CREDENCIAMENTO: 003/2011

CRÉDITOPELOQUALOCORRERÁADESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.000,00 ( três mil reais)

SUJEIÇÃO DA CONTRATADA; Lei 8.666/93 e cláusulas contratuais.

Lages, 07 de novembro de 2011.

OSNI FRANCISCO DE SOUSA  
Presidente da AMURES

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Associação dos municípios da Região Serrana - AMURES, representando pelo seu presidente Sr. Osni Francisco de Sousa.

CONTRATADA: - RÁDIO CLUBE DE LAGES, representado por Celeste Rogério Basquerote.

OBJETO: - Prestação do serviço de veiculação de spots de um minuto, em emissoras de rádio, com abrangência regional, divulgando o projeto "Nascentes do Futuro" da AMURES, no período e horário previstos no anexo II do edital de credenciamento.

CREDENCIAMENTO: 001/2011

CRÉDITOPELOQUALOCORRERÁADESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.000,00 ( sete mil reais)

SUJEIÇÃO DA CONTRATADA; Lei 8.666/93 e cláusulas contratuais.

Lages, 07 de novembro de 2011.

OSNI FRANCISCO DE SOUSA  
Presidente da AMURES

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Associação dos municípios da Região Serrana - AMURES, representando pelo seu presidente Sr. Osni Francisco de Sousa.

CONTRATADA: - RÁDIO NEVASCA FM LTDA, representado por Marcelo Bittencourt Pereira.

OBJETO: - Prestação do serviço de veiculação de spots de um minuto, em emissoras de rádio, com abrangência regional, divulgando o projeto "Nascentes do Futuro" da AMURES, no período e horário previstos no anexo III do edital de credenciamento.

CREDENCIAMENTO: 001/2011

CRÉDITOPELOQUALOCORRERÁADESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.000,00 ( sete mil reais)

SUJEIÇÃO DA CONTRATADA; Lei 8.666/93 e cláusulas contratuais.

Lages, 07 de novembro de 2011.

OSNI FRANCISCO DE SOUSA  
Presidente da AMURES

## Consórcios

### AGIR

#### Convocação Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR

CONVOCAÇÃO:  
REUNIÃO ORDINÁRIA

JONAS LUIZ DE LIMA, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 43 do Estatuto Social, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO ORDINÁRIA que se realizará no dia 23 de novembro de 2011, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº. 466 - 1º. piso, Sala de Reuniões da AMMVI, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

#### ORDEM DO DIA:

- 1 - Relatório andamento procedimentos administrativos.
- 2 - Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 07 de novembro de 2011.

JONAS LUIZ DE LIMA  
Presidente do Comitê de Regulação

#### Extrato Decisão Procedimentos Administrativos Nº. 002 e 004/2011 - AGIR

Procedimento administrativo nº. 002 e 004/2011

Reclamante: Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau, Senhor Jovino Cardoso Neto.

Reclamados: Foz de Blumenau S.A., Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau - SAMAE e Município de Blumenau.  
Objeto: Recuperação de vias.

#### Decisão:

Por fim, DETERMINA-SE que no mês de janeiro de 2012 sejam a concessionária e a concedente instadas, via ofício, a apresentarem um relatório das obras realizadas nas ruas fiscalizadas e que os resultados sejam prontamente disponibilizados nos sites e na imprensa, para conhecimento geral e oportunizando uma comparação entre o que foi apurado e o que efetivamente foi solucionado. Nesta mesma oportunidade (jan/2012), em verificado o não cumprimento das metas e compromissos firmados entre concedente, concessionária e Município de Blumenau, a Agência, de ofício, deverá instaurar processo administrativo para a aplicação das medidas legais cabíveis.

PUBLIQUE-SE a decisão que é aplicável aos Procedimentos Administrativos nº. 002 e 004/2011 e, ENCAMINHA-SE cópia da mesma as partes.

Igualmente, que seja extraída cópia desta decisão, para que seja juntada nos autos dos referidos procedimentos.

Blumenau (SC), em 03 de novembro de 2011.

VANESSA FERNANDA SCHMITT  
Diretora Administrativa da AGIR  
(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

**CIGA****Editais de Concurso Público CIGA Nº 02/2011 - Gabarito Provisório**

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA  
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011

**GABARITO PROVISÓRIO**

A Comissão Organizadora do concurso para os empregos públicos de Analista de Sistemas e de Técnico em Tecnologia da Informação, aberto pelo Edital de Concurso Público CIGA nº 02/2011, torna público o Gabarito Provisório, nos termos do item 8.1 do Edital, conforme segue:

**GABARITO DA PROVA PARA O EMPREGO DE ANALISTA DE SISTEMAS**

Questão - Gabarito				
01 - C	10 - A	19 - B	28 - C	37 - C
02 - A	11 - B	20 - C	29 - A	38 - A
03 - C	12 - C	21 - B	30 - C	39 - A
04 - D	13 - D	22 - C	31 - C	40 - D
05 - ANULADA	14 - B	23 - D	32 - A	41 - C
06 - C	15 - C	24 - A	33 - C	42 - B
07 - A	16 - D	25 - C	34 - B	43 - D
08 - D	17 - A	26 - D	35 - D	44 - C
09 - A	18 - C	27 - D	36 - B	45 - B

**GABARITO DA PROVA PARA O EMPREGO DE TÉCNICO EM TI**

Questão - Gabarito				
01 - C	10 - A	19 - B	28 - C	37 - A
02 - A	11 - B	20 - C	29 - A	38 - B
03 - C	12 - C	21 - B	30 - C	39 - A
04 - D	13 - D	22 - C	31 - D	40 - C
05 - ANULADA	14 - B	23 - D	32 - C	41 - B
06 - C	15 - C	24 - A	33 - D	42 - D
07 - A	16 - D	25 - C	34 - C	43 - A
08 - D	17 - A	26 - D	35 - B	44 - D
09 - A	18 - C	27 - D	36 - C	45 - B

Florianópolis, 8 de novembro de 2011.

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN

Presidente da Comissão do Concurso

**CIS/AMMVI****PRIMEIRO Termo Aditivo ao Contrato 37/2011**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI E CENTRO MÉDICO COPER-VIDA LTDA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, CENTRO MÉDICO COPER-VIDA LTDA, com sede na Travessa Brasília, nº 123, sala 01, bairro Centro, em Garuva (SC), inscrita no CNPJ nº 10.787.493/0001-05, neste ato representado pelos seus sócios Moacir de Freitas Toledo e Jessica da Silva, doravante denominada CONTRATADA;

Considerando-se que até a presente data não foram realizadas consultas na especialidade de cirurgia geral, psiquiatria e odontologia, previstas no Contrato Administrativo nº 37/2011;  
Considerando-se que o preço da consulta na especialidade de cirurgia geral e psiquiatria esta abaixo do praticado no mercado, em razão de erro na elaboração do Contrato;  
Considerando-se que, por conveniência dos Municípios, não serão utilizados os serviços de consulta na especialidade de odontologia;  
Considerando-se a necessidade de retificação do Contrato Administrativo nº 37/2011 para adequar os valores firmados para consulta nas especialidades destacadas e excluir os serviços que não são de interesse dos Municípios;

As partes, de comum acordo, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37/2011, com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

1.1 - Fica suprimido o serviço de consultas médicas na especialidade de odontologia do "caput" do item 1.1 da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 37/2011, firmado em 01/08/2011.

1.2 - O item 2.1 da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 37/2011, firmado em 01/08/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1 - O preço para os serviços objeto deste Contrato fica estabelecido da seguinte forma:

- a) nas especialidades de cardiologia, dermatologia, gastroenterologia, oftalmologia, ortopedia, pediatria, proctologia, neurologia, infectologia, ginecologia e anestesia será de R\$ 30,00 (trinta reais) por consulta;
- b) na especialidade de cirurgia geral será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por consulta;
- c) na especialidade de psiquiatria será de R\$ 80,00 (oitenta reais) por consulta."

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E, assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Blumenau (SC), 01 de novembro de 2011.

CONTRATANTE

Presidente do CISAMVI

CONTRATADA

CENTRO MÉDICO COPER-VIDA LTDA

Moacir de Freitas Toledo

CONTRATADA

CENTRO MÉDICO COPER-VIDA LTDA

Jessica da Silva

ANUENTE

HOSPITAL OASE

Richard Choseki

Testemunhas:

Carlos Cesar da Silva

CPF: 312.767.419-87

Raquel Gripa

CPF: 060.819.529-40

**CIS/AMREC****Resolução**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC

CNPJ. 13.791.885/0001-36

RESOLUÇÃO 001/2011

O Presidente do CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art 1 - Informar que a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Criciúma será responsável pelas licitações do CISAMREC, no exercício de 2011/2012.

Art 2- Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Criciúma, 27 de outubro de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Presidente CISAMREC

CLÉSIO SALVARO

Prefeito Criciúma